



NATALIA RIBAS GUERRERO

TEM ROMANCE AQUELE LUGAR

*Territorialidade beiradeira e resistência
em conflitos socioambientais nos rios Xingu e Iriri (Pará)*

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ANTROPOLOGIA SOCIAL

NATALIA RIBAS GUERRERO

TEM ROMANCE AQUELE LUGAR

Territorialidade beiradeira e resistência em conflitos socioambientais nos
rios Xingu e Iriri (Pará)

Versão corrigida

São Paulo

2023

NATALIA RIBAS GUERRERO

TEM ROMANCE AQUELE LUGAR

Territorialidade beiradeira e resistência em conflitos socioambientais nos rios Xingu e Iriri (Pará)

Versão corrigida

Tese apresentada à Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo para obtenção do título de Doutora em Antropologia Social.

Orientadora: Ana Claudia Duarte Rocha Marques

São Paulo

2023

ENTREGA DO EXEMPLAR CORRIGIDO DA DISSERTAÇÃO/TESE**Termo de Anuência do (a) orientador (a)****Nome do (a) aluno (a): Natalia Ribas Guerrero****Data da defesa: 09/12/2022****Nome do Prof. (a) orientador (a): Ana Claudia Duarte Rocha Marques**

Nos termos da legislação vigente, declaro **ESTAR CIENTE** do conteúdo deste **EXEMPLAR CORRIGIDO** elaborado em atenção às sugestões dos membros da comissão Julgadora na sessão de defesa do trabalho, manifestando-me **plenamente favorável** ao seu encaminhamento ao Sistema Janus e publicação no **Portal Digital de Teses da USP**.

São Paulo, 31/03/2023



(Assinatura do (a) orientador (a))

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catálogo na publicação
Serviço de Biblioteca e Documentação
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo

GG929t
t Guerrero, Natalia Ribas
Tem romance aquele lugar: territorialidade
beiradeira e resistência em conflitos socioambientais
nos rios Xingu e Iriri (Pará) / Natalia Ribas
Guerrero; orientadora Ana Claudia Marques - São
Paulo, 2022.
345 f.

Tese (Doutorado)- Faculdade de Filosofia, Letras e
Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.
Departamento de Antropologia. Área de concentração:
Antropologia Social.

1. Resistência. 2. Antropologia rural. 3.
Conservação biológica. I. Marques, Ana Claudia,
orient. II. Título.

Às famílias beiradeiras do Xingu e do Iriri

AGRADECIMENTOS

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), cuja bolsa, sob o código de financiamento 001, viabilizou esta pesquisa.

Ao Programa de Pós-graduação em Antropologia Social (PPGAS), pela formação e pelo aporte de recursos importantes para a realização do trabalho de campo e para participação em congressos científicos. Agradeço também à Juciele Borges e à Luciana Nóbrega por todo o apoio junto à secretaria do programa.

À Ana Cláudia Marques, que me acolheu e estimulou durante o processo de transição para a Antropologia, emprestando às diversas fases do trabalho uma leitura atenta, ao mesmo tempo generosa e provocadora. Devo também a Ana o convite para integrar o projeto de auxílio da Fundação de Amparo à Pesquisa no Estado de São Paulo (Fapesp) *O que faz o parentesco*, que contribuiu de forma significativa para cobrir despesas de deslocamento e manutenção de algumas das etapas de campo. Sou grata, ainda, à possibilidade de integrar o Hybris (Grupo de Estudo e Pesquisa sobre relações de Poder, Conflitos, Socialidade), grupo de pesquisa em cujo seio entabulei boas amizades e debates. Agradeço em especial à Yara Alves, Fabiana Andrade, Karina Coelho, Miguel Muhale, Jesser Ramos, Florbela Ribeiro, Juliana Caruso e Camila de Paula, pelas trocas e encontros estimulantes nos primeiros anos da pesquisa, bem como por comentários a passagens preliminares deste trabalho.

A pandemia da Covid-19 nos roubou muito do que é cotidiano, mas foi uma satisfação ter podido partilhar alguns anos de vivências, reflexões e planos de futuro com os colegas do PPGAS, tendo em vista fortalecer sentidos de uma antropologia pública e de uma universidade igualmente pública e realmente comprometida com projetos transformadores da sociedade. Além dos colegas já citados, agradeço especialmente a Lauriene Seraguza, Helena Manfrinato, Flávia Melo, Paula Alegria e Aline Murillo.

Agradeço aos professores Uirá Garcia e Mauro Almeida, cujos comentários durante o exame de qualificação do projeto contribuíram para sua aprimoração. Ao professor Mauro, sou também grata pela confiança empenhada nas parcerias que estabelecemos nos últimos anos — é um privilégio poder partilhar caminhos com uma fonte de inspiração acadêmica e política. privilégio poder partilhar caminhos com uma

fonte de inspiração acadêmica e política. Agradeço, ainda, aos professores Adalton Marques e Guilherme Moura Fagundes, pela leitura generosa partilhada durante a banca de defesa, juntamente com apontamentos instigantes para conduzir as reflexões desta tese a outros ricos caminhos.

Agradeço também ao Mauricio Torres, grande pesquisador, amigo e parceiro de trabalho. Seu convite primeiro para navegar os *beiradões* deste mundo com uma visão crítica e potente da atividade de pesquisa foi fundamental para os passos que resultaram nesta tese.

Junto ao Instituto Socioambiental (ISA) de Altamira, obtive sempre apoio crucial a diversas etapas desta pesquisa, mas não só: ali também encontrei uma vital rede de afeto e sociabilidade, que me amparou e inspirou para além desta tese. Agradeço a Marcelo Salazar, Augusto Postigo, Biviany Garzón, Jeferson Straatmann, Roberto Rezende, Naldo Lima, Victor Cabreira, Edione Goveia, Leonardo Moura, Isabel Harari, Ana de Francesco, Camilla Bonassio, Carolina Reis, Luiz Augusto Nery, Maria Euda de Andrade, Alzenir Bento (Nim) e Marlisson Borges. Agradeço em especial às xingumanas Guta Torres, Fabíola Silva, Rita de Cássia e Thais Mantovanelli — fontes de companheirismo e acolhimento nas terras paraenses.

Agradeço imensamente à Clara Baitello, por me abrir (e nunca mais fechar) as portas a um lar profundamente acolhedor em Altamira, de tão habitado e coabitado, e ao Vinicius Furuie, que em muitos momentos ajudou a construir esse lar, zelando com carinho do saudoso Completo, da Aurora e do Zeca, além de ter também propiciado ricas trocas em torno da pesquisa.

À Raquel Santos, pelas pontes interdisciplinares, pela parceria e paciência nos quilômetros e quilômetros de Iriri, mas principalmente pelo compromisso com as famílias do *beiradão*, que sempre despertou em mim grande admiração.

À Daniela Alarcon, pela amizade, incentivo e presença constante. Aprendo todos os dias com você e sua atuação no campo da antropologia é fonte incessante de inspiração.

À Leidiane Brusnelo, do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), agradeço pelo convite ao trabalho que abriu as portas para o projeto de doutorado. Ao João Augusto Madeira, da Coordenação de Gestão de Conflitos

em Interfaces Territoriais (Cogcot), pelo apoio e pelo compromisso com as famílias do Xingu e Iriri durante o trâmite do termo de compromisso.

Também sou muito grata por todo o apoio recebido de Patrícia Americano, Wagner Falcão e Bruno Delano Chaves, que estão ou passaram pelo ICMBio, amigos cujo legado de atuação em respeito aos direitos territoriais de comunidades tradicionais da região deve ser amplamente reconhecido.

À Cristiane Carneiro, pesquisadora experiente nos beiradões da Terra do Meio e assessora pericial do Ministério Público Federal (MPF) em Altamira, pelo acolhimento sempre sensível e ágil de demandas envolvendo famílias beiradeiras.

À Simone Matos, coordenadora de processos técnicos da Fundação Cultural do Estado do Pará (FCP), pelo apoio à pesquisa remota no acervo durante a pandemia da Covid-19. Ao Raul Ventura Neto, da Universidade Federal do Pará (UFPA), pelos materiais envolvendo a família Bitar e outras indicações conexas. À Leila Maria Monteiro da Silva, do Instituto Socioambiental (ISA) de São Paulo, pela atenciosa disponibilização de materiais do acervo.

A todas as pessoas integrantes do projeto *Comunidades tradicionais, conservação ambiental e políticas territoriais*, que contribuíram para criar um rico ambiente de trocas e debates à luz do qual esta tese terminou de ser escrita. De forma conexa, agradeço também aos amigos e amigas do Grupo de Estudos em Ecologia Histórica e Política das bacias dos rios Trombetas, Tapajós e Xingu (GEEHeP), sediado na Universidade Federal do Oeste do Pará (Ufopa), pelas reflexões conjuntas, confiante de que nos anos que seguem elas só farão crescer. Agradeço em especial à Bruna Rocha e ao Vinicius Honorato, pela amizade e por mostrarem, na prática, potências políticas da arqueologia. À Ítala Nepomuceno, pelas parcerias e amizade.

Não há linhas suficientes para escrever o quanto sou grata a todas as famílias do Iriri e do Xingu que, com muita generosidade, partilharam tanto de suas vidas comigo. Não seria possível nomear a todas, mas queria agradecer em especial à Siany Brasil e à Edilene Ananias, que por longos períodos me abrigaram em suas casas no beiradão do Xingu. Pelo mesmo, no Iriri, agradeço à dona Clelia Neves, à dona Raimunda Gomes e à dona Nicinha (Cleonice Neves), bem como às irmãs Marilene e Marlene Santos e à dona Zefa (Josefa da Silva). A gratidão também é muita com beiradeiras e beiradeiros queridos

que nos últimos anos nos deixaram, mas que certamente nunca serão esquecidos: Jorge Lima, dona Edilberta (Albertina Lopes da Silva), dona Maria Rodrigues de Lima, Dilson Lopes e seu Zé Preto (José Lopes). Devo especial gratidão à saudosa dona Cristina, cuja casa em São Félix do Xingu foi para mim segundo lar, sempre repleta de movimento, afeto e boas conversas.

Esta tese não seria possível sem o constante carinho da rede de amigos que me acompanha há tempos, nas lutas e palestras da vida. Além dos já mencionados, sou eternamente grata a Cris Capuchinho, Paula Carvalho, Tatiane Klein, Rafael Versolato, Guilherme Alpendre, Maria Luiza Camargo, Bruno Mandelli, Vincent Noël e Felipe Caldo. Agradeço muito à Natalia Engler, que generosamente contribuiu com a revisão do material, ao Juan Doblaz, que me apoiou com a produção de mapas, e ao Vitor Flynn, que me honrou com a bela arte da capa.

Agradeço também às amizades junto ao coletivo Boxe Autônomo, que me ajudou a conectar corpo, cabeça e política nos tempos desafiadores da pandemia e da reta final da escrita.

À minha família, por tudo. Agradeço em especial à minha mãe, Mônica, pelo amor e inspiração, e também à minha avó Fernanda e minhas tias Tutis e Maristella, pela presença, pelo afeto e pela união nos momentos celebratórios, mas também nas horas difíceis. À tia Márcia, pelo constante incentivo às etapas deste trabalho. O apoio de vocês, em tantos sentidos, foi fundamental para chegar até aqui. Agradeço também à vó Zenaide, pelo carinho cotidiano e por alargar meu mundo desde cedo, trazendo meu olhar pra assuntos de chão e terra. A meu pai, Osvaldo, pela garra nos começos e recomeços. A meu avô Hélio, que deixou saudades e também se faz presente neste trabalho, de formas várias.

Ao querido Douglas Anfra, pelo apoio do início ao fim desta empreitada, além da partilha do carinho, dos aprendizados e de projetos coletivos de futuro.

Tem gente que não conhece a história e chega aqui falando: “Ah, vocês têm que sair porque é um parque e tudo”. Mas tem que pensar o que a gente passou. Tem que pensar o que foi que o governo fez — e o que ele não fez.

Esse é o detalhe.

— *Jorge Gomes Lima (1963-2015)*

RESUMO

GUERRERO, Natalia Ribas. **Tem romance aquele lugar**: territorialidade beiradeira e resistência em conflitos socioambientais nos rios Xingu e Iriri (Pará). 2022. Tese (Doutorado em Antropologia Social) — Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2022.

Esta tese enfoca a luta de comunidades beiradeiras para garantir seus territórios tradicionalmente ocupados na bacia do rio Xingu, no estado do Pará, Brasil, ante restrições decorrentes da criação de unidades de conservação ambiental em tais territórios. Mais especificamente, trata-se de áreas sobrepostas pelo Parque Nacional da Serra do Pardo, no médio curso do rio Xingu, e pela Estação Ecológica da Terra do Meio, no rio Iriri, ambas criadas no ano de 2005. A partir de uma caracterização etnográfica da territorialidade beiradeira, cuja origem remete ao estabelecimento dos seringais na região, propõe-se acompanhar algumas das transformações pelas quais essa territorialidade passou ao longo do século 20. Debruço-me em particular sobre as noções de *união*, *fartura* e *respeito*, que estão no centro desse modo de vida e que argumento serem centrais a um projeto de futuro que passe por viver bem nesses territórios. Com base nesse quadro, situo as dinâmicas socioeconômicas regionais que marcaram o processo de criação de um mosaico de unidades de conservação ambiental na região do Xingu, no qual se inseriram as áreas restritivas. Adicionalmente, a partir das descrições das violações de direitos e dos impactos que tal sobreposição ensejou à territorialidade dessas comunidades, caracteriza-se também o modo com que elas mobilizam aspectos dessa territorialidade em seus processos de resistência. Tal resistência tem sido travada em um contexto de recrudescimento de pressões territoriais à bacia do Xingu, que vinham se intensificando desde a construção da usina hidrelétrica (UHE) Belo Monte, mas que explodiram após 2018, com respaldo em discursos e políticas do presidente Jair Bolsonaro. O principal objetivo da pesquisa é, assim, traçar um percurso etnográfico e antropológico entre as agendas da ecologia histórica e política, que colabore para a construção de novos paradigmas de relação entre povos e comunidades tradicionais e conservação ambiental.

Palavras-chave: territorialidade; beiradeiros; conservação ambiental; resistência; rios Xingu e Iriri (Pará, Brasil).

ABSTRACT

GUERRERO, Natalia Ribas. *That place has romance*: territoriality and resistance in overlapping conflicts in the Xingu and Iriri rivers (Pará). 2022. Thesis (Doctorate in Philosophy) — Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2022.

This thesis focuses on the struggle of riverbank communities who self-identify as *beiradeiras* to guarantee their traditionally occupied territories in the Xingu River basin, in the state of Pará, Brazil, in the face of restrictions arising from the creation of environmental conservation units in such territories. More specifically, these territories were overlapped by the Serra do Pardo National Park, in the middle course of the Xingu River, and by the Terra do Meio Ecological Station, on the Iriri River, both created in 2005. Based on an ethnographic characterization of the territoriality of the *beiradeiros*, whose origin goes back to the establishment of the rubber plantations in the region, we intend to follow some of the transformations that this territoriality underwent throughout the 20th century. I focus on the notions of *union*, *abundance*, and *respect*, which are at the core of this territoriality and which I argue are central to a project for the future that includes living well in these territories. Based on this framework, I situate the regional socioeconomic dynamics that marked the process of creating a mosaic of environmental conservation units in the Xingu region, in which the restrictive areas were inserted. Additionally, based on the description of the rights violations and the impacts that this overlapping has caused to the territoriality of these communities, we also characterize how they mobilize aspects of this territoriality in their resistance processes. Such resistance has been waged in a context of renewed territorial pressures to the Xingu basin, which had been intensifying since the construction of the Belo Monte hydroelectric plant, but exploded after 2018, supported by speeches and policies of President-elect Jair Bolsonaro. The main objective of the research is thus to trace an ethnographic and anthropological path between the agendas of historical and political ecology, aiming to collaborate to the construction of new paradigms of relationship between traditional communities and environmental conservation.

Keywords: territoriality; *beiradeiros*; environmental conservation; resistance; Xingu and Iriri rivers (Pará, Brazil).

LISTA DE IMAGENS

- Imagem 1. Durante pescaria no rio Xingu, Lucivaldo Vieira da Silva passa pelas proximidades da antiga vila de São Sebastião, onde nasceu e se criou. Por Natalia Guerrero, 2014. 30
- Imagem 2. Dona Edilberta (Albertina Lopes da Silva), defronte à igreja de São Sebastião, na vila de mesmo nome. Por Natalia Guerrero, 2020. 33
- Imagem 3. Local onde se situava a vila velha de São Sebastião do Xingu. Por Natalia Guerrero, 2014. ... 50
- Imagem 4. Antiga vila de São Sebastião do Xingu, em registro feito entre as décadas de 1930 e 1950 (Kräutler, 1997, p. 229). 64
- Imagem 5. (à esq.) Afloramentos cerâmicos em solo composto de terra preta de índio, na roça de seu Zé Boi, no Iriri. Por Raquel dos Santos, 2016. 67
- Imagem 6 (à dir.) Chão de castanhal na região do Iriri. Por Natalia Guerrero, 2017. 67
- Imagem 7. *Tavaquara no Xingu, em 6 de dezembro de 1842* [proximidades da futura cidade de Altamira]. Litogravura sobre desenho do Príncipe Adalberto da Prússia (1847d). 80
- Imagem 8. Barracão de seringal dos Irmãos Gomes, no médio Xingu, retratado em gravura feita nos marcos da expedição do casal Coudreau ao Xingu, em 1896 (Coudreau, 1897, p. 104). 91
- Imagem 9. Retratos e charge de José Porphírio de Miranda Junior. Fontes: (retratos) Bogéa Umbuzeiro (2020, p. 231, 218); (charge) Cunha (2008, p. 101). 114
- Imagem 10. Anúncios da empresa da família Bitar publicados, respectivamente, em 1915, no *Anuario de Belém*, e em 1929, no *Almanak Laemmert*. 117
- Imagem 11. Capela construída em honra a São Félix de Valois, em 1938, às margens do Xingu. A fotografia não está datada, mas sabe-se que é de quando o território ainda era conhecido como Gradaús, distrito de Altamira, antes de se tornar definitivamente a sede do município de São Félix do Xingu, em 1961. Sua autoria também é desconhecida, e ela encontra-se registrada à página 26 do livro de Dom Eurico Kräutler publicado em 1953 (os textos, assinados, datam de 1944 a 1946). 131
- Imagem 12. Héveas centenárias com marcas de cortes feitos por seringueiros no Xingu, em território tradicionalmente ocupado que veio a ser sobreposto pelo Parna da Serra do Pardo. Por Natalia Guerrero, 2014. 132
- Imagem 13. Seu Zé Preto, apelido de José Lopes da Silva (1938-2022), foi um dos *mateiros* que abriu muitas das colocações do igarapé do Pontal, no médio Xingu. Por Natalia Guerrero, 2014. 155
- Imagem 14. Representação de trecho do igarapé do Rio Pardo, afluente que corre no sentido leste e deságua no Xingu, com a indicação das antigas colocações seringueiras que se distribuíam ao longo de cerca de sessenta quilômetros de seu curso — muitas das quais permanecem pontos importantes de coleta de castanha para as famílias do beiradão (Rio Pardo, 2018). 165
- Imagem 15. Chegada de barco em festejo de São Sebastião do Xingu. Por Natalia Guerrero, 2020. 173

Imagem 16. Altar da igreja da vila nova de São Sebastião do Xingu. “Esse aí é veterano, mesmo, tem que fazer porque ele já é de século. Morre um, fica outro. Aí vai passando de neto, bisneto, tataraneto e vai pra frente”, dizia dona Edilberta, falecida em 2020. Por Natalia Guerrero, 2015.	173
Imagem 17. Mogno (<i>Swietenia macrophylla</i>) plantado por beiradeiro do médio Xingu em localidade de onde foi expulso pela grilagem, na década de 1990. A exploração de madeiras nobres foi uma das peças-chave no avanço do desmatamento, da grilagem e da pecuária em larga escala nessa região da bacia do Xingu. Por Natalia Guerrero, 2014.....	28
Imagem 18. Capa de livro editado pela SPVEA, em 1970, em que se inventariam “recursos” da região de influência das estradas planejadas. “Dominada pelo homem e disciplinada pela técnica, essa vasta área poderá se tornar um espaço geográfico economicamente ativo, produzindo em alta escala alimentos e bens industriais, sobretudo bens minerais, com possibilidades seguras de retribuir generosamente os recursos financeiros que lá forem empregados, assim contribuindo, significativa e eficazmente, para a maior grandeza do BRASIL”, diz a autora (Pandolfo, 1970, p. 19, destaque em caixa alta no original).	217
Imagem 19. Eixos delimitados pelo Plano de Integração Nacional (PIN) para receber projetos integrados de colonização (PIC), com o PIC Altamira em destaque, sobre o eixo da Transamazônica. Fonte da imagem de base: Incra (1972).....	218
Imagem 20. Recenseamento da população dos rios Xingu, Iriri e Curuá realizado em 1985 pelo padre Ângelo Pansa, da Prelazia do Xingu. Fonte: Panda (1985).	246
Imagem 21. Manifestação do MDTX em Brasília, na década de 1990. Fonte: Fundação Viver, Produzir, Preservar (2006, p. 16).....	250
Imagem 22. Tuíre Kayapó protesta diante de diretor da Eletronorte, durante I Encontro dos Povos Indígenas do Xingu, realizado em Altamira, em 1989. Foto: Paulo Jares.	250
Imagem 23. Placa do Parna da Serra do Pardo, defronte o rio Xingu. Por Natalia Guerrero, 2014.	252
Imagem 24. Hora do almoço em jirau de casa beiradeira no rio Iriri. Por Natalia Guerrero, 2017.....	288
Imagem 25. Áreas protegidas na Amazônia sob pressão, divididas entre as que permitem imóveis privados em seu interior (A) e as que não permitem (B), com destaque em vermelho para as que se situam na região do médio Xingu e Iriri. Fonte: Martins <i>et al.</i> (2019), com destaque meu.....	320

LISTA DE MAPAS

Mapa 1. Localidades do Xingu onde se instalaram aldeamentos missionários nos séculos 17 e 18. Porto de Moz correspondia ao aldeamento yudjá/juruna de Maturu, tornada local da Missão São João, ou Residência Xingu, ao passo que a localidade de Veiros (hoje parte do município de Porto de Moz) correspondia à antiga aldeia de Itacuruçá, missionada pelos jesuítas, da mesma forma que Pombal. Souzel (hoje sede do município de Senador José Porfírio), correspondia à aldeia missionada de Aricari, ao passo que a Missão Tavaquara veio a se tornar a sede do município de

Altamira. Mais informações sobre essas localidades do vale do Xingu, cf. Marin (2010). Elaboração: Juan Doblas, 2022.	73
Mapa 2. Eixos rodoviários construídos em torno do interflúvio do Xingu e Iriri, surgidos a partir da década de 1970. Em preto, divisa do estado do Pará com o Maranhão, acompanhando o traçado do rio Araguaia. Elaboração: Juan Doblas, 2022.	223
Mapa 3. Polos madeireiros em 2004, em estudo do Imazon. Note-se no centro do Pará o ponto que sinaliza a sede municipal de São Félix do Xingu.	224
Mapa 4. Mosaico previsto nos estudos coordenados pelo ISA, em 2003, em que se observa a proposta das Resex previstas no rio Iriri e Xingu, cujas áreas originais foram parcialmente abarcadas pela Esec e pelo Parna. Fonte: Instituto Socioambiental (2003).	267
Mapa 5 Unidades de conservação e terras indígenas no mosaico de áreas protegidas da Terra do Meio, no Pará. Fonte: Doblas (2015, p. 9).....	268
Mapa 6. Localidades beiradeiras nos rios Xingu, Iriri e Riozinho do Anfrísio, em 2017. Fonte: Villas-Bôas, Andrade e Postigo (2017, p. 10-11).	269

LISTA DE TABELAS

Tabela 1. Terras indígenas na região do médio Xingu, por ordem de início do processo demarcatório .	249
---	-----

SIGLAS E ABREVIACÕES

AGU Advocacia Geral da União

CCDRU Contrato de Concessão de Direito Real de Uso

CRACOHX Comissão Regional dos Atingidos pelo Complexo do Xingu

ESEC Estação Ecológica

FETAGRI Federação dos Trabalhadores na Agricultura

FVPP Fundação Viver, Produzir, Preservar

IBDF Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal

ICMBIO Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade

IN Instrução normativa

INCRA Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

ISA Instituto Socioambiental

MDTX Movimento pelo Desenvolvimento da Transamazônica e do Xingu

MOPROK Movimento Pró-Kararaô

MPF Ministério Público Federal

OIT Organização Internacional do Trabalho

PARNA Parque Nacional

RESEX Reserva Extrativista

STTR Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais

TI Terra indígena

UC Unidade de conservação

UDR União Democrática Ruralista

UHE Usina hidrelétrica

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	31
O TRAJETO DESTA PESQUISA	34
NOTAS SOBRE ALGUNS CONCEITOS	37
CONSERVAÇÃO AMBIENTAL E COMUNIDADES TRADICIONAIS	43
ESTRUTURA DA TESE	48
<u>1 FAZER FALAR AS MARCAS NO MÉDIO XINGU E IRIRI</u>	<u>63</u>
1.1 DA “NATUREZA DADA” À PAISAGEM HERDADA: FLORESTAS E SOLOS ANTROPOGÊNICOS NO XINGU E IRIRI	66
1.2 A INVASÃO EUROPEIA: ENTRE MISSÕES E SERTÕES	71
1.3 NATURALISTAS E SEUS OLHARES AO XINGU E IRIRI DO SÉCULO 19 E INÍCIO DO 20	76
<u>2 ESTABELECIMENTO DOS SERINGAIS NOS RIOS XINGU E IRIRI</u>	<u>103</u>
2.1 OS PRIMÓRDIOS DA BORRACHA NO INTERFLÚVIO XINGU-IRIRI	103
2.2 EXPANSÃO DOS SERINGAIS NA BACIA DO XINGU	109
2.3 AVIAMENTO E CARRANCISMO	118
<u>3 DA COLOCAÇÃO AO BEIRADÃO: FARTURA, UNIÃO E RESPEITO</u>	<u>149</u>
3.1 AS COLOCAÇÕES SERINGUEIRAS NO XINGU E IRIRI	151
3.2 O QUE NÓS TEMOS, NÓS TEMOS FARTURA	158
3.3 UNIÃO EM UMA BEIRA DE RIO MUITO HABITADA	164
3.4 RESPEITO, CHAVE DO SISTEMA ANTIGO	185
<u>4 ENTRE ESTRADAS E MOSAICOS</u>	<u>212</u>
4.1 AMAZÔNIA: “DOMINADA PELO HOMEM, DISCIPLINADA PELA TÉCNICA”	212
4.2 AS DINÂMICAS EM TORNO DE ALTAMIRA	218
4.3 OS MOVIMENTOS EM SÃO FÉLIX DO XINGU	221
4.4 COLONOS NO XINGU E IRIRI — ALGUMAS TRAJETÓRIAS	231

4.5	FAZENDAS E A GRILAGEM	235
4.6	CR ALMEIDA: O GRILO DE MILHÕES DE HECTARES	243
4.7	A RESPOSTA DOS MOVIMENTOS SOCIAIS.....	244
5	<u>QUEM VAI TIRAR VOCÊS É A FOME</u>	264
5.1	A CRIAÇÃO DAS UNIDADES DE CONSERVAÇÃO COMO CONDIÇÃO DA PERMANÊNCIA.....	269
5.2	CRIAÇÃO DAS UNIDADES DE CONSERVAÇÃO RESTRITIVAS COMO FONTE DE VIOLAÇÕES DE DIREITO ...	272
5.3	SAIR PARA ONDE? A PROPOSTA DAS RESEX.....	280
5.4	FISCALIZAÇÕES E ABORDAGENS VIOLENTAS	282
5.5	VIOLAÇÕES DE DIREITOS QUE OCORREM POR OMISSÃO	284
5.6	RESISTÊNCIA: TERRITORIALIDADE, PARENTESCO E POLÍTICA	285
6	<u>SISTEMA ANTIGO, UM PROJETO DE FUTURO.....</u>	302
6.1	OS TERMOS DE COMPROMISSO	303
6.2	ICMBIO, SOBREPOSIÇÕES E O PARECER DA AGU DE 2021.....	310
6.3	TERMOS DE COMPROMISSO NO XINGU E IRIRI	314
6.4	O CONTEXTO REGIONAL RECENTE	317
6.5	DAQUI PRA FRENTE, COMO ERA ANTIGAMENTE	323
	<u>CONSIDERAÇÕES FINAIS</u>	325
	<u>REFERÊNCIAS.....</u>	327



Imagem 1. Durante pescaria no rio Xingu, Lucivaldo Vieira da Silva passa pelas proximidades da antiga vila de São Sebastião, onde nasceu e se criou. Por Natalia Guerrero, 2014.

INTRODUÇÃO

Dona Edilberta toma nas mãos o retrato de uma canoa que singra o rio Xingu. Seu olhar logo se desprende do filho e piloto Lucivaldo, em primeiro plano, e percorre as formas que aparecem enevoadas, ao fundo. “Aqui é ao lado da vila velha, com a Praia da Gaivota, o morro...” Em redor, o silêncio envolve a senhora de setenta anos, cujos olhos e dedos esquadrinham, sem pressa, o horizonte da fotografia. Percebendo que parte de sua audiência ansiava por tradução, dona Edilberta explica: “Eu sei pelo formato do rio”.

Estamos em janeiro de 2015, no festejo que celebra São Sebastião, padroeiro da vila de mesmo nome, situada no médio Xingu. Nessa região, têm nascido e se criado gerações como a de dona Edilberta, de *beiradeiras* e *beiradeiros*, cuja vida passa em grande parte por habitar o *beiradão* e por aprender o formato do rio¹.

O que está em jogo, então, quando uma senhora de 74 anos, durante a visita anual que faz a seu lugar no Xingu, em um festejo centenário, fala sobre seus conhecimentos acerca do rio a partir de uma fotografia do filho, tirada por uma pesquisadora de fora, rodeada por parentes, compadres e afilhados, não indígenas e indígenas? Para mim, trata-se de compreender quais são os marcos que caracterizam a relação desse grupo com esse lugar — em outras palavras, como se compõe a *territorialidade beiradeira* no médio Xingu e em seu importante afluente Iriri. Em suma, como se constitui o que ouvi ser chamado de *sistema do beiradão*.

Mas não só. No retrato, Lucivaldo tem o olhar voltado para um ponto na margem esquerda do rio. Ali, onde se levantou a sede de uma fazenda que expulsou os moradores da vila velha de São Sebastião, em 2004, hoje opera uma base do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio). Isso porque a cena descrita se passa em uma área que foi englobada pelo Parque Nacional (Parna) da Serra do Pardo, uma unidade

¹ Atenção: não confundir aprender o formato do rio com apreender o rio — coisa muito mais próxima do que fizeram, no mesmo rio Xingu, os promotores da usina hidrelétrica (UHE) de Belo Monte, a algumas centenas de quilômetros dali — e cuja licença de operação seria concedida naquele mesmo ano de 2015. Nos documentos técnico-administrativos que compõem a “trilha de papéis” da usina, analisada por Vianna (2015), em que as dimensões da técnica e da política foram construídas de modo propositadamente distorcido a fim de obliterar a perspectiva dos povos impactados, entendo que Belo Monte apreende o rio como quem o aprisiona, privando-o de sua relação com outros seres e vice-versa, sequestrando seu movimento, cindindo sua rede de relações, como têm documentado os Juruna/Yudjá e seus aliados (Pezzuti *et al.*, 2018). Ou, ainda, promovendo a “suspensão da vida”, como definiu Francesco (2021) a partir de sua etnografia do deslocamento de famílias ribeirinhas provocado pela usina.

de conservação ambiental que veda a presença de comunidades, criada em 2005. Na exata mesma data, criou-se também a vizinha Estação Ecológica (Esec) da Terra do Meio, outra unidade de conservação federal restritiva, que abarcou uma extensa parte da bacia do rio Iriri, onde vivem outras famílias beiradeiras — ambos os decretos vieram à luz logo após o infame e notório assassinato da missionária Dorothy Stang². Os estudos oficiais de criação dessas áreas também envolveram um exercício de apreensão sobre o formato do rio e seu entorno — compondo, eles próprios, os marcos de determinada forma de relação do Estado com aquele lugar e suas gentes. Uma relação que produziu, entre outras coisas, um conflito que se estende até hoje.

Há na cena, por fim, algo mais que lhe extrapola. É algo ligado à própria presença de dona Edilberta na vila, nas paredes onde sua rede está atada, no grupo de parentes e amigos que a circundam. Filha de mãe xinguana — “eu só sei que ela era meio índia” — e pai maranhense, a beiradeira deu à luz dez filhos, dos quais sete *se criaram*. Quem a via durante o festejo, porém, logo se embaralhava nas contas, tamanha a quantidade de gente que chegava para visitá-la. Um dos motivos é que, por suas habilidades de parteira, aprendidas com a mãe, dona Chicuta, dezenas de crianças vieram ao mundo por suas mãos nessa região do Xingu, tornando-a delas *mãe de pegação*³. Também entre indígenas Parakanã das aldeias vizinhas há quem aproveite a ocasião para visitar *mãe Edilberta*, refletindo o convívio próximo que tiveram ao longo dos anos, quando ela vivia ainda na vila beiradeira.

A posição de referência de dona Edilberta deve-se também ao extremo comprometimento que tinha com um projeto de futuro para seu lugar no Xingu, um projeto que nunca abandonou, mesmo quando foi obrigada a se mudar para a sede municipal de Altamira, para obter acompanhamento médico para seus problemas de saúde, na falta de assistência no beiradão. Dotada do mesmo empenho com que, junto a outras mulheres, afirmou sua posição ante o fazendeiro que expropriou os moradores da vila no início dos anos 2000, dona Edilberta dedicava-se a reiterar, diante de

² Irmã Dorothy, como era mais conhecida, foi uma religiosa estadunidense que atuou desde a década de 1970 junto a camponeses na Amazônia, em prol de um projeto de reforma agrária adequado à realidade da região, em estreita relação com a floresta. Foi assassinada com seis tiros em 12 de fevereiro de 2005, na cidade paraense de Anapu, em uma emboscada encomendada por fazendeiros da região.

³ A realização do parto enseja uma relação de parentesco ritual entre a parteira e a parturiente, bem como entre a parteira e a criança, implicando deferências características.

representantes de órgãos ambientais e a quem mais coubesse ouvir, que a vila de São Sebastião era um lugar de gente e de vida — vida digna. Dona Edilberta, em suma, fazia política quando recebia parentes, quando aconselhava o único filho que permanecera na vila, quando se aliava a São Sebastião, quando concedia a mim, pesquisadora, longas entrevistas.

E quando, já sem se mover por suas próprias pernas, mobilizava mundos e fundos para repetir tudo isso, a cada mês de janeiro, passando mais de vinte horas em uma embarcação para franquear trezentos quilômetros de rio Xingu. Em 2020, tive a honra de partilhar com ela e sua família esse trajeto, celebrando mais um festejo de São Sebastião. Em 19 de maio do mesmo ano, dona Edilberta nos deixou.

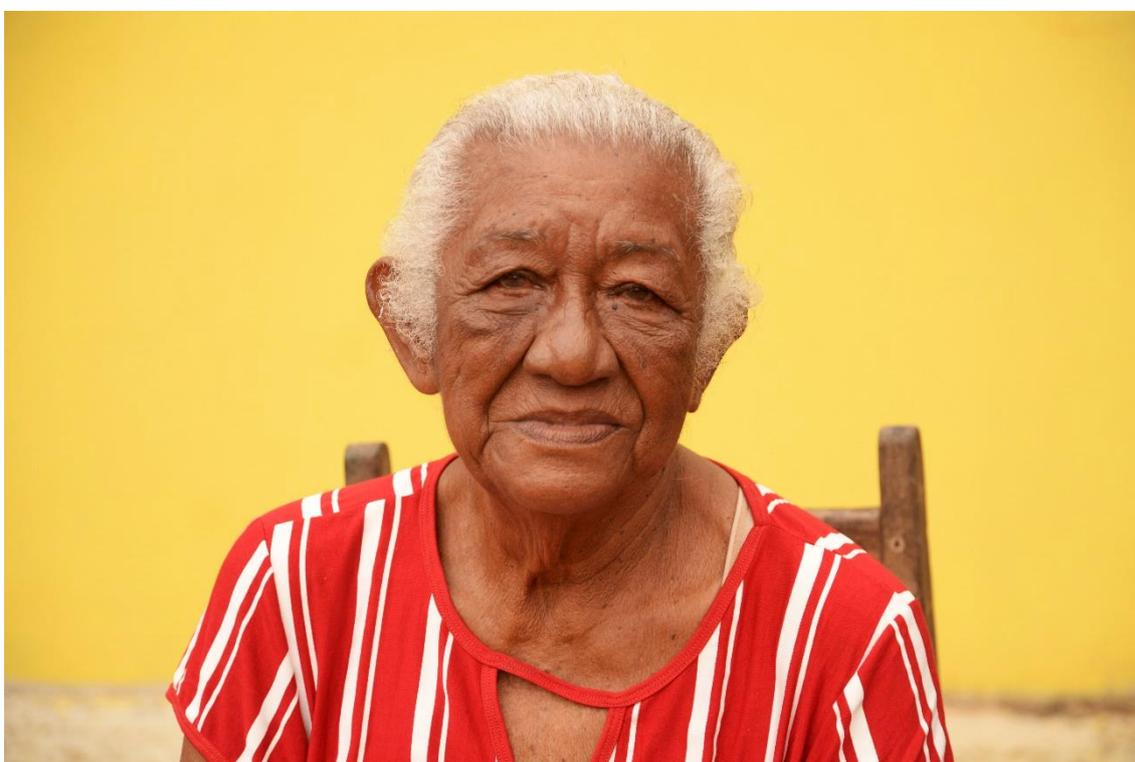


Imagem 2. Dona Edilberta (Albertina Lopes da Silva), defronte à igreja de São Sebastião, na vila de mesmo nome. Por Natalia Guerrero, 2020.

Esta tese consiste, antes de qualquer coisa, da partilha com um público mais amplo do privilégio de ouvir, por tantos dias e horas, sobre como se chega a entender o formato de um rio. Consiste também em falar sobre o que levou à constituição do *beiradão* do Xingu e do Iriri, sobre os conflitos que o atravessaram, em particular aqueles decorrentes da criação das unidades de conservação ambiental, sobre as resistências e os projetos de

futuro que ali se gestam. Sim, porque viver no Xingu e no Iriri para aprender — e ensinar — o formato do rio é também se emaranhar em uma teia de conflitos, e essa é uma matéria primordial, não só da vivência, mas também das reflexões que as famílias beiradeiras fazem sobre suas possibilidades de futuro. Possibilidades desafiadas, vale lembrar, por um contexto político cada vez mais adverso, marcado por crescentes ataques à floresta e aos povos indígenas e comunidades tradicionais.

O trajeto desta pesquisa

Minha aproximação com temas envolvendo conflitos socioambientais na Amazônia se iniciou no final da década de 2000, quando cursava a graduação no campo da comunicação social. Naquela ocasião, pude testemunhar a luta de uma comunidade beiradeira por seu território no alto Tapajós, primeiramente em face da grilagem e, depois, dos planos do governo federal de aproveitamento hidrelétrico na região⁴.

A experiência dirigiu meu olhar para a diversidade de formas de se relacionar com o território, bem como para os obstáculos à efetivação desses direitos territoriais, impostos por atores econômicos diversos e também pelo Estado, em suas múltiplas expressões. A análise do modelo de reserva extrativista (Resex), categoria de unidade de conservação ambiental reivindicada pelos beiradeiros do alto Tapajós, e cuja história conheci melhor no trabalho de conclusão de curso, conduziu-me a pesquisar sobre a intersecção da questão agrária e ambiental em um mestrado no campo da Geografia Humana. O projeto envolveu analisar as contradições de um processo de territorialização de comunidades quilombolas da baixada maranhense, cujo território havia sido reconhecido na forma de uma Resex, a Resex Quilombo do Frechal, criada em 1992. Embora a unidade de conservação tenha sido um instrumento da luta das famílias quilombolas contra ameaças de expropriação por um fazendeiro, foi possível observar

⁴ Trata-se da comunidade de Montanha e Mangabal, cuja bem sucedida luta contra a grilagem logrou um precedente jurídico histórico (Torres, 2008; Justiça..., 2022). Seu subsequente pleito por uma reserva extrativista (Resex) foi minado pelo planejamento das usinas hidrelétricas previstas para o rio (Guerrero, 2008; Guerrero e Furuie, 2008; Branford e Guerrero, 2009). Na década seguinte, em 2013, seu território veio a ser reconhecido na forma de um projeto de assentamento extrativista (PAE), o que não afastou por completo as ameaças, provenientes não apenas das usinas, mas da crescente presença de garimpeiros, palmiteiros e madeireiros na área. Nos últimos anos, beiradeiros de Montanha e Mangabal têm resistido a esses avanços ao lado de indígenas Munduruku de territórios vizinhos, com quem estabeleceram uma aliança também histórica, concretizada em processos de autodemarcação (Loures, 2017).

como suas características enquanto componente de uma política ambiental mais ampla colidiam, em certos aspectos, com formas tradicionais de gestão do território (Guerrero, 2012).

O contato com o *beiradão* da bacia do Xingu, onde transcorreu a pesquisa que originou esta tese, se deu já no início da década de 2010. Naquele momento, fui convidada a participar de uma breve atividade cujo objetivo era traçar um quadro socioeconômico e de acesso a políticas públicas das famílias que viviam na Resex Riozinho do Anfrísio, um afluente do rio Iriri⁵. Esse específico território beiradeiro encontrava-se pressionado principalmente pelo saque madeireiro — pressão, infelizmente, que só fez crescer ao longo da última década, explodindo nos últimos anos (Doblas, 2015; Harari, 2017).

No final de 2011, retornei a Altamira para apresentar os resultados desse trabalho no Seminário de Pesquisa Multidisciplinar e Estratégias de Sustentabilidade para Áreas Protegidas na Bacia do Xingu. Nessa ocasião, contribuí pontualmente com um estudo solicitado pela Defensoria Pública do Estado do Pará no município de Altamira, referente a procedimentos adotados pelo consórcio construtor da UHE Belo Monte no processo de aquisição e desapropriação de imóveis rurais em terras diretamente afetadas pelas construções ligadas à usina (Doblas *et al.*, 2011).

Como resultado dessas experiências, em 2014, fui convidada a atuar em um trabalho de consultoria envolvendo as famílias beiradeiras da vila de São Sebastião do Xingu. O convite partiu da servidora que ocupava o cargo de chefia do Parna da Serra do Pardo, e o trabalho consistia em apoiar a elaboração de um termo de compromisso — documento transitório de gestão utilizado pelo ICMBio em casos de sobreposição territorial. Entre a realização de um diagnóstico e de oficinas que resultaram em uma minuta do documento, foram cerca de nove meses de atividades.

Quando a consultoria se encerrou, em meados de 2015, apresentei ao grupo beiradeiro uma proposta de pesquisa de doutorado a respeito do conflito vivenciado a partir da sobreposição da unidade de conservação restritiva ao território tradicional. As famílias foram receptivas, e definimos assim as linhas gerais de uma parceria segundo a qual elas me receberiam durante as etapas da pesquisa e, em contrapartida, eu me

⁵ O convite partiu do então coordenador do escritório do Instituto Socioambiental (ISA) em Altamira, Marcelo Salazar, e o resultado do trabalho, realizado juntamente com os pesquisadores Mauricio Torres e Juan Doblas, está disponível online (Guerrero, Doblas e Torres, 2011).

comprometia a assessorá-las em seus pleitos territoriais e de cidadania, dentro de minhas possibilidades. Com o projeto aprovado, dei início em 2016 ao doutorado junto ao Programa de Pós-graduação em Antropologia Social da Universidade de São Paulo (USP).

Dos beiradeiros do Iriri que vivem no interior da Esec da Terra do Meio, eu me aproximei por meio de articulações, então em curso, para defesa dos direitos territoriais da comunidade junto ao ICMBio, que também estava conduzindo a elaboração de um termo de compromisso ali. Essas articulações mobilizavam, além da própria comunidade, o Ministério Público Federal (MPF), o Instituto Socioambiental (ISA) e pesquisadores de vários lugares, com destaque para Daniela Fernandes Alarcon e Mauricio Torres, autores de um estudo crucial sobre as famílias da Esec (Alarcon e Torres, 2014). Foi nesses marcos que, em 2015, a procuradora do MPF em Altamira, Thais Santi, solicitou ao professor Mauro William Barbosa de Almeida (Unicamp) um laudo multidisciplinar sobre a situação das famílias no Iriri⁶. Almeida, por sua vez, mobilizou-me para a coordenação adjunta desse trabalho, que envolveu mais de uma dezena de pesquisadores e se concluiu em 2018 (Almeida *et al.*, 2018).

No processo de elaboração do laudo, ao final de uma reunião com a procuradora da República, em 2017, aproveitei para explicar novamente aos beiradeiros minha ligação com a USP, meu projeto de pesquisa recentemente aprovado envolvendo beiradeiros do Xingu, e consultá-los sobre a possibilidade de que a pesquisa abarcasse também a Esec. Em outras palavras, solicitando que avaliassem a pertinência de estabelecermos uma parceria em moldes análogos aos do Xingu. Cabe notar que esse processo de consulta já havia se iniciado em 2016, com cada família individualmente, mas essa foi a primeira ocasião em que a proposta foi feita ao grupo como um todo. Ao cabo, os moradores consentiram com a realização da pesquisa. Foi a partir de então que o contexto do Iriri se juntou ao do Xingu na pesquisa de doutorado.

A tese a seguir inscreve-se nessa trajetória. Viabilizada, primariamente, por cada família do Xingu e do Iriri que me recebeu em sua casa, roça ou canoa, bem como apoiada

⁶ A solicitação ocorreu no interesse do Inquérito Civil Público n. 1.23.003.000080/2013-46, instaurado em abril de 2013 junto à mesma procuradoria, com o objetivo de “avaliar a demanda das populações extrativistas da EETM [Estação Ecológica da Terra do Meio] para permanecerem no local, não obstante a afetação da área como unidade de conservação de proteção integral”.

pelas referidas instituições — Capes, USP, Fapesp, ISA, MPF, ICMBio —, a pesquisa envolveu múltiplas viagens e estadias em campo ao longo dos últimos sete anos. Foram quase duas centenas de pessoas contatadas, entre milhares de quilômetros percorridos, por água ou por terra.

Por fim, cabe uma ressalva. Tanto o Parna, mas principalmente a Esec, incidiram também em áreas ocupadas por famílias autoidentificadas como de colonos. Em contraste com as famílias que se identificam como beiradeiras, cuja origem está ligada ao trabalho nos seringais, esses migrantes camponeses se estabeleceram na região em momentos diversos das décadas de 1970, 1980, 1990 e princípio de 2000, em um movimento que será abordado no Capítulo 4. Ao longo dos trabalhos de campo, tive a oportunidade de visitar e entrevistar algumas dessas famílias, visto que muitas fazem parte inclusive da rede de relações beiradeira, e nessas ocasiões corroborei as indicações de Torres e Alarcon (Torres, 2008a; Alarcon e Torres, 2014) de que, a elas, as unidades de conservação também representaram cerceamentos e violações. No entanto, não vi possibilidades de abarcar a especificidade de ambas as situações com a mesma qualidade nesta tese, uma vez que o grupo mais numeroso de colonos se situa ao longo de estradas vicinais um tanto afastadas do rio Iriri. Dessa forma, orientei o trabalho de campo e a etnografia ao grupo beiradeiro. Esse recorte, estritamente metodológico, não pode ser tomado de forma alguma como um indicativo de que a situação vivida por essas famílias é menos grave ou merece menor atenção, seja do poder público ou da academia.

Notas sobre alguns conceitos

Esta tese enfoca, portanto, as intersecções entre territorialidade e política na bacia do Xingu, partindo dos impactos de duas unidades de conservação ambiental ao território tradicionalmente ocupado por famílias beiradeiras. Dessa forma, convém explicitar aqui algumas informações básicas, bem como entendimentos conceituais que subjazem a esse recorte.

Durante a pesquisa que realizei no mestrado junto a famílias quilombolas da baixada maranhense, fui apresentada por uma interlocutora a uma imagem evocativa do encontro com o fazendeiro que tentou expropriar sua comunidade, na década de 1970:

Quando ele *fez esse negócio*, ele não achou a terra nua, ele achou a *terra vestida*. Como nua, a gente diz, quando a gente compra um terreno que tá limpo, não tem casa, não tem nada, quer dizer que aquele terreno é nu. É só terreno. Vestido é quando, como nós que moramos aqui, quer dizer que é uma terra vestida, que mora muita gente. (Guerrero, 2012, p. 18, grifos meus)

A expressão que ela utilizou, *terra vestida*, foi feliz em captar aquilo que, enquanto pesquisadora, me chamava a atenção, mas eu não era capaz de nomear. A ideia de um *vestir-afeto*, emanado da convicção de que só se inclinam a vestir a terra aqueles que com ela se relacionam diretamente, a partir dela estruturando seus modos de vida, tão diversos quanto as fazendas de tecido e seus moldes. *Uma terra que mora muita gente*, frisou a octogenária senhora quilombola, aludindo à dimensão coletiva dessas relações. Uma terra ameaçada pelos que com ela *fazem negócio*, sinalizando a existência de marcos contrastantes. E que findou reconhecida ao mesmo tempo como um quilombo e uma Resex.

Desde então, essas chaves me inspiram a compreender as noções de territorialidade, território, territorializações e o contexto em que se articulam: o conjunto de práticas envolvidas no *vestir a terra*, de gerar *terras vestidas*, de assegurar, em um embate coletivo e por variados meios, sua existência ante aqueles que as negociam. Uma existência que não é a da terra em si, ou dos grupos que a ocupam, mas dessa forma específica de vínculo e das relações que esse vínculo torna possível.

Analogamente, note-se que *beiradeiro* é uma categoria de autodefinição frequentemente utilizada pelo grupo de famílias que vive nas bacias do Xingu e Iriri, cuja referência mais imediata é o beiradão⁷. “Nasci no beiradão. Sou filho do beiradão”, diz seu Antônio, do Iriri (Arruda, Postigo e Martínez, 2017, p. 6). Penso que sua formulação mereça destaque porque expressa a polivalência da categoria: um componente geográfico

⁷ Tal como registrado em Villas-Bôas, Andrade e Postigo (2017, p. 9), observei o termo “beiradeiro” figurar, em certos contextos, revestido de uma conotação negativa, associada a privação e atraso, em especial sob o olhar citadino (“A vida lá em São Sebastião era beiradeiro, mesmo, não tinha condição de nada”, disse-me um senhor do Xingu). Isso aponta para como a categoria tem sido positivada recentemente, na esteira dos processos políticos de mobilização em defesa de direitos territoriais que colocaram o grupo em maiores contextos de interlocução em espaços institucionais — algo semelhante ao que se observa entre povos indígenas e quilombolas. No beiradão, isso parece guardar relação com o crescente uso de outros dois termos como categoria de autoidentificação, incorporados em um passado mais recente na região: *ribeirinho* (“ribeirinho é de um tempo para cá”, disse-me um jovem interlocutor) e *extrativista*. Sobre processos de valorização da memória e identidade beiradeira a partir da cidade de São Félix do Xingu, ver Pereira (2021).

(*nascer em*) contido em um referente que transcende, em muito, essa dimensão (*ser filho de*). Dito de outra forma, o beiradão é um lugar onde se nasce, mas é ao mesmo tempo algo que tem a capacidade de produzir pessoas e gerar vínculos para a vida, que não apenas conectam pessoas a um lugar, mas entre si, e de determinado modo. Torres descreve realidade semelhante no alto Tapajós, o que lhe levou à conclusão de que “o beiradão é um modo de vida. O beiradão não é um lugar” (2008, p. 86). Trabalhando com famílias do curso mais baixo do Iriri, Furuie afirma, em sentido análogo, que “o beiradão é um conceito, antes que um lugar” (2020, p. 6, tradução minha). Tenho grande acordo com o sentido geral dessas sínteses, apenas não vejo antinomia entre os elementos — acredito que o beiradão seja um modo de vida, um conceito, que contém, em seu fulcro, a relação com determinado lugar. É territorialidade e território.

É isso que vi implicado quando dona Edilberta me disse, referindo-se à vila de São Sebastião no beiradão do Xingu: “Tem romance aquele lugar”. O lugar onde nasceu e se criou, mas de onde foi compulsoriamente removida por um fazendeiro, em 2004. E onde viria a ser criado pelo Estado o Parna da Serra do Pardo, modificando a forma de se viver ali. Nesse sentido, fazer emergir o *romance*, ou romances, da terra é também uma forma de resistência contra tentativas de invisibilização de sua história e de suas formas próprias de constituir aquele lugar — enquanto território —, ameaçando suas condições futuras de vida ali.

Sobre a noção de territorialidade, acompanho aqui as considerações que fazem Dominique Gallois e Emilia Pietrafesa de Godoi. Para Gallois (2004), está-se falando de lógicas espaciais, ou da impressão ao espaço ocupado de uma lógica territorial, ou formas de organização territorial. Territorialidade alude a essas lógicas, que a autora lembra que não apenas são próprias às sociedades em questão, mas também históricas. Essa conexão é central: história, espaço, sociedades. Em seus termos, territorialidade é uma abordagem que “não só permite recuperar e valorizar a história da ocupação de uma terra por um grupo indígena, como também propicia uma melhor compreensão dos elementos culturais em jogo nas experiências de ocupação e gestão territorial indígenas” (2004, p. 37). A autora tem seu foco voltado a povos indígenas, mas creio que a análise contemple também a realidade de outros povos e comunidades tradicionais, como os beiradeiros do Xingu e Iriri.

Godoi também confere destaque ao caráter processual e plural das territorialidades, entendidas como “processos de construção de territórios” que encampam ao menos dois sentidos diversos. De um lado, explica a antropóloga, está “a ligação a lugares precisos, resultado de um longo investimento material e simbólico e que se exprime por um sistema de representações”, e, de outro, “os princípios de organização — a distribuição e os arranjos dos lugares de morada, de trabalho, de celebrações, as hierarquias sociais, as relações com os grupos vizinhos” (2014, p. 10). É esse conjunto de sentidos que tenho em mente quando busco descrever o que me foi referido como o *sistema do beiradão*.

Enfocando a luta de quilombolas do território Kalunga, em Goiás, Perutti parte dos sentidos processuais indicados por Godoi para aprofundar como o território é, ele mesmo, “lugar e produto da memória”, em um sentido “fluido, processual e histórico” (Perutti, 2015, p. 10). No centro desse processo, para esse grupo quilombola, está a ideia de deserto, e é sob essa percepção do território em situação liminar entre existir e não existir que os quilombolas da família Magalhães produzem cartografias de pessoas em movimento, tecem relações com vizinhos, “tocam amizade” e fazem política (Perutti, 2015, p. 12). Essa ideia se aproxima bastante da forma com que Porto-Gonçalves entende e descreve a territorialidade seringueira, a partir de seu estudo no Acre, não como algo substancializado, “mas construído na própria tessitura das relações sociais” (Porto-Gonçalves, 2003, p. 37).

Além disso, quando falo de territorialidade beiradeira em sua dimensão histórica e relacional, também estou convergindo com a noção de “territorialidades específicas” desenvolvida por Alfredo Wagner Berno de Almeida para tratar de “terras de pertencimento coletivo que convergem para um território” (2008, p. 29). Essa convergência, segundo o antropólogo, envolve de alguma forma processos de reconhecimento de pleitos, com intervenções da esfera política e administrativa e delimitações espaciais:

As territorialidades específicas podem ser entendidas aqui como resultantes dos processos de territorialização, apresentando delimitações mais definitivas ou contingenciais, dependendo da correlação de força em cada situação social de antagonismo. Distinguem-se neste sentido tanto da noção de “terra”, estrito senso, quanto daquela de “território”, conforme já foi sublinhado, e sua emergência atém-se a expressões que

manifestam elementos identitários ou correspondentes à sua forma específica de territorialização. (2008, p. 51)

Penso que a contribuição de Almeida nos ajuda ao trazer relevo para os antagonismos sociais no seio dos quais emergem essas territorialidades específicas, bem como o papel do Estado. Isso tem relação com a forma com que o relato da senhora quilombola da baixada maranhense que mencionei nos aponta para outro aspecto importante: o conflito dos que vestem a terra ante aqueles que com ela *fazem negócio*. Essa oposição lembra as considerações de Martins (1980) sobre o contraste entre *terra de negócio* e *terra de trabalho*, entre a propriedade capitalista da terra e os regimes de apropriação da terra que a inserem em outros modos de relação que não a orientada pelo lucro. Nesse segundo polo, estariam a propriedade camponesa, a propriedade comunitária (por povos indígenas, destacadamente) e a posse. Tal tipologia, que pode soar algo esquemática, mas que reflete a experiência direta de pesquisa de Martins na Amazônia, não tira força, a meu ver do argumento principal: o caráter anticapitalista dos conflitos pela terra e a necessidade de se efetivar “uma drástica alteração no regime de propriedade fundiária, de modo que esse reconheça como legítimos os regimes de propriedade alternativos que têm se defrontado com a expansão da propriedade capitalista” (Martins, 1980, p. 64).

Não cabe equiparar sem mediação o conteúdo das categorias utilizadas pela senhora quilombola e pelo sociólogo, mas enfatizar que a ambos subjaz um movimento semelhante de contraste. Afinal, como sabemos, o que está implicado nas terras de negócio, o sentido da existência da propriedade capitalista da terra, é sua expansão, ou seja, seu avanço sobre tudo o mais⁸. A dimensão sociológica de que há, sim, uma luta de classes em curso, tanto quanto o entendimento da geografia das especificidades da apropriação capitalista da natureza — e de seu caráter colonial e racista⁹ — são fundamentais. Mas isso é um ponto de partida, uma baliza, na qual buscamos inscrever a

⁸ Os interlocutores de Maristela de Paula Andrade também trazem considerações sobre os modos pelos quais a *terra de comprador* veio a suceder e expropriar a *terra de índio* (2008, p. 27).

⁹ Vale refletir nesse sentido com o cientista político martinicano Malcom Ferdinand a partir de seu diagnóstico sobre as mútuas implicações do que chama de fratura ambiental e colonial, e do dilema que daí emerge: “Ou se coloca em questão a fratura ambiental desde que se *mantenha* o silêncio da fratura colonial da modernidade, de suas escravidões misóginas e seus racismos, ou se desconstrói a fratura colonial sob a condição de *abandonar* as questões ecológicas” (Ferdinand, 2022, p. 31, grifos no original). Diante disso, o autor propõe a ideia de uma “ecologia decolonial” que possa avançar a partir de correntes críticas do campo da justiça ambiental e da ecocrítica pós-colonial para efetivamente transformar o enquadramento ambientalista da crise ecológica ao já incluir a cunha colonial no próprio diagnóstico dessa crise.

etnografia e por meio dela também trazer à tona outras dimensões — dimensões cosmológicas, associadas a regimes distintivos de conhecimento.

Uma questão importante, nesse sentido, é o quanto esses regimes antagônicos se imiscuem um no outro — evocando aqui um pouco da velha questão sobre o status das sociedades camponesas em relação ao capitalismo, mas atualizado pela emergência política de coletivos que se afirmam como culturalmente diferenciados. Penso que o nó dessa questão é qualificar a articulação entre conflitos entre segmentos diversos no interior de um modo de produção hegemônico, mas também nos conflitos entre esses regimes, conflitos ontológicos (Almeida, 2022).

Digo isso porque acredito que siga estratégico pensar em modos de razão e ação que distingam pequenos de grandes nos contextos desta tese. Garimpeiro e dono de garimpo, colono de fazendeiro – como me disse uma vez um senhor no Iriri, “não tem nada a ver o peão com o dono do avião”. Modos de razão seriam abordagens teóricas que permitissem destrinchar esse nó. Modos de ação seriam, por exemplo, políticas públicas com potencial para operar essa distinção na prática. Um exemplo dos mais clássicos seria uma política efetiva de reforma agrária.

Porque o movimento contrário é muito interessante para a manutenção do estado de coisas desigual, concentrador e predatório, e bastante empregado pelos “donos dos aviões”. Há, assim, uma interseccionalidade em jogo dessas duas ordens de conflitos – um que sintetizei na ideia de luta de classes e o outro nesse plano dos regimes antagônicos de produção, conhecimento, ontologia. E essa interseccionalidade se reflete, por sua vez, no campo das políticas públicas. A proteção dos direitos territoriais de povos indígenas ou da integridade de unidades de conservação só pode ser bem sucedida se se levar isso em conta. Sem uma via de direitos para os pequenos dentro do próprio sistema hegemônico, ela está fadada ao fracasso – um fracasso que, hoje é muito claro, não recai apenas nos coletivos que não se consegue proteger, mas que contribui para colocar em xeque uma existência humana em sentido mais amplo no planeta. Ou sem políticas que entendam que, entre esses pequenos, muitos constituem membros de coletivos portadores de regimes alternativos de produção, conhecimento etc., e que essa diversidade precisa encontrar formas correspondentes de reconhecimento territorial e social.

Proponho, dessa forma, um trabalho de inspiração etnográfica que componha com outros recentes, que abordaram o beiradão do Xingu e Iriri com enfoques específicos

(Villas-Bôas, Andrade e Postigo, 2017; Furuie, 2020; Santos, 2021; Francesco, 2021; Torres, 2022). Em comum a esses trabalhos (há entre eles divergências, também, evidentemente) está a ideia de que é possível focar um aspecto desse contexto para descrever e analisar especificidades de certos tipos de relação, mas que não se pode dissociar tal aspecto de *outras dimensões da vida e do lugar*.

Minha contribuição complementar, nesse contexto, seria entender como o beiradão foi impactado pelos conflitos de sobreposição territorial envolvendo unidades de conservação. Assim, quando falo na constituição do beiradão, não se trata de trazer algo exaustivo ou definitivo sobre o tema, mas trabalhar com alguns pilares dessa territorialidade, que foram impactados pelos conflitos de sobreposição, mas também em meio aos quais o grupo encontrou elementos para fabricar suas condições de permanência e resistência, e que vejo projetados nas categorias de fartura, união e respeito

Conservação ambiental e comunidades tradicionais

Outro campo no qual gostaria que a contribuição desta tese se inscrevesse envolve as relações entre conservação ambiental e povos e comunidades tradicionais. Embora o paradigma socioambiental tenha ganhado espaço mais recentemente, ao lado da estruturação de um campo mais amplo de reconhecimento de direitos com base em características étnicas ou ligadas a territorialidades específicas, os postulados de que a conservação ambiental é incompatível com qualquer ocupação humana, independentemente de sua territorialidade, ainda prevalecem em alguns setores da academia, do direito e dos órgãos ambientais. Dessa forma, as sobreposições territoriais seguem acarretando impactos a diversos grupos, compondo amplo rol de denúncias de violações.

Lembre-se que o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (Snuc), instituído pela Lei 9.985/2000, divide as doze modalidades de unidades de conservação ambiental existentes no país em dois grupos: as unidades de uso sustentável, voltadas a “compatibilizar a conservação da natureza com o uso sustentável de parcela dos seus recursos naturais”, e as unidades de proteção integral, cujo objetivo básico é “preservar a natureza, sendo admitido apenas o uso indireto dos seus recursos naturais”. Três das cinco modalidades que compõem este segundo grupo são restritivas (estações

ecológicas, reservas biológicas e parques nacionais), de posse e domínio público, vedando a ocupação humana em seu interior. É principalmente o tipo de conflito que envolve essas modalidades restritivas que enfocamos aqui, embora valha notar que as florestas nacionais ou estaduais, ainda que enquadradas na categoria de uso sustentável, também são frequentemente palco de violações de direitos de povos e comunidades tradicionais cujo território se vê sobreposto por unidades empresariais de manejo florestal, por meio de concessões de florestas públicas¹⁰.

Tal como em outros países, é possível afirmar que os conflitos decorrentes dessas situações no Brasil são numerosos, distribuem-se por todas as regiões e acompanham a história do sistema de áreas protegidas aqui construído ao longo do século 20 (Barretto Filho, 2004). Mas quantos e quais são esses conflitos? Essa é uma informação mais difícil de precisar, e isso por uma série de fatores.

Nas últimas quatro décadas, para além de diversos estudos de caso e denúncias, as sobreposições territoriais chegaram a ser objeto de alguns esforços mais sistemáticos de mapeamento e registro. Uma das primeiras iniciativas foi realizada no âmbito do Núcleo de Apoio à Pesquisa sobre Populações Humanas e Áreas Úmidas do Brasil (Nupaub), ligado à Universidade de São Paulo, e veio a público em 1995, com o levantamento de sobreposições nos estados do Rio de Janeiro, Espírito Santo, Paraná e São Paulo, em regiões de Mata Atlântica (Diegues e Vianna, 1995). O estudo, que se debruçou em dados de 67 unidades federais e estaduais, trabalhou majoritariamente com fontes institucionais, a partir da reunião de dados secundários e de entrevistas com gestores das unidades de conservação e outros integrantes de instituições governamentais. Os pesquisadores operaram com a ampla categoria de “populações humanas”, no interior da qual distinguiam “populações ‘tradicionais’ como pescadores artesanais, camponeses, extrativistas, e ‘não tradicionais’, como comerciantes, madeireiros, palmiteiros, veranistas etc.”. O trabalho revelou que os conflitos envolvendo as ditas “populações tradicionais” incidiam em 40% das unidades analisadas, número que subia para 49% quando se ampliava o recorte para os grupos que ocupavam o entorno imediato das áreas

¹⁰ Para uma reflexão sobre o conflito envolvendo categorias de florestas públicas, bem como um aprofundado estudo de caso na região do Trombetas, no Pará, vale cf. Nepomuceno (2017).

protegidas. Dentre as categorias, a maior concentração de conflitos estava em parques nacionais (83%), seguidos por reservas ecológicas (67 %) e estações ecológicas (60%)¹¹.

Na década seguinte, uma coletânea notória organizada pelo ISA (Ricardo, 2004) serviria como palco para pesquisadores, juristas e ambientalistas refletirem sobre os desafios do “equacionamento de justiça social e equilíbrio ambiental” (Ricardo e Macedo, 2004, p. 7). O material se assentava na exposição de casos emblemáticos envolvendo especificamente terras indígenas impactadas por sobreposições a unidades de conservação, embora as discussões sobre os desafios da intersecção de políticas ambientais e territoriais fossem amplas e pertinentes a outros povos e comunidades tradicionais¹². Foi pensando na expansão desse recorte que, em 2013, o *workshop* Políticas de Reconhecimento e Sobreposições Territoriais, realizado na Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), buscou atualizar essas reflexões — nesse caso, a partir de situações atinentes a povos indígenas, mas também territórios quilombolas e de outras comunidades tradicionais (Arruti, 2013).

Com efeito, o único mapeamento que pude identificar de âmbito nacional a respeito da incidência de unidades de conservação em territórios tradicionalmente ocupados foi realizado por servidores do ICMBio, responsável pela gestão dessas áreas, com o objetivo de produzir parâmetros de atuação — motivo pelo qual o recorte se ateuve às áreas de jurisdição federal (Madeira *et al.*, 2015). Esse caráter institucional transparece nas categorias da pesquisa e em seus procedimentos metodológicos, ancorados em questionários aplicados junto aos servidores do ICMBio com atuação direta nas situações em questão.

Intitulado *Levantamento de Interfaces entre Unidades de Conservação e Povos e Comunidades Tradicionais e Sobreposições Territoriais*, o estudo apontou a ocorrência desse tipo de conflito em cerca de 50% das unidades de conservação federais. Apontou-se algum tipo de sobreposição em 69,6% das unidades de proteção integral — em algumas

¹¹ Em 2011, o Nupaub publicou um estudo amplo, mas de caráter distinto, dado que não buscou quantificar e situar os conflitos de sobreposição, mas sim reunir informações qualitativas mais detalhadas sobre 61 casos, envolvendo especificamente povos e comunidades tradicionais, a partir de trabalhos acadêmicos publicados acerca dessas situações em todo o Brasil (Diegues *et al.*, 2011).

¹² O ISA mantém um portal na internet, o *uc.socioambiental.org*, ligado a seu programa de monitoramento de áreas protegidas no Brasil, no qual é possível acessar informações sobre as mais de mil unidades de conservação existentes, incluindo eventuais situações de sobreposição a territórios tradicionalmente ocupados.

delas, há mais de um caso. Dentre as áreas de domínio público, os parques nacionais encabeçam a lista, com 76,8% dessas unidades apresentando sobreposição, seguidos das estações ecológicas (65,5) e reservas biológicas (62,1%). Quanto aos grupos sociais envolvidos, o levantamento os divide em cinco categorias: agricultores familiares não assentados (30% das sobreposições); populações tradicionais (28%), indígenas (20%), quilombolas (11%) e assentados da reforma agrária (9%). Em suma, povos e comunidades tradicionais constituem a maioria dos coletivos afetados (59%).

As violações de direitos apontadas por quem vivencia esses conflitos são de vários tipos, mas de modo geral trata-se de vetores de expropriação impulsados por ações do órgão ambiental. Em alguns casos, essas ações se apresentaram mais explicitamente como tal, quando se conduziram remoções. Há diversos casos, mas podemos citar, por exemplo, o do Parna da Amazônia, criado em 1974. Torres e Figueiredo (2005) registram esse processo, pelo qual, nos anos que se seguiram à criação da unidade de conservação, comunidades inteiras foram removidas, poucas famílias foram indenizadas e, ainda assim, com valores irrisórios¹³. Algo semelhante se registrou na Esec de Anavilhanas, no baixo Rio Negro, criada em 1981.

Note-se, em um breve parêntese, que tanto o Parna da Amazônia quanto a Esec de Anavilhanas foram criadas durante o período da ditadura militar. Barretto-Filho (2001) toma como questão de pesquisa a aparente contradição residente no fato de que o período em que mais se criaram unidades de conservação de proteção integral na Amazônia foi justamente durante a ditadura civil-militar, quando se descortinaram diversas e devastadoras políticas desenvolvimentistas na região — algumas das quais veremos no Capítulo 4. No intervalo de 1979 a 1985, foram criadas vinte unidades de conservação restritivas na Amazônia, entre parques, estações ecológicas e reservas biológicas, totalizando quase dez milhões de hectares. Em outras palavras, o período de maior indução da fronteira agrícola para a região amazônica é também quando se registra uma expressiva ação conservacionista, com a criação de vinte parques nacionais e reservas biológicas recobrando quase dez milhões de hectares. Para Barretto Filho, essa contradição é só aparente. Em parte, a criação dessas áreas era uma resposta à indignação

¹³ Um funcionário aposentado do Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF), em depoimento registrado por Torres e Figueiredo, comenta da seguinte forma sua participação no processo de expulsão dos moradores do parque: “Contra a força não há resistência: eu nunca fui homem de receber ordem duas vezes quando era pra tirar essa gente daqui” (2005, p. 355).

pública ensejada pela cobertura midiática da devastação ambiental, em parte, as medidas conservacionistas, nesse contexto, “enraízam-se num conjunto de ações engendrado no contexto do regime militar, visando a um planejamento globalizante e integrado do desenvolvimento do país, de caráter centralizado e hegemonicamente econômico, e à apropriação da dimensão política do espaço, como forma de controle social” (Barretto Filho, 2001, p. 158-159).

Retornando ao contexto das violações de direitos ensejadas pela criação de unidades de conservação em territórios tradicionalmente ocupados, além de remoções e realocações diretas, como as mencionadas, há outro tipo de expulsão perpetrada pelo Estado que resulta de práticas de assédio e cerceamento que se estendem no tempo, minando as condições de reprodução física, cultural e social dos grupos. Um tipo, enfim, de *expulsão por cansaço*, como caracterizam os caiçaras impactados pela Esec Jureia-Itatins, desde 1986, no estado de São Paulo (cf. Castro, 2017), e que, no caso desta tese, encontra sua mais bem acabada síntese na frase que famílias beiradeiras ligadas ao Parna da Serra do Pardo relataram ter ouvido de um agente ambiental, na década de 2010: “quem vai tirar vocês é a fome”.

No campo jurídico, há diversas reflexões e atuações críticas aos instrumentos empregados nos marcos da política ambiental. Dentre essas, chamo atenção para os esforços que culminaram no manual de atuação publicado pelo MPF em 2014 (Brasil, 2014), que tematiza justamente conflitos envolvendo territórios de povos e comunidades tradicionais e unidades de proteção integral. A conclusão do documento é a de que pesquisas realizadas nas mais diversas áreas do conhecimento demonstram “a viabilidade e o interesse em proteger e manter esses povos nos seus territórios tradicionais, mesmo quando inseridos em Unidades de Conservação de Proteção Integral” (Brasil, 2014, p. 20, grifos nossos). Em 2015, um seminário do órgão que reuniu a 4ª e 6ª Câmaras de Coordenação e Revisão, responsáveis, respectivamente, pelas áreas de Meio Ambiente e Patrimônio Cultural e de Populações Indígenas e Comunidades Tradicionais, resultou em entendimento análogo, de que “deverá ser defendida a permanência dos povos e comunidades tradicionais, adotando-se, em primeiro plano, medidas que garantam a segurança jurídica de tal permanência” (Brasil, 2015). Em novembro de 2021, surge um novo marco jurídico para o encaminhamento da questão, a partir de parecer da procuradoria federal especializada junto ao ICMBio acerca da compatibilização de

atividades de populações tradicionais com os objetivos de Unidades de Conservação de Proteção Integral. Ainda é cedo para dizer, porém, as repercussões desse instrumento, que também veremos em maior detalhe no Capítulo 6, na atuação do órgão.

Esta tese se inscreve, assim, no debate sobre intersecções entre territorialidade e política, entre questão agrária e questão ambiental, mas também no campo dos que buscam perscrutar novos parâmetros para a relação entre conservação ambiental e povos e comunidades tradicionais, buscando se aproximar de formulações dos próprios grupos envolvidos em suas lutas, em suas resistências e na construção de seus projetos de futuro.

Estrutura da tese

Esta tese está estruturada em seis capítulos e sete cadernos de imagens.

O primeiro capítulo busca traçar um panorama da ocupação do médio Xingu e Iriri, e para isso parto de um mapeamento de estudos arqueológicos e ecológicos, inclusive conectando as contribuições dessa região para a constituição da agenda de pesquisa da ecologia histórica. Na sequência, trago elementos sobre a chegada de não indígenas, a partir do século 17, e alguns dos processos que se desencadearam, trabalhando com relatos de viajantes naturalistas que ali estiveram.

O Capítulo 2 debruça-se sobre o estabelecimento dos seringais na região do Xingu e os movimentos envolvidos nos picos e crises dessa economia extrativista no interflúvio do Xingu e Iriri, na primeira metade do século 20. Isso envolverá descrever e analisar como elites locais ligadas à exploração da borracha se articularam a movimentos políticos e econômicos mais amplos, mas também internamente, e as projeções dessas articulações no território.

No Capítulo 3, enfoco o estabelecimento das chamadas colocações seringueiras, unidade crucial para a emergência da territorialidade beiradeira. Trabalho aqui, como dito, com as categorias de *fartura*, *união* e *respeito*, três eixos da territorialidade beiradeira que foram profundamente impactados pelas unidades de conservação ambiental, ao mesmo tempo em que mobilizados na resistência das famílias.

No Capítulo 4, resgato a forma com que projetos da ditadura militar para a Amazônia incidiram nos municípios de Altamira e São Félix do Xingu. Isso lança as bases

para a análise subsequente, feita no Capítulo 5, do processo de criação da Esec da Terra do Meio e o Parna da Serra do Pardo, em 2005, e as violações de direitos vivenciadas pelas famílias beiradeiras do Xingu e do Iriri.

Já o Capítulo 6, por fim, dedica-se às formas pelas quais os eixos da territorialidade beiradeira destacados no Capítulo 3 têm sido mobilizado na resistência das famílias e como aparecem nas distintas interlocuções com o Estado, em especial na tramitação de termos de compromisso.

Os sete cadernos de imagens que se entremeiam aos capítulos buscam estabelecer outros percursos de aproximação com a história e a territorialidade beiradeiras. Ao final de cada caderno, encontram-se as legendas e fontes das imagens.

Na conclusão, recupero algumas das principais ideias da tese e suas conexões com outras agendas de pesquisa futuras e com o contexto político atual.

MARCAS NO MÉDIO XINGU E IRIRI





2



3



4

















LEGENDAS

1. **Petróglifo no rio Iriri. Por Natalia Guerrero, 2016.**
2. **Machadinhas de pedra encontradas por beiradeiros em áreas de roça no médio Xingu. Por Natalia Guerrero, 2020.**
3. e 4. **Fragmentos cerâmicos encontradas por beiradeiros em áreas de roça no médio Xingu. Por Natalia Guerrero, 2017 e 2020.**
5. **Assoalho onde se situava o *chapéu* da vila velha de São Sebastião do Xingu, onde se realizavam os bailes. Por Natalia Guerrero, 2014.**
6. **Antigo poste de luz da vila velha de São Sebastião do Xingu. Por Natalia Guerrero, 2014.**
7. **Base da casa do motor da vila velha de São Sebastião do Xingu. Por Natalia Guerrero, 2014.**
8. **Pedras de base do barracão do seringal da vila velha de São Sebastião do Xingu. Por Natalia Guerrero, 2014.**
9. **Fragmentos da tumba de Sebastião Rodrigues, mais conhecido como coronel Sabá, seringalista que fundou a vila velha de São Sebastião do Xingu. Enterrado na vila a pedido, seus restos mortais foram posteriormente levados para Belém, por sua família. Por Natalia Guerrero, 2014.**
10. **Esteio de casa beiradeira na vila velha de São Sebastião do Xingu. Por Natalia Guerrero, 2014.**
11. **Árvore cortada com machado em roça antiga no médio Xingu. Por Natalia Guerrero, 2014.**
12. **Jorge Lima mostra o reavivamento de sua estrada de seringa no verão de 2014, cuja borracha infelizmente nunca chegaria a tirar. Seringueiro, castanheiro, gateiro, pescador, garimpeiro, peão, Lima foi sobretudo uma importante liderança beiradeira do Xingu, falecida em 2015, e a quem este trabalho também é dedicado. Por Natalia Guerrero, 2014.**



Imagem 3. Local onde se situava a vila velha de São Sebastião do Xingu. Por Natalia Guerrero, 2014.

1 FAZER FALAR AS MARCAS NO MÉDIO XINGU E IRIRI

Certa manhã, Jorge Lima e eu aportamos em uma praia longa e plana, de areia clara, que escoltava uma pequena colina. A poucos passos da embarcação, a vegetação tomava de conta, adensada, dificultando a passagem. Vendo que eu não sabia direito onde deter meu olhar, a liderança beiradeira me apontou os sinais de mãos humanas: as mangueiras, os numerosos pés de murici ladeando o rio. Com mais atenção, era possível vislumbrar também as ruínas de um poste, dos esteios de uma casa, as formas de um abrigo de motor de luz. Eu estava diante de sinais da vila velha de São Sebastião do Xingu.

Surgida no início do século 20, a povoação se fez entreposto de um dos seringais do rio, ambos batizados com o mesmo nome, São Sebastião, em homenagem ao padroeiro escolhido pelo seringalista. Ao longo das décadas, São Sebastião do Xingu abrigou numerosos trabalhadores da borracha e suas famílias, tornando-se raiz de beiradeiros que até hoje mantêm seus vínculos com o lugar.

Depois de quase um século de existência, porém, contava-me Jorge, a vila recebeu uma figura diferente. Luis Pires, empresário oriundo de Araguaína, no Tocantins, fez-se presente no início dos anos 2000. Como outros, era de fora, mas, ao contrário dos migrantes que viriam a se enraizar e compor a trama de relações beiradeiras, este contribuiu para rompê-la. Junto com outros fazendeiros, instalou a sede de sua fazenda na colina da praia de areia branca onde estávamos e, segundo relatos, coagiu a comunidade centenária a se mudar para outro ponto do rio Xingu.

“A gente foi lá pra apanhar alguma madeira, fazer algum esteio e não tinha nada, foi tudo queimado”, conta Jorge sobre o momento que se seguiu à expulsão. “Ele fez porque queria que nós saíssemos, *nem mostrar mais que existia gente lá*”, explica. “Caso contrário, ficava uma *marca*.” Ou seja: não apenas a presença das famílias era considerada incompatível com a ocupação pelo fazendeiro, mas também suas *marcas*, tudo que estava envolvido em *mostrar que existia gente lá*. Jorge destacava, assim, o quanto era importante para o fazendeiro, na instauração de uma nova ordem, em meio à indignação que provocara com a expulsão da vila, apagar também as *marcas* do povoamento.

Na memória dos antigos moradores, porém, elas são bastante vívidas. Todos convergem no destaque dado à configuração espacial singular para os padrões do

beiradão, com as moradias enfileiradas. “Tudo bonito, a rua comprida. As casas correndo assim, igual cidade”, contava dona Edilberta, ressaltando a organização e os combinados entre os vizinhos: “Porque todo morador tinha o direito de limpar o lugar de suas casas”¹⁴. Além disso, a topografia propiciava uma boa proximidade das casas com o rio, o que trazia grandes facilidades na vida cotidiana, em especial para as mulheres, e o próprio ponto do rio em que a vila se situava era considerado favorável — além de ser mais acessível a partir do *canal*, permitia maior visibilidade do rio e seus viajantes¹⁵.

São Sebastião do Xingu também contava com edificações onde funcionavam uma escola e uma igreja, onde se situava a imagem do santo padroeiro. No centro de tudo, estava o barracão do seringal, onde se armazenavam as mercadorias que abasteciam os trabalhadores da borracha e suas famílias. A construção de madeira, ampla e elevada, abrigava também criações. “Ficava dessa altura o assoalho do barracão. Os carneiros, as coisas, tudo vivia embaixo”, lembra seu Cinide (Leonídio Marques Filho), antigo morador da vila e derradeiro *patrão* a se ocupar do barracão e do seringal, até a década de 1980.



Imagem 4. Antiga vila de São Sebastião do Xingu, em registro feito entre as décadas de 1930 e 1950 (Kräutler, 1997, p. 229)¹⁶.

¹⁴ No beiradão, *direito* é um termo empregado com o sentido de dever, de uma obrigação. Para as implicações dessa equivalência no campo da economia e da socialidade beiradeiras, ver Furuie (2020).

¹⁵ O Xingu e o Iriri são rios repletos de pedrais e corredeiras, cujo risco aos navegantes se intensifica no período de estiagem, quando a vazão dos rios é menor. O chamado canal é o percurso mais simples e menos arriscado durante todo o ano — mas não necessariamente o mais curto. É aí que entram em jogo a habilidade e o conhecimento dos pilotos, propiciados pela memorização das pedras e bancos de areia do caminho, e que permitem percorrer uma gama de vias alternativas ao canal.

¹⁶ O retrato figura em obra do missionário alemão Erich Kräutler (1997, p. 229), que esteve à frente da Prelazia do Xingu entre 1934 e 1965. A maioria absoluta das imagens que ilustram esse e outros livros de

Quando então, em 2014, Jorge me conduzia por cada caibro antigo da vila seringueira, quando me mostrava os restos do cimento queimado da estrutura onde se realizavam os bailes, quando me apontava, no topo do morro, o local onde se situavam os dois cemitérios, um para adultos e um para os *anjos* — as crianças falecidas —, o beiradeiro tratava, justamente, de fazer falar as *marcas*.

O fazendeiro já não se encontrava ali, afastado pela criação, em 2005, do Parna da Serra do Pardo — e, segundo certas análises beiradeiras, também por retaliação do santo padroeiro expulso. Mas o parque tampouco respeitou as *marcas*. A criação de uma unidade de conservação ambiental restritiva à ocupação humana naquele território tradicionalmente ocupado parecia se assentar no sucesso da empreitada fazendeira: *nem mostrar mais que existia gente lá*.

Acontece que tinha, teve, tem gente. Tanto no médio Xingu, onde se criou o parque, como no vizinho Iriri, onde no mesmo ano se criou a Esec da Terra do Meio. E não apenas as aferradas raízes beiradeiras, como as que Jorge apontava, mas também marcas humanas mais antigas, de centenas e milhares de anos, aflorantes em cerâmicas zoomorfas, em manchas negras de terras particularmente férteis, em petróglifos, nas próprias seringueiras e outros componentes a evidenciar o caráter antropogênico dessas florestas. Expressões, portanto, de uma rica biodiversidade amazônica que o próprio parque nacional e a estação ecológica vieram celebrar e proteger, sem, contudo, votar seu reconhecimento a essa longa história de marcas, manejos e relações, e a como tal história se conecta com os povos e comunidades contemporâneos, investidos em seus projetos de futuro.

O objetivo deste capítulo é traçar um panorama da ocupação do médio Xingu e Iriri, buscando articular a antropologia e suas interfaces com a arqueologia, a história, a geografia e a ecologia para trazer à tona esses processos, em suas variadas expressões, em suas mais amplas durações. Isso porque entendo que as *marcas* designam uma convergência singular de gentes, plantas, bichos, lugares, histórias, memórias — mas também de conflitos. Não me parece fortuito que se fale em *marcas* no contexto de uma

padre Eurico, como era mais conhecido na região, não possuem indicação de autoria ou data, mas os relatos de viagem sugerem que tenham sido registradas nessas ocasiões — inclusive, algumas retratam o próprio Kräutler nas sedes municipais ou no beiradão do Xingu e Iriri.

expulsão¹⁷. Por isso, a proposta é inscrever a etnografia entre as agendas da ecologia histórica e política. E, com isso, contrapor-se ao desejo de silenciamento do fazendeiro, quando oculta os traços de seu esbulho, mas também ao silenciamento do Estado, quando se fecha às *marcas*, desde as florestas antropogênicas até os caibros da vila velha de São Sebastião, para refundar seus mitos de natureza intocada, ensejando novos esbulhos¹⁸.

Para isso, o percurso principia com elementos indicativos de uma ocupação antiga da Amazônia, com algumas considerações sobre essa história de longa duração. Na sequência, trago dados sobre a chegada de não indígenas ao médio Xingu e Iriri, a partir do século 17, e alguns dos processos que daí se desencadearam. Por fim, um item será dedicado à caracterização que viajantes naturalistas fizeram da região ao longo do século 19 e início do 20, iluminando transformações pelas quais passou a região.

1.1 Da “natureza dada” à paisagem herdada: florestas e solos antropogênicos no Xingu e Iriri

Naquela manhã chuvosa de janeiro, a visita era em casa de seu Zé Boi (José Alves Gomes da Silva) e dona Nicinha (Cleonice Neves da Silva), na localidade Ideinha, às margens do Iriri. Ao longo de algumas horas, o casal beiradeiro partilhou um pouco de sua história, as migrações antepassadas, a vida no seringal, a criação dos filhos, os *trabalhos* que se encadeavam ou se sucediam, envolvendo diversos produtos: borracha, castanha-do-pará, couros de animais, garimpo. Nos dias seguintes, estavam programados alguns percursos próximos, ao longo dos quais seu Zé mostraria o tratamento que dá a

¹⁷ As formulações de Ingold (2000) acerca do conceito de paisagem são instigantes e remetem, em parte, ao que se propõe aqui. As *marcas* poderiam ser pensadas em aproximação com o que o autor chama de “histórias”, o processo contínuo e em permanente transformação de engajamentos de sociedades humanas e seres não humanos. Partindo da atividade arqueológica, Ingold diz que, tanto para o arqueólogo como para o habitante de um lugar, a paisagem conta — ou, antes, *é* — uma história, “ela envolve as vidas e tempos dos predecessores que, através de gerações, se moveram por ela e desempenharam um papel em sua formação” (1993, p. 152). Digo que as proposições do antropólogo se afinam apenas parcialmente com a abordagem que busco mobilizar neste trabalho porque, se a proximidade com a ecologia histórica é mais óbvia, a dimensão política desses engajamentos, as assimetrias de poder que atravessam esses processos — e que desempenham papel fundamental — não parecem tão sistematicamente integradas às preocupações do autor.

¹⁸ Resgato aqui a interpretação que o geógrafo Carlos Walter Porto-Gonçalves (ademais, profundo estudioso de territorialidades seringueiras no Acre) faz do caráter fundamentalmente político de seu campo, pois me parece pertinente a essas ponderações: “é possível dizer que Geografia é mais do que um substantivo; é, sim, um verbo que indica o ato de marcar, grafar (grafia) a terra (geo) e que implica, portanto, sujeitos sociais” (Porto-Gonçalves, 2003, p. 33).

seus castanhais e à sua roça, distribuída pelo solo negro ao longo do qual afloravam, sem grandes buscas, fragmentos cerâmicos — os *cacos de caboclos ou cacos de potes de índios*.

Castanhais e terra preta podem parecer, ao visitante ligeiro, elementos naturais, dados, componentes de um conjunto externo aos humanos que ali vivem. Estudos indicam, porém, que ambos teriam uma origem antrópica, ou seja, seriam o resultado de interações envolvendo sociedades pretéritas. Convém contextualizar um pouco essa ideia.



Imagem 5. (à esq.) Afloramentos cerâmicos em solo composto de terra preta de índio, na roça de seu Zé Boi, no Iriri. Por Raquel dos Santos, 2016.

Imagem 6 (à dir.) Chão de castanhal na região do Iriri. Por Natalia Guerrero, 2017.

Sabe-se hoje que a Amazônia como um todo apresenta um histórico de ocupação bastante antigo — os registros datam de, ao menos, doze mil anos, identificados na região do baixo Tapajós (Shock e Moraes, 2019). Além disso, contrariando teorias evolucionistas que apontavam para fatores ambientais limitantes dessa ocupação humana, destaca-se cada vez mais a diversidade social e sua presença difundida, inclusive nas terras baixas.

Um ponto crucial nessa mudança de abordagem, como lembra Neves (2006), foram os debates em torno das sociedades indígenas ditas de economia mista, ou seja, baseadas em caça, pesca e coleta, mas de forma associada a algum tipo de utilização de plantas domesticadas. Domesticação, nesse caso, seria o processo de longo termo pelo qual características genéticas de plantas selvagens são modificadas deliberadamente até o surgimento de novas espécies, que em muitos casos passam a depender de intervenções humanas para sua reprodução (Neves, 2006, p. 39).

Alguns autores viram nesse padrão articulado indícios de um tipo de “regressão”, como se esses povos houvessem se dedicado plenamente à agricultura em um momento

anterior e mudado seu padrão econômico por alguma premência externa, possivelmente associada ao processo de colonização. Embora não se descarte o impacto desestruturador que a colonização teve na organização social e econômica de povos indígenas, há um conjunto amplo de estudos que contesta essa interpretação, de uma linha evolutiva em que a agricultura se situaria em um patamar pretensamente superior do que o padrão de caça, coleta e pesca. Para Neves (2006, p. 40), um dos contestadores dessa abordagem evolucionista, estaríamos diante oscilações entre padrões econômicos desses povos indígenas, sem que a passagem de um a outro pudesse ser tomada como “evolução” em uma acepção unilinear.

Ao mesmo tempo, e em sintonia com esses estudos que emergem a partir da década de 1980, surge a agenda da ecologia histórica. Trata-se de um programa de pesquisa que se dedica “à análise das interações ao longo do tempo entre sociedades e ambientes, bem como as consequências dessas interações para a compreensão de culturas e paisagens pretéritas e contemporâneas” (Balée, 2006, p. 76). Em suma, é uma perspectiva que se debruça não apenas sobre as formas pelas quais sociedades pretéritas transformaram os lugares em que viviam, mas também como grupos contemporâneos se engajam com esses lugares, produzindo novas transformações.

No caso amazônico, uma das principais contribuições do programa foi abrir caminho para compreender esses processos a partir das ideias de construção de paisagens e de domesticação, lançando luz sobre a relação entre grupos humanos e a biodiversidade encontrada na região (Clement *et al.*, 2015; Levis *et al.*, 2017; 2018). Na síntese de Erickson:

Por meio de sua transformação de longo prazo do ambiente, envolvendo transplante de plantas e animais, abate seletivo de espécies não-econômicas e incentivo às espécies úteis, queima, assentamento, práticas agroflorestais (manejo florestal), e outras atividades discutidas neste artigo, humanos criaram o que reconhecemos e apreciamos como *natureza* na Amazônia. (Erickson, 2008, p. 158, grifo no original e tradução minha)

Em outras palavras, as matas megabiodiversas que frequentemente aparecem associadas à ideia de natureza prístina, intocada, seriam em grande parte compostas por florestas antropogênicas — o resultado de amplas e sofisticadas redes de socialidade entre

grupos humanos e múltiplos seres que ali convivem, como dito, há pelo menos mais de uma dezena de milhar de anos¹⁹.

Balée afirma que a ecologia histórica vem ao encontro da necessidade de uma ecologia antropocêntrica, em contraste com ecologias ecocêntricas ou geocêntricas (Balée, 2006, p. 81). Certamente, esse deslocamento foi fundamental para um salto na compreensão dos processos em questão, mas outros autores têm efetuado interessantes deslocamentos adicionais a esse horizonte de pesquisas, situando o centro menos em um domínio da vida ou conjunto de seres em particular e mais nas relações entre eles. Oliveira *et al.* exemplificam esse movimento, de ouvir e conversar com “vozes vegetais” para iluminar “uma diversidade de práticas de conhecimentos enraizados nos territórios, inseparáveis de cosmologias e modos de vida, que encarnam e se entrelaçam com histórias e trajetórias de vida particulares” (2020, p. 13-4).

Nesse diálogo, Neves argumenta que conceitos como “domesticação” ou “agricultura”, ainda que sejam úteis em outros contextos do planeta, podem ser limitados para ajudar a entender como as práticas de manejo e cultivo se desdobraram ao longo do tempo na Amazônia (Neves, 2020, p. 111). Para o arqueólogo, os conceitos de “familiarização” e “cultivo” seriam, respectivamente, mais adequados para tratar das relações entre plantas e povos e comunidades tradicionais na região (Neves, 2020, p. 112)²⁰. Em linha análoga, Furquim (2020) debate as conexões entre a megabiodiversidade amazônica e a diversidade social à luz das imbricações entre a arqueologia e a antropologia. “A história do uso das plantas no passado arqueológico amazônico nos mostra que cada nova espécie, cada nova variedade, é incorporada a um universo múltiplo, que se expande no sentido da diversidade” (Furquim, 2020, p. 138).

¹⁹ Um dos marcos inaugurais dessa linha foram os estudos etnobotânicos conduzidos pelo antropólogo estadunidense William Balée junto aos Ka’apor e Guajá, no Maranhão, e os Araweté e Asurini, no Pará, ao longo da década de 1980. O pesquisador realizou inventários em sítios localizados nesses territórios indígenas, avançando ali suas conclusões acerca do conceito de “florestas culturais” ou “florestas antropogênicas” (Balée, 2006).

²⁰ Fausto e Neves (2008) defendem que, entre povos indígenas que vivem na Amazônia, as plantas podem constituir domínios de alteridade semelhantes ao dos animais. Para esses autores, cultivar seria portanto uma atividade técnica que pressupõe habilidades sociais para engajamento em uma ampla rede de relações envolvendo humanos e não humanos: “[Cultivar] implica o entrelaçamento de diferentes agentes, borrando o divisor natureza-cultura, de modo a constituir uma arriscada empreitada interespecífica de apropriação e familiarização. É por isso que defendemos a necessidade de reinseri-la em uma chave mais ampla de interpretação, bem como de promover a noção de familiarização como um conceito alternativo e mais inclusivo do que domesticação. Também argumentamos que a geração de diversidade é um aspecto-chave de um tal modo de produção” (2018, p. 1614).

Operando nesse campo de deslocamentos, Manuela Carneiro da Cunha (2019) propõe a ideia de “antidomesticação” para designar esses processos. A antropóloga põe em questão, a partir de reflexões de povos indígenas que vivem na Amazônia, a ideia de domesticação como equivalente a subjugo ou inequívoca dependência, ou, ainda, à imposição de um princípio humano sobre todos os outros. “Novamente, esse tipo de relacionamento estabelecido com plantas cultivadas dificilmente é visto como a dependência de plantas implicadas na domesticação”, afirma (Cunha, 2019, p. 129, tradução minha). Haveria, assim, formas muito mais diversas nos vínculos entre coletivos humanos e os seres com quem convivem.

Se essas frentes de estudo têm feito avançar sensivelmente o que se sabe sobre a relação de povos indígenas com a formação de paisagens, há ainda um caminho a percorrer quando se fala em outros coletivos. Carney e Voeks (2003) apontam que o papel da diáspora africana nessa composição de paisagens segue muito pouco analisado, ainda que seu legado em termos de manipulação de plantas para subsistência, resistência e identidade ressoe na cultura afro-brasileira até os dias de hoje²¹. Em sentido análogo, Rocha (informação verbal²²) destaca como também são relativamente escassas as abordagens arqueológicas ou ligadas à ecologia histórica que se voltam para ocupações relacionadas ao período da borracha, a seringueiros e seus descendentes.

Há, porém, avanços preliminares nesse cenário, com pesquisas realizadas no baixo Tapajós (Muniz, 2021; Rocha, 2017) e no próprio rio Iriri, inclusive de forma conexa à pesquisa que deu origem a esta tese (Balée *et al.*, 2020). Nesse rio, o inventário e as escavações foram realizados no Pique do Cachorro, ponto tradicional de coleta de castanha-do-pará da família de seu Zé Boi, que, juntamente com seus filhos, apoiou e contribuiu com a equipe de pesquisadores. Dentre as principais descobertas do estudo, levando em conta as evidências arqueológicas e as atividades contemporâneas das famílias beiradeiras, tal como o uso de pequenos morros encontrados na floresta alagável,

²¹ Vejo uma aproximação dessa agenda de pesquisas com a conclamação de Guilherme de Moura Fagundes por uma “ressemantização ecológica” dos quilombos, algo que a seu ver demandaria uma renovação também no campo epistemológico, ou, em seus termos, “demanda ecologizar o pensamento e localizar — ou seja, tornar local — o que entendemos abstratamente por conhecimento ambiental” (Fagundes, 2022, p. 316).

²² Avaliação apresentada durante seminário virtual, realizado em 22 de maio de 2021, nos marcos do projeto de pesquisa *Comunidades tradicionais, conservação ambiental e políticas territoriais*, vinculado a acordo de cooperação entre a Fapesp e Fundação Amazônia de Amparo a Estudos e Pesquisas (Fapespa).

junto com suas práticas de manejo e profundo conhecimento ecológico, estaria a sugestão de um uso contínuo da área desde o passado distante até o presente. Em outras palavras:

[...] a riqueza e a dominância de espécies são mantidas como parte de uma conservação geral do legado florestal indígena de povos pretéritos, de quem os beiradeiros são herdeiros. A transformação primária da paisagem data de 410 ± 30 C14 AP (ou até mesmo antes, dada a ocupação anterior de 3850 ± 30 C14 AP ou 4300-4085 cal AP), ou do início do século XVII, embora a cultura beiradeira e seus ancestrais estejam presentes apenas nos últimos 130 anos. (Balée *et al.*, 2020, p. 11).

O estudo mostra, assim, que essa área de floresta é ao menos um século mais antiga que a ocupação beiradeira na região. Uma das conclusões que os autores derivam desse dado é a de que os beiradeiros do Iriri não só não teriam degradado a paisagem herdada dessa ocupação pretérita como, ao contrário, teriam atuado no sentido de sua manutenção (Balée *et al.*, 2020, p. 7).

Até aqui, investigou-se uma primeira camada de *marcas*. Vimos um pouco sobre as abordagens que apontam para a ocupação antiga e socialmente diversa da Amazônia, e para como os povos que compunham essa sociodiversidade também estão ligados a uma megabiodiversidade, que é legada, mas também manejada por grupos contemporâneos. Na próxima seção, a ideia é localizar esses movimentos na região do Xingu e Iriri, identificando os povos específicos sobre cuja ocupação se tem registro — um registro marcadamente ligado à chegada de não indígenas à região.

1.2 A invasão europeia: entre missões e sertões

Até meados do século 17, há elementos para apontar que o interflúvio dos rios Xingu e Iriri era marcado pela presença dos povos Arara, Yudjá/Juruna, Kayapó, Araweté, Assurini, Xipaya, Kuruaya, Parakanã, Pena e Takonyapé²³. Os registros sobre esses grupos apontam uma intensa diversidade social, com distintas formas de relação

²³ Para mais informações sobre esses povos, cf. respectivamente, Teixeira-Pinto (1998), Lima, (2001), Verswijver (2002), Viveiros de Castro (2003), Müller (2002), Patrício (2003a), Patrício (2003b), Fausto (2004) e Nimuendajú, (1948).

entre si e com a floresta, o rio, a terra. Um elemento, porém, os viria a irmanar: os profundos impactos em sua organização social com a chegada de não índios à região²⁴.

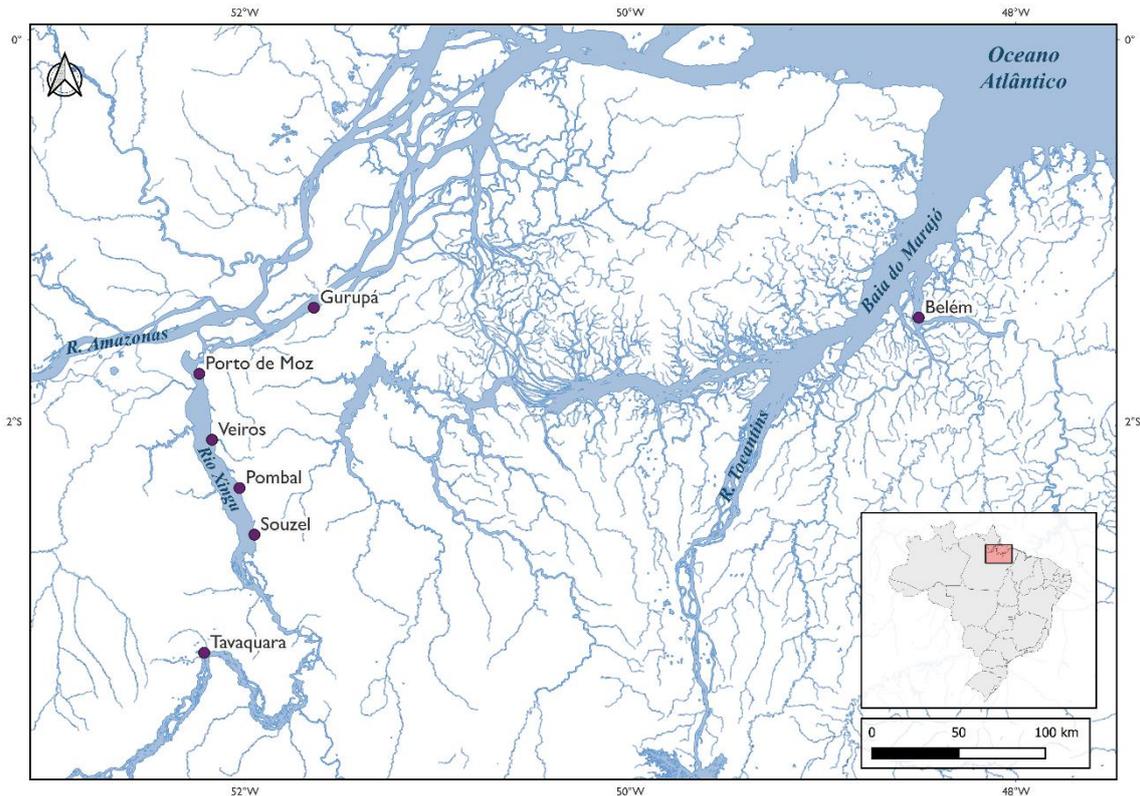
Historiadores apontam que o Xingu, por várias razões, teria levado mais tempo para ensejar os mesmos esforços de subordinação e controle direto por parte das autoridades coloniais do que outras regiões da Amazônia (Chambouleyron, 2008, p. 52). Ainda assim, apontam-se tentativas dos holandeses de se estabelecerem próximo à foz do rio nos primeiros anos do século 17, instalando edificações fortificadas em Veiros (Forte Orange), Gurupá (Forte Matriocaí) e no que veio a ser a cidade de Porto de Moz (Forte Nassau). A partir da década de 1620, os portugueses, recém-chegados à região, investiram contra a presença batava e, entre batalhas e resistências, afirmaram-se como poder colonial dominante.

Os primeiros avanços mais consistentes de não indígenas ao curso baixo do Xingu desenrolam-se nas décadas seguintes, com a atividade missionária. Tratava-se especialmente da ação voltada à criação de aldeamentos e ao “descimento” de indígenas, ou seja, o deslocamento de seu local de origem para as aldeias jesuítas, onde eram catequizados e utilizados como mão de obra²⁵. Um marco nesse sentido teria sido a viagem do padre Luís Figueira, em 1636. Proeminente figura da Companhia de Jesus, Figueira foi o enviado da ordem inaciana para fazer um percurso desde a cidade de São Luís até o Xingu, com o objetivo de visitar as aldeias pelo caminho e fundamentar uma solicitação de mais missionários para a província²⁶. A expedição do padre Figueira logra parte de seu intuito, além de fundar a Missão São João, ou Residência do Xingu, na região do atual município de Porto de Moz.

²⁴ Estudos estimam que, na Amazônia, até 90% da população indígena tenha morrido após a invasão europeia, em decorrência principalmente de epidemias, além de massacres e outros tipos de violência (Koch *et al.*, 2019, p. 15).

²⁵ Segundo Cardozo, a ordem franciscana teria sido a primeira presença religiosa na região da foz do Xingu, logo suplantada pela atuação dos jesuítas (2008, p. 21).

²⁶ Cardozo (2008) analisa relatos e crônicas dessa expedição, contextualizando-a em relação ao movimento das ordens religiosas no período, bem como destacando a relação entre religiosos e indígenas. O historiador acautela-nos, contudo, quanto ao gênero específico desse tipo de crônica. “Há fórmulas nos textos de Luis Figueira que desqualificam uma leitura simplesmente etnográfica do relato de 1636” (Cardozo, 2008, p. 26-7). Em outras palavras, o desejo de falar proximamente a outros padres da Companhia e de justificar a necessidade e importância de sua presença nessas paragens é a mediação à luz da qual devem se interpretar as informações do relato, que se presta menos a “conhecer as aldeias do Xingu do que a própria escrita da Companhia” (2008, p. 27).



Mapa 1. Localidades do Xingu onde se instalaram aldeamentos missionários nos séculos 17 e 18. Porto de Moz correspondia ao aldeamento yudjá/juruna de Maturu, tornada local da Missão São João, ou Residência Xingu, ao passo que a localidade de Veiros (hoje parte do município de Porto de Moz) correspondia à antiga aldeia de Itacuruçá, missionada pelos jesuítas, da mesma forma que Pombal. Souzel (hoje sede do município de Senador José Porfírio), correspondia à aldeia missionada de Aricari, ao passo que a Missão Tavaquara veio a se tornar a sede do município de Altamira. Mais informações sobre essas localidades do vale do Xingu, cf. Marin (2010). Elaboração: Juan Doblas, 2022.

Sobre os povos indígenas na região, padre Figueira diz que sua população é “inumerável”, além de julgá-la “em extrema necessidade espiritual e desamparadíssima” (Figueira, 1923 [1637], p. 430). Isso era tanto mais inadmissível, prossegue o padre, considerando os préstimos “ofertados” à Coroa e aos portugueses que ali estavam. No âmbito da assistência indígena, destaca-se o apoio durante as incursões bélicas para afastar as investidas de holandeses e ingleses pelas terras, manifesto desde o provimento de víveres até o suporte durante batalhas.

No mesmo ano em que o padre Figueira concluía seu memorial acerca da recém-concluída viagem, em 1637, outra notória expedição tinha início: a de Pedro Teixeira, militar português que percorreu o rio Amazonas entre 1637 e 1639, de Belém até Quito, então parte do vice-reino do Peru. O relato dessa viagem legou breves informações sobre o Xingu, registradas pelo cronista português Mauricio de Heriarte, cujo foco recai em possíveis aproveitamentos extrativistas madeireiros e não madeireiros, no caso da

castanha-do-pará: “Tem infinitas madeiras e muitas castanhas que se criam nos montes: são melhores que as nozes e as amêndoas” (1874 [1662], p. 33).

Os missionários concentraram-se inicialmente no curso mais baixo do rio, principalmente por conta da dificuldade de navegação imposta pela sequência de cachoeiras e pedrais da chamada Volta Grande do Xingu. Nesse período, inclusive, denominava-se “alto Xingu” todo o curso do rio que se situava acima desse ponto — só posteriormente, com o avanço da ocupação não indígena a montante, essa divisão ganhou outros matizes e o limite do alto Xingu foi se “deslocando” para abarcar porções incidentes já no Mato Grosso.

Um marco frequentemente referido da presença não indígena acima da Volta Grande foram as viagens empreendidas pelos padres Pedro Poderoso e Antonio Ribeiro, no início e fim da década de 1660. Sobre essa movimentação, temos informações pela crônica do padre João Felipe de Bettendorf, superior da Companhia do Maranhão e do Grão-Pará que enviara Poderoso e o irmão Ribeiro à missão do Xingu e ordenara a viagem rio acima, com o objetivo de realizar o descimento de indígenas Takonyapé. Dentre as razões para a escolha de Poderoso e Ribeiro, estavam suas habilidades de comunicação em língua geral — Bettendorf reputava a ambos serem “bons línguas”.

Os padres viajaram cerca de duas semanas rio acima, em “canoa bem equipada e provida”, e conduzida por indígenas aos quais se atribui o sucesso da passagem pelas fortes cachoeiras e correntezas, “que só pegando-se com os índios remeiros em uns ramos que havia ao bordo do rio podiam avançar alguma coisa” (Bettendorf, 1910, p. 277). Entre os pedrais do caminho, os padres apontaram a possível existência de gravuras rupestres — “nesses rochedos havia figuras de umas letras a grelha, como entalhadas ali” (Bettendorf, 1910, p. 277).

A descrição da chegada à aldeia takonyapé, que não se situava na margem, mas a “um bom estirão” mata a dentro, é marcada pela recepção hospitaleira e dadivosa. As mulheres ofertam aos padres espigas de milho assadas e castanhas, ao passo que eles lhes dão em troca carregamentos de sal. No fim do encontro, Poderoso e Ribeiro retornam ao baixo Xingu acompanhados de algumas pessoas do grupo takonyapé. Bettendorf relata ainda como os missionários buscavam, durante essa viagem, persuadir indígenas que haviam fugido de aldeamentos no Xingu para que retornassem. Esses esforços, no

entanto, que incluíram o oferecimento de ferramentas para trabalho na terra, não lograram sucesso (Bettendorf, 1910, p. 279).

O período de consolidação da atuação missionária nessas partes do Xingu é também quando ganha proeminência a exploração das chamadas “drogas do sertão”, variedade de frutos, óleos e resinas encontrados nas florestas amazônicas e extremamente valorizados em circuito comercial. Semelhantes itens, dentre os quais se destacavam cacau, baunilha, castanha-do-pará e salsaparrilha, eram embarcados para seu mercado certo na Europa, muitos deles como substitutos das especiarias provindas do Oriente Médio e da Ásia. Algumas dessas explorações eram feitas pelos próprios padres, com mão de obra indígena²⁷.

A propósito dos empreendimentos não religiosos realizados pelos portugueses na região do Xingu na segunda metade do século 17, Chambouleyron (2008) mostra como se destaca a procura por pau-cravo (*Dicypellium caryophyllaceum*), ou cravo de casca, realizada de forma intensiva por amplas áreas da região. O historiador lembra que o cravo era um gênero de importância para a Amazônia colonial, principalmente porque se tornara, junto com o cacau, uma das principais receitas da capitania do Pará nesse período: “Desde o final dos anos 1670, pelo menos, a Coroa auferia rendas da arrematação dos *dízimos do cravo e cacau*, que tiveram um crescimento considerável a partir de 1682” (2008, p. 67, grifos no original). Inclusive, embora a crônica histórica refira os padres Pedro Poderoso e Antônio Ribeiro como os primeiros não indígenas a atravessar a Volta Grande, o próprio relato de viagem feito por Bettendorf já alude à possível presença de cravistas acima do trecho encachoeirado: “[...] poucos há que se atrevam a ir em busca dele; porém como tudo vence a cobiça insaciável dos homens nada há hoje... aos cravistas, que a tudo se arriscam, para levar o cravo de onde quer que esteja” (Bettendorf, 1910, p. 279).

É nessa década de crescimento das receitas oriundas do extrativismo que também se registram ao menos dois grandes conflitos envolvendo portugueses e indígenas Takonyapé e Yudjá/Juruna (Chambouleyron, 2008, p. 56-9). Os conflitos não eram

²⁷ O viajante francês Henri Coudreau, cuja expedição em 1896 detalharemos adiante, menciona uma “grande exploração de salsaparrilha” feita por religiosos no igarapé Panela, próximo de onde viria a se constituir a cidade de Altamira (Coudreau, 1977 [1897], p. 26). Nessa época, porém, assinala o francês, esse tipo de exploração já havia perdido preço, recebendo cada vez menos atenção, em prol da economia da borracha.

somente um meio de submeter indígenas ao trabalho nas empresas coloniais, mas também uma forma de assegurar o domínio sobre uma região rica em um produto valorizado:

Era necessário “limpar” o território (embora não se trate de uma guerra de extermínio, pois escravizar ainda era fundamental) para garantir a extração do cravo dos sertões *xinguanos*. O domínio militar seria ainda completado pela ocupação das terras dadas a donatários com jurisdição de incumbência de fundar vilas para ocupar o território. Não é fortuito o fato de as doações de terra ocorrerem entre os dois conflitos contra os Taconhapé [ocorridos na década de 1680], sinal de que a Coroa procurava ainda dominar a região pela presença mais sistemática (e não somente militar) dos portugueses. Poderíamos pensar nas duas doações, inclusive, como uma tentativa de a Coroa “racionalizar” a própria exploração do cravo, cuja exportação ela própria procurava controlar naquele momento. (Chambouleyron, 2008, p. 69, grifo no original).

Viveiros de Castro e Andrade (1988, p. 135) lembram que, nesse processo longo do avanço europeu, povos teriam sido dados como desaparecidos, como os Takonyapé e os Pacajá. Outros resistiram e migraram, como os Wayãpi, que atravessaram o Amazonas para se instalar no Amapá, e os Yudjá/Juruna, Xipayá e Arara, que se deslocaram em busca de áreas menos acessíveis, nas cabeceiras dos rios ou em regiões de terra firme.

Um século se passaria até que outro missionário empreendesse a viagem além da Volta Grande do Xingu. A expedição do jesuíta alemão Johannes Rochus de Hundertpfund, em 1750, resultou na fundação de um novo aldeamento, a missão Tavaquara, próxima de onde hoje se localiza a cidade de Altamira. Em 1759, porém, com a expulsão dos jesuítas declarada por D. José I, sob ordens do Marquês de Pombal, a missão é fechada, sendo reaberta somente décadas mais tarde, em 1841²⁸.

1.3 Naturalistas e seus olhares ao Xingu e Iriri do século 19 e início do 20

A reabertura da missão Tavaquara, em 1841, coincide com o período em que começam a surgir registros mais detalhados da sociobiodiversidade do curso mais alto do rio Xingu, bem como de seu maior afluente, o rio Iriri. Essas observações provieram de

²⁸ Arnault (2016), em sua pesquisa sobre a situação dos indígenas que viviam em Altamira em face da construção da UHE Belo Monte, nos traz mais informações sobre a presença indígena no local, desde o estabelecimento da missão Tavaquara, que estaria na origem da cidade, até as transformações históricas que se sucederam e que configuraram os diversos bairros. Faria (2016) também trabalha com narrativas de indígenas Xipayá e Kuruaya da cidade de Altamira acerca da cultura relacionada à missão Tavaquara, e as formas como é mobilizada como símbolo de resistência e identidade.

europeus que por lá viajaram ao longo do século 19 e início do 20: o príncipe Adalberto da Prússia (em 1842), o naturalista Karl von den Steinen (em 1884 e 1887), o casal Henri e Octavie Coudreau (em 1896) e a cientista Emília Snethlage (em 1909 e 1914). Seus relatos de viagem proporcionam extenso material de análise, não apenas de natureza cartográfica ou etnológica, mas atinentes às próprias condições de realização dessas expedições.

O primeiro europeu que esteve no médio Xingu sem propósitos extrativistas ou missionários foi o príncipe Adalberto da Prússia (1811-1873). O militar, cuja paixão pela navegação o acompanhava desde criança, já havia visitado diversas regiões da Europa antes de cruzar o Atlântico pela primeira vez, aportando no Rio de Janeiro em 1842. A escolha do Xingu como destino animava-o pelo desconhecimento que projetava não só no lugar, como também em suas gentes: “não só por ser um dos menos visitados grandes afluentes do Amazonas, como também porque nas suas margens poderíamos facilmente chegar até às tribos inteiramente selvagens dos jurunas e dos taconhapés [Takonyapé]” (Adalberto, 2002 [1847], p. 141).

Embora não fosse um cientista, e sua narrativa se construa em torno de motivos aventureiros, Adalberto também busca reunir informações mínimas sobre a geografia e os costumes dos povos com que entrou em contato ou de que teve notícia. Nessa disposição, o príncipe parece se inspirar nos relatos de outros viajantes cuja leitura menciona, dentre os quais o conterrâneo naturalista Alexander von Humboldt (1769-1859), que chegou a prefaciar a primeira edição inglesa do diário resultante dessa viagem do príncipe Adalberto — embora minimizando, justamente, seus aspectos mais propriamente científicos:

O diário de suas viagens, publicado originalmente apenas para leitura de seus amigos, e enriquecido com desenhos feitos a partir da natureza pelo próprio autor, *não é, no sentido estrito do termo, um livro científico*; no entanto, contém observações e opiniões da natureza e de costumes que refletem uma pintura vívida das cenas que o príncipe testemunhou e observou. A instrução é partilhada da forma mais agradável, quando uma simplicidade sem afetação e uma ausência de pretensões perpassam um trabalho assim. (Humboldt, 1849, p. vi-vii, tradução e grifos meus).

Para a principal parte de sua viagem pelo Xingu, Adalberto contou com um apoio particularmente importante. Trata-se do padre Torquato Antônio de Sousa (?-1884),

vigário de Souzel²⁹ e responsável pela reabertura da missão Tavaquara. Nascido em Salina, em Pernambuco, Torquato tinha em criança o desejo de ser soldado, mas o pai não lhe permitiu o gosto, direcionando-o ao seminário em Olinda³⁰. Para reativar a missão criada pelos jesuítas um século antes, e que rebatizara de Imperatriz, Torquato teve de buscar os meios para reativar também “a Estrada”, como se conhecia o caminho que contornava as cachoeiras da Volta Grande e que envolvia navegar o rio Tucuruí até determinado trecho, seguir por terra e depois acessar o igarapé Ambé até seu ponto de deságue no Xingu. Esse seria um percurso crucial aos empreendimentos econômicos que se desenvolveram nas décadas seguintes, como veremos, e é desse acesso que se serve o grupo do príncipe Adalberto, sob condução de Torquato.

Adalberto não se detém mais que dois dias na missão Imperatriz/Tavaquara e sua trupe logo segue Xingu acima, com a expectativa de ir ao encontro de indígenas Takonyapé, o que acabou não sendo possível. O ápice de sua viagem foi a ilha de Piranhaquara, a seis dias da missão, onde uma aldeia abandonada pelos Takonyapé se encontrava então ocupada pelos Yudjá/Juruna. Com efeito, esse foi o único povo indígena com quem o príncipe efetivamente teve contato, e cuja população lhe foi estimada por padre Torquato em duas mil pessoas. Sobre outros povos, apoiado em informantes, o príncipe traz uma sumária enumeração (Adalberto, 2002 [1847], p. 214). Destaque-se que, embora marcado pela grande categorização colonial entre “índios mansos” e índios “selvagens e hostis”, o inventário breve de povos contempla também notas sobre contrastes de costumes, já aludindo a uma ampla diversidade social na região.

Outro plano frustrado do príncipe Adalberto foi a visita ao rio Iriri, onde esperava encontrar uma aldeia yudjá/juruna populosa, da qual ouvira falar em Souzel e que se propunha alcançar como destino final de sua viagem. Chegando próximo à embocadura desse rio, teve notícia de que a aldeia — que seria, em realidade, takonyapé — havia sido abandonada, deslocando-se seus ocupantes para a montante. Do Iriri, assim, as únicas informações de seu relato são de que “poucas expedições, visando trazer índios para as

²⁹ Souzel corresponde ao atual município de Senador José Porfírio — nome de um dos mais proeminentes chefes políticos da região do Xingu, conectado à economia da borracha, como veremos no Capítulo 2. Em 1842, o príncipe Adalberto descreve Souzel como tendo “de 40 a 50 casas” (2002 [1847], p. 166).

³⁰ Em obituário publicado por membros da elite xinguana, em 1884, fala-se na “sensível perda” que a morte do padre significou para o Partido Conservador — “era adeso às ideias conservadoras, e, na Província do Amazonas, onde residiu por longos anos, exerceu diversos cargos de eleição popular, prestando relevantíssimos serviços à causa pública” (Óbito, 1884).

colônias na parte inferior do rio, foram até acima do Iriri” (Adalberto, 2002 [1847], p. 210), além da menção de uma possível comunicação de seu mais alto curso com o rio Tapajós: “Quando se sobe o Iriri, chega-se a uma vereda semelhante à estrada entre o Tucuruí e o Anauruí [Ambé], que o põe em comunicação com um afluente do Tapajós ou do rio de Santarém, como é aqui chamado” (Adalberto, 2002 [1847], p. 211).

Essa possível conexão seria aludida por outros viajantes, até que a cientista alemã Emília Snethlage, quase setenta anos mais tarde, tomaria para si investigá-la em primeira mão, como veremos. Em todo caso, é notável a contribuição cartográfica da expedição do príncipe Adalberto da Prússia, cujos mapas servirão de referência para o próximo viajante do Xingu, Karl von den Steinen.

Antes de acompanharmos esse próximo relato, vale notar que o príncipe registra seu entusiasmo com o avanço da atividade missionária, inspirando-lhe a base para uma gravura, de uma série que produziria a partir da viagem. Em sua maior parte, compõem-se de cenas panorâmicas dos povoados do caminho, mas a da missão Imperatriz/Tavaquara traz uma composição particular. A imagem divide-se em dois setores: o alvorecer a partir do rio Xingu, à esquerda, e a mata densa e sombreada, onde também se divisa uma casa indígena, à direita. O divisor é extremamente significativo: uma mulher indígena, apoiada em uma cruz, dá as costas à floresta e contempla o sol que se levanta no horizonte. Poderíamos pensar no futuro de uma região, simbolizado pela aurora, propiciado pela superação, com apoio da igreja católica, dos modos de vida tradicionais de seus povos. A interpretação é respaldada por comentários feitos por Adalberto no final de sua viagem. “Saíamos agora da escuridão mística, que vela as florestas do curso superior e médio do rio”, disse o príncipe sobre o fim da travessia da Volta Grande, tendo transposto “o último dique que separa as selvas bravias do interior da meia civilização” (Adalberto, 2002 [1847], p. 225).



Imagem 7. Tavaquara no Xingu, em 6 de dezembro de 1842 [proximidades da futura cidade de Altamira]. Litogravura sobre desenho do Príncipe Adalberto da Prússia (1847, Acervo da Coleção Brasileira Itaú).

Os votos do príncipe de sucesso aos missionários se realizaram apenas parcialmente, e por um curto período. Segundo Castelo Branco, com base em relatórios do presidente da província do Pará, “em 1841, havia no rio Xingu uma missão que reuniu algumas tribos errantes, produzindo efeito, a qual continuava provida três anos depois” (1956, p. 12). Além disso, prossegue o registro, solicitava-se então:

[...] pessoas que ensinassem aos índios a fabricação de farinha [!], a fiação de algodão, a proibição de comércio direto dos regatões com os silvícolas, e a construção de uma casa no rio Tucuruí onde eles conduzissem o resultado do seu trabalho, a fim de ali se efetuar a permuta por gêneros conduzidos pelas canoas de comércio e sob as vistas de uma pessoa que zele pelos interesses dos índios (Castelo Branco, 1956, p. 12).

Oliveira (1970, p. 25) aponta, porém, que a missão teria sido abandonada no próprio fim da década de 1840 — poucos anos após a passagem de Adalberto, portanto. Nova tentativa de catequização de indígenas que viviam acima da Volta Grande seria empreendida em 1859, por ordem do governo da província do Pará, com o envio para a região do frei Marcello de Santa Catharina de Sena, que não teria permanecido, porém, mais que um ano (Castelo Branco, 1956, p. 12). Na década seguinte, em 1868, seria a vez dos capuchinhos italianos Frei Ludovico e Frei Carmelo de Mazarino de se estabelecerem na antiga missão Tavaquara, reabrindo a velha estrada. Não foi possível identificar,

contudo, por quanto tempo permaneceram. Umbuzeiro e Umbuzeiro (2012, p. 56) relatam apenas que Mazarino teria falecido às margens do igarapé Tucuruí.

O fato é que a missão Tavaquara não existia mais quando o próximo viajante europeu a navegar o rio Xingu passou por lá, em 1884. Trata-se do cientista alemão Karl von den Steinen (1855-1929), no que foi possivelmente a primeira expedição científica a percorrer o rio desde parte de suas cabeceiras até seu ponto de desembocadura, no rio Amazonas³¹.

Steinen, cuja formação se deu em medicina, especificamente no campo da psiquiatria, não queria se afirmar como aventureiro ou colecionador, mas como cientista. Também inspirado por Alexander von Humboldt, realizou uma primeira viagem em redor do mundo aos 23 anos, durante a qual teve contato com o etnólogo alemão Adolf Bastian, que lhe inspirou a preocupação em documentar culturas que acreditava em vias de extinção e propor uma reflexão teórica sobre a espécie humana. Alguns anos mais tarde, após uma passagem pela ilha Geórgia, na região antártica, Steinen segue para o Brasil, onde toma para si o desafio de lançar luz sobre uma área geográfica reputada como desconhecida pela ciência hegemônica, o Xingu.

A viagem de 1884 contou com fontes variadas de apoio, em um contexto de negociações políticas e interesses estratégicos, como lembra Petschelies (2018, p. 548ss). Parte do financiamento da expedição teve origem privada, com recursos do próprio Steinen e de seus pais, complementados por um aporte do *Ethnologisches Hilfskomitee*, organização alemã recém-criada para apoiar pesquisas etnológicas. Vale destaque o respaldo oficial recebido pelo cientista alemão, desde a atenção do Ministério do Império e do corpo diplomático no Amazonas e no Rio de Janeiro até o empenho do presidente da província do Mato Grosso, o Barão de Batovy, que proveu à expedição dezenas de homens, animais de carga e suprimentos diversos. Petschelies resgata uma fala do barão à assembleia legislativa, em que se evidenciam os interesses governamentais em jogo:

[Os exploradores] também foram acompanhados por dois oficiais, os capitães de infantaria Paula Castro e Antonio Tupy Ferreira Caldas, o primeiro como comandante e o segundo como seu substituto, bem como um emissário do governo provincial

³¹ Steinen conduziu uma segunda expedição ao Xingu, no final de 1887, mas essa viagem, cujo objetivo era sanar lacunas e refinar dados etnológicos, deteve-se na região das cabeceiras e alto curso do rio, junto aos povos alto-xinguanos.

para reunir informações sobre a natureza, a propriedade e a cobertura de terras, com a obrigação de submeter por escrito os resultados de suas observações. (Petschelies, 2008, p. 552-3, grifos meus)

Além do destacamento militar, compunham a expedição um primo de Steinen, Wilhelm von den Steinen, com habilidades em desenho, e o médico e cartógrafo Otto Clauss. A equipe levou cinco meses navegando o grande rio a partir de Cuiabá, no Mato Grosso, até seu destino final, em Belém.

Entre seus registros etnográficos, que incluem a diversidade de povos indígenas do alto Xingu — seus diários trazem observações sobre os Bakairi, Trumai e Suyá —, está o deslocamento ao sul de parte do povo Yudjá/Juruna, extremamente impactado pelas missões religiosas instaladas nas proximidades da Volta Grande. “Tem-se a impressão de que os jurunas, desde algumas gerações, a fim de preservarem a sua liberdade, estejam em vias de imigrar para o alto rio”, anota Steinen (1942, p. 281), comparando o local onde encontrara os primeiros aldeamentos, ainda no Mato Grosso, com os pontos situados mais abaixo no rio, indicados por Adalberto da Prússia quarenta anos antes.

Um dos aspectos que lhe chamaram a atenção foi o local de escolha para as moradias yudjá/juruna, frequentemente assentadas em ilhas. “As suas guerrilhas com os carajás e, muito antes ainda, com os tucunapeuas [Takonyapé], mantidas, talvez, desde tempos imemoriais, explica o que os levou a escolher tão singular localização para suas moradas”, interpreta o etnólogo. “É que assim procuram abrigar-se de ataques imprevistos” (Steinen, 1942, p. 281). Essa prática seria mais adiante emulada pelos seringueiros que ali se distribuíam algumas décadas mais tarde, com a mesma finalidade de proteção contra possíveis ataques de indígenas.

Quando deixou o Mato Grosso e adentrou a parte do rio que hoje atravessa o município de São Félix do Xingu, nas proximidades de onde viria a se instalar a vila de São Sebastião (e, quase um século depois, onde seria criado o Parna da Serra do Pardo), Steinen vislumbrou uma paisagem marcada por “encostas de montanhas de contornos suaves e envoltas pelas nuvens; ilhotas entrincheiradas em pedras e em trechos de florestas” (1942, p. 291). Seus registros portavam uma informação valiosa: “Agora as seringueiras se multiplicam, a sua folhagem verde-clara e os troncos cinzentos chamam a atenção durante longos trechos” (1942, p. 298). Enredadas entre grandes porções de palmeirais, as castanheiras também não passaram despercebidas ao cientista: “Há

numerosos e ricos castanheiros, cuja folhagem muito alta domina as árvores vizinhas, os jatobás e os jenipapos” (1942, p. 298).

Após o retorno e publicação dos resultados da pesquisa, Steinen apresenta-se à Sociedade Brasileira de Geografia, em sessão solene na presença de D. Pedro II, bem como ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, o IHGB (Schaden, 1956, p. 120). Há uma vasta produção a respeito das contribuições de Steinen no campo da etnologia, geografia e linguística — incluindo um estudo do idioma Bakairi e a proposta de uma nova classificação das famílias linguísticas indígenas no Brasil (Schaden, 1956, p. 124). Como analisa Petschelies, Steinen tinha consciência de seu papel no campo das disputas políticas e negociações simbólicas envolvendo os povos indígenas no Brasil (2008, p. 562). A conclusão de seu pronunciamento no IHGB, em 1888, alude inclusive ao contexto de abolição da escravatura:

Qual será o futuro dos nossos amigos do Xingu?

São três mil aborígenes que apresentamos, primitivos como saíram das mãos da natureza; portanto, capazes de desenvolvimento intelectual e moral se forem guiados propriamente, ou brutais se foram maltratados.

Um sem número dos seus irmãos ficou aniquilado por duas espécies de barbarismos criados aliás por nossa raça de mais nobre categoria: uma a guerra feroz, a outra a especulação sórdida.

Não será fácil escolher o caminho mais reto. Mas é de esperar que a mão benigna que libertou da escravidão os descendentes da África, tenha também o poder suficiente de proteger os naturais deste continente e bem assim bastante clemência para educar estes brasileiros que são mais senhores da sua sorte e isto mesmo ignoram. (Steinen, 1888, p. 211-2).

Houve, contudo, um trecho do rio Xingu que o viajante alemão não percorreu, e esse trecho foi justamente o das cachoeiras da Volta Grande, que seu predecessor, o príncipe Adalberto, quis tanto testemunhar. “Por certo teria sido interessante conhecer, também, a Volta, mas as suas cachoeiras são medonhas e nós damos graças aos deuses de nos pouparem o resto delas”, desabafou Steinen (1942, p. 326).

O caminho que permitiu a Steinen evitar as cachoeiras é um testemunho das transformações pelas quais a região do médio Xingu vinha passando no final do século 19, com a ascensão da economia gomífera. A expansão da exploração de borracha na Amazônia, iniciada em meados da década de 1850 e intensificada a partir do final da

década de 1870, incidia de forma desigual no espaço, e algumas regiões se integraram à economia da borracha antes que outras. No caso do rio Xingu, analogamente ao que houve na região do Tapajós, concorreram para sua integração tardia os trechos encachoeirados que dificultavam o acesso a seu curso mais alto, bem como as incursões guerreiras de povos indígenas que por ali circulavam (Weinstein, 1993: 71).

O aumento nos preços de comercialização da borracha, contudo, pressionava por medidas de incentivo à exploração das seringueiras rios acima. Uma delas foi a abertura de uma estrada, na década de 1880, por Raymundo José de Souza Gayoso, sobre quem veremos mais no Capítulo 2. Ela foi feita a partir das trilhas que haviam sido abertas pelos indígenas na década de 1840, que ligavam o igarapé Tucuruí ao Ambé (Umbuzeiro e Umbuzeiro, 2012, p. 57), e já tinha sido utilizada pelo padre Torquato para acesso à missão Tavaquara, bem como pelo príncipe Adalberto da Prússia, em sua expedição de 1842. Posteriormente, outra via seria aberta e utilizada por aqueles que não queriam pagar pelo uso da estrada de Gayoso (Umbuzeiro e Umbuzeiro, 2012, p. 99). A conclusão da primeira estrada, em 1883, marca também o momento em que a povoação da antiga missão Tavaquara é elevada a vila do município de Souzel, batizada com o nome de Altamira.

Foi esse o cenário observado pelo casal de geógrafos franceses Henri e Octavie Coudreau, que viajou ao Xingu em 1896: “As duas estradas jamais têm descanso: na seca, desce a borracha e sobem as mercadorias; nas águas, cessa o movimento da borracha, mas as provisões sempre continuam estrada acima” (Coudreau, 1977 [1897], p. 23).

Uma primeira ressalva sobre essa terceira viagem passa por questões de gênero e envolve a própria autoria do relato. Embora o trabalho resultante, *Viagem ao Xingu*, publicado no ano seguinte à expedição, em 1897, seja assinado somente por Henri Coudreau e não traga qualquer menção ao nome de Octavie, a geógrafa partilhava diversas etapas dos trabalhos encomendados, de registros iconográficos até a confecção dos próprios mapas, que Henri lhe consignava (Ferretti, 2017a)³². Havia, porém,

³² Falo de Octavie (também referida como Otille ou Odette) pois ela se envolveu em etapas também posteriores à viagem em si e porque o recorte desta seção envolve analisar esse olhar externo, mas evidentemente poderíamos pensar no apagamento das demais pessoas que compuseram a equipe da expedição.

divergências ideológicas, em especial acerca dos povos com quem encontravam e trabalhavam³³.

Note-se que a expedição dos Coudreau ao Xingu foi contratada por Lauro Sodré, governador do estado do Pará à época, o que faz pensar na convergência entre projetos econômicos e disputas políticas e simbólicas, já assinalada por Petschelies (2008) acerca de Steinen. Sodré era conhecido pela forma positivista com que associava o avanço da ciência a uma determinada ideia de progresso e desenvolvimento — o governante teve um papel importante para alavancar o Museu Paraense, inclusive trazendo à cena o naturalista suíço Emilio Goeldi, cujo nome seria posteriormente associado a essa instituição.

O relato oriundo da viagem dos Coudreau parece trazer, assim, essa marca: uma preocupação com o potencial econômico, mas também com a forma com que se alcançaria esse potencial, passando pelo desenvolvimento em outros sentidos, incluindo a forma de relação com os povos que lá estavam. Interessante notar como o aceite dessa missão, que tanto expressa um tipo de colonialismo interno, associado à ampliação do domínio e exploração econômica de territórios amazônicos, vem justamente na esteira de uma espécie de exílio profissional para os Coudreau, ante o juízo de que os trabalhos que fizeram na região da Guiana haviam traído interesses franceses na região.

Ferretti (2017b) analisa as razões pelas quais o trabalho de Henri Coudreau não se tornou tão conhecido como o de outros exploradores, a despeito de seu vasto material, elaborado conjuntamente com Octavie e acumulado ao longo de duas décadas de intensa atividade, incluindo longas permanências junto a povos indígenas. A conclusão do geógrafo italiano é a de que a utopia tropical de Coudreau, de algo como uma Amazônia independente, bem como seu interesse e entusiasmo pelo ausência de Estado na organização social das comunidades com que se deparou, faziam-no chocar-se com os interesses imperiais da França, levando à sua demissão da administração francesa e a um exílio profissional durante o período em que os dois países disputaram os limites da fronteira entre o Brasil e a Guiana Francesa (Ferretti, 2017b, p. 332). Ferretti (2017b, p.

³³ Após a morte de Henri na região do Trombetas, em 1889, Octavie liderou sozinha diversas viagens pela Amazônia brasileira, cujo pagamento utilizou para trasladar o corpo do marido para a França. Há relatos de práticas de agressões perpetradas pela francesa contra membros de suas expedições. Sobre as ambivalências da questão de gênero na elaboração e recepção das obras de Octavie Renard-Coudreau, ver Ferretti (2017).

333) defende que dois fatores teriam sido cruciais para que Coudreau abandonasse em grande parte os estereótipos racistas e eurocêntricos que marcavam a produção intelectual de seu período: a convivência prolongada com povos indígenas e sua aproximação teórica com anarquistas anticolonialistas, como o geógrafo Elisée Reclus (1830-1905).

Em 7 de julho de 1896, mês de estiagem, a expedição dos Coudreau partiu de Forte Ambé para Altamira. A cidade possuía, segundo o francês, apenas três casas, na margem esquerda. Apesar de ter apenas três casas, diz, a “futurosa” povoação chega a contar duzentas pessoas no auge do movimento de entreposto de borracha, quando a produção é despachada e as mercadorias chegam.

Em 13 de julho, a expedição passa pela foz do Iriri. Assim como na viagem de Adalberto, Coudreau relata dificuldade para reconhecê-la. “O *Iriri* é de longe, e entre todos os afluentes do Xingu, o que possui o curso mais extenso e o débito mais considerável” (Coudreau, 1977 [1897], p. 34, grifo no original). E prossegue, mais adiante: “O Iriri parece percorrer um trajeto sensivelmente sul-norte, afastando-se pouco do Xingu e mantendo-se constantemente paralelo a ele. No estio, seria orlado por compridas praias de quilômetros de extensão, apresentando, por detrás das margens recobertas por altas florestas, vastos seringais que estariam entre os mais ricos que se conhecem” (Coudreau, 1977 [1897], p. 35). O relato reitera o registro feito pelo príncipe de uma possível ligação entre o rio Curuá, afluente do Iriri, e a região do Tapajós.

Nas passagens do relato de Coudreau que se referem ao Xingu, após a foz do rio Iriri, é possível encontrar toponímias colhidas em depoimentos, muitas das quais atualmente utilizadas por povos e comunidades tradicionais do rio Xingu, tais como a cachoeira da Baliza, as localidades da Pedra Preta, do Morro Grande e do Balbino (Coudreau, 1977 [1897], p. 45-9).

O destino final da viagem foi o local conhecido como Pedra Seca, próximo da divisa com o Mato Grosso. Nesse ponto, o geógrafo tece críticas à aposta no extrativismo como canal para o desenvolvimento da região, que, a seu ver, só se realizaria com o assentamento e expansão da agricultura: “Talvez um dia aprendam que a terra foi feita para algo mais do que apenas fornecer, esparsas na floresta virgem, algumas seringueiras. [...] No Xingu, há excesso de rifles e carência de machados, enxadas e pás” (Coudreau, 1977 [1897], p. 81-2). Nesse comentário do francês, sinalizava-se um par de oposição

entre agricultura e extrativismo que marcaria fortemente os debates sobre o futuro da região, nos marcos da política e da intelectualidade.

A próxima viajante da lista é a cientista alemã Emília Snethlage, que empreendeu seu percurso pela região do Xingu e Iriri em 1909, e depois novamente em 1914. Logo após se formar em história natural na Alemanha, nas primeiras turmas que aceitaram a matrícula de mulheres, Snethlage chega ao Brasil em 1905, depois de uma breve passagem pelo Museu de História Natural de Berlim. Ela vem ocupar uma vaga de zoologia no Museu Paraense de História Natural e Etnografia, à época dirigido por Emílio Goeldi³⁴.

Alguns anos mais tarde, com o retorno de Goeldi à Europa e falecimento de seu sucessor, Snethlage assumiria a direção da instituição, que ocupou por vários anos, não sem dificuldades. A eclosão da primeira guerra resultou em seu afastamento temporário, e mesmo depois de reempossada enfrentou obstáculos à ocupação do cargo. Exonerada da direção, a ornitóloga foi convidada a se transferir, em 1922, para o Museu Nacional do Rio de Janeiro, onde atuou por vários anos.

Com a expedição ao oeste do Pará, o desejo de Snethlage era investigar a possível conexão entre o Xingu e o Tapajós, sinalizada no relato da viagem dos Coudreau. A primeira tentativa foi feita em 1908, começando pelo Tapajós, mas as cachoeiras foram um obstáculo, e o intuito fracassou. No ano seguinte, ela se programou e realizou o inverso: ao longo de cinco meses, saiu de Belém, subiu o Xingu, o Iriri, o Curuá e dali, acompanhada de sete indígenas Kuruaya, atravessou por terra até o rio Jamanxim, posteriormente chegando até o Tapajós.

Snethlage destaca o apoio que recebeu de proeminentes empresários, desde sua primeira tentativa pelo rio Tapajós, onde contou com ajuda do seringalista Raymundo Pereira Brazil. Na região do Xingu, a cientista destaca que, se alcançou o fim a que se propôs, o êxito se deve “ao interesse afável e à iniciativa enérgica” com que José Porphírio de Miranda — proeminente chefe político, sobre o qual falaremos no Capítulo 2 —, aceitou seu pedido, logo tomando as medidas necessárias para facilitar a expedição, inclusive mobilizando seus auxiliares.

³⁴ Sobre algumas das dificuldades enfrentadas por Snethlage em sua trajetória acadêmica, em um campo marcadamente dominado por homens, ver Corrêa (2003).

O trabalho trouxe importantes contribuições em diversos campos. A expedição legou a retificação cartográfica dos traçados dos rios Iriri, Curuá e Jamaxim, além de, no campo etnológico, resultar na produção de um vocabulário comparativo dos idiomas Xipaya e Kuruaya. Furuie (2020) registra também que o relato de viagem de Snethlage traz uma das primeiras e mais detalhadas descrições sobre como os vetores hierárquicos operavam nas relações sociais do beiradão do Iriri, nesse período de ascensão da economia da borracha.

Além disso, assim como Steinen retornou ao Xingu para prolongar os trabalhos etnológicos junto aos povos situados em seu curso mais alto, Snethlage também retornou ao Iriri e Curuá, cinco anos mais tarde, para conduzir um estudo junto aos povos Xipaya e Kuruaya, legando também observações sobre as dinâmicas socioeconômicas mais amplas, como a incorporação crescente de indígenas Xipaya aos seringais, como “caçadores, pescadores, pilotos e, em casos raros, como seringueiros a serviço dos brasileiros” (Snethlage, 1920, p. 396 apud Furuie, 2020, p. 99).

Até aqui, passamos em revista alguns dos principais pontos envolvendo a diversidade dos relatos de viagens produzidos por europeus na região do Xingu e Iriri entre meados do século 18 e início do 20³⁵. Como ressalva Oliveira Filho (1987), porém, a partir dos relatos produzidos acerca do alto Solimões, devemos nos acautelar quanto à utilização genérica da categoria “viajantes” para abarcar produções intelectuais diversas, que envolvem tipos de bens simbólicos diversos, ligados a mecanismos igualmente diversos de produção e circulação, assim como a variadas instâncias de legitimação e consagração (1987, p. 92). No caso do Xingu e Iriri, vimos como efetivamente as expedições diferiram em variados aspectos — propósito, formação acadêmica de seus condutores, financiamento, campos de contribuição.

³⁵ Vale notar que esta seção se dedicou a analisar os relatos de viajantes produzidos acerca do Xingu e Iriri, motivo pelo qual não se incluiu a produção de Curt Nimuendajú — que viveu e realizou trabalhos na bacia no final da década de 1910, por sinal, poucos anos após a passagem de Snethlage. Em obra do etnólogo alemão compilada postumamente, é possível também acessar contribuições arqueológicas atinentes ao Xingu e Iriri. Nela, conta-se como a primeira contribuição de Nimuendajú ao Museu Etnográfico de Gotemburgo, na Suécia, consistia justamente na venda, em 1922, de uma pequena coleção de objetos oriundos do rio Xingu (Nimuendajú, 2004, p. 112).

Há, porém, alguns polos de convergência. Um deles, já mencionado, foi o apoio de membros da elite local, que viam com interesse os resultados desse tipo de empreitada para suas pretensões de expansão e controle territorial. Em alguns casos, tratava-se também de angariar capital simbólico pela associação pública de suas figuras às dos viajantes.

Há, contudo, outros pontos que ecoam o que Parente (2018) denominou *amazonismo* — um tipo de imaginário formado nas primeiras décadas da colonização europeia, marcado por uma série de temas e motivos narrativos recorrentes, dentre os quais se destaca uma caracterização hiperbólica da natureza, contrastada com uma descrição apequenada do homem que ali se encontra, sobre o qual se sublinha também seu isolamento.

Mais especificamente, vale notar como, em todos os relatos, desde o príncipe Adalberto, que de Belém projeta sua viagem pelas “infindas florestas virgens do continente”, até as descrições fitofisionômicas de Snethlage, que incluem a categoria “mata virgem de terra firme”, passando pela “mata virgem” que registra Steinen e pelo “Império de florestas virgens” que Coudreau projeta no estado do Pará, há algum tipo de contribuição para o que Denevan (1992) chamou de mito prístino, a ideia de que as Américas seriam compostas majoritariamente por paisagens intocadas³⁶.

Analogamente, como pontuou Rocha (2017) em relação ao Tapajós, o mito prístino também podia se projetar sobre os povos com quem esses europeus tiveram contato. De fato, os relatos de viagens ao Xingu e Iriri também convergem, em alguma medida, na forma assimilacionista com que viam as transformações nas sociedades indígenas encontradas. Adalberto nunca chegou às “tribos inteiramente selvagens” que tanto desejava visitar, embora esse suposto desencontro não lhe tenha despertado tantas manifestações de frustração como a Coudreau, quando deita pelas pedras da Pedra Seca as miçangas que planejava ofertar “aos verdadeiros índios, a cada dia mais difíceis de serem encontrados, de vez que atualmente todos vêm sendo absorvidos, quer pela civilização, quer pela morte” (Coudreau, 1977 [1897], p. 80). Steinen faz alusão aos

³⁶ Denevan (1992, p. 379) aponta que as raízes do mito prístino repousariam, em parte, no fato de que, após o substantivo colapso populacional decorrente da invasão europeia, impactos humanos que hoje seriam óbvios a estudiosos contemporâneos não o seriam para esses primeiros observadores, em particular nos séculos 18 e 19, quando boa parte desses registros são produzidos em todas as Américas.

“índios puros”, assim como Snethlage, que prevê, a partir da expansão das atividades coloniais, um fim iminente a esses “índios puros”.

Convém reforçar uma vez mais como é evidente que falamos aqui de produções historicamente situadas, em sua maior parte alicerçadas em consensos científicos determinados. O que quis trazer com a revisita a essas fontes, além de registrar a forma com que Xingu e Iriri figuram na historiografia, é também sinalizar como as fontes que compõem essa historiografia evocam ou silenciam as *marcas*.

**VIAJANTES E CIENTISTAS PELO XINGU E IRIRI NA
VIRADA PARA O SÉCULO 20**



SKIZZEN

ZU EINEM

Tagebuche

VON

A. D. ALBERT

Pring am Peruluern.

1842-1843.

Bei H. G. Meyer und Sohn, Leipzig, in der Buchhandlung.

Handwritten signature



3



The Cross
Oreocentrum, 1889
Jan. 1st. 1889

4





DIE HERREN

JANUARIO

DR. PEDRO

DR. CARLOS

FERROT

ANTONIO

DR. DULHERME

DR. PAULO



IN DER CACHOEIRA.

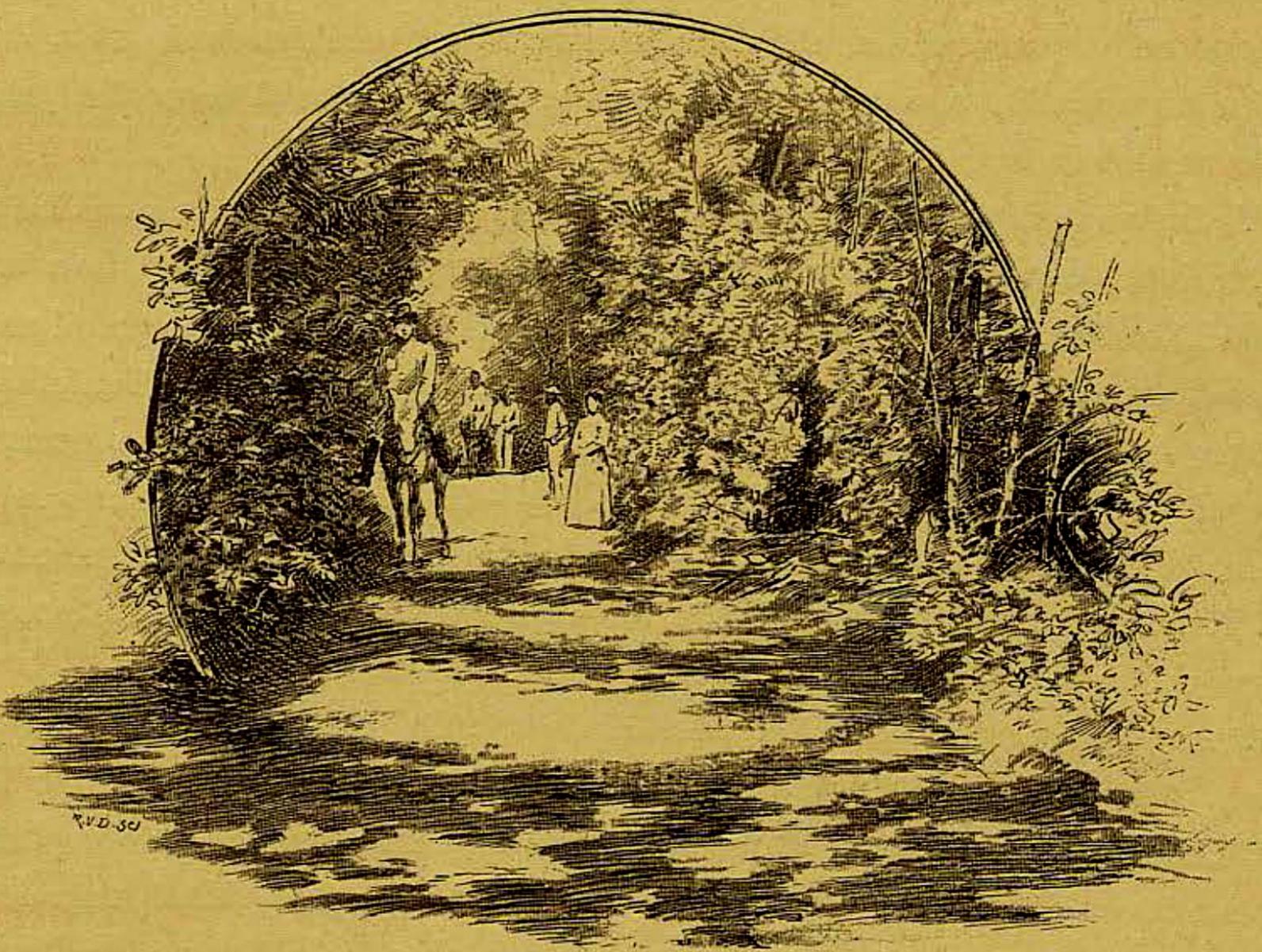
N. 250.



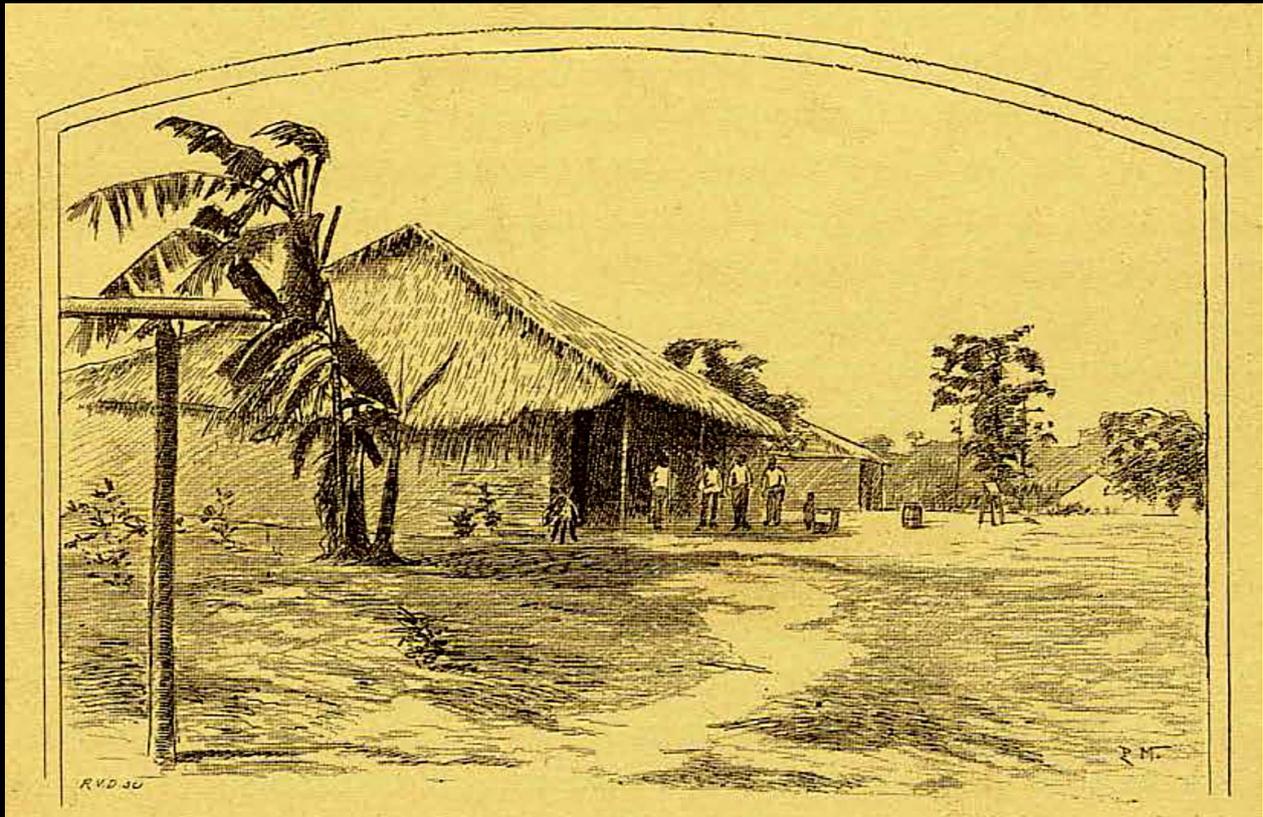
Yurunadorf.



2. Expédition Henri COUDREAU



Victoria : entrée de l' « Estrada ».



Veranda do Univer. Nacional 1936



OP. DO SENHOR RAIZINHA — RIO

A Dra. EMILIE SNYTHLADE

Gen. W. Collage



Iriri-Curuá-Jamanchim

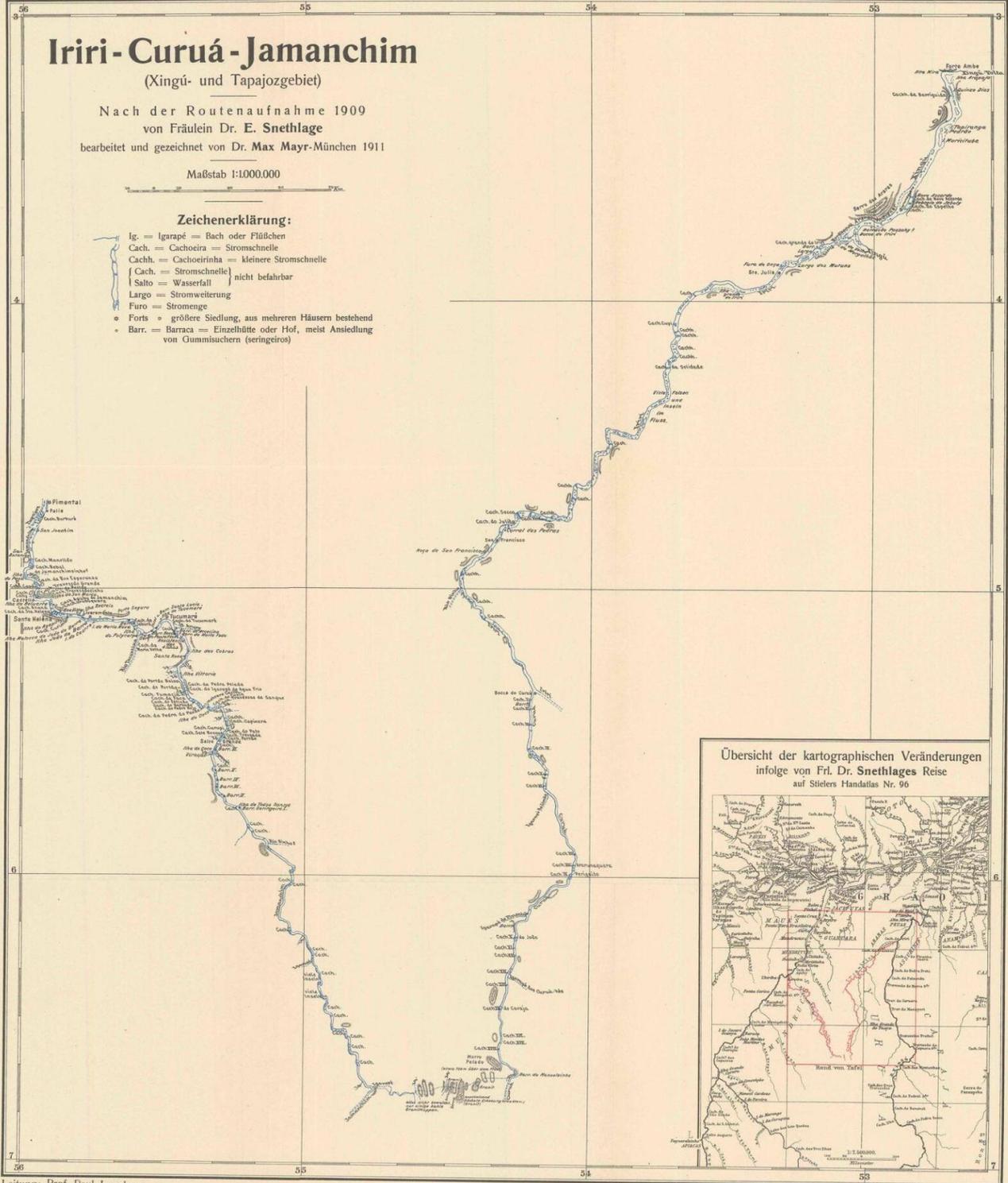
(Xingú- und Tapajozgebiet)

Nach der Routenaufnahme 1909
von Fräulein Dr. E. Sneathlage
bearbeitet und gezeichnet von Dr. Max Mayr-München 1911

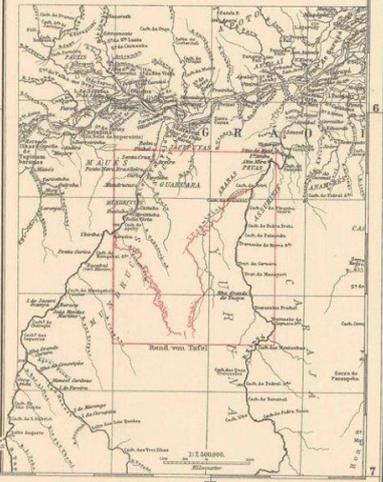
Maßstab 1:1.000.000

Zeichenerklärung:

- Ig. = Igarapé = Bach oder Fließchen
- Cach. = Cachoeira = Stromschnelle
- Cachh. = Cachoeirinha = kleinere Stromschnelle
- { Cach. = Stromschnelle } nicht befahrbar
- { Salto = Wasserfall }
- Largo = Stromweiterung
- Furo = Stromenge
- Forts = größere Siedlung, aus mehreren Häusern bestehend
- Barr. = Barraca = Einzelhütte oder Hof, meist Ansiedlung von Gummisuchern (seringeiros)



Übersicht der kartographischen Veränderungen
infolge von Fr. Dr. Sneathlages Reise
auf Stiebers Handatlas Nr. 96



Leitung: Prof. Paul Langhans

GOTHA: JUSTUS PERTHES

LEGENDAS

1. *Igarité no baixo Amazonas*. Litogravura do Príncipe Adalberto da Prússia (1847, Acervo da Coleção Brasileira Itaú).
2. Retrato do Príncipe Adalberto da Prússia que abre a edição inglesa de seu livro de viagem sobre o Xingu (Adalberto da Prússia, 1849). Autoria não indicada.
3. *Porto de Moz em 30 de novembro de 1842*. Litogravura de Loeillot a partir de desenho do Príncipe Adalberto da Prússia (1847, Acervo da Coleção Brasileira Itaú).
4. *Ilha Roxa: Veiros Stromaufnvarts geschen em 1º de dezembro de 1842*. Litogravura de Loeillot a partir de desenho do Príncipe Adalberto da Prússia (1847, Acervo da Coleção Brasileira Itaú).
5. *Tavaquara no Xingu em 6 de dezembro de 1842*. Litogravura de Tempeltei a partir de desenho do Príncipe Adalberto da Prússia (1847, Acervo da Coleção Brasileira Itaú).
6. *Esboço do curso do rio Xingu, entre a ilha de Piranhaquara e sua confluência com o Amazonas* (Adalberto da Prússia, 1849).
7. *Os senhores*. Participantes da segunda expedição de Karl von den Steinen, realizada em 1889, na região do alto Xingu. Da esquerda pra direita, de pé, Januário, Peter Vogel, Karl von den Steinen (no centro), Lieutenant Perrot, Antonio; sentados da esquerda pra direita estão Wilhelm von den Steinen and Paul Ehrenreich (Steinen, 1894).
8. *Na cachoeira*. Gravura que retrata momento da primeira expedição de Karl von den Steinen ao Xingu, em 1884 (Steinen, 1886, p. 251).

9. *Residência Juruna*. Gravura feita nos marcos da expedição de Karl von den Steinen ao rio Xingu, em 1884 (Steinen, 1886, p. 23).

10. Henri Coudreau e Octavie Coudreau (no centro) posam com equipe da expedição que conduziram ao rio Trombetas, em 1899, três anos após a viagem que realizaram ao Xingu (Coudreau, 1900, [p. 9]).

11. *Vitória: entrada da "Estrada"*. Gravura realizada durante expedição dos Coudreau ao Xingu, em que se retrata a Estrada de Vitória, um dos caminhos que permitia contornar as cachoeiras da Volta Grande do Xingu, possibilitando o escoamento da produção extrativista do médio Xingu (Coudreau, 1897, p. 5).

12. *Altamira, vista de a montante*. Gravura que retrata a cidade de Altamira em 1896, quando o casal Coudreau realizou sua expedição ao Xingu (Coudreau, 1897, p. 21).

13. *Morro Grande*. Gravura que retrata localidade do médio Xingu cujo topônimo persiste até hoje (Coudreau, 1897, p. 47).

14. *A Dra. Emilie Snethlage*. Retrato da ornitóloga alemã Emília Snethlage (1868-1929), na varanda do Museu Nacional, no Rio de Janeiro, onde passaria os últimos anos de sua carreira. Por Matheus Collaço, 1926.

15. *Vista do Iriri, à boca do Curuá (rio acima)*. Fonte: Snethlage (2002 [1912], p. 102).

16. *Grupo de índios Xipaya e Kuruaya*. Fonte: Snethlage (2002 [1912], p. 107).

17. Trajeto percorrido pela expedição de Emília Snethlage em 1909, nos rios Xingu, Iriri, Curuá, Jamanxim e Tapajós. Fonte: Snethlage e Mayr (1912).

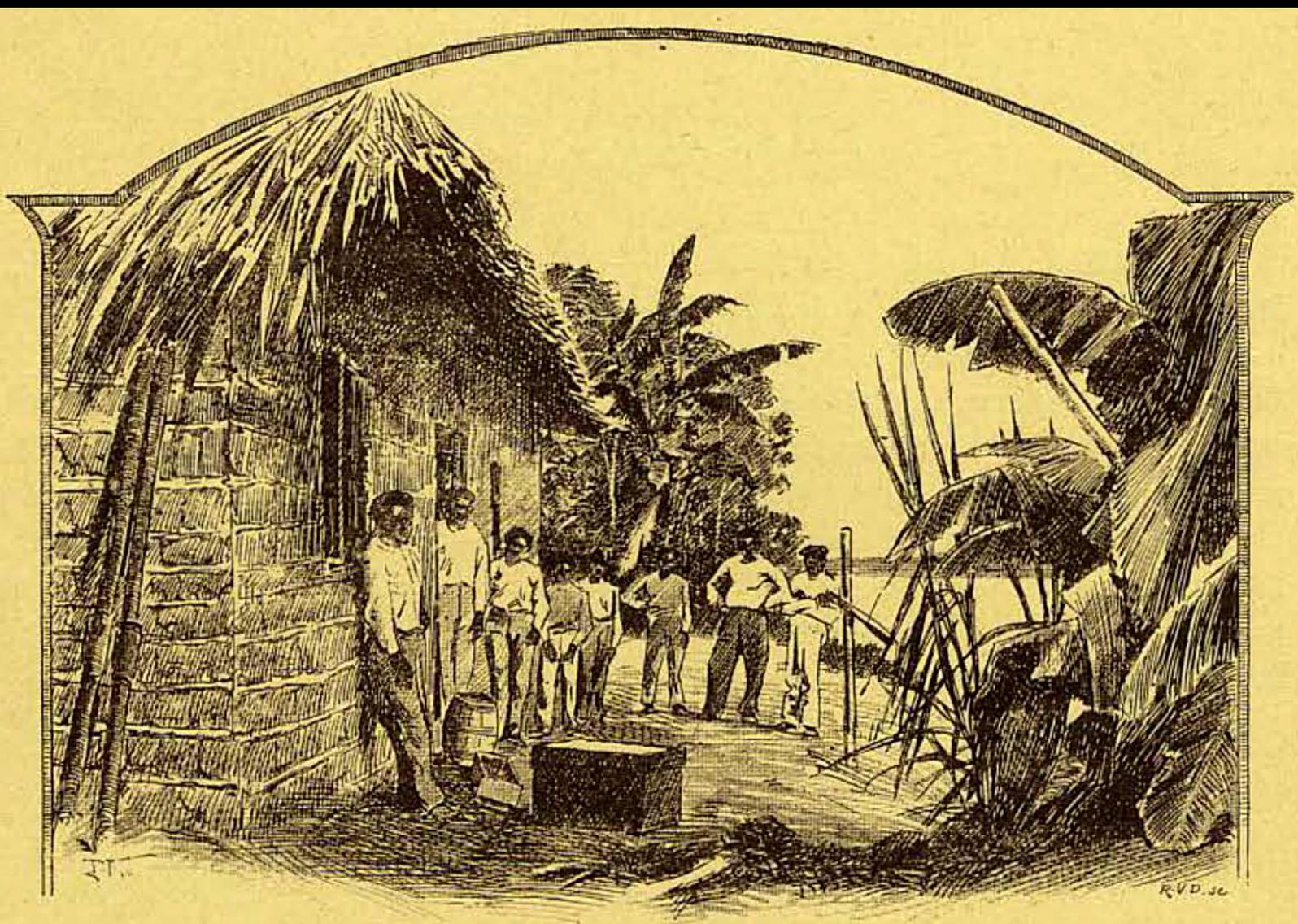


Imagem 8. Barracão de seringal dos Irmãos Gomes, no médio Xingu, retratado em gravura feita nos marcos da expedição do casal Coudreau ao Xingu, em 1896 (Coudreau, 1897, p. 104).

2 ESTABELECIDAMENTO DOS SERINGAIS NOS RIOS XINGU E IRIRI

No Capítulo 1, vimos as condições em que foram produzidos certos tipos de relato a respeito do Xingu e Iriri, principalmente por viajantes europeus que ali estiveram entre o século 19 e início do 20. Tais condições envolveram, em especial a partir da década de 1900, dinâmicas sociais e econômicas atreladas à economia da borracha e sua ascensão na região amazônica como um todo. Neste capítulo, gostaria de apurar esse recorte e recuperar os movimentos envolvidos nos picos e crises dessa economia extrativista que se desenvolveu no interflúvio do Xingu e Iriri na primeira metade do século 20. Isso envolve compreender, por exemplo, como elites locais ligadas à exploração da borracha se formaram e se articularam, não só internamente, mas a movimentos políticos e econômicos mais amplos, e as projeções de tais articulações no território. Envolve também analisar alguns aspectos do *aviamento*, sistema de relações econômicas assentado no crédito e que marcou fortemente a economia da borracha.

Com esse percurso, espero assentar as bases para a reflexão do Capítulo 3, em que me debruço sobre o estabelecimento das chamadas *colocações* seringueiras, unidades socioterritoriais central para a emergência da territorialidade beiradeira, bem como sobre alguns eixos fulcrais do *sistema do beiradão*. Argumento que tais eixos, ao mesmo tempo em que foram profundamente impactados pelo Parna Serra do Pardo e pela Esec da Terra do Meio, a partir de 2005, também emergem como esteios de um projeto de futuro para as famílias da região.

2.1 Os primórdios da borracha no interflúvio Xingu-Iriri

Antes da invasão da América, no século 15, povos do continente já utilizavam a goma resultante da coagulação da seiva de certas árvores para confecção de utensílios³⁷. Fontes dão conta de que, na Amazônia, um dos povos que teria empregado a borracha em múltiplas utilidades seriam os Omágua/Kambeba — e um dos mais antigos relatos

³⁷ Na Amazônia, duas espécies se destacaram para esse tipo de extrativismo, a seringueira (*Hevea brasiliensis*) e o caucho (*Castilla ulei*). Elas diferem, porém, em alguns aspectos. Enquanto a primeira propicia uma coleta mais constante, a exploração do caucho envolve a derrubada da árvore e a retirada da seiva de uma só vez. Além disso, a qualidade da borracha oriunda da hévea era considerada superior à do caucho.

escritos acerca desse uso teria sido feito pelo frei carmelita Manoel da Esperança, no fim do século 17.

A circulação de tais informações seria o primeiro passo para o comércio internacional da borracha natural proveniente da Amazônia, ampliando o rol de interesses dos coletores das chamadas “drogas do sertão”, o conjunto de produtos extrativistas explorado desde o período colonial. A partir daí, é possível identificar alguns marcos. O primeiro seriam as comunicações do naturalista francês Charles Marie de La Condamine à Academia de Ciência de Paris, nos anos de 1736 e 1745, em que descreve os processos envolvidos na produção da borracha e sinaliza seu amplo campo de utilização³⁸. Galochas, seringas e outros objetos feitos de borracha natural começam a ganhar espaço na Europa nas décadas que seguem, impulsionando, e com alguma rapidez, sua procura pelas matas amazônicas. Weinstein ressalta que, já em 1827, a borracha exportada de Belém e Manaus, que incluía uma pequena parte de produção peruana e boliviana, totalizava 31,3 toneladas — cifra sextuplicada ao cabo da década seguinte, embora ainda irrisória perto das dezenas de milhares de toneladas exportadas na virada do século (1993, p. 22, 225)³⁹.

O grande salto para a comercialização da borracha amazônica foi certamente a descoberta pelo químico estadunidense Charles Goodyear do processo de vulcanização do material, em 1839, que possibilitou atenuar sua sensibilidade a alterações extremas de temperaturas — não derreter no calor ou enrijecer no frio. Isso permitiu o emprego da borracha em uma gama muito maior de produtos, alavancando fortemente sua demanda. Note-se que as 189 toneladas de borracha amazônica exportadas em 1836, antes da descoberta do processo, se viram multiplicadas por dez em 1856, menos de duas décadas após a descoberta, em uma tendência de elevação que só fez se intensificar por uma série de eventos que marcaram a virada do século, como a popularização da bicicleta e do automóvel, e a Primeira Guerra Mundial, no início do século 20, quando a Amazônia

³⁸ Em seu estudo acerca das representações envolvendo a coleta de borracha na Amazônia, Parente (2018) apresenta em maior detalhe as condições de elaboração desses primeiros relatos europeus sobre a goma, situando-os nesse campo de relações interétnicas e em termos de composição de um certo tipo de imaginário sobre a região, o *amazonismo*, mencionado no Capítulo 1.

³⁹ Santos destaca que também eram exportados elementos confeccionados, como sapatos, mas as estatísticas disponíveis sobre o período não distinguem esses itens do restante da borracha bruta (1980, p. 52).

chegou a exportar mais de trinta mil toneladas de borracha em um único ano (Weinstein, 1993, p. 23; Santos, 1980, p. 217).

No Xingu, é possível encontrar informações sobre a coleta e comercialização de borracha desde as primeiras décadas do século 19, como testemunha o relato do príncipe Adalberto da Prússia, de 1842, sobre as localidades ligadas a Souzel e seus habitantes, que “vão para seus sítios disseminados pelas margens do rio, no inverno, isto é, de junho a dezembro, para preparar seringa (goma elástica), que se prepara no local, e no verão para apanharem salsaparrilha, bálsamo de copaíba, cássia e cacau” (2002, p. 259)⁴⁰. Vê-se como essa produção, cuja maior parte se origina ainda do baixo Xingu, era fruto de um consórcio de agricultura com o extrativismo de múltiplos produtos.

Avançando no tempo, para acompanharmos a evolução dessa produção de borracha, em 1862, foram exportadas apenas do baixo Xingu 500 arrobas de castanha, 100 de cravo e 5.500 de borracha (Castelo Branco, 1956, p. 58)⁴¹. É um ano digno de nota, pois nele o presidente da província do Pará, Francisco Carlos de Araújo Brusque, registra em relatório sua preocupação com a “grande abundância de produtos naturais que não são aproveitados” acima das cachoeiras da Volta Grande do Xingu, cuja navegação era “quase impraticável” (Pará, 1862, p. 88). Para solucionar o que via como um problema, Brusque propunha a construção de uma pequena estrada de três léguas, orçada em três contos de réis, para contornar as cachoeiras, aproveitando-se da antiga via que conectava o igarapé Tucuruí ao Ambé. A incumbência do trabalho foi legada a José Leocádio de Sousa e José Torquato Galvão Vinhas, e o relatório aponta que, naquele ano de 1862, o trabalho já estaria em andamento — na prática, porém, a estrada levaria ainda algumas décadas para sair do papel, passando por ajustes de trajeto e envolvendo, nessa empreitada, uma série de membros da emergente elite xinguana.

Estudiosa da economia da borracha na Amazônia, Weinstein (1993, p. 214) analisa como, efetivamente, a construção de estradas de varação, ou seja, que permitiam varar por terra e transpor cachoeiras e pedrais, facilitando o acesso de trabalhadores e o escoamento da produção, foi crucial para o aumento de escala da exploração de borracha

⁴⁰ As estações amazônicas aparecem invertidas no relato do príncipe. No Xingu, atualmente

⁴¹ Essa produção era oriunda tanto da seringueira quanto da árvore do caucho, e a divisão comercial distinguia a borracha fina, oriunda da *Hevea brasiliensis*, daquela provinda do caucho e do sernambi, este último constituindo uma borracha de hévea de qualidade inferior, em geral feita a partir dos resíduos de látex que ficavam coagulados nas árvores ou no fundo das tigelas após a coleta.

em áreas como o Xingu. Da mesma forma, o controle desses acessos contribuiu para a fortuna daqueles que o detiveram, como veremos adiante.

Embora o extrativismo da borracha já se fizesse presente na região do Xingu desde a primeira metade do século 19, como vimos, é somente após 1870 que a economia da borracha começa a de fato reconfigurar a dinâmica socioeconômica xinguana, como destaca Bezerra Neto (2008). Para se ter uma ideia, em 1885, somando-se a produção de Porto de Moz com o recém-criado município de Souzel, o Xingu exportou 190.913 quilos de borracha, 835 de cacau, 40 de óleo de copaíba, 46 hectolitros de castanha, 165 couros de boi e 217 de veado (Castelo Branco, 1956, p. 59-60). Esses dados, além de nos lembrarem que outros gêneros extrativistas são comercializados desde longa data na região⁴², reforçam como a produção de borracha no vale do Xingu (tal como no Tapajós) tarda consideravelmente em relação a outras regiões da Amazônia, e só ganha efetivamente escala pouco antes da virada do século 19 para o século 20. Em 1900, por exemplo, Souzel já produzia 419.426 quilos e, em 1910, chegava a 803.690, alcançando o segundo lugar entre os municípios com maior produção de borracha no Pará, atrás apenas de Breves (Weinstein, 1993, p. 218).

A reconfiguração socioeconômica ligada à comercialização da goma elástica também ampliou, evidentemente, a presença não indígena no Xingu, inclusive acima da Volta Grande, com consequentes impactos às sociedades que ali já viviam (Bezerra Neto, 2008, p. 104)⁴³. Um exemplo dessa movimentação pode ser visto no Decreto 6.954, de 1878, em que o governo federal concede a um grupo de empresários, por vinte anos, o “privilégio exclusivo para explorarem e extraírem produtos naturais” no alto Xingu, “entre as primeiras cachoeiras do mesmo rio na Província do Pará e suas nascentes na de

⁴² Aqui destaco a castanha-do-pará, cuja coleta coincide com a entressafra da borracha, tornando-a um fruto do extrativismo onipresente na economia do Xingu nos últimos dois séculos — e uma importante fonte de renda atualmente para as famílias beiradeiras da região. O óleo de copaíba, que vemos exportado nesses números do século 19, também é um dos itens de destaque da atividade extrativista contemporânea no beiradão.

⁴³ Bezerra Neto (2008) baseia-se em dados de 1823 de Antonio Ladislau Monteiro Baena sobre população em Porto de Moz, Pombal, Veiros e Souzel para assinalar a grande presença indígena e baixa porcentagem de brancos e escravizados nessas localidades. Esse quadro, diz o historiador, “demonstra que essas antigas povoações dependiam, em larga medida, do trabalho indígena e de seus descendentes aldeados, pois junto com mamelucos e mestiços sustentavam as principais atividades econômicas do Baixo Xingu: as roças em sítios e o extrativismo dos produtos silvestres” (Bezerra Neto, 2008, p. 105). O registro do príncipe Adalberto da Prússia indica que essa realidade se mantinha ainda em 1842, como vimos no início deste capítulo.

Mato Grosso”. A concessão estava condicionada a algumas cláusulas, como a de estabelecimento de uma linha regular de navegação a vapor e a construção de uma estrada de rodagem — coisas que os concessionários não chegariam a realizar. Além disso, a concessão postulava que eles deveriam custear atividades de catequese, bem como se comprometer a não utilizar o trabalho de indígenas, “senão mediante contrato com eles feito, e aprovado pelo encarregado da catequese” (art. 7º).

Entre os concessionários nomeados pelo decreto, um nome conhecido: José Leocádio de Souza⁴⁴, também referido como major Leocádio, o mesmo cidadão que dezesseis anos antes havia sido incumbido pelo presidente da província do Pará dos trabalhos da estrada de varação. Dono de terras, empresário e presidente do Partido Conservador em Souzel, Leocádio foi o primeiro a exercer o cargo de presidente da câmara do município, empossado em 1875. “Homem de ação, muito enérgico, trabalhador e empreendedor, foi o primeiro que iniciou a exploração da borracha no Alto Xingu” — assim o descrevem Abreu e Campos (1909, p. 17). Leocádio também figurava como um dos responsáveis pelo jornal *O Monte-Alegrense*, que circulou semanalmente entre 1885 e 1887.

Nas páginas de *O Liberal*, contudo, o major era alvo frequente de denúncias e ataques de articulistas. Penso que valha a pena reproduzir algumas delas por darem algumas pistas sobre as dinâmicas em que se viam envolvidos esses primeiros exploradores de seringais do Xingu — ainda que, é claro, devam ser lidas à luz da notória disputa partidária entre conservadores e liberais que configurava o Pará do período, refletida nos veículos de comunicação.

Uma notícia de 1885, por exemplo, imputava a Leocádio o acobertamento de crimes de sua família enquanto delegado de Souzel. Mais especificamente, afirmava que o major se omitira em relação à morte de um caixeiro espanhol de sua própria firma, que teria sido assassinado a facadas por seu sobrinho: “O assassino está perfeitamente tranquilo e diz com a maior franqueza que, sendo sobrinho do chefe conservador e delegado de polícia de Souzel, nada teme” (As novas..., 1885).

⁴⁴ Os demais concessionários eram Elias José Nunes da Silva, Miguel da Cunha Penalber, Domingos Soares Ferreira Penna, Joaquim José de Assis e José Joaquim Nunes Moita, este último, genro de Leocádio.

Abuso de poder também é o mote de outra denúncia, cuja narrativa deixa entrever aspectos da dinâmica nesses emergentes seringais. Diz-se que Leocádio havia ordenado a um tenente de Souzel abordar um seringueiro, de nome Clarimundo, para quem o major havia vendido algumas fazendas, alugado um barracão e algumas estradas de seringa que, “apesar de estarem em terreno nacional, diz ele [Leocádio] serem de sua propriedade”. Clarimundo havia despachado uma carga de 400 quilos de borracha para Belém, e por ela o major demandava pagamento. Segundo a notícia, o homem ofereceu quitar a demanda em dinheiro, mas o tenente enviado sob ordens de Leocádio não aceitou: queria borracha. Prossegue o jornal: “[...] como a borracha que tinha estava no barracão, mandou o major Leocádio uma canoa para conduzi-la, indo o seringueiro em outra acompanhado de dois praças que levaram ordem de conduzir preso para a vila, no caso de não entregar a borracha” (Noticiário, 1882).

O episódio evidencia alguns elementos. O mais evidente, claro, é a acusação de emprego de forças públicas para fins privados. Mas o articulista também alude à situação fundiária envolvendo esses seringais, lançando sobre o major suspeitas de grilagem, ou seja, apropriação indevida de terras públicas, a partir da qual Leocádio se arrogaria direitos de porcentagem sobre a produção do seringueiro. Por fim, quando o major recusa a oferta de Clarimundo de saldar sua suposta dívida com um pagamento em dinheiro, está dando mostras do funcionamento do sistema de aviamento, essa cadeia de crédito que conectava vários elos da economia da borracha, do seringueiro a casas comerciais nas capitais, e sobre a qual falaremos mais adiante.

Em 1887, *O Liberal* traz ainda mais acusações contra Leocádio, que aqui figura sob o epíteto jocoso e depreciativo de “Barão de Souzel”. Imputam-lhe atos de grilagem e expulsão de pessoas de seringais. Um dos casos envolve dois seringalistas, ocupantes de ilhas no baixo Xingu, onde produziam borracha, quando a firma de Leocádio supostamente requereu as áreas. “Souza, Filho & Moita tem feito venda de quase todos os seringais do Xingu sem que tivessem encontrado quem possa detê-los”, diz a notícia, e prossegue:

Os mesmos Souza, Filho & Moita tomaram a viva força os seringais de um pobre índio e velho viúvo, com numerosa família, chama-se Lourenço dos Passos, homem pacífico que ali nasceu, viu nascer seus filhos, cujos seringais lhe foram deixados pelos seus pais dos quais hoje

a força bruta se vê esbulhado para proveito do exm. Barão de Souzel.
(Attentado, 1887)

As denúncias contra Leocádio sinalizam o entrelaçamento das relações sociais, econômicas e políticas costumeiras entre a elite do período, além de apontar para as variadas formas de controle sobre os territórios.

2.2 Expansão dos seringais na bacia do Xingu

Ainda na década de 1860, Leocádio estava, como vimos, entre os incumbidos pelo presidente da província do Pará dos trabalhos de construção da estrada que deveria contornar a Volta Grande. A maior parte das fontes, porém, aponta que os trabalhos efetivos de realização da estrada foram principiados por outro nome da elite xinguana: Raymundo José de Souza Gayoso⁴⁵. Fazendeiro e escravocrata, Gayoso foi para o Pará na década de 1880, interessado na produção de farinha e da borracha em ascendência. Em 14 de outubro de 1882, faz chegar ao presidente da província o seguinte requerimento:

Raymundo José de Souza Gayoso, lavrador e proprietário, natural da província do Maranhão, tendo-se mudado para esta província com sua família, e trazendo 90 escravos de sua propriedade, deseja estabelecer-se no rio Xingu, empregando-se na lavoura; e como as respectivas terras são devolutas, por isso o suplicante requer a v. exc. a venda de 2.000 metros de frente e 5.000 metros de fundo, sendo 1.000 metros aquém do riacho — Ambé — e 1.000 metros além do mesmo riacho, confiando pela frente pelo rio Xingu e pelos lados e fundos com terrenos devolutos. (Editaes, 1883)

Gayoso, como já indicado no capítulo anterior, recebe destaque nos relatos dos viajantes europeus que passaram pelo Xingu no fim do século 19. O relato de Steinen menciona uma visita feita pela tripulação de sua expedição à casa onde morava o “homem mais rico do Alto Xingu”, situada na foz do igarapé Ambé (Steinen, 1942, p. 326). Coudreau, alguns anos depois, também traz alguns registros detalhados da estrada. Feita a partir das trilhas que haviam sido abertas pelos indígenas na década de 1840, e que ligavam o igarapé Tucuruí ao Ambé, a primeira versão dessa rota, que seria conhecida como Estrada de Gayoso ou Estrada de Vitória, seria concluída em 2 de abril de 1883,

⁴⁵ Segundo Castelo Branco (1956, p. 60), Leocádio teria patrocinado Gayoso nessa empreitada, mas o autor não apresenta referências para essa informação, e tampouco pude encontrar em qualquer outro lugar uma conexão entre os dois. Em comunicações diversas ao presidente da província do Pará acerca da estrada, Gayoso enfatiza que só dispôs dos próprios recursos, pleiteando, com base nisso, compensações do governo.

data que figura como marco histórico de fundação da cidade de Altamira⁴⁶ (Umbuzeiro e Umbuzeiro, 2012, p. 57).

Com a aprovação da Lei Áurea em 1888, Gayoso, que sustentava seus negócios com a força de trabalho de dezenas de escravizados, vê seu poderio econômico diminuir e deixa a região⁴⁷, assumindo seu lugar no controle da estrada o empresário Agrário Cavalcante. Coudreau afirma que ele teria se estabelecido no Xingu em 1890, mas em jornais da época é possível encontrar registros de sua presença desde o início da década de 1880 — um contemporâneo, portanto, de Gayoso. Em 1882, um jornal noticia sua chegada a Belém no vapor chamado Pará, vindo “dos portos do sul” (Vapor..., 1882), ao passo que, em 1883, ele já aparece como segundo suplente da subdelegacia de polícia do alto Xingu (Nomeações, 1883), assumindo o posto principal em 1884 (Atos, 1884)⁴⁸.

Agrário deu sequência à obra da Estrada de Gayoso — isso porque, na verdade, o que Gayoso havia empreendido fora a abertura de uma picada relativamente precária. Agrário, por sua vez, promoveu alguns aprimoramentos e mudanças de traçado, fundando, nesse processo, a vila de Vitória do Xingu, dali em diante ponto de partida da rota terrestre. Agrário apostava que a via era tão estratégica que, fosse como fosse, compensaria — no que teve razão, segundo Coudreau. Esse sucesso foi ajudado pelo descrédito e falta de investimento na Estrada Pública, uma passagem alternativa utilizada por aqueles que não podiam ou desejavam pagar pelo uso da outra rota (Umbuzeiro e Umbuzeiro, 2012, p. 99). Além do controle da via privada, Agrário também lançou-se diretamente em explorações de seringais e castanhais, como se vê em notícia de 1885:

Informam-nos que um senhor Agrario Cavalcanti, estabelecido no alto Xingu, fez com 22 homens uma exploração no rio Iriri, tributário do Xingu. Informam-nos também que foi bem sucedido, encontrando grandes seringais, castanhais etc., sem que tenhamos informações precisas para descrever a natureza do solo e os obstáculos vencidos pelo corajoso explorador. (Rio..., 1885)

⁴⁶ A Estrada de Vitória, depois de algumas alterações e ajustes de trajeto, corresponde à atual PA-415, via que liga Altamira à cidade de Vitória do Xingu e que leva o nome de Ernesto Acioly, outro seringalista de renome na região, como veremos adiante.

⁴⁷ Embora o requerimento mencione o Maranhão como estado de origem de Gayoso, Coudreau afirma que ele era oriundo do Piauí, e para lá teria retornado após a decadência de suas empreitadas no Xingu.

⁴⁸ Além disso, o geógrafo francês indica a Bahia como estado de origem do seringalista, mas o *Diário de Notícias* publica, em 1896, que Agrário, “estimado amigo e influente chefe político no Partido Democrata em Souzel, à procura de melhoras para sua saúde e de sua esposa, “segue para o *Estado do Ceará, sua terra natal*” (Agrário..., 1896, grifos meus).

Outro posto ocupado por Agrário foi o de diretor parcial dos índios do alto Xingu, atribuição ligada à principal legislação indigenista do período do Império, o Regulamento das Missões (Decreto 426/1845). Em 1887, ele se apresenta nessa função em Belém ante o presidente da província do Pará, na companhia de indígenas Takonyapé e Xipaya, para tratar das consequências de um conflito que resultara em uma grande matança de indígenas:

Narra o mencionado diretor que em um dos meses passados, às 2 horas da madrugada, os índios da maloca *Ilha Grande* foram batidos pelos *Carajás*, índios bravios, sendo repelidos a armas de fogo.

Os *Carajás* foram vencidos, morrendo 12, que após o ataque refugiaram-se na *Ilha* entre folhas, d'onde, ao romper da aurora, foram expulsos e assassinados (Índios..., 1887, grifos no original).

Em março de 1889, um conflito envolvendo indígenas e o barracão de Agrário no rio Iriri ganha as páginas de jornais do país. O *Cidade do Rio*, veículo da então capital, dá a notícia de “uma correria de índios no barracão da fazenda do capitão Agrário Cavalcante, no alto Xingu”. O jornal relata que “quinhentos Carajás atacaram o barracão”, onde estariam três pessoas, duas mulheres e um homem — uma das mulheres morreu, enquanto os restantes, apesar de feridos, se salvaram. Agrário, ao retornar do seringal e ter ciência do ocorrido, diz o jornal, “imediatamente *armou seu pessoal todo* e penetrou na mata, encontrando vestígios dos selvagens” (Deu-se..., 1889, grifos meus)⁴⁹. Vale ressaltar que, embora os registros mencionem indígenas “Carajás”, sabe-se que esse termo foi utilizado de forma relativamente genérica para aludir a membros dos povos Mëbêngôkre-Xikrin ou Mëbêngôkre-Kayapó.

Pouco tempo depois desses eventos, segundo fontes⁵⁰, o empresário e seringalista adoece e, por conta disso, traz para perto de si nos negócios um sobrinho, o engenheiro José Porphírio de Miranda Junior (1863-1934). Coronel José Porphírio, como seria mais conhecido, nasceu em Remanso, na Bahia, e passou sua infância e juventude no Piauí, onde iniciou suas atividades políticas e profissionais, na cidade de São Raimundo Nonato. Ao Pará, chegou no início da década de 1890, para logo se tornar o chefe político possivelmente mais influente do Xingu durante o auge da borracha.

⁴⁹ No mesmo ano, ele foi demitido do cargo de diretor parcial dos índios (Expediente..., 1889).

⁵⁰ Cf. O município... (1940).

Para essa equação, concorreram diversos elementos. Weinstein aponta que um dos principais seria justamente o controle sobre a Estrada de Vitória, principal via de trânsito de mercadorias e escoamento da produção do Xingu no momento de maior crescimento da economia gomífera. Castelo Branco afirma que inclusive o mérito da reabertura efetiva da estrada teria sido de Porphírio, “que retificou os antetraçados e preparou uma rodovia a ser trafegada por caminhões, aberta ao público a 8 de janeiro de 1926” (1956, p. 45n).

Além disso, Porphírio daria sequência a uma longa trajetória na política representativa, iniciada desde muito jovem, ainda no Piauí. Não muitos anos após sua chegada ao Pará, em 1898, elegeu-se intendente de Souzel pelo Partido Republicano Paraense (PRP), em um processo cercado de disputas e controvérsias⁵¹. No ano seguinte, Porphírio vence o pleito para deputado estadual e, em 1904, conduz uma vitoriosa campanha para senador estadual pelo PRP⁵².

Naquele momento, a política institucional paraense estava marcada por uma disputa entre os grupos afiliados a Antônio Lemos em oposição àqueles alinhados com Lauro Sodré, os “lemistas” e os “lauristas”. Tal disputa ecoava embates da política nacional ensejados após a proclamação da República, em 1889, no seio do recém-criado Partido Republicano Federal (PRF), quando uma crise opôs o então presidente do PRF, Francisco Glycério, e o presidente eleito pelo partido, Prudente de Moraes. Sodré, que ocupava o cargo de governador do Pará, foi um dos que manifestou apoio à liderança do partido, colocando-se contra Prudente de Moraes.

No ano eleitoral de 1897, Sodré recebeu a indicação do PRF para concorrer à eleição presidencial, que acabaria perdendo para Campos Salles, do Partido Republicano Paulista. Nesse mesmo ano, o congresso do partido republicano paraense terminou com a aprovação de uma moção de apoio a Prudente de Moraes. Diante disso, dissidentes, dentre os quais Sodré, convocaram nova assembleia do partido republicano paraense, e

⁵¹ As disputas foram travadas com José Joaquim Dias, que havia sido intendente do Xingu em meados da década de 1890, e ganharam destaque nos jornais (cf., por exemplo, O caso..., 1898). Entretanto, como alerta Cunha (2008, p. 36), não pode ser ignorada a evidência de que tanto Porphírio como Dias detinham seringais no Xingu, “adicionando às suas contendas outros interesses que extrapolavam a simples arregimentação de eleitores”. A historiadora afirma que Dias possivelmente teria utilizado o cargo de intendente para ampliar suas detenções, algo sugerido pelo grande número de registros de posse realizados entre 11 e 17 de junho de 1896 em nome da empresa Dias e Irmãos (Cunha, 2008, 50n).

⁵² Como parte dessa campanha, foi fundado nesse ano de 1904 o Club José Porphirio, em Belém (Cunha, 2008, p. 94).

nessa ocasião passaram a assumir o nome de PRF, reforçando seu alinhamento ao partido de âmbito nacional. Também destituíram uma série de membros, dentre os quais Antonio Lemos, que, como outros, seguiu sob a legenda PRP.

Assim, no mesmo ano em que Sodré perdeu as eleições presidenciais, concorrendo pelo PRF, Lemos elegeu-se intendente de Belém pelo PRP, e em sua gestão foram promovidas diversas intervenções urbanas que notabilizariam a “Belle Époque” paraense, marcada pelo *boom* da borracha.

Lemos trabalhou muitos anos como secretário do PRP, período durante o qual aproveitou para estreitar seus laços com os intendentes municipais, um tanto menosprezados pela cúpula partidária, como lembra Cunha (2008), e que seriam cruciais para a ala lealista. Por isso, a historiadora argumenta que José Porphírio constituía um notório exemplo da importância dos políticos interioranos nas disputas pelo governo do Pará na primeira década de 1900. Note-se que o influente seringalista do Xingu, após enviuvar de sua primeira esposa, casou-se com Rosalina Lemos, sobrinha de Antônio Lemos, e sua carreira política se constituiu no campo de apoio à ala lealista — cuja derrocada, a partir do governo de João Antônio Luiz Coelho (1909-1913), coincidiria em parte com o período de decadência da borracha, no início da década de 1910.



Imagem 9. Retratos e charge de José Porphírio de Miranda Junior. Fontes: (retratos) Bogéa Umbuzeiro (2020, p. 231, 218); (charge) Cunha (2008, p. 101).

No Xingu, segundo Campos e Abreu (1909), Porphírio expandiu “extraordinariamente” as operações comerciais, detendo o “entreposto de todo o movimento do médio e alto Xingu”. O domínio econômico do seringalista abarcaria desde o baixo curso do rio até acima do rio Fresco (em cuja desembocadura veio a se criar a cidade de São Félix do Xingu), além de todo o Iriri (Umbuzeiro e Umbuzeiro, 2012, p. 115). A naturalista Snethlage confirma, quando de sua viagem em 1909, o vasto domínio da “casa Porfírio” pela região, destacando que, no Iriri, por onde viajou, destacavam-se os barracões de Santa Júlia, São Francisco e Boca do Curuá⁵³.

Embora tais entrepostos fossem reconhecidos como de Porphírio, seu manejo era feito em sociedade com outro seringalista, Ernesto Accioly da Silva (c. 1863-1923). Accioly, cujo prenome também se difundiu ao lado da patente de “coronel”, tinha origem cearense e chegou ao Xingu com dezoito anos, nas últimas décadas do século 19⁵⁴. Casou-se com Dulcides de Miranda e Silva, irmã de José Porphírio — mais um exemplo de como associações no campo dos negócios entrelaçavam-se, como de costume nas elites, a relações de parentesco e afinidade.

Tanto Coudreau como Snethlage destacaram a prominência de Accioly na região do Iriri. O francês, em seu relato de 1896, estimava em “70 o número total dos trabalhadores e membros de suas famílias que vivem com Ernesto ou trabalham para ele nos seringais ou como canoeiros. Esta cifra faria da casa de Ernesto a mais importante de todo o Xingu das cachoeiras” (Coudreau, 1977 [1897], p. 36). Para além do pessoal de Ernesto, Coudreau estima em 150 os demais “civilizados” e suas famílias (1977 [1897], p. 162). Snethlage, quinze anos depois, já calculava em “mais de mil o número de pessoas ocupadas nos seringais e nas casas de comércio do Iriri. [...] Abundam as barracas de seringueiros nas margens e nas ilhas e a borracha que se produz aqui tem a reputação de ser a melhor do Estado do Pará” (2002 [1912], p. 57). Além disso, frisa os préstimos à sua expedição científica proporcionados por Accioly, “que não somente me ofereceu hospitalidade nas suas canoas por mais de seis semanas, mas também deu-me as mais

⁵³ Nessas localidades, a cientista encontrou “roças extensas, em estado de alta cultura”, o que lhe produz a impressão de que esses polos caminhariam para a autossuficiência em termos desses gêneros, complementados pela pescaria e caça, que, afirmava, “dão resultados riquíssimos, de maneira que no curso de nossa viagem nunca foi preciso comer carne seca, comida quase obrigatória do seringueiro e do cachoeirista de outros rios” (Snethlage, 2002, p. 57).

⁵⁴ Para alguns outros dados biográficos, inclusive acerca de sua morte, conferir necrológio publicado no jornal *A Reforma*, sediado em Tarauacá, no Acre (Coronel..., 1923).

preciosas informações sobre os rios Iriri e Curuá, que ele explorou o primeiro e dos quais é o melhor conhecedor”. E assim conclui a ornitóloga: “se foi o senador Porfirio Miranda que me abriu as portas do sucesso, posso dizer que o coronel Ernesto Accioly me conduziu quase a termo” (Snethlage, 2002 [1912], p. 53).

Em recenseamento oficial realizado em 1920, Accioly e Porphírio figuravam como os detentores do maior número de propriedades rurais em Altamira (Brasil, 1927, p. 29). Outros nomes que aparecem em destaque são o de Pedro de Oliveira Lemos e seu filho. Não pude localizar muitas informações biográficas acerca do “major Pedro Lemos”, como era mais conhecido, mas a *Folha do Norte* se refere a ele como “velho bandeirante da zona”, além de “primeiro que construiu uma casa na sede do município” (O município..., 1940). Lemos exerceu o cargo de primeiro intendente de Altamira entre 1912 e 1917.

Vale destacar também a existência de outra firma que atuava na região do Xingu, a Bitar Irmãos, fundada por imigrantes libaneses que se estabeleceram no Pará no final do século 19. Iniciando como mascates em uma Belém marcada pela economia crescente da borracha, Chicre Simão Miguel Bitar e irmãos logo estenderiam sua atuação para diversos ramos. Já na década de 1910, é possível ver registros da Bitar Irmãos como exportadora de borracha (Importação, 1914, p. 6), bem como criadora de uma linha de navegação a vapor. Logo inaugurariam também o Grande Bazar Independente, um estabelecimento que comercializava artigos diversos, inclusive importados. Em anúncio publicitário de 1915, destacava-se a correspondência com “as principais fábricas d’América, Europa e Sul do País”, além de se chamar a atenção para a existência de uma filial em Altamira⁵⁵ (Imagem 10). Entre as décadas de 1920 e 1930, a empresa se lançou no ramo industrial, inaugurando uma usina de artefatos pneumáticos, beneficiamento de castanha e extração de óleos na ilha de Mosqueiro, próxima a Belém.

⁵⁵ Em dezembro de 1918, o estado do Pará noticiava que a Bitar Irmãos fora uma das casas comerciais de Altamira que mais havia contribuído com a comissão maçônica para auxílio dos afetados pela gripe espanhola (A maçonaria..., 1918).



Imagem 10. Anúncios da empresa da família Bitar publicados, respectivamente, em 1915, no *Annuario de Belém*, e em 1929, no *Almanak Laemmert*.

Não pude precisar o momento exato em que os Bitar iniciaram a exploração de seringais no Xingu, mas no recenseamento de 1920 eles já figuram como proprietários rurais na região, inclusive de um estabelecimento chamado “São Sebastião”. Da primeira metade da década de 1920, também é possível encontrar diversos registros em cartório em que a Bitar Irmãos aparece como compradora de posses na região do Xingu, muitas delas distribuídas nas proximidades do igarapé do Pontal, próximo à vila de São Sebastião⁵⁶.

Com efeito, Leonídio Marques Filho, pequeno seringalista que trabalhou nesse seringal de São Sebastião, a partir de relatos do pai, Leonídio Marques, que sucedeu a família Bitar no local, afirma que o seringal de São Sebastião foi estabelecido em 1916 pela família Bitar. Mais especificamente, por Augusto Sebastião Rodrigues, conhecido como coronel Sabá. Nas memórias de sua sobrinha, a professora Maria Anunciada Chaves, ela fala da ampla mansão no bairro belenense de São Jerônimo onde vivia sua tia, Olívia Chaves Rodrigues, junto com o marido, Sebastião Rodrigues, “o tio Sabá”, “homem simples e trabalhador, que passava a maior parte do ano às margens do Xingu, auxiliando seu padraсто, Simão Bitar, na administração de grandes seringais que, anteriormente, haviam sido propriedade de seu pai” (Chaves, [19??], p. 65). Além do vínculo de Sebastião Rodrigues com Simão Bitar, Chaves destaca como a conexão entre as famílias Rodrigues e Bitar também se estreitou pelo casamento de uma irmã de

⁵⁶ Certidão do Instituto de Terras do Pará (Iterpa) atesta a existência do processo de legitimação de posse em favor de Bitar Irmãos, em 25 de janeiro de 1929, referente a doze áreas cuja soma integraria quase quarenta mil hectares, localizados às duas margens do igarapé Pontal, na margem esquerda do rio Xingu.

Sebastião, Adelaide Lisboa Rodrigues Bitar, com José Miguel Bitar, um dos irmãos de Simão.

Segundo Leonídio Marques Filho, Sabá teria explorado primeiramente o caucho (“comprava borracha do alto Xingu todinho, que ele era poderoso”) para, após a queda de preço desse produto, empreender a abertura das colocações no igarapé do Pontal, onde havia abundância de héveas. “Eles andavam de canoa a vara, ele e o finado Manoel de Barros, que era o piloto dele”, conta, a partir das histórias que lhe foram transmitidas por seu pai.

Os Bitar permaneceram ligados ao Xingu por quase todo o século 20. Com efeito, em balanços públicos da empresa já da década de 1980, Ventura Neto (2017, p. 212) aponta ainda constarem rubricas como “adiantamento para compra de borracha” ou para “extratores de castanha”, bem como menções ao seringal São Sebastião.

2.3 Aviamento e carrancismo

Até aqui vimos como, na virada e início do século 20, a elite xinguanas se estruturou em torno da vigorosa economia extrativista, principalmente da borracha, mas também da castanha. O poder oligárquico no Pará desse período, segundo Cunha (2008, p. 57), não se reduzia ao poder político ou ao controle eleitoral, mas à capacidade que determinadas famílias ou indivíduos tinham de controlar extensões de terras, possibilitando a exploração da atividade extrativista e da agropecuária.

Na verdade, no âmbito da economia extrativista, o mais acurado seria dizer, como ressalta Torres (2008a, p. 104), que o controle crucial para a manutenção de poder era menos o da terra, em si, e mais o da mão de obra. Em outras palavras, mais do que mobilizar agrimensores e atender aos requisitos jurídicos para obtenção de títulos de propriedade para toda a área detida, importava principalmente a quantidade de estradas de seringa exploradas, ou seja, o número de trabalhadores que o seringalista conseguia mobilizar e manter produzindo⁵⁷. Nos seringais xinguanos, assim como na maior parte da Amazônia, esse controle do trabalho passaria pelo chamado *sistema de aviamento*.

⁵⁷ Weinstein ressalva que essa caracterização vale principalmente para o extrativismo que se deu nos cursos mais altos dos rios amazônicos, como o Tapajós e o Xingu, e mesmo assim particularmente no período do auge da borracha. Na região das ilhas, relativamente próximas à capital paraense, esse cenário seria um

O sistema de aviamento consiste em uma cadeia de relações econômicas baseada no crédito, vigente na Amazônia desde o início do processo colonial⁵⁸. Embora permeasse produções diversas, o aviamento recebe maior destaque por sua associação ao extrativismo — efetivamente, é com o desenvolvimento da economia da borracha que esse tipo de relação ganha escala. Nela, o aviamento ligava desde a firma estrangeira que importava a borracha amazônica até o seringueiro que percorria as estradas de seringa, passando pelas casas aviadoras, sediadas em Manaus e Belém, por aviadores locais e por pequenos e grandes seringalistas.

No âmbito do seringal, os seringalistas, ou *patrões*, adiantavam ferramentas e mercadorias aos seringueiros, ou *fregueses*, que se comprometiam a saldar essa dívida com sua produção no fim do *fábrico*, período de coleta da borracha. Os patrões, por sua vez, operavam em sistema análogo junto às casas comerciais (e, posteriormente, também a bancos), recebendo recursos de forma adiantada e quitando as dívidas com a produção extrativista.

Vale lembrar que, em meio a essa cadeia, operavam também os chamados regatões ou marreteiros — comerciantes que se deslocavam pelos rios e trocavam mercadorias por produtos agrícolas ou de extrativismo, sendo frequentemente vistos como ameaças pelos grandes patrões. Barros e Lopes discutem como o comércio de regateio era visto sob uma ótica ambígua pelas autoridades dos estados amazônicos no século 19 — censurado, de um lado, por não pagar impostos (2008, p. 165), mas visto como de extrema importância, por outro, “para o abastecimento, a sustentação de poderes políticos locais e atividades de trabalho numa sociedade recém saída de um contextos de lutas sociais e desestruturações econômicas” (2008, p. 185-6)⁵⁹.

pouco distinto, com a existência de títulos fundiários para seringais desde 1850, além de uma presença marcada de pequenos proprietários, apontando para uma concentração de terras menos acentuada que nos altos rios. “Não que não houvesse qualquer disputa por escassez de terra, ou até mesmo surtos ocasionais de violência contra concorrentes intrusos, ou vizinhos mais fracos”, pontua a historiadora, “não era esse, porém, o único fundamento para as posses de terra na área” (1993, p. 65).

⁵⁸ Para mais sobre as relações do sistema de aviamento nesse período, em particular sua relação com o tráfico de indígenas escravizados, ver Meira (2017).

⁵⁹ Trata-se de uma alusão à Cabanagem, revolta de indígenas, negros e outros segmentos de classes populares deflagrada no estado do Pará entre 1835 e 1840. Harris (2010, p. 175) aponta como essa insurreição se inscreveu nos marcos de antagonismos envolvendo portugueses e brasileiros, além de desigualdades regionais no contexto do Brasil após a Independência, destacando, ainda, elementos próprios do campesinato amazônico como componentes configuradores do processo.

No Capítulo 3, discutiremos mais sobre a presença contemporânea dos regatões no Xingu e Iriri. Por ora, chamo a atenção para uma notícia de jornal de 1911, em que a questão é tocada. A nota trata da queixa de Pedro Nonnato e Silva, um seringueiro que tinha como patrões a firma de Pedro Lemos, do Xingu. Silva diz que, após chegar do Ceará, onde estivera em visita à família, utilizou parte do saldo que tinha para comprar mercadorias, tais como camisas, anéis de plaquê e machadinhas de seringa, com o intuito de vendê-las no Xingu. Na safra seguinte, quando foi prestar contas de sua produção de borracha com Lemos, notou que seu saldo estava abaixo do que devia ser, pela produção entregue. Foi quando recebeu com surpresa a notícia de Lemos de que teria incluído na caderneta de Silva a cobrança de quinhentos réis, referente a uma suposta multa que o seringueiro teria recebido, e que o patrão teria pagado, pelo exercício de “direitos de ambulante em Souzel”. Ao seringueiro, entretanto, não foi entregue o recibo dessa multa, “nem tampouco documento algum que provasse lhe haver sido cobrada legalmente”, diz a notícia, motivo pelo qual Silva apresentava-se a Belém para formular sua queixa (Será..., 1911).

Acho essa notícia digna de nota porque, além do tema mais evidente da oposição dos patrões ao comércio concorrente em seu território, possivelmente impondo sua exclusividade por força ou atos de arbitrariedade, estão também indícios de alternativas à imagem do seringueiro totalmente isolado e de laços cortados com seus lugares de origem. Silva tem recursos para retornar a seu estado natal, bem como para investir em uma pequena atividade comercial paralela e, ainda, para se deslocar à Belém, onde encaminha sua queixa, fazendo-a chegar inclusive à imprensa.

Por sua associação tão fundamental à economia da borracha na Amazônia, o aviamento foi objeto de extensas análises no âmbito da história econômica e ciências sociais ao longo do século 20. Tais estudos buscavam oferecer explicações para o surgimento do sistema, sua relação com os mercados capitalistas, seus elementos fundamentais, sua relação com a agricultura e, destacadamente, o modo como se constituía um meio de controle do trabalho, derivando muitas vezes na chamada “escravidão por dívida”.

Um dos fatores que torna o aviamento algo tão fundamental é que as relações que o compõem não se assentam em pressupostos estritamente econômicos, mas passam por questões éticas e morais, bem como frequentemente se sobrepõem ou interseccionam

relações de parentesco, vizinhança ou compadrio (Aramburu, 1994). Com efeito, à guisa de contraponto, Postigo e Rezende (2017, p. 242) ponderam que esse sistema, ao garantir a comercialização dos produtos dos seringueiros distribuídos por vastas áreas, “por mais desfavoráveis que tenham sido algumas das negociações, [...] teria constituído condição necessária para a permanência de muitos deles na região desde o início da economia da borracha até os dias de hoje”.

Assim como os relatos de viajantes convergem na produção de certo imaginário da Amazônia, há também alguma recorrência nos motivos discursivos empregados por pesquisadores que analisaram as características da economia da borracha na região, incluindo o sistema de aviamento. Oliveira Filho (2016) examina essa produção sobre o seringal amazônico e assinala como ela coliga determinadas concepções sobre a fronteira, ora subsumida a um espaço geográfico e mítico, ora descrita como área dotada de certas características climáticas ou raciais. Ainda que se assentem em extenso conhecimento factual das realidades econômicas e sociais abordadas, ressalva o autor, tais explicações do seringal amazônico permanecem limitadas por esse horizonte. Em outras palavras:

[...] a abordagem que a história nacional faz ao seringal e as relações econômicas e sociais que instituiu geralmente apresenta um caráter preconceituoso, estagnado e uniforme, divergindo muito pouco na base factual, em variantes interpretativas ou em estilos narrativos. Partilham de um mesmo esquema interpretativo geral, que desempenhou (e ainda desempenha) uma função social bem definida, mas que esteriliza as análises históricas. (Oliveira Filho, 2016, p. 117)

De modo alternativo, Oliveira Filho (2016, p. 118) propõe analisar o seringal enquanto fronteira, ou seja, como um mecanismo pelo qual novas terras são ocupadas e incorporadas, de modo subordinado, a uma economia de mercado.

Nesse sentido, o autor delinea dois modelos diferentes de seringal, um característico do princípio da exploração da borracha e outro do período de auge. Esse primeiro tipo, que Oliveira Filho denomina “seringal caboclo”, seria marcado por uma mão de obra mais local, marcadamente indígena e familiar, que se dedicava à borracha, mas também a outras atividades agrícolas e extrativistas. Já o modelo do “seringal de apogeu”, por sua vez, teria como elementos fundamentais a mão de obra majoritariamente trazida de fora e composta de trabalhadores isolados, com restrições a atividades que não a exploração da borracha (Oliveira Filho, 2016, p. 145).

A esse respeito, vale lembrar alguns aspectos da migração para a Amazônia que se registrou no período de crescimento da economia da borracha, tendo como principal origem estados do Nordeste, destacadamente o Ceará. Embora movimentos nesse sentido já se registrassem anteriormente, é na década de 1870 que essa migração interna ganha escala: entre 1870 e 1910, a população dos estados amazônicos quadruplicou, passando de 123 mil para pouco mais de 1,2 milhão de habitantes⁶⁰. Dois elementos são comumente apontados como determinantes para esse impulso: o crescimento dos preços da borracha, que ensejou a expansão dos seringais amazônicos para áreas de mais difícil acesso nos altos rios, e a seca severa que atingiu o Nordeste em 1877-1879, pressionando um grande contingente de pessoas a deixar suas terras em busca de melhores condições de vida.

A conexão automática entre retirantes da seca e seringueiros oprimidos pelas selvas amazônicas também é objeto de debate. Oliveira Filho observa que a descrição dessa migração nordestina como um tipo de migração predominantemente espontânea não se justifica, pois que, dada sua escala e seu ritmo, há nesse movimento algo de induzido e organizado: “são exatamente os interessados na utilização dessa mão de obra, os seringalistas e as casas aviadoras (e não os governos provinciais), que promovem esse fluxo migratório” (Oliveira Filho, 2016, p. 155-6). Guillen apresenta visão consonante, defendendo que não se pode dar à seca de 1877 o “peso de determinação que tem assumido na literatura e na historiografia subsequente” (1999, p. 194). O principal ponto da autora, com o qual concordo, é que ao se colocar em primeiro — e por vezes único — plano a dimensão “natural”, oblitera-se movimentações como a da elite da época, interessada em evitar que se colocasse em questão a dominação e exploração nos moldes em que eram realizadas.

Se essas críticas ajudam a problematizar a ênfase demográfica e economicista que acompanhou os trabalhos sobre migração nordestina para a Amazônia na virada do século, Lacerda (2006) contribui para aprofundá-las a partir do campo da história social, enfocando a experiência do grupo de migrantes que se deslocou do Ceará para o Pará na virada do século 19 para o 20. A historiadora, que estrutura em seu trabalho uma crítica à ideia do nordestino como sendo apenas seringueiro, defende que não se pode pensar o

⁶⁰ Dados compilados por Santos (1980, p. 317). Vale lembrar que, por conta do movimento para oeste que marcou a fase de ascensão da borracha, embora a população da Amazônia tenha crescido como um todo, o estado do Pará, especificamente, perdeu população nessas décadas de 1870/1880 (Santos, 1980, p. 99).

processo de migração de nordestinos para a Amazônia de forma homogênea, mas nos marcos de sua pluralidade, “percebendo-se, por exemplo, que tipo de atividade foi desenvolvida por este migrante, em função dos espaços que ele ia ocupando, seja nos seringais, na capital paraense ou em núcleos coloniais” (Lacerda, 2016, p. 55).

Outro ponto em questão é a agência do sujeito migrante — os elementos levados em conta em sua *decisão* de migrar. Frederico Neves de Castro, citado por Lacerda, que investigou o contexto dos retirantes oriundos de Fortaleza que acabaram decidindo por deixar o estado, aponta que a escolha da Amazônia surgiu como mais viável por conta de “uma extensa rede de conhecimentos” que já havia se estabelecido por volta de 1889 (Neves, 2002, p. 81 apud Lacerda, 2006, p. 61).

Retomando os modelos de seringal identificados por Oliveira Filho (2016) para nos conectarmos ao Xingu, alguns elementos apontam que a organização da produção de borracha nessa região, em seus primórdios, concentrada no curso mais baixo, próximo à região das ilhas, reunia os elementos do dito seringal caboclo. A descrição de Souzel em 1842, feita por Adalberto da Prússia e que vimos no início do capítulo, vai nesse sentido, de apontar unidades familiares voltadas a atividades concorrentes e diversificadas: “[...] vão para seus sítios disseminados pelas margens do rio, no inverno, isto é, de junho a dezembro, para preparar seringa (goma elástica), que se prepara no local, e no verão para apanharem salsaparrilha, bálsamo de copaíba, cássia e cacau” (2002, p. 259). Seria somente na virada do século que a passagem para o modelo de apogeu começa a operar, com a ocupação de áreas nos cursos mais altos dos rios e multiplicação de seringueiros migrantes, com elevada produtividade e especialização na borracha, enredados na cadeia de créditos e obrigações junto aos patrões seringalistas.

Vicejava, então, o chamado *carrancismo*, termo muito utilizado para designar as práticas violentas e arbitrárias empregadas pelos seringalistas nas relações com seus fregueses seringueiros. A expressão “carrancismo”, ou “tempo do carrancismo”, é difundida em várias regiões do Brasil, geralmente com um caráter relacional que contrasta tempos e valores pretéritos com os contemporâneos. Ela pode qualificar condutas individuais, como em seu sentido dicionarizado — “característica de quem vive preso ao

passado” —, ou aludir a grupos ou classes, figurando em interpretações de cunho mais sociológico, como nesse caso dos seringais⁶¹.

Os beiradeiros do Xingu e Iriri operam com ambos os registros. Em relatos sobre os antigos, é comum ouvir que tal parente “era daqueles carrancismos”, para falar de alguma atitude hoje considerada retrógrada pelo enunciador — uma teimosia excessiva ou uma forma de criar os filhos considerada demasiado severa, por exemplo. Ou, como já visto, o carrancismo surge para caracterizar opressões vivenciadas por seringueiros nas mãos de patrões.

Entre beiradeiros do Xingu e Iriri, há memórias das práticas coercitivas empregadas por Porphírio no exercício de seu controle sobre os seringueiros e suas produções. “Era carrasco”, contou seu Sabá Bacabeira a Francesco (2021, p. 51). “Diz que ele gritava, dizendo que, no Iriri, até os macacos eram dele”, relatou seu Manoel Messias Pereira da Silva (Manoel da Cachoeirinha) a Alarcon e Torres (2014, p. 24), a partir do que ouviu de seu avô, que também atuava como seringalista no Iriri. “Ele mandava dentro de Altamira”, comentou aos mesmos autores seu José Rodrigues (Doval). “Os policiais, os delegados faziam tudo que ele queria, tudo era dele.”

Indígenas cujos ascendentes trabalharam nos seringais também partilham histórias semelhantes. Com base em relatos de Payá Kuruaya, que viveu no Iriri nas primeiras décadas do século 20, sua filha Josa Kuruaya contou a Arnault (2016, p. 155) sobre as práticas atribuídas a José Porphírio: “[...] tinha uma casa ali onde era a caixa d’água, uma casa grande. Aí dizia que o pessoal descia pra pagar, aí dizia que ele não queria pagar o saldo. Aí entrava numa sala, pra fazer o pagamento lá, tinha uma tábua que a pessoa pisava, caía dentro daquele buraco e morria”⁶².

Em jornais, encontramos alguns outros exemplos. O barracão de São Francisco, no Iriri, aparece no centro de um morticínio no início da década de 1910. Segundo

⁶¹ De outros contextos, destaco a ideia de “carrancismo ambiental” mobilizada por veredeiros e quilombolas no vale do São Francisco, em Minas Gerais, para caracterizar a violência institucionalizada do Estado e de grupos ambientalistas que atuam na região (Correia, 2002; Costa, 2020). Ana Claudia Marques lembra como o termo carrancismo também é usado no sertão de Pernambuco, por volta do início do século 20, para abarcar sentidos de brutalidade, mas também de bravura e força (informação verbal).

⁶² No depoimento transcrito por Arnault, Josa Kuruaya principia por atribuir a violência a Ernesto Accioly, mas depois retifica: “Tinha o Zé Porfírio e o Ernesto. O Ernesto era bom, esse Zé Porfírio que era mal. Ele que era mal, que matava as pessoas, não era o Ernesto, não. O Ernesto era bom, ajudava muito os índios, ela [Payá Kuruaya, sua mãe] falava” (Arnault, 2016, p. 155).

testemunhos de um sobrevivente, tudo começou quando um funcionário de José Porphírio que dirigia o referido barracão confiscou a borracha de um grupo de seringueiros, que queriam que a entrega de seu produto fosse testemunhada por Ernesto Accioly. Uma vez tomada a borracha, segundo o relato publicado na imprensa, o funcionário “resolveu também nada mais vender aos referidos fregueses, que, abandonados à fome, reuniram-se em número de trinta e tantos e deliberaram ir ao barracão a fim de liquidar suas contas”. Quando soube do plano, o funcionário teria preparado uma emboscada para o grupo na cachoeira do Julião, próximo à Cachoeira Seca. “Quando por ali passavam, numa canoa possante”, prossegue a denúncia, “os referidos fregueses foram vítimas das descargas de terra, caindo mortos quatorze, além de quatro cujo paradeiro não se sabia, e de sete que ficaram feridos e consta estarem prisioneiros de Taboza [o dirigente do barracão]” (Graves..., 1912).

Outro exemplo da mesma década é uma denúncia estampada pelo jornal acreano *O município*, em 1915, a pedido de um cidadão chamado José Simplício Ribeiro. No texto, ele se afirma proprietário do barracão Monte Santo, associado a seringais na região do Rio Novo, afluente do Iriri. Diz que, em meados do período de exploração da seringa, surpreendeu-se ao encontrar fora do seringal dois seringueiros que trabalhavam para si: “[...] responderam-me que se dirigiam para o barracão Santa Julia, a entenderem-se com o sr. Tenente Coronel Ernesto Accioly da Silva e de lá se iriam embora, pois não queriam mais trabalhar nem pagar o que deviam” (Ribeiro, 1915). Segundo Ribeiro, Ernesto teria emitido um salvo conduto aos dois e aceitado as estradas de seringa em pagamento. Só que as estradas, diz Simplício, não eram dos seringueiros, mas dele, pois havia pagado um mateiro para constituí-las. Porphírio teria, ainda, ajudado os seringueiros a fugir, inclusive confiscando equipamentos de Simplício no processo. Por fim, diante de sua indignação e manifesto desejo de denúncia, diz ter tomado ciência de uma possível emboscada contra sua pessoa — contra a qual se precaveu, evitando o local indicado e viajando diversos dias pela mata até o rio Amazonas, seguindo então para Belém, de onde se manifestou contra os “potentados do Xingu”.

Por trás da pujança desses e de outros seringalistas do Xingu, estavam os braços de numerosos seringueiros e os favoráveis preços da borracha, que em 1909 começavam a descrever uma acentuada curva ascendente — acentuada, porém logo revertida. A crise da borracha amazônica começaria já no ano seguinte, em 1910, impulsionada pela

definitiva chegada ao mercado da produção das seringueiras cultivadas no sudeste asiático⁶³. Em maio desse ano, o preço da borracha chegou ao inédito auge de seis dólares, caindo para menos da metade disso já no mês de novembro, um patamar do qual nunca mais efetivamente se recuperaria (Weinstein, 1993, p. 241).

A quebra desencadeou, como era de se esperar, amplos impactos socioeconômicos nos estados amazônicos envolvidos no comércio da goma elástica, com especificidades regionais. Weinstein lembra que, embora houvesse relatos já em 1913 de um êxodo dos seringais, os números sobre a produção propriamente de borracha indicavam que “o declínio da produção foi gradativo e interrompido por aumentos ocasionais, o que indica somente uma perda desprezível de trabalhadores” (1993, p. 272).

Como hipótese alternativa, argumenta a historiadora, essa perda de trabalhadores pode ter sido compensada por uma ampliação de jornada dos que permaneceram, que com isso buscavam compensar a queda nos preços e, assim, manter sua renda. Algo que, claro, tinha um limite. Efetivamente, diz Weinstein, em 1914, “o preço da borracha caíra perigosamente para perto de dois mil-réis, e tornava-se cada vez mais impraticável para um seringueiro — especialmente se tivesse família — pensar em tirar toda sua subsistência da extração da borracha” (1993, p. 272). A solução para esse trabalhador, e uma solução especialmente profícua se tivesse família, era diversificar suas atividades, dividindo o tempo dedicado à borracha com a pequena agricultura e outros tipos de extrativismo, incluindo a caça e pesca. Já o seringalista se via dividido “entre a necessidade de cortar os custos e as dificuldades de manter o controle de sua mão de obra” (Weinstein, 1993, p. 272).

Nas fontes historiográficas consultadas, não há informações pormenorizadas sobre como a crise da borracha de 1910 repercutiu no Xingu, mas há elementos apontam como os seringais seguiram operando ao longo das décadas de 1910, 1920 e 1930. Temos a informação, por exemplo, de que data de 1916 a introdução de grandes lanchas motorizadas que permitiam trafegar até o curso alto dos rios (Município..., 1940).

⁶³ No que alguns caracterizam como um dos primeiros atos de biopirataria registrados, o inglês Henry Wickham contrabandeou em 1896 setenta mil sementes de seringueira da cidade paraense de Santarém, no Tapajós, para a Inglaterra. Uma vez germinadas no Royal Botanic Gardens, em Londres, os exemplares de hévea foram enviados para as colônias britânicas na Ásia, onde as plantações resultantes minaram o monopólio da borracha amazônica, rapidamente dominando o mercado mundial. Para mais sobre esse processo, ver Jackson (2009).

Dos grande seringalistas, ademais, sabe-se que Ernesto Accioly permaneceu à frente dos seringais do Iriri ao longo de toda a década de 1910, falecendo em 1923, em Belém. Após sua morte, seu sobrinho Antônio Meirelles assumiu os seringais. Sobre José Porphírio, afirma-se que teria deixado a região no início da década de 1930, retirado para o Rio de Janeiro, onde faleceu em 1934.

Analisando esses relatos em conjunto com registros de outras fontes históricas, é possível inferir que Porphírio e Accioly, embora hegemonizassem a produção de borracha na bacia do Xingu e Iriri, possivelmente não estavam sozinhos, já dividindo parte de seu espaço com outros seringalistas de menor porte. E que a queda de preços da borracha, no Xingu, não enterrou a economia gomífera por ali, mas abriu espaço para a multiplicação de *patrões menores*, alguns dos quais emersos dos próprios seringais.

De fato, quando analisamos trajetórias familiares de beiradeiros e beiradeiras que hoje encontramos no Xingu e Iriri, sobressaem alguns aspectos. Os ascendentes que efetuaram a migração para o Xingu há mais tempo, próximo da virada do século 19 para o 20, foram, em geral, pessoas que chegaram a desempenhar papéis de patrões, de escalas variadas. É o caso, por exemplo, de seu Manoel Messias Pereira da Silva, ou Manoel da Cachoeirinha, no Iriri, cujo avô paterno, nascido em Belém, veio para a região do Xingu já preparado para comercializar borracha. Em 1923, ele comprou o seringal Laranjeira de José Porphírio. “Tinha barracão e duas lanchas grandes para levar muita carga”, contou seu Manoel a Alarcon e Torres (2014, p. 33). Outros migrantes do período chegaram como seringueiros, mas conseguiram reunir condições e ascender à condição de patrões.

O caso mais conhecido possivelmente é o de Anfrísio Nunes, que viajou do estado de Sergipe ao Xingu no fim dos anos 1900, inicialmente engrossando as fileiras de seringueiros dos estabelecimentos de Accioly e Porphírio no rio Iriri. Em pouco tempo, em meados de 1920, o seringueiro teria reunido meios para iniciar, ele próprio, o aviamento de um grupo de seringueiros — prosperando na empreitada, o afluente do Iriri onde se situavam as estradas de seringa sob seu controle veio a ser conhecido por seu nome: Riozinho do Anfrísio. Ele e seu neto exerceriam, ao longo do século 20, o cargo de prefeito de Altamira.

Outros nomes de patrões destacados nas memórias de beiradeiros são: no Iriri, Tiago Pereira, Benedito Gama, Antônio Meirelles, Amor Firma, Calixto Porto; no Xingu, Cícero Maia, Otávio Torres, Antônio Coelho, dentre outros.

Ainda tratando de trajetórias familiares beiradeiras, no Xingu, temos o exemplo de Constantino Ferreira Viana, oriundo de Icó, no Ceará. Seu neto Edmilson Viana, que vive no Morro do Félix, relatou a Maria Augusta Torres (2021, p. 32) como ele chegou à região em 1912, empregando-se no seringal Triunfo. “Meu avô trabalhou no verão e no fim do ano o patrão pesou a borracha dele, ele pagou a conta e saldou. Aí adiantou mais um dinheiro pro meu avô. Pagou o saldo e adiantou mais um dinheiro. Aí ele voltou pro Ceará. Aí trouxe a família dele quase toda: trouxe a mãe dele, o irmão, sobrinhos”, contou seu Edmilson. “Aí, de seringueiro, ele já passou a ser patrão.” Constantino comandou, assim, o seringal Flor do Ouro, situado bem a montante do Xingu, mais ao sul de onde veio a ser a cidade de São Félix do Xingu. E onde nasceria seu Edmilson, em 1937.

No mesmo ano que seu Constantino Viana chegava à região, emigrava o pai de seu Sabá Bacabeira, que veio do Ceará para trabalhar para Porphírio, em um seringal situado “a dois dias de viagem da Praia do Anfrísio, no Riozinho do Anfrísio, afluente do rio Iriri” (Francesco, 2021, p. 51). Foi também o caso de seu José Freires da Silva (c. 1880-?), que veio de Codó, no Maranhão, para cortar seringa no Iriri a partir de 1911.

Em outras palavras, a crise da borracha que se desencadeou no início da década de 1910 não pôs fim aos seringais do Xingu e Iriri, e uma mirada nas migrações nos dá prova disso, com muitos deslocamentos de ascendentes de famílias beiradeiras contemporâneas realizados entre as décadas de 1910 e 1930. No médio-alto curso do Iriri, como documentaram Alarcon e Torres (2014), esse foi efetivamente o período de chegada de diversos ascendentes de moradores atuais. Alguns deles migraram de outras regiões de seringais, principalmente o Tapajós, como a família do falecido marido de dona Raimunda Gomes.

Há também um ponto já mencionado, mas que vale reiterar: em grande parte, as migrações eram realizadas por homens do Nordeste — o Ceará sendo a origem mais frequente, mas também de estados como Maranhão, Piauí, Rio Grande do Norte e Bahia. Em alguns casos, relativamente raros, esses homens migravam com família ou, como vimos com seu Constantino Viana, retornavam para buscá-la depois de reunirem os meios para tal. Na maioria das vezes, porém, os casamentos se davam com mulheres nascidas na região, muitas delas filhas ou netas de indígenas sequestradas de aldeias, nos marcos do avanço de não indígenas dos períodos anteriores, dando origem aos frequentes relatos de ascendentes “pegas a laço” ou “caçadas no mato”.

Essa violência não pode ser invisibilizada ou minimizada, como parte constituinte desse processo de formação dos seringais. Contudo, enquadrar tais mulheres na única condição de vítimas seria fazer com elas nova violência, como afirma Cristina Wolff a partir de seu trabalho com mulheres no Alto Juruá. A autora convida, assim, a “pensar essas mulheres também como sujeitos, que interagem com outros na sociedade dos seringais” (1998, p. 169). Isso aponta, por exemplo, para a cunha de gênero que existe na matriz indígena dos conhecimentos tradicionais que compõem, hoje, o modo de vida beiradeiro, não apenas no Xingu e Iriri, mas em outros contextos, como o Tapajós (cf. Torres, 2008).

Voltando às dinâmicas populacionais no Xingu e Iriri, segundo Umbuzeiro e Umbuzeiro (2012, p. 127) e outras fontes, a década de 1930 teria sido marcada por um êxodo da região. “O êxodo estava a desbastar as fileiras do meu pequeno rebanho”, escreveu o sacerdote alemão Eurico Kräutler (1906-1985), referindo-se à vila de São Félix do Xingu, onde ele havia edificado uma igreja em 1938, base para sua atividade missionária (ver Imagem 11)⁶⁴:

Quando, nas primeiras horas da manhã, fazia minhas incursões nesta ou naquela parte de São Félix enquanto o sol ainda era suportável, tinha amplas evidências de que o êxodo tinha feito escola. Eu queria que o resto da população estivesse ligado a nós e à capela. Por muito tempo, eu me perguntei como fazer prosperar uma escola nesta aldeia semiabandonada. Caixa após caixa de uniformes da escola militar do Rio ficaram sem uso em nosso corredor. (Kräutler, 1997, p. 178-9)⁶⁵

Castelo Branco também chama a atenção para a queda nos registros de população de acordo com os censos de 1920 e 1940 (1956, p. 71).

Essa tendência seria revertida na década de 1940, após a eclosão da Segunda Guerra Mundial (1939-1945). Nesse momento, o controle japonês dos seringais asiáticos fez com que o bloco dos países aliados se voltasse novamente à Amazônia como fonte de borracha natural — uma matéria-prima fundamental em tempos de guerra. Esse fornecimento figurou nos chamados Acordos de Washington, firmados em 1942, segundo

⁶⁴ Dom Eurico (Erich) Kräutler assumiu a prelazia do Xingu em 1971, nomeado pelo Papa Paulo VI. Sua atuação como missionário na região, porém, data de 1934, e com base nela escreveu diversos livros, em grande parte autobiográficos, dentre os quais se destacam *O Xingu: encanto ou terror?* (1953), *A moringa quebrada* (1978), *Sangue nas pedras* (1979) e *Menschen am Xingu* (1997).

⁶⁵ Agradeço a Douglas Anfra o apoio com a tradução.

os quais o Brasil se comprometia com o suprimento de uma série de matérias-primas, dentre as quais a borracha, e os Estados Unidos garantiriam financiamentos para determinados setores estratégicos, bem como o fornecimento de matérias bélicas. Tinha início, a partir daí, a chamada Batalha da Borracha, nome que recebeu a campanha de mobilização de trabalhadores — os “soldados da borracha” — para a produção de borracha nos seringais amazônicos⁶⁶.

Apresentamos alguns perfis de migrantes registrados entre os ascendentes de moradores do Xingu e Iriri. Parte significativa das trajetórias familiares envolvendo beiradeiros e beiradeiras contemporâneos é marcada, porém, justamente por essa migração que reverteu o êxodo de 1930 e que se deu entre 1943 e 1945, durante a Segunda Guerra Mundial, nos marcos da chamada Batalha da Borracha — o tempo dos *arigós*, nome que recebiam os migrantes que chegavam aos seringais amazônicos, em sua maioria absoluta na condição de *brabos*, ou seja, desprovidos do conhecimento corporificado necessário para a vida na floresta.

Mais: os relatos contemporâneos sobre os tempos de seringal — nos quais nos basearemos no próximo capítulo — datam predominantemente desse período em diante, vivenciado em primeira mão pelos mais velhos de hoje, embora suas memórias também incluam o que ouviram de seus pais e avós.

Vimos assim, neste capítulo, como a ocupação não indígena avançou pelo vale do Xingu e seus afluentes, a partir da segunda metade do século 19, de forma conexas à expansão da economia da borracha. Dedicaremos o próximo capítulo mais especificamente à territorialidade beiradeira que se constituiu a partir do estabelecimento dos seringais, a partir de memórias, enfocando a perspectiva dos seringueiros, das relações que estabeleceram com patrões, entre si e com o território, bem como as transformações que se operaram ao longo do século 20.

⁶⁶ Sobre a experiência dos que se deslocaram do Nordeste para a Amazônia nesse contexto, cf. Guillen (1999) e Costa (2014); para uma crítica sobre o processo de recrutamento conduzido pelo Serviço Especial de Mobilização de Trabalhadores para a Amazônia (Semta), em particular o papel dos médicos do órgão, ver Miranda (2013).



Imagem 11. Capela construída em honra a São Félix de Valois, em 1938, às margens do Xingu. A fotografia não está datada, mas sabe-se que é de quando o território ainda era conhecido como Gradaús, distrito de Altamira, antes de se tornar definitivamente a sede do município de São Félix do Xingu, em 1961. Sua autoria também é desconhecida, e ela encontra-se registrada à página 26 do livro de Dom Eurico Krätler publicado em 1953 (os textos, assinados, datam de 1944 a 1946).

AMANSAR-SE



Matrícula 119/ 83
NOME JOZEEA GERONTIA DA SILVA
SERINGAL SÃO JORGE
COLOCAÇÃO PONTÃO
MUNICÍPIO ALTAMIRA
ESTADO PARÁ Válido para abastecimento
nos postos de venda
SUDHEVEA/COBAL

Matrícula 004
NOME FRANCISCO VIEIRA GOMES
SERINGAL SÃO SEBASTIÃO
COLOCAÇÃO PAJAU
MUNICÍPIO SÃO FÉLIX DO XINGU
ESTADO PARÁ Válido para abastecimento
nos postos de venda
SUDHEVEA/COBAL







6



7

SERINGAL SÃO JORGE

AGRO-EXTRATIVA RIO IRIRI LTDA. - AGETRIL

C.G.C. 05.568.415/0001-80

Insc. Est. 15.092.029-6

Rua Cel. José Porfírio, 1090 - Fone: 515-1275

Altamira - Pará

Nº

0070/03

Altamira, 08 de JANEIRO

de 1989

O Snr. ^A JOSEFA LEOCADIO

1988		HISTORICO	Preço Unitário	TOTAL
Julho	17	TRANSPORTE FLS 0069-02	C28	37930,00
"	01	LATA OLEO COMESTIVEL	"	300,00
"	07	COPOS MASSA TOMATE	"	200,00
"	20	TUBOS PASTA	"	200,00
"	01	PACOTE MAIZENA	"	250,00
"	22	PACOTE CAFE	"	170,00
"	01	VA LEITE DE COLONIA	"	300,00
"	01	PACOTE BOLACHA	"	300,00
"	24	04 FILHAS	"	400,00
"	01	SABONETE	"	250,00
"	01	TUBO LINDA	"	100,00
"	01	KILO ARROZ	"	600,00
"	26	01 PACOTE BOLACHA	"	300,00
"	01	PARA SABAO	"	300,00
"	01	CADERNO	"	300,00
"	01	LATA OLEO COMESTIVEL	"	300,00
"	28	03 KILOS AÇUCAR	"	600,00
"	07	PACOTES FUMO	"	160,00
"	01	PACOTE CAFE	"	170,00
"	01	PACOTE BOLACHA	"	300,00
"	01	POTE MARGARINHA	"	500,00
"	30	01 PACOTE MAIZENA	"	100,00
"	01	PACOTE MAIZENA	"	250,00
"	01	LATA SOCE	"	300,00
"	01	LENTE	"	100,00
Agosto	01	07 KILOS AÇUCAR	"	400,00
"	01	LATA OLEO	"	300,00
"	07	07 KILOS ARROZ	"	400,00
		TRANSPORTA FLS Nº 0074-03		40080,00

SERINGAL SÃO JORGE

DE Benedito Batista da Gama
 CGC(MF) 04.943.122/001 - Insc. Est. 15.005.513-7
 RUA CEL. JOSÉ PORFÍRIO, 1090
 ALTAMIRA — PARÁ

1982	DATA	SERINGUEIROS	PELAS	PÊSO BRUTO	PÊSO LÍQUIDO	PRE UNITA
Agosto	14	Jacuporã	59	2896	2543	
"	15	Waldomiro Leocadio	01 60	97	2993	79 2.622
"	18	Juza Moura	02 62	48	3.041	40 2.662 3500
"		Delvino Batista	01 63	30	3.071	24 2.686 3500
Seto	01	Francisco Pereira de Louza	05 68	185	3.256	175 2.861 3500
"		Nasario Hernandez	01 69	57	3.313	49 2.910 3500
"	03	Milton Nascimento	11 80	442	3.755	420 3.330 3600
"	04	Raimundo Juca	02 82	142	3.897	128 3.458 3500
"	05	Mariano Monteiro	01 83	18	3.915	17 3.475 3500
"	07	Jose Taracense	02 85	114	4.029	103 3.578 3500
"		Edmilson	01 86	60	4.089	54 3.632 3500
"	15	Joel Manga	01 87	41	4.130	37 3.669 3500
"		Francisco Duarte	03 90	157	4.287	148 3.817 3500
"	19	Guandês Marinho	26 116	1348	5.635	1280 5.097 3500
"		Guilherme Veana	02 118	99	5.734	94 5.191 3500
"		Joel Lima	01 119	20	5.754	19 5.210 3500
"	25	João Louza Nascimento	02 121	43	5.787	39 5.249 3500
"		Elma Nascimento	01 122	05	5.792	04 5.253 3500
"		Pléo Nascimento	01 123	10	5.802	09 5.262 3500
"		Francisco C de Louza	01 124	88	5.890	70 5.332 3500
Outo	02	Machado	02 126	48	5.938	41 5.373 3700





LEGENDAS

1. Seringueira no médio Xingu, em área que veio a ser sobreposta pelo Parque Nacional da Serra do Pardo. Por Natalia Guerrero, 2014.

2. e 3. Carteiras de identificação de dona Zefa, seringueira no rio Iriri, e seu Piticó, seringueiro no Xingu. Por Natalia Guerrero, 2018 e 2014.

4. *Facas*, instrumentos utilizados para *cortar* a seringueira, ou seja, remover sua casca e acessar a seiva da árvore – o corte deve ser superficial, de modo a não expor o caule da árvore a fungos que poderiam levá-la à morte. Por Natalia Guerrero, 2014.

5. Seringueira cortada no médio Xingu. Por Natalia Guerrero, 2014.

6. Beiradeiro confecciona *pé de bode*, um dos meios utilizados para posicionar a tigela que receberá o látex da seringueira cortada. Antigamente, os recipientes eram feitos de flandres. Por Natalia Guerrero, 2014.

7. *Entigelamento* da seringueira. Por Natalia Guerrero, 2014.

8. Nota de seringueira do Iriri em que se computam as mercadorias obtidas a crédito junto ao seringalista, a serem pagas com a produção de borracha, no fim da safra. Por Natalia Guerrero, 2016.

9. Livro do seringalista Benedito Gama, que computa produção dos seringueiros no ano de 1982. Gama esteve à frente do seringal Mané Jorge, no Iriri, Por Natalia Guerrero, 2016.

10. e 11. Blocos de borracha prensada em cantina da aldeia Tukayá, na Terra Indígena Xipaya. A produção integra o circuito da chamada Rede de Cantinas da Terra do Meio, uma articulação iniciada no início da década de 2020 que hoje engaja beiradeiros, indígenas e camponeses de Altamira em torno de iniciativas de valorização dos produtos da floresta. Por Natalia Guerrero, 2016.



Imagem 12. Héveas centenárias com marcas de cortes feitos por seringueiros no Xingu, em território tradicionalmente ocupado que veio a ser sobreposto pelo Parna da Serra do Pardo. Por Natalia Guerrero, 2014.

3 DA COLOCAÇÃO AO BEIRADÃO: *FARTURA, UNIÃO E RESPEITO*

Não foi preciso grande esforço para percorrer os caminhos traçados sob o dossel da floresta naquela manhã de setembro, meados do verão amazônico. Nas semanas anteriores, Jorge Lima e seu Zé Preto (José Lopes da Silva) haviam trabalhado com empenho para desenhar um percurso coeso e ágil, que conectasse centenas de árvores seringueiras em uma trilha estreita, mas razoavelmente *limpa* — desimpedida de cipós e outras vegetações rasteiras —, de modo a permitir o bom trânsito de uma pessoa. Impulsionada por iniciativas regionais de incentivo à economia da floresta⁶⁷, renascia ali uma *estrada de seringa*, nome que recebe esse tipo de percurso a ligar de duzentas a trezentas héveas, a média na região do Xingu.

“Essa daqui eu nem via”, contou Jorge sobre a vereda. “Aí o pessoal dizia: ‘oxe, essa estrada não vai prestar mais, tanta madeira morreu’. Foi engano! Ela aumentou muito, porque essa aqui já não tinha”, comenta, apontando para uma seringueira nova e robusta, sem as marcas de corte que irmanavam suas vizinhas, algumas centenárias. Pelo cálculo de Jorge, a novata teria nascido em meados da década de 1980, mais ou menos quando a economia da borracha declinou e os seringueiros suspenderam a colheita do látex nessa região do médio Xingu, desativando estradas como a que agora visitávamos, do Pontal da Onça. Note-se que o topônimo antigo também é mobilizado nesse resgate, que envolve uma articulação profunda entre memória coletiva e território, além de aludir às relações interespecíficas dos que têm a floresta como casa.

Após a breve caminhada, por um momento, todos param. O farfalhar das folhas nos pés dá lugar ao raque-raque das mãos de Jorge, que demonstra o *corte* da seringueira: a abertura, em pequenos golpes feitos com a *faca*, de uma série de sulcos inclinados e paralelos na casca da árvore, já *entigelada*, o pequeno recipiente acomodado de modo a receber a seiva branca, que logo começa a minar. O corte é feito raso, explica, já que se trata dos primeiros dias: há que *amansar* a estrada, até ela *acostumar*. E o processo é

⁶⁷ Trata-se da Rede Terra do Meio, arranjo comercial para produtos florestais não madeireiros que, desde 2015, têm envolvido indígenas, beiradeiros e agricultores familiares da região, com o intuito de promover a melhoria da qualidade de vida, a proteção territorial e a articulação entre esses povos. Para mais sobre o histórico de constituição da Rede, ver Villas-Bôas, Guerrero, Postigo e Junqueira (2017).

delicado, muito pode dar errado. De outras conversas, aprendi que, em mãos inábeis, *brabas* (por não terem sido, elas próprias, *amansadas*), a seringueira pode *secar*, *chorar*, pode até morrer⁶⁸.

Amansar, como diversos pesquisadores já apontaram, é uma categoria fundamental da socialidade de diversos povos indígenas e comunidades tradicionais no Brasil, tão fundamental quanto polissêmica. A seringueira, a estrada, elas são *amansadas*, mas também o seringueiro o tem de ser para deixar de ser considerado *brabo*, e corporificar os conhecimentos capitais para uma boa vida na floresta.

A ideia de amansamento também se fez presente em outro registro, durante o avanço de não indígenas pelos territórios tradicionalmente ocupados, quando povos eram classificados entre mansos e brabos (ou bravos) em alusão a um tipo de iniciativa estatal que, sob o argumento da “pacificação”, ensejou uma ação tutelar violenta que resultou em extensos esbulhos territoriais, voltados a liberar terras para o mercado (Oliveira Filho, 2016).

Trago esse percurso como introdução porque o objetivo deste capítulo é, de certa forma, contextualizar historicamente os processos de amansamento envolvidos no estabelecimento dos seringais na região dos rios Xingu e Iriri, na virada do século 19 para o 20, com foco nas *colocações seringueiras*, áreas determinadas na floresta onde os seringueiros se instalavam para realizar a colheita do látex. Sim, porque, embora a ideia de economia da borracha traga logo à mente a figura do *seringal* enquanto unidade básica, as colocações são um componente essencial para se compreender as dinâmicas envolvidas nas experiências de quem vivenciou esse processo, dos interlocutores desta pesquisa. É por isso que delas partimos para nos aproximar da territorialidade beiradeira no Xingu e Iriri, enfocando alguns eixos centrais desse modo de vida. Isso nos permitirá melhor compreender como essa territorialidade foi impactada por uma série de transformações nas últimas décadas, com especial destaque às unidades de conservação restritivas, bem como os processos de resistência engendrados, temas dos próximos capítulos.

⁶⁸ Uma interessante análise etnográfica do ponto de vista da antropologia da técnica foi feita por Eduardo di Deus (2017) em seringais cultivados no estado de São Paulo, com foco nos ritmos e fluxos envolvidos nas relações entre sangradores e árvores.

3.1 As colocações seringueiras no Xingu e Iriri

Pra que vai?

Por trás da aparente pergunta, o que João Inácio Assunção me dava, em realidade, era uma resposta. “A *Pra que vai* era a nossa colocação, a última para quem sobe o igarapé do Pontal”, explica. O nome era uma brincadeira com o longo percurso necessário para se chegar ao lugar, situado a dezenas de quilômetros do ponto onde o igarapé, que fundamentou a criação da vila de São Sebastião, deságua no rio Xingu.

De fato, quem vem de fora e hoje viaja pelos principais rios da Terra do Meio talvez não imagine que, na primeira metade do século 20, o grande movimento de coleta da borracha acontecia longe do que a vista alcança, nos igarapés muito adentro. Triunfo, Limão, Rio Novo, Bom Jardim, Cateté, Riozinho do Menezes, Humaitá, Iucatã, Rio Pardo, Carajari... É longa a lista dos cursos d’água que desembocam no médio Xingu e no Iriri, e que abrigavam as colocações de onde provinha boa parte da borracha dos seringais da região. E uma característica fundamental das colocações era sua distribuição espaçada, já que as seringueiras não se apresentam concentradas em manchas na mata, mas dispersas, implicando em significativas distâncias entre os pontos outorgados a cada seringueiro. Em outras palavras, um padrão de ocupação que se estende por áreas muito amplas de floresta.

Para se ter um parâmetro, quando os seringueiros do Acre propuseram políticas públicas territoriais que fizessem jus a sua territorialidade, durante o movimento de resistência que travaram contra o avanço de fazendas sobre seu território, na década de 1970, o “módulo” mínimo indicado como adequado para cada família seringueira manter seu modo de vida era de seiscentos hectares (Cunha e Almeida, 2002). As aspas se devem ao fato de que, com esse termo, os seringueiros acreanos buscavam conexões com a lógica dos assentamentos de reforma agrária e seus loteamentos unitários, mas pontuavam seus limites, já que seu modo de vida se assentava na utilização de áreas de uso comum, portanto irredutíveis a módulos exclusivos.

Efetivamente, observa-se na região do Xingu e Iriri, guardadas as especificidades, algo semelhante ao “sistema de colocações” que Almeida (1993, 2012) pioneiramente registrou sobre os seringais do alto Juruá, com a colocação definida como “uma unidade de manejo, uma forma de organização social e o lugar de uma cultura que os seringueiros

criaram durante aqueles ‘cem anos de solidão’ em que foram esquecidos pelo mesmo capitalismo que para cá os trouxe sem passagem de volta” (2012, p. 127).

Em outras palavras, sua origem histórica é a constituição dos seringais, impulsados pela ação de seringalistas, mas elas se transformam e se reconfiguram de modo a não mais serem somente uma unidade territorial o mais eficaz possível para produção de borracha ou castanha, mas um conceito abrangente e polissêmico que, à exemplo do termo *beiradão*, compreende um sentido socioterritorial. É a base e a condição para emergência de um modo de vida marcado pelas origens sociais dos sujeitos em questão — matriz indígena e de camponeses do Nordeste —, mas que não se confunde ou reduz a elas. É, também, esse próprio modo de vida.

Essa caracterização de Almeida sobre o sistema das colocações é importante para que não se confunda um padrão de ocupação que envolve extensas áreas de floresta com um isolamento antinômico aos mercados capitalistas. Em outras palavras, as colocações podiam estar muito afastadas, não só entre si como das grandes cidades onde se travavam as negociações sobre a borracha, mas isso não queria dizer que se encontrassem desconectadas desse circuito⁶⁹. Esse aspecto merece destaque, uma vez que certa ideia de isolamento, principalmente entendido como desconexão com mercados (capitalistas ou não), permeia imagens essencializantes sobre povos indígenas e comunidades tradicionais. Tais imagens, por sua vez, marcam a concepção e implementação de políticas públicas ambientais, como veremos adiante.

Voltando ao Xingu e Iriri do início do século 20, a abertura das colocações era promovida pelo dono do seringal. “Esses relatos históricos dos tempos dos patrões trazem uma série de imaginações, o que parece apontar que os patrões eram os chefes de tudo”, afirma Herculano Filho (Louro), pesquisador beiradeiro nascido no Riozinho do Anfrísio (no prelo). “Por exemplo, o nome ‘colocação’ é um dos dados por eles, a origem vem de que ali foi colocada a estrada de seringa. A borracha era o ouro da época e comandava a economia do país”, explica (no prelo).

O primeiro passo para a abertura de uma estrada de seringa, principal elemento de uma colocação, era a contratação dos serviços de alguém que tivesse larga experiência

⁶⁹ Para ilustrar esse ponto, Mauricio Torres destaca como, no início do século 20, circulavam no beiradão do alto Tapajós louças inglesas e afins (informação verbal).

nas matas da região e que pudesse atuar como *mateiro*, contando na empreitada com o auxílio de alguns *toqueiros*, ou *roçadores*. “Mateiro era o homem da linha de frente”, explica João Inácio. “Aí seguia com dois ou três roçadores, até formar uma estrada de seringa.” O mateiro abria, então, caminho para si na mata fechada — frequentemente um percurso que ele já idealizara a partir de visitas feitas anteriormente ao local. Quando chegava a uma seringueira, batia no tronco da árvore para avisar os toqueiros, posicionados no ponto inicial, os quais respondiam da mesma forma, batendo em uma árvore próxima. A conexão sonora era traduzida em projeção espacial, apontando o pedaço de caminho que deveria ser roçado ou limpo, ou seja, liberado de vegetação para consolidar uma passagem propícia ao trânsito. Quando o grupo se reunia, o processo era reiniciado, e assim sucessivamente, até compor a estrada.

Como não se pode retirar diariamente o látex de uma seringueira, o que configuraria uma superexploração e colocaria em risco a árvore, cada seringueiro mobilizado pelo seringalista, nos marcos do sistema de aviamento, dispunha de duas ou três estradas de seringa, que percorria em dias alternados, realizando o corte, a coleta da seiva e um primeiro beneficiamento, que consistia em transformar o leite da seringa em grandes blocos elípticos, chamadas *princípios* ou *pelas*, a partir de sua coagulação em um defumador⁷⁰.

Raramente os seringueiros escolhiam enfrentar sozinhos o trabalho nas colocações (eram os *peitudos*, como me disse dona Edilberta certa vez) — o mais comum, em especial nos primeiros tempos dos seringais, era que esses lugares fossem compartilhados por dois ou três trabalhadores, cada qual com sua cota de estradas de seringa. Isso proporcionava mais segurança em relação a ataques de feras, além de permitir colaborações no trabalho e oportunidades de socialização, atenuando também o isolamento e a solidão na floresta.

As estradas de seringa e uma casa de morada (ou *barraco*) compunham os elementos básicos de uma colocação seringueira. Além disso, como o período do *fábrico* da borracha se dá nos meses de estiagem, as colocações frequentemente contavam com pontos de coleta de castanha-do-pará, realizada nos meses chuvosos do inverno

⁷⁰ Para uma apresentação detalhada de práticas de coleta e beneficiamento do látex na região do Xingu, antigas e contemporâneas, cf. os depoimentos coletados por jovens pesquisadores beiradeiros junto aos familiares seringueiros e registrados em Villas-Bôas, Andrade e Postigo (2017, p. 395ss).

amazônico, de dezembro a maio. Em contraste com as seringueiras, as castanheiras são encontradas de forma relativamente agrupada nas florestas do Xingu e Iriri (as chamadas *reboleiras*), mas a abertura dos caminhos que as conectam (os chamados *piques de castanha*, que, somados, compõem um *castanhal*) demanda conhecimentos da mata e técnicas semelhantes às das estradas de seringa⁷¹.

Além do barraco e das áreas de extrativismo, que abrangem locais de caça e pesca, algumas colocações podiam também abrigar pequenos roçados, onde se cultivavam gêneros para consumo. Quando a jornada nas estradas consumia quase todo o tempo do trabalhador, no auge da economia gomífera, restava pouca margem para as práticas agrícolas, de modo que os seringueiros adquiriam junto ao seringalista os gêneros alimentícios de que necessitavam, nos moldes do já citado sistema de aviamento: uma aquisição feita a crédito, no início da safra, juntamente com ferramentas e demais insumos para o trabalho.

Dessa forma, os trabalhadores passavam meses inteiros dentro dos igarapés. Com sua produção, quitavam sua dívida e, eventualmente, *saldavam* alguma quantia, ou seja, entregavam ao patrão uma quantidade de borracha cujo preço de venda excedia o das mercadorias adiantadas. Quando isso não era possível, o que por uma série de razões era comum, a dívida passava para a safra seguinte. Vimos inclusive no Capítulo 2 como esse circuito, nas primeiras décadas de exploração da borracha, estava associado a um controle rígido da mobilidade da mão de obra dos seringais — os chamados *tempos do carrancismo*, caracterizados pela exclusividade impositiva e eventualmente violenta dos patrões junto a seus *fregueses*.

⁷¹ Um estudo de fôlego no campo da ecologia humana a respeito das populações de castanheiras e dos regimes de acesso a castanhais entre beiradeiros do rio Iriri foi empreendido por Raquel Rodrigues dos Santos, em sua tese de doutorado (2021).



Imagem 13. Seu Zé Preto, apelido de José Lopes da Silva (1938-2022), foi um dos *mateiros* que abriu muitas das colocações do igarapé do Pontal, no médio Xingu. Por Natalia Guerrero, 2014.

Se os seringueiros tinham seus barracos, os seringais contavam com seus *barracões*, frequentemente situados perto da boca dos igarapés a que estavam ligados, e que acabavam se tornando pequenos povoados. Muitos eram estabelecidos em ilhas, emulando prática antiga de povos indígenas da região, como os Yudjá/Juruna, pelas vantagens que essa localização conferia na hipótese de eventuais investidas beligerantes de outros grupos.

Os primeiros grandes seringalistas faziam visitas regulares de supervisão a seus barracões — alguns mais que outros —, mas seus locais de moradia situavam-se nas cidades de Altamira ou Belém. Ao longo do fábriço, então, era praxe manterem nos barracões um gerente, encarregado das mercadorias destinadas aos seringueiros. Os trabalhadores já levavam consigo os itens para suas colocações, no início da safra, e depois eram abastecidos em seus pontos no igarapé por funcionários especialmente incumbidos dessa tarefa pelos patrões. Era frequente também que os patrões empregassem alguns trabalhadores no cultivo de roças, na caça e na pesca, para abastecer o pessoal de seu barracão.

Com as quedas de preço da borracha, tanto o seringal como a colocação sofreram transformações. A borracha deixou de ser o produto garantidor para que os seringueiros

pudessem adquirir tudo de que necessitavam para viver, assim como os patrões, conseqüentemente, cessaram de ter meios para exercer um controle tão rigoroso sobre a vida e a mobilidade de seus fregueses. Nesse processo, os grandes deixaram a área e patrões menores assumiram, alguns deles antigos comerciantes fluviais, os chamados regatões.

Verifica-se também a elevação do número de famílias em relação ao de trabalhadores solteiros, bem como a diversificação das atividades. Lucivaldo, nascido já no início dos anos 1970, lembra que acompanhava o pai no trabalho da seringa desde os oito anos de idade, tirando sernambi (ou cernambi) — nome que recebe a borracha que se acumula nos sulcos ou que cai das tigelas, considerada de qualidade inferior. “A gente tirava o sernambi e ia vendo como é que cortava [para a retirada do látex de maior qualidade]”, diz. “Eu ia cortar e às vezes cortava tudo torto o risco. Tem que cortar bem retinho, né, pra canalizar o leite. O pai que me ensinava. Não podia cortar no pau da madeira. Só na casquinha dela, que tem o nível do leite dela”⁷².

Muito importante lembrar também que, embora o trabalho na seringa fosse mais frequentemente atribuído aos homens, não é incomum encontrar no beiradão do Xingu e do Iriri mulheres que também cortaram seringa, algumas vezes até mantendo contas separadas das do marido junto ao barracão. Dona Zefa (Josefa Jerônima), moradora do Iriri, é um exemplo. Empunhando sua carteirinha de seringueira formalizada junto à Superintendência da Borracha (Sudhevea), frisa que sua produção entrava em um talão distinto do do marido junto ao seringalista Benedito Gama: “O dele era dele e o meu era meu, era tudo separado”, conta. A prática de separar produções seria transposta quando o casal se dedicou, algum tempo depois, ao garimpo, no rio Curuá.

Para muitos seringueiros, portanto, a colocação podia ser um local em que se vivia durante alguns meses do ano, no período de exploração da borracha. Na entressafra, retornava-se para acertar as contas no barracão do patrão e, como era bastante comum, passar um tempo em Altamira, polo urbano mais próximo, que concentrava serviços e comércio⁷³. “A gente passava só o verão, lá”, conta dona Raimunda, do Baliza, sobre o

⁷² Para uma descrição etnográfica das especificidades dos processos de aprendizado entre crianças ribeirinhas, a partir da realidade do baixo Tapajós, ver Medaets (2020).

⁷³ É importante lembrar que o período da entressafra da borracha e da castanha em Altamira atraía não apenas os seringueiros do Xingu, mas também do afluente Iriri. Isso faz com que se encontrem famílias que vivem no Xingu, mas cujos ascendentes seringueiros nasceram ou trabalharam no Iriri, e vice-versa. Da

tempo em que vivia com seu marido na colocação da Matriz, no rio Pardo. “No inverno, a gente queria ir embora, vinha pro rio.”

Outra possibilidade era descer o igarapé em momentos pontuais da safra, para abastecer a colocação, ter contato com a família, com companheiros de trabalho, tomar parte em um festejo. Em suma, havia diversas dinâmicas nas colocações, que variavam em função de elementos como a proximidade com o barracão, a composição da família, os preços da borracha naquele momento, o compartilhamento com outros seringueiros, o envolvimento em outras formas de extrativismo etc. “Tinha gente que morava inverno e verão”, exemplifica seu Herculano, da Volta da Pedra. Palito, do Morro do Costinha, confirma: “Tinha seringueiro que passava de ano lá dentro, entrava no começo da safra e voltava só final”.

Esses fatores, por sua vez, se refletiam em como as colocações eram moldadas e nas transformações ao longo do tempo, já mencionadas. “Tinha casa, tinha roça. Eu criava meus bichos, que toda vida criei. Minhas galinhas, meus patos, cachorros”, conta dona Raimunda, que passou um bom tempo em colocação no rio Pardo. Na mesma época, no igarapé do Estragado, um afluente do Xingu mais abaixo, dona Valdice levava vida semelhante, chegando a passar o ano inteiro sem sair: “Quando era no verão, o igarapé secava. Aí a gente fazia cacimba pra beber água e lavar roupa, tinha uma pra beber água, outra de lavar roupa e outra de lavar louça”. Embora os principais cultivos fossem a mandioca e outras culturas temporárias (“plantava mais o que colhia, né, porque pra deixar pra lá...”), as antigas colocações nos igarapés também são pontuadas de sinais mais duradouros: “A prova melhor de uma morada antiga é mangueira. Todas essas colocações têm”, exemplifica Itamir, da comunidade de Volta da Pedra.

Hoje não mais se escuta tanto o termo “colocação”. Depois da queda da borracha, ouvem-se outros congêneres como *lugar*, *localidade*, *morada*. Congêneres porque a eles subsiste a ideia de unidades socioterritoriais que, tal como as antigas colocações, envolvem casas aparentadas que articulam grupos de pessoas a certas porções do território, de determinadas formas — o que entendo, nesta tese, como *territorialidade*

mesma forma, há seringalistas e regatões que chegaram a atuar em ambos os rios. Essas redes (que dispositivos como o radioamador vieram posteriormente reforçar) apontam para o compartilhamento do modo de vida no território.

beiradeira. Ou, nos termos de Almeida mencionados anteriormente, a “forma de organização social e o lugar de uma cultura”.

Em diálogo com essa ideia, Villas-Bôas, Andrade e Postigo, tendo em mente a realidade da bacia do Xingu, afirmam que o seringal, enquanto unidade territorial submetida a um padrão, “parece ter tido menos relevância na organização do trabalho e nas relações entre seringueiros do que tiveram as colocações” (2017, p. 241). Concordo com os autores em sua ideia geral, mas creio que a questão seja menos uma competição de relevância, e mais o quanto as colocações, enquanto unidades de estruturação de um modo de vida, historicamente situadas, abrigam as possibilidades de suplantar os seringais e certos aspectos das relações em torno do barracão em prol de um projeto camponês de vida digna, assentado em formas múltiplas de relação com a floresta⁷⁴.

Nesse sentido, gostaria de me debruçar aqui sobre três categorias do *sistema do beiradão* no Xingu e Iriri: *fartura*, *união* e *respeito*. Trata-se de categorias bastante frequentes no universo camponês brasileiro de modo geral, mas que aqui se manifestam com especificidades. Vale também dizer que elas não “resumem” o modo de vida beiradeiro, e sua escolha se deve à centralidade com que apareceram no percurso etnográfico, em particular no contexto dos relatos sobre as transformações que o grupo e a região vivenciaram nas últimas décadas, e, mais especificamente ainda, em alguns contrastes que marcariam, segundo meus interlocutores, a situação antes e após a criação do Parna da Serra do Pardo e da Esec da Terra do Meio. A seguir, passamos por cada uma delas.

3.2 O que nós temos, nós temos fartura

A *fartura* é uma categoria polissêmica fundamental do beiradão, que vai muito além do um sentido genérico de abundância e que marca a memória de beiradeiras e

⁷⁴ Autores como Arruda *et al.* (2020) têm caracterizado esse conjunto de relações como um sistema agrícola tradicional (SAT), tal como o define o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, o Iphan: “o complexo de dimensões cosmológicas, culturais e técnicas que abrangem as práticas relacionadas às atividades de agricultura, a sociabilidade e a alimentação” (Iphan, 2019). Embora haja diversos processos em curso, até agora somente obtiveram registro como patrimônio cultural do Brasil pelo instituto o SAT do Rio Negro (AM), que envolve 22 povos indígenas e foi reconhecido em 2010, e o SAT das Comunidades Quilombolas do Vale do Ribeira (SP), em 2018.

beiradeiros, operando contrastes e ao mesmo tempo informando ideais do que seja viver bem no território.

Em termos resumidos, poderíamos dizer que a fartura no beiradão do Xingu e Iriri está ligada à possibilidade de acessar os meios de vida da família, provenientes da floresta e dos rios, seja diretamente ou tomando parte em circuitos de sociabilidade; de desempenhar atividades no território que estejam conectadas a mercados mais amplos e viabilizem a monetarização, que, por sua vez, propiciará que a família adquira *mercadorias*, artigos que ela não produz; e de conseguir efetivamente acessar esses artigos.

Em outras palavras, fartura pode ser uma ideia evocada, por exemplo, para falar de barracões muito guarnecidos, nos tempos áureos de exploração da seringa⁷⁵, mas também para aludir à diversificação das atividades beiradeiras e dos produtos da floresta, além de ser enfatizada como algo propiciado por circuitos de parentesco e, destacadamente, no instituto da *vizinhança*. Nesta seção, delinearei brevemente esses aspectos, principiando pela diversificação.

Diversificação, de fato, é uma ideia-chave, incidente em múltiplos aspectos e escalas da vida beiradeira. Uma dessas dimensões está ligada ao aspecto mais amplamente camponês das colocações, que congrega uma gama de atividades agrícolas e extrativistas em consórcio com pequenas criações de animais. Mas também essas roças são marcadas pela diversidade, com cultivo de amplo rol de produtos. Além disso, o principal cultivar encontrado nesses espaços, que é a mandioca, utilizada para produção de farinha, apresenta-se, ela própria, em grande número de variedades — najá, najazão, sacaí, tachi, tachizona, enrica-homem, seis-meses, amarelinha, paraísa são algumas das mencionadas no Xingu. Villas-Bôas, Andrade e Postigo registram 25 variedades no Iriri e Riozinho do Anfrísio (2017, p. 312, 314ss). Cada variedade possui determinadas qualidades e atributos, lembrando que um consórcio de várias delas garante demandas diferenciadas

⁷⁵ O barracão do seringal de São Sebastião nos tempos do coronel Sabá, seringalista pioneiro ligado à família Bitar, era um exemplo desses, segundo me dizia dona Edilberta: “Minha mãe falava que ninguém passava necessidade, o barracão dele não tinha onde botar as mercadorias, tinha mercadoria demais”. Esse sortimento e abundância eram, inclusive, um dos fundamentos da relação de aviamento que conectava fregueses a patrões, como se vê na conclusão da fala da senhora beiradeira: “Ninguém tirava prosa com ele. Respeitavam ele por obrigação”. A ausência do acesso a mercadorias nas colocações seringueiras era, em compensação, motivo de sofrimento: “Tomava café um dia, no outro não tomava”, conta seu Zé Boi. “Às vezes, não comia sal.”

em relação ao tubérculo (produz mais rápido, aguenta mais tempo no chão, gera melhor farinha puba ou farinha seca etc.). Trata-se, ainda, de lavouras com alternatividade, nos termos de Garcia Júnior e Heredia (2009), ou seja, que servem tanto ao autoconsumo como à venda.

Nota-se, assim, algo semelhante ao que Torres (2011) observou na região do Tapajós, em que as roças beiradeiras emergem como uma “despensa viva”, com destaque para a agrobiodiversidade a partir da herança arqueológica de povos indígenas, como vimos no Capítulo 1. A matriz de conhecimento indígena é crucial para essa ideia de diversificação. Após o auge da borracha do início do século 20, as roças não só ganham espaço, mas são utilizadas tecnologias como a *coivara*, ou agricultura itinerante de corte e queima, praticada tradicionalmente por diversos povos indígenas, não apenas da Amazônia. Em um processo semelhante ao observado na dinâmica da própria floresta, esse tipo de agricultura, como diversos estudos vêm demonstrando, está ligado à promoção de agrobiodiversidade⁷⁶.

Além disso, o arcabouço de conhecimentos tradicionais possibilita que a floresta e os rios se tornem a base para a mais variada gama de relações e também finalidades, como alimentação da família, produtos para comercialização visando à monetarização, fabricação de utensílios, usos medicinais etc. Note-se que não se classifica aqui os resultados da venda de produtos da floresta como “lucro”, uma vez que não se trata de uma produção com bases capitalistas, mas, sim, camponesa, ou seja, feita primordialmente com base no trabalho da família e voltada a atender aos interesses da família (Chayanov, 1974). Além disso, não confundir diversificação, ou policultura, com pluriatividade, conceito do campo do desenvolvimento rural.

Borracha, castanha, venda de peixe salgado, de farinha, produção de óleo de babaçu, venda de peixe fresco, caça de animais para comercialização de couro⁷⁷, garimpo — existe, assim, uma articulação de múltiplas atividades na tessitura do modo de vida beiradeiro ao longo de seu mais de um século de existência. Digo articulação, e não

⁷⁶ Para um amplo e rico panorama sobre sistemas integrados de manejo da biodiversidade entre povos indígenas e comunidades tradicionais no Brasil, inclusive sistemas agrícolas tradicionais, ver estudo publicado pela SBPC e coordenado por Manuela C. da Cunha, Sônia Magalhães e Cristina Adams, especialmente o fascículo coordenado por Laure Emperaire (2021).

⁷⁷ Para um panorama histórico e analítico do comércio internacional de peles silvestres na Amazônia brasileira no século 20, ver Antunes, Shepard Junior e Venticinque (2014).

sucessão, porque, como indicam os relatos, ainda que haja momentos que galvanizem o envolvimento de um maior número de famílias em dada atividade, de modo geral essas passagens são mais matizadas do que a ideia de “sucessão” poderia sugerir. Inclusive porque uma atividade econômica pode estimular outras, como se depreende do relato de dona Maria Laura Mendes da Silva, registrado por Villas-Bôas, Andrade e Postigo (2017, p. 44): “O ouro foi uma coisa que tirou do buraco muitas pessoas daqui. Deu mais renda pro morador beiradeiro, pras famílias daqui. Porque o pessoal passava por aqui e comprava galinha, pato, farinha, puba, melancia. Foi ajudando a melhorar a vida dos ribeirinhos. Quando eles vinham descendo o rio, trocavam as pedrinhas de ouro com as coisas que os ribeirinhos produziam”. Ou, como sintetiza seu Lúcio, em depoimento a Macedo (2016, p. 59): “Nós, da região, somos acostumados com tudo. Falhou uma atividade, a gente pulava para outra, que a gente já sabe de tudo, né? Pescar, trabalhar de roça, trabalhar em garimpo, tanto no mergulho quanto no seco, era o que a gente sabia fazer”.

Villas-Bôas, Andrade e Postigo falam sobre essa multiplicidade de atividades aludindo a uma divisão entre “uma gama numerosa de atividades não comerciais”, de um lado, e “atividades econômicas determinadas pelo mercado”, de outro (2017, p. 47). Acredito que melhor seria pensar em termos de atividades que se voltam majoritariamente ao consumo das famílias e outras mais associadas à necessidade de monetarização. Dentre as primeiras, teríamos como exemplo o plantio de roças, a caça, a pesca e o extrativismo de frutos vegetais e matérias-primas de instrumentos de trabalho e edificações. Dentre as fontes de monetarização, em uma gama que vai se transformando ao longo das décadas, estão a própria extração de seringa, a coleta de castanha, a caçada de animais para comercialização do couro⁷⁸, a coleta de folhas de jaborandi, o garimpo.

⁷⁸ O comércio internacional de peles silvestres é uma atividade registrada na Amazônia desde a colonização, ainda que de forma incipiente. No próprio Xingu, vimos no Capítulo 2 como os números de exportação da região na segunda metade do século 19 envolviam couros de animais diversos, ao lado de outros produtos extrativistas. Contudo, demoraria ainda algumas décadas para que esse comércio realmente atingisse vulto.

Antunes, Shepard Junior e Venticinque (2014), em sua análise histórico-econômica que correlaciona eventos políticos e os dados dessa comercialização, apontam que foi a crise da borracha um primeiro impulsionador da atividade, ainda na década de 1910. Os autores ressaltam como, a essa altura, vários elementos operacionais do sistema de aviação encontravam-se consolidados, mas impactados pela quebra dos preços do látex, o que propiciou uma adaptação para outros tipos de produtos. Embora a castanha tenha sido o principal deles, os couros de animais silvestres também tiveram destaque, passando a contar com múltiplos recebedores e exportadores desses itens.

Há que se considerar também a sobreposição entre os conjuntos — da pesca, que abarca tanto a obtenção de alimento direto quanto a venda, à caça, que até a proibição na década de 1970 incluía expedições de captura de animais, principalmente felinos, para comercialização, mas também a comercialização em pequena escala de produtos das roças. A partir da década de 1970, na esteira das estradas construídas nos marcos dos projetos da ditadura militar pra Amazônia, como veremos no Capítulo 4, outras atividades se incorporam ao repertório: a pesca comercial nos trechos do beiradão próximos às vias, com a chegada de motores de popa e as caixas de isopor para armazenar, o extrativismo de folhas de jaborandi, a pesca de peixes ornamentais, mas também o próprio trabalho de abertura de estradas, bem como junto às madeiras e abertura de fazendas, na virada dos anos 1990 para os anos 2000.

Além disso, na última década, a crescente escolarização tem incidido nesse rol de alternativas, com o crescimento do número de jovens que conseguiu acessar o ensino médio e a universidade. Hoje, alguns deles já retornam ao beiradão na condição de professores — cenário atinente às Resex, onde as escolas se multiplicaram, mas que seguem incertos nas unidades de proteção integral, como veremos no Capítulo 5. Postos de assessoria junto às associações de moradores também são um caminho. A propósito das unidades de conservação, de modo geral, atividades ligadas a pesquisas também têm sido desempenhadas por beiradeiros e beiradeiras. E iniciativas de incentivo à economia

As espécies que atingiam maiores preços eram aquelas usadas para vestimentas de luxo, de certos felídeos como o gato maracajá-açu, gato maracajá-peludo e a onça pintada, bem como de mustelídeos como a ariranha e a lontra — embora o comércio também envolvesse mamíferos como caititus, capivaras e veados, cujo couro era empregado para calçados, cintos, bolsas e outros artigos congêneres. Antunes e colaboradores mostram que, no estado do Pará, destacava-se a produtividade das regiões de Marabá e de Altamira (2014, p. 499).

De fato, a dedicação ao “marisco do gato”, como é comumente referida essa atividade no Xingu, é uma quase onipresença na trajetória das famílias beiradeiras. A expressividade do comércio de peles marca desde a década de 1930 até a de 1970. A proibição à caça e comercialização de animais silvestres, formalizada na Lei 5.197 de 1967, conhecida como Lei de Fauna, deveria colocar fim ao comércio, mas não foi o que se registrou. Antunes et al. (2014, p. 511) apontam que inclusive houve um incremento na atividade nos anos que se seguiram à publicação da Lei da Fauna, por conta das sucessivas prorrogações que o governo brasileiro concedeu aos exportadores até 1974 — em tese, para liquidar estoques já existentes, mas que deram margem à continuidade da caça para esse fim. “Certos de que o fim desse lucrativo negócio estava próximo, caçadores, comerciantes e exportadores partiram para os últimos ganhos”, apontam.

Por fim, um aspecto dessa atividade merece destaque: os mariscadores chegavam a passar vários meses na floresta, em incursões que envolviam extensas áreas do território, e cabeceiras de diversos igarapés passaram a ser de conhecimento dos beiradeiros nesse período.

da floresta têm feito diferença, com atividades de beneficiamento correlatas ao extrativismo.

Há também que se atentar para a sazonalidade dessas atividades, não só em termos de sua distribuição ao longo do ano, mas também da vida beiradeira. É comum que jovens, antes de *procurar família*, passem algum tempo *no trecho* (Guedes, 2011), o que também pode significar se dedicar ao trabalho fora do beiradão, em fazendas ou nas sedes municipais. Naldo (Marinaldo Araújo dos Santos), do Iriri, por exemplo, dedicou vários anos a esse tipo de atividade, que o levou a andar extensivamente pela região na primeira década dos anos 2000. Em fazendas que chegavam a se situar a mais de 500 quilômetros de seu lugar no Iriri, o beiradeiro trabalhava com limpeza de terreno, retirada de madeira para currais e cercas, além de também tocar boiada. “Tudo eu entendo disso aí. Fui pra outros cantos, rumo do Xingu, todo canto eu rodei aí nessa fazendas”, conta.

A andança de Naldo terminou quando o namoro com Chica (Francisca Martins da Silva) começou. O pivô da união dos beiradeiros, que se conheciam desde crianças pela vizinhança no Iriri, foi uma canoa. Naldo ainda estava no trecho quando o pai de Chica, seu Zé Boi, o contatou para ver se tinha interesse em lhe fabricar uma embarcação, algo no qual Naldo tinha experiência. “Aí ele veio fazer um barco pro pai e nós começamos a namorar de novo, e nos ajuntamos”, conta Chica. “Nós temos quatro filhos, com um que nós criamos.”

Antes de se unir a Naldo, Chica também empreendia andanças para longe de sua terra natal no Iriri. Em 1998, aos dezesseis anos, a beiradeira deslocou-se para a sede de Altamira para que seus irmãos mais novos pudessem estudar — ela própria nunca o conseguiu. “Eu sei ler muito pouquinho”, conta. “Eu não tive como estudar porque eu tinha que fazer comida pras minhas irmãs, e de noite eu tinha medo de deixar elas sós, porque a mais velha tinha sete anos.” Além de cuidar das crianças, Chica trabalhava como empregada doméstica — atividade que também foi seguida por algumas de suas irmãs, conforme ficaram mais velhas. Foram diversas casas ao longo dos cerca de dez anos que a beiradeira passou na cidade, algumas das quais legaram amargas recordações: “Teve uma que eu saí porque a velha era muito ruim. Além de pagar pouco, queria exigir demais. Mandava na gente, fazer a gente fazer as coisas forçada. Ainda queria que a gente trabalhasse de noite lá, vendendo churrasco lá, aí nós saímos, eu e minha irmã”.

Até aqui, enfocamos a diversificação em sua associação com a fartura, mas do ponto de vista do envolvimento individual das famílias nas atividades. Há porém outros aspectos que se conjugam a essa diversidade na garantia dessa fartura, principalmente a tessitura de uma ampla rede de relações, imbricada no território. Trataremos, a seguir, dessa outra característica camponesa do beiradão, que é expressa na categoria abrangente de *união*.

3.3 *União em uma beira de rio muito habitada*

“Era muito habitada, a beira desse rio”, lembra seu Edmilson, 85 anos, que trabalhou muitos anos coletando borracha no Rio Pardo. Em 2017, o *veterano* seringueiro teve a chance de levar sua esposa, dona Elisa, para conhecer a colocação da Gameleira, onde passou boa parte de sua juventude, e que hoje se situa na Esec da Terra do Meio. A viagem, embalada pelas ricas narrativas de seu Edmilson, tornou-se a matéria do curta-metragem *Rio Pardo, o retorno dos beiradeiros ao seu território*, realizado pela Associação de Moradores do Médio Xingu (Amomex) e pelo Instituto Socioambiental (ISA), disponível gratuitamente na internet (Rio Pardo, 2018).

Com seu Edmilson, aprendemos que, somente nesse igarapé, havia no mínimo 26 colocações, e que cada colocação, por sua vez, abrigava, em média, de dois a três seringueiros — às vezes sozinhos, às vezes com suas famílias. Temos, portanto, em um cálculo conservador, cerca de sessenta trabalhadores ligados ao igarapé por volta da década de 1950, distribuídos por aproximadamente sessenta quilômetros. Se projetarmos as famílias dos seringueiros com cerca de cinco integrantes, o resultado é que teríamos, nesse período, conectadas somente ao Rio Pardo, aproximadamente o mesmo número de pessoas que hoje vivem em toda a Resex Rio Xingu, segundo o cadastro mais recente. Cálculos semelhantes podem ser feitos para o Iriri — com efeito, a própria Snethlage, quando viajou pelo rio em 1909, já estimava em mais de mil o número de pessoas “ocupadas nos seringais e casas de comércio do Iriri” (2002, p. 57). Atualmente, vivem cerca de 700 pessoas no rio e seu principal afluente, Riozinho do Anfrísio, número que reflete as dinâmicas socioterritoriais que abordaremos em maior detalhe no próximo

capítulo, principalmente de êxodo, mas também, nos anos mais recentes e de forma ainda incipiente, de retorno⁷⁹.

Tais projeções são importantes para colocar algumas questões em perspectiva. Em primeiro lugar, trata-se de áreas que possuem um longo histórico de ocupação, que envolve povos indígenas e comunidades beiradeiras, como vimos no Capítulo 1. Isso fornece um parâmetro importante para se discutir pressões sobre a floresta nos marcos da ocupação atual, que, como reforçam os beiradeiros, é significativamente menor do que a desse período. Em outras palavras, falamos de uma ocupação pretérita mais densa cujas características não parecem ter colocado a floresta em xeque — tanto que, ao cabo de quase um século, a região ainda fazia parte de um importante corredor de sociobiodiversidade que fundamentou a existência do próprio mosaico de áreas protegidas.



Imagem 14. Representação de trecho do igarapé do Rio Pardo, afluente que corre no sentido leste e deságua no Xingu, com a indicação das antigas colocações seringueiras que se distribuíam ao longo de cerca de sessenta quilômetros de seu curso — muitas das quais permanecem pontos importantes de coleta de castanha para as famílias do beiradão (Rio Pardo, 2018).

⁷⁹ Segundo informação verbal obtida junto a Clara Baitello e Francinaldo Lima, assessores das associações das Resex, o número de famílias ligadas a cada unidade de conservação de uso sustentável, registrado em abril de 2022, era o seguinte: 65 famílias (325 pessoas) na Resex Rio Xingu; 114 famílias (285 pessoas) na Resex Rio Iriri; 93 famílias (279 pessoas) na Resex Riozinho do Anfrísio. Na Esec da Terra do Meio, a estimativa era de 40 unidades domésticas ao longo do rio Iriri em 2018, totalizando 144 pessoas (Almeida *et al.*, 2018, p. 80), ao passo que no Parna da Serra do Pardo era de 14 unidades.

Com as quedas de preço da borracha, como já indicado, reconfigura-se a ocupação dos igarapés e, nessa esteira, o desenho das colocações. Essa unidade socioterritorial passa a se concentrar nas margens dos rios principais, recebendo o nome de *localidade*, *lugar* ou *local*, mas o essencial da forma com que coliga modo de vida, território e identidade permanece. “Hoje, no beiradão, as famílias chamam de localidade onde moram, mas a forma de organização dos moradores não mudou”, elucida Herculano Filho, e acrescenta:

Os seringueiros deixaram os igarapés, o centro, e agora habitam o beiradão, mas isso não mudou sua forma de organização, e a partir de então isso deu origem a uma identidade por nome *beiradeiro*, pois, no centro, o cotidiano era exercer, no verão, as atividades da seringa e, no inverno, a castanha. No beiradão, abriram-se as portas para outras atividades, como, por exemplo, a pesca. (no prelo, grifos no original)

Um ponto importante a se ressaltar é que, nessas transformações do sistema das colocações na bacia do Xingu e Iriri, a borracha pode ter perdido sua proeminência, mas o padrão de distribuição das moradas beiradeiras permaneceu marcado pela dispersão. O *ethos* beiradeiro passa pela valorização da prerrogativa de se poder escolher locais de morada com *liberdade*, mas também *respeito*.

Falamos em dispersão, mas não se pode, contudo, tomar essa dispersão por sinônimo de isolamento. Em primeiro lugar, porque, ainda que haja diversas localidades beiradeiras com uma única casa, muitas delas são compostas por um conjunto de casas, conectadas por laços de parentesco ou compadrio. A vila de São Sebastião é uma das poucas localidades a fugir desse padrão, por sua característica de povoamento ligado ao barracão do seringal — boa parte das vilas que se situava nas proximidades de barracões se despovoou após a queda da borracha, acabando por desaparecer ou se tornar localidade habitada por membros de uma família extensa. Por fim, a atuação da igreja católica na região, assim como em outros contextos brasileiros, levou à incorporação do termo *comunidade* nas práticas territoriais das famílias beiradeiras — nesse caso, comunidade designa um conjunto de localidades próximas. Vale dizer que a criação das unidades de conservação ambiental, bem como a atuação de outras organizações não governamentais, associadas ainda à organização política em associações, também reforça a institucionalização das chamadas comunidades enquanto unidade de tomada de decisão.

Além disso, todas as localidades estão densamente conectadas por circuitos de reciprocidade — e, conseqüentemente, também por conflitos. Visitas, festejos, articulações para o trabalho são algumas dessas formas. E, nesse sentido, uma das principais instituições a conectar essas unidades é a prática do *vizinhar*, presente nas colocações desde seus primórdios até hoje.

“Vizinho seu não vizinha, não?”. Quando ouvi a pergunta desferida pelo senhor beiradeiro de quase 80 anos, notei que vinha acompanhada de um semblante atravessado pelo desgosto, embutindo uma censura: “Vizinho bom é o que lava a mão um do outro. Vizinho que só quer deus pra ele...”, balançou a cabeça, em sinal de reprovação. No beiradão, vizinho é menos um substantivo derivado de condições espaciais e mais um verbo primordial da socialidade beiradeira, que alude ao compartilhamento de carne de caça e, eventualmente, outros alimentos, entre um conjunto de casas.

Esse tipo de relação já foi extensamente tratado por outros autores, em especial no alto Juruá (Dias, 2004, p. 93ss; Postigo, 2010). Postigo alerta que, embora o argumento econômico seja considerável, “restringir a vizinhança a uma ação com o objetivo de otimizar o provisionamento de carne de uma casa também não se sustenta isoladamente”, uma vez que “difícilmente corresponde a uma troca completamente recíproca” (2010, p. 181). Com efeito, entre os beiradeiros dos médios cursos do Xingu e Iriri, era comum encontrar casas que apenas doavam a carne fresca ao passo que outras somente a recebiam. Fatores diversos concorriam para esse cenário, como a ausência de armas ou de munição, ou o fato de se encontrarem apenas mulheres e crianças em determinada casa naquele momento.

Em geral, a caça vizinhada é entregue diretamente à casa com quem se quer partilhar. No entanto, observei em certos contextos outras formas de distribuição, como na vila de São Sebastião, em que um beiradeiro vizinho trouxe uma banda de porco do mato até o porto da povoação, convidando os moradores a se servir dela como achassem melhor.

O tipo de alimento partilhado também comporta alguma variação, em função de diversos fatores, como o tipo e a abundância da carne caçada e a distância envolvida no deslocamento. No médio Iriri, no curso mais a montante da Esec, as casas estão mais distantes e isso pesa nas decisões envolvidas no *vizinhar*. “Só quando mata uma anta”, conta uma moradora dessa região. Em contrapartida, ocorre que as próprias decisões

envolvidas na caça muitas vezes já levem em conta a prática da distribuição. “Às vezes, eu mato dois porcos já pra dar um pedaço pra um vizinho e outro pra outro. E eles também. Eu fico com dó de eu matar a caça e comer e o vizinho [dizer] depois: ‘rapaz, tu trouxe um pedaço pra mim?’ Aí eu levo”, conta um morador do Iriri.

Em contextos mais próximos, em compensação, o vizinhar pode se estender a caças menores, a preparos da carne ou até a outros tipos de alimento. Dona Geni, que nasceu e se criou na vila de São Sebastião do Xingu, conta que isso ocorria no povoamento: “Se a gente matava uma caça — que lá a gente vivia de caça, de peixe, né —, aí tinha que repartir, pra cada vizinho a gente mandava um pedaço. E peixe também. Quando pegava, mandava praqueles vizinho. Tudo era unido, aqueles vizinhos”.

Dona Raimunda Gomes, do Iriri, conta que na localidade do Triunfo, onde chegaram a viver dez seringueiros, por volta das décadas de 1940 e 1950, o peixe não se vizinhava tanto, já que cada família costumava capturar os seus, mas a caça de todo tamanho e tipo circulava bastante, chegando a ser partilhada até cozida, em certos contextos. “A gente cozinhava, às vezes a mamãe fazia boia na casa dela, eu fazia na minha, a minha avó fazia”, conta, e “aquele vizinho que não tinha pra comer, o marido tava cortando [seringa], que tinha criança, os meninos, aí a gente ia mandar. Cada um mandava uma tigelinha de esmalte”.

Dona Raimunda Gomes conta que o sistema era um pouco diferente no barracão do seringal. Quando seu marido foi convidado a cortar seringa no Riozinho do Menezes (hoje mais conhecido como Igarapé do Bala), onde estavam as colocações abertas pelo seringalista de mesmo nome, eles passaram algum tempo vivendo próximo ao barracão, na localidade Laranjeira. Nessa época, conta a beiradeira, a caça capturada era dividida entre a família do caçador e o barracão — que, por sua vez, efetuava a distribuição entre as demais famílias. “Nós não tirávamos pros nossos vizinhos porque nós estávamos no que era alheio”, explica. “Aí fazia assim: se matava uma anta, dava uma banda pro barracão; se era porco, mata dois porcos ou três, dava dois pra lá e nós ficávamos com um. Porque tinha muita gente, que o Menezes, que era o dono do lugar, saía repartindo.”

Por fim, vale destacar que hoje essa rede de vizinhança no Xingu e no Iriri, nas áreas situadas no interior do Parna e da Esec, engloba também famílias de colonos que migraram ao longo das últimas cinco décadas, particularmente aquelas que, ao invés de se estabelecer em estradas vicinais, situaram-se em localidades da margem do rio. Com

histórico de trabalho na agricultura e pecuária (em terras frequentemente alheias, em seu histórico de deslocamentos pelas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste), esses colonos foram impactadas pela criação das unidades. No Iriri, a pecuária já não é realizada por esses colonos desde o fim da década de 2000, após intervenções do Estado que veremos no Capítulo 4. Mas esse circuito que conecta beiradeiros e colonos é vital. “Ninguém é melhor do que o outro, tudo é vizinho”, relata Zé Carlos, do Iriri. “Matou qualquer coisa, leva um pedacinho pro outro.”

Não se pode, porém, correr o risco de reduzir a prática da vizinhança a um cálculo econômico. Assim, como Postigo já registrava, poderíamos concluir “que o que se troca de fato é confiança e não carne, e o que se mede na troca é confiança e não quilos de carne, e, ainda, o que se objetiva, através da carne, é a manutenção de uma relação e não um pagamento” (Postigo, 2010, p. 184).

Um dos fatores que evidencia isso são os riscos envolvidos na partilha de caça, em especial o de se pegar *panema*, espécie de comprometimento de atributos ou competências para determinada atividade, mais habitualmente associado à caça, causado pela inobservância de certas práticas relacionadas ao manejo do animal abatido. “Aí, tem gente que não dá pra todo mundo a carne do bicho, não, porque tem gente de todo jeito. Tem o ruim, tem o bom”, explica Lucivaldo, do Xingu.

Para não correr o risco de *empanemar* o caçador, o cachorro ou a arma envolvida naquele abate, é preciso, então, ter *cuidado*. “Não pode mexer de qualquer jeito com a caça”, esclarece seu Bebé, do Xingu. No próprio local do abate há pontos a *cuidar*, como não bater na barriga do animal, por exemplo. Além disso, o local onde os ossos serão depositados após a limpeza e consumo é importante — em geral, busca-se colocá-los em um canto pouco frequentado, no pé de uma árvore, por exemplo, evitando que alguém urine nos ossos, que os varra com vassoura, que uma mulher menstruada passe por cima deles — atitudes bastante passíveis de atrair *panema*. Jogar os ossos na água tampouco é indicado, para não *esfriar* a arma ou a munição.

Quando o caçador fica *panema*, diversos aspectos de sua capacidade ficam comprometidos: “Fica *panema* pra tudo. Você fica ruim pra enxergar a caça, fica ruim

pra acertar o tiro”, explica seu Bebê⁸⁰. Além disso, convém evitar panema pois para *tirar* é demorado. Em geral, o processo envolve algum tipo de defumação, com certos tipos de folha. “Essa negra-mina é boa pra isso”, explica. “Bota pra queimar, faz aquela defumação, defuma a arma.” Outras práticas para ajudar quem *tá ruim de matar* incluem pendurar um anzol com uma pimenta malagueta na ponta ou a inserção de veneno de certas cobras, como a najá, dentro do cano da arma. “Mata ela, tira o veneno e bota dentro da arma. Fica boa pra matar bicho. O bicho não vai embora”, diz.

Além do vizinhar, outra expressão da *união* que se constituiu característica do modo de vida beiradeiro são os festejos. “Dia assim, por exemplo, São João — tinha festa. Ano novo... fazia festa. Todo mundo unido. Era muito animado”, diz seu Edimilson. Uma parte extremamente importante da socialidade no beiradão, essas festividades evidenciam as conexões entre família e território.

No tempo dos seringais, os festejos celebravam principalmente dias de santos e outras datas importantes para o catolicismo popular. Villas-Bôas, Andrade e Postigo (2017) elencam alguns dos principais festejos no Iriri e Riozinho do Anfrísio, resgatando suas origens e descrevendo alguns elementos comuns — a promessa, o promesseiro, o baile, o leilão. Especial atenção sempre foi dada à música, que passou por várias transformações até ecoar hoje nas características caixas de som de cores vibrantes: “O nosso instrumento, não tem esses baldes onde a gente colhe o leite? Ali era um batendo no balde, outros cantando, outros pegava colher — sabe como bate a colher?”, conta e demonstra seu Edimilson, do Xingu. “E pra nós era muito animado. Outros cantando. Outros naquele bichinho, chama cavaquinho. Outro no violão, cantando. Era assim...”.

Os festejos são também uma tradicional ocasião para aproximar jovens e engendrar novas famílias. Dona Raimunda Gomes, veterana do Iriri, contou que assim se passou consigo, em um festejo na confluência dos rios Curuá e Iriri. Tratava-se de uma festividade especial, a promoção de um encontro de santos padroeiros: São Félix, festejado na localidade Carajás, por cima da Praia do Anfrísio, veio ao encontro de São Sebastião, no Entre Rios. “Mandaram dizer pra São Sebastião se aprontar, que eles vinham fazer uma visita, São Félix vinha encontrar São Sebastião, visitar. Assim como um amigo visita outro, sabe?”, lembra dona Raimunda, que não economiza nos elogios

⁸⁰ Para outras informações sobre panema, mais especificamente nas Resex Rio Iriri e Riozinho do Anfrísio, cf. Villas-Bôas, Andrade e Postigo (2017, p. 364ss).

ao festejo em seus menores detalhes. “Esse dia foi lindo... Faz muito tempo, mas ainda hoje eu me lembro! Era viva São Sebastião! Viva São Félix! Aí o Teodoro tocando, vinha o acompanhamento, uns no bumbo, cantando...”.

Com tanta animação, dona Raimunda se inspirou. Começava ali o namoro com Raimundo Gomes, que se tornaria depois seu marido. “Aí perguntou se eu queria casar com ele. Eu era bonita, mana. Era bo-ni-ta”, gaba-se. E o que segue foi história: “Aí ele disse, tu quer casar comigo? Eu digo, vou pensar. Isso foi em janeiro. Janeiro, fevereiro, março... Quando foi março eu mandei uma carta pra ele, lá pra baixo. Se ele quisesse casar comigo, que o padre vinha subindo. Aí ele podia vir, que eu ia casar”. Raimundo Gomes atendeu prontamente ao chamado, e subiu o Iriri para formalizar o pedido. Chegando ao Triunfo, não encontrou o pai de dona Raimunda, que se encontrava então quebrando castanha em um igarapé. Isso em nada impediu a determinação de Raimundo, que esticou a remada até encontrar com o pleiteado sogro: “Pois foi remando, foi lá pedir pro papai. Meu pai falou pro meu tio Valdemarção e minha vó Antônia que, se achasse que o rapaz era bom, que podia fazer o casamento. Aí nós fomos casar lá no Entre Rios, na igreja. Casamos lá”.

Mais recentemente, além dos festejos de santos, outras ocasiões foram incorporadas, como aniversários pessoais e efemérides institucionais⁸¹. Sobre essas festas por ocasiões conectadas a aniversários da Resex, da associação de moradores etc., é como explica Herculano Filho, do Riozinho do Anfrísio: “para que não se perdesse essa cultura de dança de comemoração surgiu essa questão política mais nova de reuniões das associações, cursos e outras. Aí o pessoal aproveita para se reunir, porque não se reúne mais nas datas dos santos como se reuniam antes. Então no final dessas reuniões, fazem festa” (2017, p. 147)⁸².

⁸¹ Das festas de aniversário, Villas-Bôas, Andrade e Postigo aventam uma hipótese: sua importância teria crescido junto com a dos registros de nascimento: “A preocupação de conhecer precisamente a idade cronológica era relativamente pequena. Saber de cor a data de nascimento é uma novidade que traz consigo a vontade crescente de celebrar os aniversários” (2017, p. 145).

⁸² Lima Filho *et al.* (2018, p. 127) apontam situação semelhante ao focar a relação ente festas de santo e alianças políticas nos quilombos de Salvaterra: “Não é por acaso que este novo marco das alianças políticas gerou novas festas, as quais não existiam antes no município de Salvaterra, tais como os ‘Jogos quilombolas’ e os ‘Desfiles cívicos quilombolas’, cujo protagonismo está condicionado à autoidentificação como quilombola”.

Sem dúvida, porém, o festejo mais longevo do beiradão, realizado sem interrupções ao longo de quase um século, é o que ocorre na vila de São Sebastião do Xingu, e que abordaremos em maior detalhe a seguir.

3.2. Um festejo centenário: São Sebastião do Xingu e seu padroeiro

A luz da tarde já se despedia por trás da mata quando o piloto acelerou a voadeira, deixando pra trás a ilha da Gaivota e iniciando o último estirão de rio que nos separava, afinal, da vila de São Sebastião do Xingu. O cansaço da viagem, iniciada em Altamira na manhã anterior, dá lugar a uma excitação intensa entre os tripulantes, que começam a vasculhar as bagagens. A embarcação balança com a busca — tira lona, afasta mala, abre caixa, fecha caixa. Finalmente, ali estão elas! Os mais corajosos pegam as suas e já se posicionam na popa, preparados para a curva final. Já estamos ao lado da Praia Alta quando os isqueiros se batem com o vento até que... chhhhhhhhhh, POU-POU-POU!

O piloto interrompe a marcha, para que os sentidos se apurem. Arrebatados e orgulhosos, todos miram a escuridão adiante. Não se passam dois minutos e logo os clarões sonoros emergem de um ponto próximo da mata, denunciando o local da vila: POU-POU-POU!

A réplica chama a tréplica e assim por diante, em uma espécie de duelo festivo, ansiosamente aguardado pelos envolvidos. É que, nas chegadas ao festejo de São Sebastião no Xingu, muito antes que os olhares se cruzem, são os rojões que performam seu trabalho de comunicação agonística. Antigamente feito com armas de fogo, o diálogo entre os que chegam e os que já estão na vila hoje emprega os foguetes de tiro, e, mais recentemente, também dispositivos pirotécnicos com efeitos visuais. A quantidade adquirida de itens desse tipo é uma demonstração de prestígio e reflete a dinâmica história de organização do festejo mais longevo do médio Xingu, com seus diversos núcleos familiares distribuídos em grande parte nas sedes municipais de São Félix do Xingu e Altamira.

“Festa aqui já é mais de cem anos, é tradição, né?”, explica um jovem morador. A celebração, que ocorre anualmente no mês de janeiro, tem sua origem vinculada ao estabelecimento do seringal São Sebastião, em meados da década de 1910, como visto no Capítulo 2. Conta-se que o *dono do santo* original teria sido Augusto Sebastião

Rodrigues, ou coronel Sabá, como era mais conhecido o seringalista da família Bitar que teria trazido de Belém a imagem do padroeiro, instalando-a em uma capela na vila velha.



Imagem 15. Chegada de barco em festejo de São Sebastião do Xingu. Por Natalia Guerrero, 2020.



Imagem 16. Altar da igreja da vila nova de São Sebastião do Xingu. “Esse aí é veterano, mesmo, tem que fazer porque ele já é de século. Morre um, fica outro. Aí vai passando de neto, bisneto, tataraneto e vai pra frente”, dizia dona Edilberta, falecida em 2020. Por Natalia Guerrero, 2015.

Além da partilha do nome, podemos apenas especular sobre os motivos que levaram o seringalista a escolher São Sebastião para direcionar a devoção do povoado de seu seringal, mas é fato que se trata de um santo bastante popular — possui mais de uma centena de paróquias a ele dedicadas no Brasil, inclusive a da antiga capital federal, no Rio de Janeiro. E na Amazônia, em particular, São Sebastião também tem destaque. Em seu notório estudo sobre práticas religiosas no baixo Amazonas, realizado no fim da década de 1940, Eduardo Galvão apontava a irmandade de São Sebastião como a quinta mais importante de uma das maiores freguesias do município paraense de Gurupá (Galvão, 1976, p. 47).

Consonantemente, em 2013, o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) concedeu registro como patrimônio cultural do Brasil a um conjunto de 45 festividades em honra a São Sebastião que ocorrem tradicionalmente no arquipélago do Marajó, no Pará. As práticas de devoção ao santo, presentes em catorze dos dezesseis municípios da região, são marcadas por especificidades: na região dos campos, São Sebastião é referenciado como padroeiro dos vaqueiros, e o imaginário referente à festividade está situado nos campos e alagados típicos, ao passo que, na região dos furos, o santo percorre rios e igarapés reverenciado como protetor dos seringueiros, pescadores e agricultores (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 2010, p. 46-7).

No Acre, há também muitas localidades que realizam festejos a São Sebastião, alguns de grande notoriedade, como o realizado em Xapuri, cidade de Chico Mendes e um dos berços do movimento seringueiro acreano⁸³. Com efeito, não é incomum a associação entre a história da vida do mártir cristão e sua capacidade de proteger os trabalhadores da borracha contra desventuras na mata. A hagiografia de São Sebastião o caracteriza como um destacado soldado que, por se recusar a negar a fé cristã, foi condenado à morte pelo então imperador romano, no século 3 (Mengali, 2018). Sebastião sobreviveu a uma série de flechas que lhe transpassaram o corpo, após o que o imperador ordenou que o espancassem até a morte, consumando seu martírio. As flechas pelo corpo, sempre presentes na imagem do santo, são uma simbologia frequentemente aludida pelas comunidades seringueiras para atestar também sua capacidade de proteção durante

⁸³ Lima e França (2020) debatem a dimensão significativa da devoção a São Sebastião em Xapuri, bem como trazem dados relevantes sobre o festejo tradicionalmente realizado em 20 de janeiro. Cabe ressaltar que sua abordagem é, contudo, funcionalista e algo estereotipada na forma com que caracteriza as práticas de saúde e religião das comunidades.

eventuais encontros belicosos com povos indígenas. Vale destacar que, em religiões de matriz africana como a umbanda, São Sebastião é correlacionado com o orixá Oxóssi, ligado justamente ao domínio das matas e da caça⁸⁴.

A cidade de Altamira também tem São Sebastião como santo padroeiro, e o feriado municipal de 20 de janeiro costuma abrigar diversos eventos promovidos pela prefeitura e pela Prelazia do Xingu. Na década de 1990, para embalar uma dessas datas, foi lançada uma composição que alude ao tempo dos seringais, homenageando uma série de padrões — em geral, seringalistas de médio ou pequeno porte que sucederam os grandes coronéis do início do século, mas que também chegaram, em alguns casos, a ocupar postos de destaque na política altamirense. A canção acabou se tornando um emblema também do festejo da vila no médio Xingu, ecoando diversas vezes ao longo dos dias:

São Sebastião

*São Sebastião, São Sebastião
Meu protetor, meu amigão
Vinte de janeiro
É a festa do meu padroeiro*

*Que noitada linda dos seringalistas do Alto Xingu
Alberto Soares, Otávio Torres, Amor Firma, Raimundo Maria*

*Que noitada linda dos seringalistas do rio Iriri
Anfrísio Nunes, Cícero Maia, Benedito Gama, Thiago Pereira*

*Eu vou pra lá,
Eu vou, eu vou
Minha fé levar
Eu vou pra lá
E com os romeiros
Minha promessa pagar⁸⁵*

Com efeito, no Xingu e Iriri do período de estabelecimento dos seringais, boa parte dos festejos era promovida pelos seringalistas nos povoados que se criavam em torno de seus barracões, frequentemente coincidindo com momentos propícios do

⁸⁴ Há também um movimento significativo de devoção a São Sebastião entre a população LGBTQIAP+. Cf. Kaye (1996) para uma história do processo pelo qual São Sebastião tornou-se um mártir homossexual contemporâneo.

⁸⁵ Segundo Francisco (informação verbal), a composição seria de Jota Mendes, Reinaldo Figueira e de Silvano e Sabá, componentes da Dupla SS, que fez a gravação oficial, com participação de Cléo Soares. É possível acessá-la *online* (Dupla ‘SS’ — São Sebastião, 2016).

calendário produtivo. No caso de São Sebastião, por exemplo, o mês de janeiro vem pouco tempo após o fim do fábriço da seringa e antes do auge da coleta da castanha.

A estrutura do festejo de São Sebastião no médio Xingu tem pontos em comum com a multitude de festas de santo celebradas Brasil, nos marcos do catolicismo popular. A celebração se inicia oficialmente no dia 11 de janeiro, com a subida do mastro. Feito a partir de uma árvore selecionada, traz em seu topo a bandeira com a imagem do santo, e a cerimônia de sua *levantação* é tradicionalmente conduzida pelo *capitão* e pela *rainha* da festa — casal que, no ano anterior, *pegou na bandeira*, ou seja, se dispôs a contribuir com as despesas da festa como parte de uma promessa feita ao santo em prol de uma graça desejada.

Nas quatro edições do festejo de que participei, sempre chamava a atenção o elevado número de pessoas circulando na vila — embora esse número fosse frequentemente relativizado por participantes mais velhos, que diziam que antigamente o comparecimento era muito maior. A duração do festejo, entre os dias 11 e 20, marca o período da novena, durante a qual *se tira a reza*, ou seja, realizam-se orações diárias em honra ao santo. De algumas décadas para cá, esse papel, antes desempenhado por determinadas pessoas do próprio povoado, passou a contar com o envolvimento de sacerdotes ligados à Prelazia do Alto Xingu, que inclusive performam batizados nessas ocasiões⁸⁶.

Dona Elisa era uma das matriarcas que puxavam a reza da novena na capela da vila velha. Após as orações, era a vez do sempre ansiado baile, em que o forró despontava como ritmo principal. “Toda noite vão rezar. Aí quando sai dali já vai, ó”, dizia dona Edilberta, apontando para o salão. “Era dançando nove noites”, conta dona Elisa, lembrando que, antes dos equipamentos de som mecânico, havia os tocadores de violão e harmônica.

O derradeiro dia do festejo é o 20 de janeiro, efeméride oficial de São Sebastião e dia da *festa grossa*. Esse dia, tradicionalmente mais cerimonioso que os anteriores, é marcado pelo cortejo que acompanha a imagem do santo ao longo de determinado trajeto

⁸⁶ Na maior parte das edições do festejo que assisti, estive à frente dos rituais de celebração o padre xaveriano Danilo Antonio Lago. Atuante há mais de 20 anos na região do Xingu e ligado à Comissão Pastoral da Terra, padre Danilo tem grande conhecimento dos desafios da região, inclusive no plano dos conflitos fundiários. Na edição de 2020, Danilo veio acompanhado do padre Pascal Atumissi Bekububo, xaveriano atuante na Pastoral Indigenista ligado ao município de Redenção.

no povoado. Quando a celebração acontecia na vila velha de São Sebastião, costumava-se realizar uma procissão fluvial defronte o povoado; após o esbulho do fazendeiro que resultou na expulsão dos moradores, em 2004, e a mudança para a vila nova, situada em um local menos propício a esse tipo de prática, a procissão passou a ocorrer somente em terra firme, entre as casas do local.

Desde que membros oficiais da igreja católica frequentam a celebração, o cortejo com a imagem do santo, conduzido por um padre, é sucedido de uma missa por ele rezada no terreiro da igreja. As dezenas de velas distribuídas entre os presentes, ainda no momento do cortejo, são então depositadas acesas aos pés de uma grande cruz, situada no centro do terreiro, ou no interior da igreja, em torno do altar do santo, em momentos de comunicação contrita dos devotos.

Quando a tarde finda, é a hora da derrubada do mastro — momento de grande excitação, pois evidenciará quem, afinal, pegará na bandeira, responsabilizando-se pelo festejo do ano seguinte (“Aquele que é fraco não é obrigado a dar coisa que ele não pode”, ressaltava uma senhora).

Ao longo de sua história centenária, o festejo de São Sebastião do Xingu leva a marca de uma série de permanências, mas também de transformações, refletindo dinâmicas internas e externas ao grupo que o promove. Uma das mais evidentes é a própria extensão da festividade, que primeiramente preenchia todo o período da novena, segundo antigos moradores. “Eram nove noites!”, frisava dona Edilberta a partir de histórias que ouviu de sua mãe, dona Chicuta, que viveu na vila velha quando Sabá era vivo. “E minha mãe disse que ele matava nove vacas, pra ter pras nove noites”, acrescenta. As noites mais destacadas, porém, sempre foram as do tríduo de 18 a 20.

Dona Edilberta ressaltava ainda, com base no que ouviu de sua mãe, o apego do velho seringalista à celebração que instituiu, recomendando às famílias seringueiras que a mantivessem mesmo após sua morte:

O coronel Sabá pediu: “Vocês nunca deixem esse santo morrer junto comigo. Vão alegrando o lugar, vão satisfazendo, vão brincando direito. Vão nessa vida, porque vocês passam anos sem ir na rua, dois ou três. Mas aí [no festejo da vila] tem uma brincadeira. Aí vocês vão ter história no outro dia. É história pra vocês. Que vocês vão mangar do outro. E assim vão indo. Isso é uma animação”, ele dizia, “não é coisa

de confusão, é animação. E eu, enquanto for vivo, eu não quero que ninguém pegue, eu sou responsável das nove noites”.

E aí ele disse: “olha, eu vou morrer no meu lugar, não quero morrer nem junto com minha família lá [em Belém]. E vou trabalhar aqui com meu santo enquanto eu for vivo, eu não vou deixar meu festejo acabar nunca. Eu vou ser coronel até o resto da minha vida”. Aí ele foi, adoeceu e morreu. Mas, antes de morrer, disse: vocês façam tudo, e quando eu morrer, bota uma pessoa de garantia pra substituir o meu santo. Pra conseguir. Se não der dele sozinho — que, naquele tempo, um só fazia uma noite, e hoje tem que ser a coligação...”. E aí o pessoal não quer que o festejo acabe, porque vai ficar uma lembrança no coração de todos. Muitos vão ficar emocionados, muitos vão ficar tristes, quando chegar aquele dia daquela animação, que tinha. E se acabar por vez... ave, mas vai ser uma tristeza no Xingu.

Sabá morreu por volta da década de 1940 tendo atendido seu desejo de ser enterrado na vila do seringal, sob uma sepultura de louça⁸⁷. Depois de sua morte, a família Bitar arrendou o seringal para Leonídio Marques de Araújo, na década de 1950. Leonídio assumiu a dianteira dos negócios e manteve a tradição religiosa, promovendo a chamada “noite do barracão”, ou seja, assumindo anualmente a responsabilidade pela organização e custeio de um dos dias da festa. Outra parte ficava, então, com o capitão e a rainha de cada ano, bem como eventuais outros *noitários*, também chamados *promesseiros*. Em suma, depois do tempo do coronel Sabá, já não era possível a uma só pessoa se responsabilizar pelo custeio de todos os dias de celebração, que passou a ser assumido pelo conjunto dos moradores da vila.

Depois da morte de Leonídio, foi a vez de seu filho Leonídio Marques Filho, mais conhecido como Sinídio, assumir os negócios no seringal — e também a parte no festejo. Sua esposa, dona Mariza, hoje falecida, era conhecida como uma das maiores entusiastas da festividade, e se esmerava nos preparativos para a “noite do barracão”, tradicionalmente celebrada no dia 19. Sua irmã, dona Geni, 56 anos, lembra com carinho desses tempos: “Aqueles festejos eram bons... A minha irmã, você acredita que ela matava de cinquenta galinhas? Que ela já criava o ano todo praquele festejo”. Outros quitutes correntes nos festejos incluíam doces diversos, como o mané pelado, tradicional

⁸⁷ Segundo relatos dos moradores da vila, passado algum tempo de sua morte, a família de Sabá reclamou os restos mortais do seringalista e os levou para Belém, para que fossem enterrados junto aos demais familiares. A catacumba não se manteve intacta, mas é possível ainda identificar alguns fragmentos cerâmicos.

bolo de mandioca puba com coco, e o “beijo de moça”, preparado doce de tapioca feito com castanha. “E, à meia-noite, não podia faltar o bolo com café”, pontua.

A alimentação, antes como hoje, figura como um dos pontos fundamentais do festejo. A quantidade e qualidade da comida ofertada constitui um dos tópicos mais populares de conversa. “De outras festas, você via aquele movimento de buscar comida nas casas. Este ano, não teve nada disso”, pontuou uma interlocutora em 2015.

E boa parte do trabalho intensivo votado para que esse aspecto atinja as altas expectativas dos participantes é habitualmente assumido por mulheres. Antigamente, como visto no depoimento de dona Geni, esse processo começava muitos meses antes, com as mulheres dedicando parte de sua criação de animais para o futuro abate — hoje, é costume que os noitários adquiram e ofertem uma ou duas reses. Durante o festejo, destaca-se a composição de grupos de mulheres que se coordenam para cobrir os turnos das refeições — sem deixar, claro, de reservar um tempo para desfrutarem da festa. Seu Romano de Oliveira Torres, em depoimento a Pereira, conta sobre esse processo:

*Começava a janta para terminar cedo, para começar a festa. Começava a janta cinco horas da tarde para quando for oito horas na noite já tá tudo lavado os pratos, aquelas pessoas lavava tudo. Aí tinha a reza. Aí o forró começava, todo mundo agarrado até dez horas do dia. Aí aquele povo, era assim bem combinado, por exemplo, *tinha cinquenta mulheres, vinte mulher daquela, dez ou trinta ia para a festa até meia noite, quando dava meia noite em diante é que elas iam dormir, aquelas que ia trabalhar a partir de nove horas da manhã, já começava dez horas, que ela levantava, tomava o banho, se arrumava, é que ia matar as galinhas, matar os patos, já para preparar tinha uma equipe certamente para aquelas outras que tava dançando.* Ainda iam dormir, no outro dia é que elas iam trabalhar, que elas iam fazer, preparar, né? Que sobrava muita, era muita comida para o almoço, isso era, uma mesa como daqui lá naqueles carros do outro lado, era muita gente, tudo era unido, já tinha aquela equipe. Olha, hoje você vai dançar até meia noite, hoje. Aí você vai dormir. Aí o resto fica emendado. Aí no outro dia já era aquela turma que já ia fazer aquilo, era muito bom, era gostoso. (Pereira, 2021, p. 65, grifos meus)*

Seu Romano, nascido no fim dos anos 1940, conheceu o festejo em um momento em que a vila de São Sebastião contava com dezenas de famílias, assim como outros povoados vizinhos, que também costumavam participar do festejo, como o núcleo do Bom Jardim, ilha situada alguns quilômetros abaixo do São Sebastião. “Nós não sabíamos o que era Altamira ou São Félix do Xingu, nós só vínhamos nos tempos da festa, do Bom

Jardim para o São Sebastião”, conta dona Graça, antiga moradora da localidade, que diz nunca ter perdido uma festividade. Em seu período de juventude, antes da multiplicação dos motores de popa que revolucionaram os deslocamentos no beiradão, a partir da década de 1970, sua família se deslocava a remo, todo ano. “Era do tempo do pai do Sinídio, era animado. Era o lugar que eu vinha dançar no São Sebastião e arrumar namorado, era lá. Vinha muita gente pra lá”, ri.

A conversa com dona Graça se deu na própria vila, durante o festejo de 2015, mas o referencial que ela utiliza — “*vinha* muita gente *pra lá*” — é uma alusão à vila velha de São Sebastião, situada alguns quilômetros rio abaixo, onde o festejo era celebrado até a expulsão dos moradores, em 2004. De fato, as memórias evocadas nos festejos são muito fortemente assentadas na vila velha e em tudo que a ela se associa. A descrição nostálgica dos festejos sempre coloca em relevo determinadas características valorizadas do lugar, como a conformação topográfica da vila, cujas casas distribuía-se pela longa praia, ou o ponto do rio em que se situava, que permitia divisar ao longe qualquer embarcação, tornando mais emocionante, aos olhos de quem participava, o ritual das saudações pirotécnicas. Esses elementos misturam-se a outros, como o maior número de famílias no local e, mesmo, à própria história individual ou familiar que ali se desenvolveu, para além do festejo. E alguns, em momentos mais arrebatados, chegam a extremos: “São Sebastião não está aqui, não, está lá”, disse-me uma jovem professora.

No festejo de 2017, a embarcação onde eu seguia, em que viajava a família de dona Edilberta, teve um problema mecânico justo quando passava diante da vila velha. Durante o tempo que o piloto levou para solucionar a questão, todos na voadeira se emocionaram com a visão do lugar e passaram a rememorar histórias, enquanto liam a paisagem. “Eu peguei um tombo de uma goiabeira quando estava grávida de Yuri”, apontou Maria, filha de dona Edilberta, no que foi seguida por uma enumeração das árvores frutíferas visíveis em meio à mata regenerada — “olha a mangabeira, os pés de murici...”. Vê-se como as *marcas*, de que falamos no Capítulo 1, constituem-se como tal por meio desses mecanismos da memória, que é individual, mas também é familiar e coletiva⁸⁸.

⁸⁸ Sobre os mecanismos de conexão entre memória e lugar no seio de uma comunidade beiradeira no alto Tapajós, ver Torres (2014).

Com as dificuldades impostas pela mata cerrada, não se vê muitas pessoas aproveitando o festejo para fazer visitas ao local da vila velha, que segue, porém, frequentado por moradores contemporâneos, principalmente para finalidades de caça. Mas a atualização da conexão com o lugar, em um sentido mais amplo, é muito valorizada por algumas pessoas, que aproveitam o período do festejo de São Sebastião para visitar pontos de pesca e de extrativismo, eventualmente também exercendo tais atividades. Essa conexão também aparece nos produtos que os antigos moradores levam consigo no retorno, para consumo — frutas, farinha e castanha são alguns dos principais itens que abastecem as embarcações em seu retorno às sedes do município.

Com a queda do comércio de borracha, na década de 1980, e a omissão do Estado em garantir direitos básicos no beiradão, como acesso a saúde e educação, houve um movimento de deslocamento de muitas famílias ribeirinhas para as sedes municipais próximas⁸⁹. A grilagem, que cresceu ao longo da década de 1990, como veremos melhor no próximo capítulo, também impulsionou esse processo. No caso da vila de São Sebastião, parte das famílias, como a de dona Edilberta, deslocou-se para a cidade de Altamira, que era a referência de todo o beiradão ao longo da primeira metade do século. Outra parte, como a de seu irmão, Zé Preto, direcionou-se a São Félix do Xingu, emancipado e constituído como município em 1961, e cuja área abarca inclusive a vila de São Sebastião. A cidade de São Félix está também significativamente mais próxima do que a de Altamira. Cresce, então, o movimento e os vínculos da família com essa sede municipal.

Hoje, portanto, além das famílias que vivem propriamente na vila, os promotores do festejo são famílias tradicionais conectadas histórica e afetivamente ao povoado, mas que se distribuem nessas duas cidades. Essa também é uma razão para o encurtamento da festa — com o processo de esvaziamento do beiradão, o festejo como um todo acabou concentrando-se nesse intervalo mais curto, de 18 a 20, já que os principais promotores costumam ter dificuldades para se afastar de seus compromissos por um período maior. Em 2017, um grupo no aplicativo WhatsApp foi formado para apoiar a organização do festejo e, desde então, se tornou um canal de socialização permanente e mais amplo. Por ali não circulam apenas informações sobre o festejo, mas sobre a vida em geral de seus membros, de atividades cotidianas de lazer a momentos mais solenes, como nascimentos

⁸⁹ São Félix do Xingu foi um distrito de Altamira até 1961, quando se emancipou para constituir um município.

e falecimentos. Tornou-se, assim, uma forma de congregar pessoas vinculadas ao festejo não só no período da festa, mas o ano inteiro.

O festejo também tem um papel importante em atualizar a rede de parentesco e compadrio no beiradão, diante desse esvaziamento intensificado com a grilagem e sustentado após a criação do Parna da Serra do Pardo. “A festa ainda liga muita gente. É importante, não só pra nós”, explica Raimunda, que em 2015 veio a reencontrar no festejo a irmã, Jandira, que não via há trinta anos. Donda, como é mais conhecida, casou-se com um rapaz Xipayá quando elas ainda viviam na vila de São Sebastião. “Se conheceram aqui mesmo, no tempo em que o Sinídio trouxe eles pra morar aí”, conta Raimunda. “Teve o primeiro filho com ele e depois eles se casaram.” Pouco depois, Jandira mudou-se para uma aldeia nas proximidades de Altamira, e as irmãs ficaram todos esses anos sem se ver. “Quando ela foi, eu não tinha nem os meninos, não tinha nenhum. Ela agora que foi conhecer meus filhos”, conta Raimunda.

Quem insistia no encontro das irmãs era Surara, então cacique Parakanã da aldeia Raio de Sol, próxima à vila de São Sebastião, e que, por conta das políticas indigenistas, circulava com frequência em Altamira. No festejo de 2014, Surara *pegou na bandeira* — segundo me informaram, teria sido a primeira vez que um indígena assumiu essa posição. A constituição de aldeias parakanã nesse ponto do médio Xingu, a partir da década de 1980, resulta de um movimento desse povo, tradicional ocupante do interflúvio dos rios Pacajá e Tocantins, para oeste, impulsionado pelo avanço da fronteira econômica e por conflitos internos (Fausto, 2001). Desde então, estabeleceu-se um complexo conjunto de relações entre as famílias beiradeiras e as indígenas, marcado por alianças e conflitos⁹⁰.

Ao longo da pesquisa, observei que indígenas Parakanã das aldeias próximas à vila de São Sebastião convivem intensamente com beiradeiros, ao longo de todo o ano. Registrei diversos tipos de associação para atividades agrícolas e extrativistas, desde empréstimo de equipamentos até a cessão de partes de uma roça beiradeira para fabricação de farinha por indígenas, passando por convites para incursões extrativistas e apoio à edificação de uma residência. Além desses arranjos mais explicitamente

⁹⁰ Nas últimas décadas, os efeitos nefastos da associação entre facilitação da grilagem, leniência do Judiciário e discurso político anti-indígena têm constituído forte ameaça à TI Apyterewa, cuja invasão só faz crescer, privando o povo Parakanã de cerca de 80% de seu território. Para mais sobre o tema, cf. Torres, Cunha e Guerrero (2022).

interpessoais, um aspecto destacado dessa relação, em um plano mais amplo e político, é a forma com que beiradeiros que vivem no interior do Parna da Serra do Pardo acessam serviços de saúde, educação e comunicação nas aldeias parakanã, acesso viabilizado por lideranças das aldeias e primordial diante do quadro de falta de equipamentos sociais semelhantes nas localidades beiradeiras desse setor do rio.

No entanto, trata-se de relação delicada, perpassada por considerações de cunho racial informadas por conflitos antigos e marcada por conflitos contemporâneos envolvendo principalmente atividades como a pesca ou o extrativismo em territórios situados no interior da unidade de conservação. Como me disse uma vez um beiradeiro da região: “Nós entramos em acordo assim, por exemplo, no medicamento, às vezes nos vamos lá, e se eles precisarem da gente pra fazer alguma coisa, a gente vai, trabalhar com eles também. O nosso entrosamento com os índios lá não é entrosamento de eles virem pra cá e nem nos irmos pra lá”.

Essa complexidade das relações interétnicas é bastante evidente no festejo. Embora o ato de Surara de se colocar como um dos promesseiros constituísse novidade, a presença marcante de famílias parakanã nos dias de festividade data de mais tempo. Nos torneios de futebol, parte importante das atividades diurnas, os indígenas marcam sua presença nas equipes — em sua maioria, indígenas Parakanã, mas já me relataram a presença de pessoas Araweté e Assurini. Nos bailes, mais observam do que participam.

Há, por fim, mais um aspecto do festejo, que também perpassa a relação entre indígenas e beiradeiros, mas que vai além, que é o da política. O festejo tem um papel importante para o debate sobre as formas de decidir sobre a vida no lugar. Ainda sobre a relação entre beiradeiros e Parakanã, ressalto que, quando Surara decidiu pegar na bandeira, dona Edilberta contou-me que ele procurou seu filho Áureo, para conversar: “Aí o Áureo disse: ‘pegar na bandeira, Surara, mas os índios têm que respeitar a terra alheia, que esta aqui é nossa, porque nós vivemos nela. E a sua, nós temos que respeitar também, a de vocês. Se vocês disserem ‘não vai’, nós também não podemos mexer na sua terra, não”. Os conflitos entre os grupos costumam girar em torno de determinados pontos de pesca e de extrativismo, situados na margem hoje ocupada pelos beiradeiros, e que os indígenas buscam para acesso e utilização. A antiga moradora me contou de outra ocasião semelhante, em que teceu essas considerações a outro líder parakanã: “vocês governarem a terra de vocês e a gente governar o lado que a gente tem”.

Note-se que, embora dona Edilberta passasse a maior parte do tempo em Altamira, por conta de seus problemas de saúde, ela ainda exercia, principalmente nesse contexto da festa, o papel afluente que tinha. Ao longo de nossas conversas, na casa de seu filho Lucivaldo, era constante o fluxo de pessoas que vinham lhe procurar, prestando-lhe reverência. Muitas delas eram comadres, afilhados, antigos vizinhos, que sempre ouviam com cerimônia o que ela tinha a dizer. Nesse contexto, frequentemente misturavam-se conselhos sobre formas de convivência, não só no âmbito doméstico — criação de filhos, condutas conjugais —, mas também no âmbito da organização política da vila, da melhor forma de encaminhar certos conflitos, da interlocução com pessoas de fora — como eu, por exemplo. Era comum que alguma linha de perguntas que eu fizesse logo se transformasse em uma conversa sobre como eu poderia apoiar algum pleito específico da comunidade, junto ao órgão ambiental, principalmente.

Com efeito, os moradores da vila me relataram como o festejo foi alvo de gestores do ICMBio, após a criação do Parque, evidenciando outra intersecção entre festejo e política. Segundo um jovem beiradeiro, o gestor lhe disse que estava buscando meios para proibir a realização do festejo: “Falou na cara de todo mundo aí. Ele falou: ‘rapaz, próximo ano, não vai ter festa não, que eu vou conseguir um documento pra retirar esse santo daí. Porque aqui é parque, não pode ter festa’”.

Desde a saída desse gestor da chefia do Parna, a situação se modificou, dando lugar a outras conexões entre o festejo e o órgão ambiental. É comum, por exemplo, que o ICMBio busque agendar reuniões do conselho consultivo do parque para o período imediatamente posterior à festa, encontrando aí um momento propício para a reunião de um maior número de pessoas, antes que atividades produtivas como a castanha, por exemplo, tornem isso mais difícil.

E há um episódio, em particular, que conecta festa e política e expressa a intensidade do poder do santo, aos olhos dos antigos moradores da vila de São Sebastião, e esse é o episódio da destruição da vila antiga e expulsão de seus ocupantes, em dezembro de 2004. Dona Edilberta contava que, em dado momento, foram informar a São Sebastião a tragédia: “Aí, falamos: ‘São Sebastião, o senhor não é mais morador daqui, o senhor vai sair pra outro lugar. Acabou’”. Pouco tempo depois, iniciaram-se os preparativos para o festejo de 2005, que ainda contou com uma procissão fluvial. “Aí reuniu pra fazer a procissão dele”, disse dona Edilberta. “Aí passamos na beira lá da vila

velha, viemos com ele, fizemos essa noite dele, em janeiro.” Em poucos dias, veio a notícia da criação do Parna, cuja implementação levou à saída do fazendeiro. “O milagre foi muito grande”, disse-me a senhora beiradeira. “O santo saiu, mas eles também saíram. Pessoal diz: ‘mas santo não tem milagre’. Mas tem, tem milagre. São Sebastião fez a justiça, minha filha.”

3.4 Respeito, chave do sistema antigo

Falamos no início deste capítulo sobre como a territorialidade beiradeira emerge na constituição das colocações seringueiras, marcadas pela diversificação e pela articulação em uma densa rede de relações, sintetizadas nas categorias respectivas de *fartura* e *união*. Vimos também como as colocações passam por transformações com o declínio da economia da borracha, principalmente com o movimento que levou as famílias a estabelecerem suas ocupações mais intensivas nas margens dos rios, e não mais nos igarapés — passando, com isso, a se transformarem mais e mais nas chamadas *localidades*, ou *lugares*. Apesar desses deslocamentos, os princípios dessa territorialidade e sua relação primordial com uma unidade socioterritorial — colocação ou localidade — se mantêm. Esse tipo de descrição analítica da localidade beiradeira pode sugerir a ideia de uma unidade autocontida ou de algo estático, mas Francineide, do Riozinho do Anfrísio, nos ajuda a entender que não é bem assim, quando explica sobre o que seriam os limites de sua localidade:

Até onde eu vou, até onde eu costumo tirar as coisas pra eu me alimentar, pra mim tudo é um nome só, tudo é Praia Grande. Porque daí já foi o nome que eu dei pro meu lugar. Então até onde eu vou colher o que eu preciso, o nome é um só. A distância que eu vou aqui detrás, é tudo a terra da Praia Grande. Eu não vou dizer que Praia Grande é só aqui na frente na beira do rio. Praia Grande é onde eu colho alguma coisa pra me alimentar, tirar uma madeira ou um cipó. (Villas-Boas, Andrade e Postigo, 2017, p. 244, grifo meu)

Isso remete a um enunciado que ouvi, em 2013, de Daniel de Souza, quilombola de Oriximiná: “Território não é onde eu fico, é onde eu chego”. Em ambas as formulações, a delimitação de uma unidade de relação espacial é feita por meio de ações de movimento, não de fixidez — *chego, vou*. Isso é importante, porque falamos de colocações, de estradas e piques, delimitações relativamente específicas de apropriação,

e isso pode dar a impressão de que tudo que se utiliza é associado a um indivíduo ou famílias específica, mas se trata de terras de uso comum.

Esse trajeto alude a um corpo de trabalhos cujas preocupações teóricas passam pela diversidade de regimes de uso comum da terra que caracterizam os chamados territórios tradicionalmente ocupados. Para Almeida (2008), esses sistemas foram fundamentais para “estretar vínculos e forjar uma coesão capaz, de certo modo, de garantir o livre acesso à terra frente a outros grupos mais poderosos e circunstancialmente afastados” (Almeida, 1989, p. 172-3).

Em diálogo com essas ideias, a última categoria da territorialidade beiradeira que eu gostaria de ressaltar neste capítulo é a do *respeito*. Ela é particularmente referida ao campo do direito costumeiro envolvendo um conjunto de regras e práticas que regem a relação com o rio e a floresta. Esse conjunto de regras e práticas pautadas pelo costume aparece frequentemente referido como *sistema antigo*, ou associado à expressão *antigamente*. “Até porque tem aquela questão do sistema antigo, que é de respeitar. Todo mundo respeitava as regras”, explica Itamir, da localidade Volta da Pedra.

O uso do passado localiza esse período regido pelo costume como anterior àquele cuja regulação do acesso a áreas sobrepostas pelas unidades de conservação de proteção integral ficou a cargo do ICMBio — no Capítulo 5, veremos como isso se deu.

No caso das estradas de seringa, como vimos, relata-se que eram os primeiros padrões que mobilizavam e contratavam um grupo para fazer essas aberturas — consequentemente, eles eram socialmente reconhecidos como *donos* das estradas, e por isso dispunham delas e das colocações, atribuindo-as aos seringueiros que contratavam. Com a queda do preço da borracha, como vimos na seção anterior, esse quadro se modificou, uma vez que as famílias beiradeiras passaram a ter maior autonomia sobre seu tempo e sobre o território.

No caso dos castanhais, havia mais variações de arranjos. No Iriri, essa abertura era feita em moldes semelhantes à das estradas de seringa, com algum padrão tomando a dianteira e pagando a uma equipe pela confecção dos piques (Santos, 2021, p. 114). Já no Xingu, relata-se que, salvo algumas exceções que ocorriam dessa forma, eram os próprios beiradeiros que se mobilizavam para essas aberturas, por vezes lançando mão do sistema de aviamento. “A gente vai abrir e *fica o dono*, mas ninguém comprou castanhal”,

relata um beiradeiro do Morro Grande. Para isso, assim como os compradores da produção adiantavam as mercadorias para uma safra de coleta de borracha, de castanha, ou uma incursão voltada à caça de gatos para venda das peles, os custos de abertura de um castanhal (ferramentas e manutenção do grupo de beiradeiros e suas famílias durante o período de trabalho) costumavam ser providenciados por quem estava comprando a produção daquela família naquele momento. Um beiradeiro do Baliza explica: “Se, por acaso, eu trabalhava com ele aqui [na condição de *freguês*], ele me *fornecia* aqui no verão para eu *explorar* [identificar as árvores e implementar os piques] o castanhal”.

Um dado importante, que surge nos relatos das famílias, é que não se abre castanhal em uma pessoa só. De fato, o mais comum é que haja um grupo de beiradeiros atuando como toqueiros e mateiros nesse processo de abertura. Esse grupo, por sua vez, poderia ser composto pelo próprio núcleo familiar ou mobilizar outros parentes, vizinhos, compadres, apoiando-se na rede de relações do beiradão. “Éramos onze que abrimos, mas os outros só quiseram a produção no ano que abriu, né, aí não quiseram mais. Ficamos só nós três”, conta um beiradeiro do Xingu sobre a abertura de um grande castanhal no rio Pardo. Não seria isso contraditório com o postulado de que o castanhal é de quem abre?, pergunto. O senhor me explica que não: “[Nós três] trabalhamos mais que os outros”. Em outras palavras, o direito está associado à abertura, mas não necessariamente todos que estiveram presentes nesse processo são reconhecidos como donos. O direito, portanto, se concretiza na convergência de determinadas ações e percepções do coletivo.

Cardoso (2016), em sua pesquisa junto aos Pataxó de Barra Velha, argumentou que os direitos sobre determinado lugar estão ligados a algo que denominou *performatividade*. Em outras palavras, explica, “o direito de posse de um lugar se dá pela performatividade dos que o habitam continuamente com ações de cuidado, e não por uma regra ou lei geral de propriedade” (Cardoso, 2016, p. 118).

Um jovem do Xingu nos ajuda a avançar nesse entendimento, destacando que as parcerias eram propiciadas também pelo fato de o beiradão ser mais densamente povoado antigamente. “Sempre moravam muitos aqui”, conta. “As famílias — três, quatro, famílias — se reuniam e iam abrir o castanhal. Aí por acaso ia abrir o seu, aí nós parávamos e íamos abrir o dela ali, aí parava e ia abrir o dele ali. Entendeu? Era assim que a gente trabalhava. Aí cada um ficava com o seu.” Note-se que uma condição

fundamental para que o sistema operasse nesses moldes residia na disponibilidade de florestas em relativa abundância.

Uma ressalva sempre importante: quando se diz que o direito é de quem abre, ou que “cada um fica com o seu”, não se está afirmando uma lógica individualista. Isso porque as famílias beiradeiras compõem, como falamos anteriormente, um tipo de campesinato, que, como tal, segue uma lógica familiar. Assim, o “direito de cada um” é, na verdade, o direito *da família de cada um*, entendendo-se a família aqui como uma unidade doméstica em torno da qual se organiza a produção e o consumo de seus membros. Nas palavras de Ellen Woortmann e Klaas Woortmann (1997, p. 12-16):

Lembrando que a palavra família se origina de *famulus*, quer dizer, famintos ao redor de um pote ou panela com comida, ou que, nos recenseamentos da Coroa Portuguesa, registravam os “fogos”, quer dizer, casas com famílias ao redor de um fogão, podemos dizer que o ideal da família camponesa é organizar sua produção conforme suas características e necessidades, e em segunda prioridade, para a venda. Para eles, produzir significa levar em conta as necessidades de alimentos de crianças, idosos e doentes, para aqueles membros que trabalham muito pesado etc.

Outro cuidado importante é não tomar o castanhal como algo cristalizado, imutável. Um castanhal em uso pode expandir-se ou contrair-se, ou seja, “ganhar” ou “perder” partes de seus piques em função dos esforços e estratégias econômicas das famílias extrativistas naquele momento. Adicionalmente, há práticas extrativistas que não passam pela abertura propriamente dita de um castanhal, mas consistem em reunir a produção de castanheiras avulsas e acessíveis pelos cursos d'água, a chamada *catação*. “Tinha vez que não tinha castanhal, mas era catação de castanha. Vinte caixas num canto, dez no outro. Porque lá, a gente entrava nesses igarapés era catando, não sabe?”, explica um morador do Xingu.

Um castanhal sem uso é paulatinamente tomado pelo mato e torna-se, em poucos anos, virtualmente inacessível a qualquer um que não conheça seu percurso e que não consiga aliar essa memória a competências ligadas à dinâmica da floresta e seus sinais. Há muitos castanhais nessa situação, segundo os beiradeiros do Xingu e Iriri. É crucial reter, porém, que a falta de uso não coloca em questão o reconhecimento social sobre quem é dono do castanhal — embora haja questões éticas implicadas em não se utilizar

um castanhal e recusar emprestá-lo a alguém, como veremos adiante com as regras de transmissão.

Para além da unidade familiar, é na rede de relações que se assenta e o que dá inteligibilidade para a maior parte da vida no beiradão, especialmente o direito de acesso e uso de áreas. Vimos como a abertura dos castanhais aciona essas redes, agora veremos como o trabalho nos castanhais abertos também passa por elas.

Em contraste com a seringa, o trabalho na castanha não se costuma fazer sozinho ou em duplas, envolvendo, de forma geral, mais pessoas, os *parceiros*. A chamada *turma* pode assumir diversas formas, dependendo de uma série de fatores — composição da família, distância do castanhal etc. De princípio, dizem os relatos, as turmas se articulavam entre os grupos de seringueiros aviados por dado patrão. Com o passar do tempo e a desmobilização dos seringais, as turmas e as parcerias foram se realizando mais entre parentes, vizinhos e compadres. Há casos, por exemplo, em que a família se mobiliza inteiramente para passar uma temporada no castanhal, por vezes levando consigo famílias aparentadas ou vizinhas. Em outros casos, são só alguns membros da família que se lançam no trabalho extrativista — mais frequentemente os homens adultos e filhos adolescentes.

Entre os interlocutores da pesquisa, quase não se encontrava família que não tivesse um castanhal para utilizar. No entanto, a instituição da parceria se mostrou uma prática tradicional largamente difundida, algo que chega a determinar de forma crucial as opções envolvendo o trabalho na castanha. “Quando o castanhal é longe, sempre vai com parceria”, explica um morador do Xingu, complementando: “Eu não sou muito chegado a andar só. A pessoa se corta, tem uma cobra, uma onça. Deus o livre! O cara quebrando junto, já tem alguém pra trazer a notícia.” Além desse tipo de preocupação previdente, os beiradeiros apontam que a parceria é importante para agilizar o trabalho e diminuir o tempo de incursão (“para acabar mais ligeiro”). Por fim, há ainda uma questão ecológica, ligada à produtividade dos castanhais: “Se o pique dele não tinha [castanha]”, hipotetiza um beiradeiro do Xingu, “ele ia falar com a gente, chegava no ponto da gente, a gente *arrumava*”. *Arrumar* seria, então, franquear a alguém o acesso a um castanhal, em geral na companhia da família reconhecida como dona.

O dono do castanhal tem a prerrogativa de acessar aquele pique, bem como de franquear — ou não — o acesso a outras pessoas. Aqui, contudo, há uma ética envolvida

(“Aquilo não vai se perder na mata, tem que deixar um quebrar” ou “Se alguém precisar e pedir, tem que dar, pra não se destruir”).

Um ponto de consenso nessa região do Xingu — que contrasta com algumas outras regiões da Amazônia — é que do parceiro que se chama ou para o qual se *arruma* não se cobra porcentagem. “Ninguém cobra taxa, o quanto ele conseguir tirar ele leva”, confirma um beiradeiro, corroborado pela fala de outro:

Não, não tem esse negócio de porcentagem, não. O que tu quebrava era seu, o que eu quebrava era meu. [...] Se eu tenho um castanhal aqui, a senhora que morava ali tem outro ali, a mãe tem outro ali. Aí eu ia quebrar mais a senhora lá no seu, mas o que a senhora tirasse era seu e o que eu tirasse era meu. Às vezes, não queria quebrar só, cada qual num castanhal. Aí nós íamos lá, quebrava naquele, mas cada qual puxava a sua produção. Cada qual fazia a sua. Não tinha negócio de dizer: “ah, eu vou tirar ali e pagar porcentagem”.

Se a parceria é uma prática tradicional que se considera positiva para a produção e manutenção das relações, a falta de parceiros interessados em participar da coleta em dado castanhal pode ser inclusive motivo de abandono de determinado pique. Um jovem beiradeiro relata que, por alguns anos, optou por se concentrar nos castanhais da beira do rio em detrimento daqueles que sua família possui às margens de um igarapé, justamente por essa razão.

Por outro lado, quem possui um castanhal muito grande costuma chamar parceiros ou *arrumar* para quem pedir. “Aqueles vizinhos dali de perto, se a gente visse que não ia garantir tirar a castanha, a gente saía chamando. Aqueles mais *considerados*. Chamava de cinco, seis pessoas, conforme a quantidade. Lá na Matriz era um rancho que ia quase todo mundo”. Não se trata aqui da prática do vizinhar, mas de uma prática de associação que se dá, contudo, em um circuito correlato. Segundo relato um beiradeiro, seu pai tinha a mesma prática: “Meu pai não tinha esse negócio de dizer ‘vou pegar uma coisa e vou abraçar só pra mim’, não. Ele não tinha isso, não. Levava, juntava dois, três, quatro companheiros — *ribeirinhos* — que moravam aí. Moço, se vocês quiserem quebrar castanha mais eu no castanhal, vamos embora. Aí levava”.

O destaque feito pelo rapaz é importante, pois se refere aos limites dentro dos quais ocorrem as parcerias. Quem era *chamado* ou para quem se *arrumava*? A maior parte dos relatos indica que eram chamados *ribeirinhos*, ou seja, que as parcerias se davam

dentro dos limites do grupo, tal como autorreconhecido (“Só beiradeiro. Se for conhecido da gente”).

Isso não exclui, note-se, ribeirinhos que estejam na cidade. Esse é um ponto importante a se reter: a territorialidade beiradeira, tal como ocorre com muitos tipos de campesinato, é caracterizada por intensa mobilidade, bem como eventual multilocalidade, o que engloba de formas variadas a cidade ou a *rua*, como são referidas as sedes municipais. É comum que as famílias mantenham, quando conseguem, uma casa na *rua* para abrigar membros que ali vão em busca de saúde, educação ou questões de cidadania em geral. Essa presença na cidade pode, portanto, se estender por mais ou menos tempo, e muitas vezes a extensão dessa estadia não é conhecida de antemão sequer pela própria pessoa⁹¹.

Outra característica comum ao campesinato brasileiro que incide nessa questão é a prática de enviar e sustentar membros da família na cidade para terem acesso a outros níveis de educação formal e, conseqüentemente, formas de monetarização e contribuição com a família. Em suma, as parcerias para o trabalho no castanhal incluem potencialmente beiradeiros que estejam vivendo na cidade, mas isso não quer dizer que todos os membros do grupo na cidade terão interesse nessas parcerias.

O aspecto importante aqui é compreender que dizer quem é ou não é beiradeiro ou ribeirinho não se faz excluindo *a priori* quem é da cidade, como algumas visões essencializantes poderiam sugerir. As comunidades tradicionais têm o direito ao autorreconhecimento, o que inclui dizer quem é reconhecido ou não como pertencente ao grupo. E esse tema tem a ver com as práticas de transmissão.

Uma das principais formas de transmissão de um castanhal é a hereditária. Em alguns casos, a sucessão é reforçada com algum ato em vida, em outros, ocorre após a morte. Perguntei, por exemplo, o que ocorria caso a pessoa falecesse e não houvesse transmitido o castanhal. “[Fica para] Os filhos dele. A família. Embora que não entregue nada para ninguém, mas é da família dele. Porque a gente continua *respeitando* como ele se ele estivesse vivo. Porque é da família dele”. Ou seja, como já indicado, a natureza da economia familiar subjaz a esses arranjos. O sociólogo britânico Teodor Shanin, autor de

⁹¹ O reconhecimento desse tipo de dupla moradia esteve no centro de debates travados pelo Conselho Ribeirinho, entidade representativa dos compulsoriamente deslocados pela UHE Belo Monte, e o consórcio empreiteiro Norte Energia. Para mais, ver Francesco et al. (2017).

vários estudos sobre campesinato, aponta que no centro dessas particularidades camponesas, está a natureza da economia familiar (Shanin, 2008, p. 25-6).

Além disso, o mais frequente é que as áreas se destinem aos filhos do sexo masculino. “É para os filhos homens, né”, explica uma senhora beiradeira do Morro Grande. “Porque mulher, para trabalhar com castanha assim, é difícil”. Mas e se o marido dela assumir o castanhal?, pergunto. “Pode também, porque ela é dentro da família.”

Às vezes, a transmissão após a morte pode envolver uma família diferente ou um vizinho. “E às vezes acontecia assim, quando alguém falecia, tinha família que ajudou ele abrir o pique de castanha. Consequentemente, já passava a ser aquele pique de castanha das pessoas que ajudaram ele. Da família que ajudou. Ou de um amigo, que muitos casos aconteceu assim”, conta um rapaz beiradeiro da Volta da Pedra. Isso vale especialmente para o caso em que a pessoa que faleceu não tinha outros familiares, mas também há casos em que a pessoa opta por transmitir o castanhal para fora da família ainda em vida. Nesses casos, a publicização do arranjo é fundamental: “Os veteranos, é assim, quando ia dar uma coisa para as pessoas, chamava os filhos e conversava com todo mundo”, diz um beiradeiro da mesma localidade de Volta da Pedra. Ele exemplifica com um caso que vivenciou. Um senhor beiradeiro de uma localidade próxima estava com câncer, e antes de falecer lhe transmitiu o castanhal. “Ele me chamou na frente dos filhos deles tudinho, e falou: ‘ó, o meu castanhal, a única pessoa que eu posso dar é o Herculano. Ele pode quebrar lá. Vocês, meus filhos, podem ir lá quebrar, mas se ele disser que não quebra, vocês não vão quebrar”. Ele me deu. Com a consideração”.

Além das formas de transmissão após a morte do considerado dono do castanhal, há outros tipos de cessão em vida, por tempo determinado ou indeterminado. Pode ser, por exemplo, algo que valha para uma safra específica ou um período estendido, ligado a um dado momento da vida do dono do castanhal — um tratamento de saúde, uma mudança de localidade etc.

Há dois movimentos (que, no cotidiano, em que as informações são circuladas intensamente, podem se transformar em um só): o do dono que oferece a alguém (“se eu não for usar eu falo assim: ‘fulano, esse ano eu não vou usar, então você pode tirar, porque se não a castanha vai se acabar na mata’”) e o da pessoa que pede ao dono.

Um aspecto destacado pelos beiradeiros como algo importante desses processos de cessão de castanhal é manifestação da cessão, que pode ser feita oralmente (“ano passado eu não fui, e avisei o M., se quisesse tirar podia entrar”), forma mais comum, ou por escrito, menos frequente (“o cara avisava, mandava uma carta, chegava mostrava pro povo”). Quando feita de forma oral, busca-se sempre dar algum tipo de publicidade para o arranjo. Isso vale especialmente quando a cessão se dá fora da família, mas não apenas. “O cara vai lá: rapaz, tu autoriza para mim quebrar uma castanha, tu não vai mais quebrar? Não, rapaz, vai lá e quebra. Então avisa para os teus filhos. Não era isso? Avisa para os teus filhos que eu vou quebrar castanha”, conta um beiradeiro.

Em geral, todos afirmam que a contrapartida da cessão de um castanhal costuma se dar no trabalho de limpeza dos piques de castanha (“serviço de castanhal limpo. É a troca”). Friso que essa categorização em tipos de cessão é relativamente artificial e se destina apenas a melhor identificar algumas práticas e suas circunstâncias. O mais frequente, contudo, é que os tipos de arranjo acabem se articulando, como fica patente no caso relatado a seguir:

Foi seu M. que pediu o castanhal?

A.: Pediu. Ele pediu e meu pai doou para ele. Eu estava no dia que ele pediu.

Ele pediu para doar ou emprestar? Não, tanto faz. Por acaso, você tá com esse gravador aqui e eu pergunto: você me empresta esse gravador aqui por tantos tempos? Aí ele [M.] falou: ‘não, seu Z., eu fico tomando de conta, limpando’. Aí ele [Z.] disse: ‘tudo bem, tu pode zelar. Aí o dia que tu não for... o ano que eu quiser ir, eu falo contigo’.

N: Eu lembro que ele [Z.] deu pro papai [M.]. [...] Eles se conheciam há muito tempo, aí ele não dava mais conta e falou pro pai. Que ele não dava mais conta, que os filhos dele não iam mexer, aí perguntou para os filhos, nenhum ia mexer [...]. Aí o pai foi e aceitou.

A: [E os filhos do M. disseram] “pode tomar de conta; para nós sairmos daqui e ir para lá é complicado, a despesa é muito grande. E tu, que mora lá, que é filho do Z., castanhal é do teu pai, tu pode tomar de conta”.

N.: Eu, por mim, num ponto, eu acho que ele podia quebrar nele. *Se ele acertou, ele podia ficar para ele.* [...] Só que eles não acertam lá, não.

Essa transmissão ilustra vários pontos abordados, como por exemplo o limite borrado e circunstancial entre uma cessão temporária e uma cessão permanente ou, em outras palavras, a fluidez dos arranjos. Se a família de N. não estivesse hoje situada em

um ponto do beiradão distante do castanhal cedido, um cenário possível seria que o castanhal seguisse sendo por eles explorado, ao invés de retornar a A. Ilustra também a necessidade de publicização das cessões junto às famílias. Por fim, remete a um elemento ainda não debatido, que é a pragmática da relação entre *conhecimento* e *direito*. Não adianta ter direito sobre um castanhal que não se sabe onde é, ao mesmo tempo que conhecer um castanhal estabelece um vínculo que pode se concretizar enquanto direito. O conhecimento é constitutivo da legitimidade do reconhecimento do direito, e como esse direito, mesmo quando envolve supostamente um número circunscrito de pessoas, passa, em realidade, por mais, por parentes e por vizinhos. Nessa chave do conhecimento, veja-se essa observação de um beiradeiro de quase oitenta anos, quando eu lhe perguntei se ele ainda quebrava castanha: “Não, não quebro não. Às vezes eu vou só *olhar*, para eles, porque às vezes eles não *acertam*, eu vou para ensinar. [Dizem:] ‘Rapaz, eu não acertei ali, tal lugar’. Aí eu vou e ensino para eles, e eles vão”.

Lembrando-se de que o beiradão, poucas décadas atrás, era mais densamente ocupado, não é de se surpreender que haja numerosos piques que estão há muitos anos sem atividade. Quando perguntando sobre o tempo que levaria para que um castanhal, sem manutenção, se tornasse irreconhecível para quem não o conhecesse antes, um beiradeiro do Xingu respondeu:

Rapaz, com dez anos, ele não acha mais, não. Com cinco anos, ainda vai. Mas com dez anos, só quem conhece mesmo, que vê algum pau dobrado. Aqueles paus que a gente corta, assim, jogado para cá. Aí é o nosso sinal, é esse. Que tem gente que corta e aparta, nós fazemos isso. Dobrando. Aquilo ali não acaba nunca. Aí você vê e já sabe. Mas onde o cara tirou castanha o cara não se esquece, não.

“Ninguém invadia, não”, relata um jovem sobre o sistema antigo. “Ficava abandonado lá e acabou-se. Ficava para lá”, corrobora outro. Reavivar um antigo pique é possível, mas, resgatando a centralidade da categoria do *respeito*, requer identificar o antigo dono e buscar sua autorização.

O *respeito* passa, portanto, em saber localizar e dar a devida reverência ao dono. “Agora, não pode entrar sem permissão. Eu entrar no teu, chegar e entrar sem pedir a tua ordem. Aí é caçar problema. Mas a pessoa dando da boca, tu pode usar, não tem problema”, diz um senhor do Morro Grande. “A conversa certa é como antigamente.

Respeitar o lugar dos outros”, frisa alguém da mesma comunidade, ecoado por um veterano do Bela Vista: “o dono da verdade é aquele que respeita”.

ENTRECORTAR





















HORA DA LEITURA



Exercícios -

Indique o sujeito e o predicado das orações:

1) Ana e Fábio foram ao cinema.
Exercício: quem foi ao cinema?

2) O cavalo manco pulou a cerca.
Exercício: quem pulou a cerca?

3) Choveu muito hoje.
Exercício: sem sujeito

4) Mamãe ganhou um relógio do Papai.
Sujeito: Mamãe e Papai

1) O cachorro latiu muito.
Suj: O cachorro pred: latiu muito

2) Meu vestido é azul.
oração sem sujeito

3) Um homem roubou minha casa.
suj: Um homem, pred: roubou, minha casa

4) Não deu tempo de ir ao cinema.
suj: Não, pred: deu tempo de ir ao cinema

5) A professora corrigiu a prova.
suj: A professora, pred: corrigiu, a prova



LEGENDAS

1. Alvorecer em matas do médio Xingu. Por Natalia Guerrero, 2014.
2. Árvore de mogno (*Swietenia macrophylla*) plantada por beiradeiro no médio Xingu, em área que veio a se situar no interior do Parna da Serra do Pardo. Por Natalia Guerrero, 2014.
3. Construção da rodovia Transamazônica. Por Solano José/Estadão, 1970.
4. Ciclista percorre trecho não asfaltado da BR-163 (Cuiabá-Santarém). Por Natalia Guerrero, 2014.
5. Colonos da região da Transamazônica realizam manifestação em Brasília, na década de 1980, denunciando condições de vida nos assentamentos. Fonte: FVPP. *A história do movimento pelo desenvolvimento da Transamazônica e Xingu*. Brasília: MMA, 2006. p. 16.
6. Em cena icônica do I Encontro dos Povos Indígenas do Xingu, em Altamira: Tuíre Kayapó confronta presidente da Eletronorte em debate sobre o de barramento do rio. Por Paulo Jares, 1989.
7. Área ilegalmente desmatada em fazenda no interior do Parna da Serra do Pardo. Por Natalia Guerrero, 2014.
8. Antiga sede de fazenda situada no interior do Parna da Serra do Pardo, às margens do igarapé do Pontal. Por Natalia Guerrero, 2014.
9. Vista aérea do Xingu, no trecho abarcado pelo Parna da Serra do Pardo. Por Natalia Guerrero, 2014.
10. Ônibus com pescadores esportivos adentra ilegalmente a Esec da Terra do Meio. Por Natalia Guerrero, 2018.
11. Escola no interior da Esec da Terra do Meio, no rio Iri. Estabelecimento atende beiradeiros e é mantido pelos proprietários de pousada embargada pelo órgão ambiental, porém ilegalmente ativa. Por Natalia Guerrero, 2018.



Imagem 17. Mogno (*Swietenia macrophylla*) plantado por beiradeiro do médio Xingu em localidade de onde foi expulso pela grilagem, na década de 1990. A exploração de madeiras nobres foi uma das peças-chave no avanço do desmatamento, da grilagem e da pecuária em larga escala nessa região da bacia do Xingu. Por Natalia Guerrero, 2014.

4 ENTRE ESTRADAS E MOSAICOS

Neste capítulo, gostaria de me debruçar sobre as dinâmicas que se registraram na região do médio Xingu e afluentes na segunda metade do século 20, e que produziram profundas transformações no beiradão do Xingu e do Iriri. Tais movimentos envolvem desde um declínio quase absoluto do comércio da borracha até o avanço da exploração de minérios, madeira, especulação fundiária e congêneres, passando pela resposta de movimentos sociais e pela criação de um mosaico de unidades de conservação ambiental, nos anos 2000 — e do subsequente conflito ensejado por dois componentes desse mosaico, o Parna da Serra do Pardo e a Esec da Terra do Meio, enfocado por esta tese. A proposta é resgatar esses processos para, então, melhor analisar de que forma impactaram a territorialidade beiradeira nos eixos detalhados no Capítulo 3.

4.1 Amazônia: “dominada pelo homem, disciplinada pela técnica”

Quando seu Zé Preto (José Lopes da Silva) encarou sua primeira estrada de seringa sozinho, em 1947, aos nove anos de idade, fazia pouco que a Segunda Guerra Mundial findara. O beiradão ainda reverberava os incentivos à retomada da produção de borracha, com os arigós deitando suas raízes nas localidades beiradeiras como a de São Sebastião do Xingu, onde seu Zé nasceu. Com o passar dos anos, o aprendiz de seringueiro conta ter se destacado: “Eu fazia uma tonelada de borracha todo ano. Aí os patrões botavam dinheiro no meu bolso, me chamavam pra trabalhar mais eles, era aquela agonia”, gaba-se. Quase todo inverno, depois de acertar as contas, o jovem descia o rio Xingu junto com o seringalista e outros seringueiros até Altamira, onde desfrutava do saldo obtido — que, não esconde, ia acabar em grande parte nos cabarés: “quando eu vinha, voltava só com a roupa do corpo”, ri. A situação mudou de figura em meados dos anos 1960, quando seu Zé conheceu dona Maria Eunice Assunção.

Nós éramos trinta e poucos rapazes solteiros, seringal. Aí meu patrão disse: “só tem um homem que garante uma família, ele é piloto meu, ele é seringueiro, ele é mateiro”. Aí ela já veio do Amazonas em tradição do meu nome. Quando chegou, perguntou se eu era casado, eu falei que não. Perguntou se eu não tinha vontade de casar, falei: “ainda não achei com quem”. Ela disse: “quer casar comigo?”, eu falei: “será que vai dar certo?”. Aí quando eu cheguei lá, falei pra minha mãe. Ela disse: “você conhece essa mulher? Nunca nem viu, você tá louco”. Aí foi logo eu carreguei ela.

Depois de alguns anos no beiradão, seu Zé e dona Maria Eunice foram pra Altamira. O fim da década de 1960, como vimos no capítulo anterior, vinha trazendo mudanças — a borracha começava a perder preço, os garimpos multiplicavam-se, a venda de couros era impactada pela proibição da caça e comercialização de animais silvestres. Uma das mudanças, em particular, marcaria não só a vida do casal, como a de toda a região: o anúncio da construção da rodovia Transamazônica (BR-230). “Aí eu fui trabalhar na Queiroz Galvão, o projeto da firma abriu a Transamazônica, eu fui trabalhar na firma”, relata o beiradeiro, que passou dezesseis meses a desbastar a mata para dar lugar à estrada em seu trecho próximo a Altamira.

A abertura da Transamazônica faz parte de um contexto mais amplo de políticas públicas desenvolvimentistas para a Amazônia, de contornos autoritários, ancoradas em argumentos que apelavam à soberania nacional, mas repletas de elementos de colonialismo interno. Algo desse espírito, ainda que com contradições, fazia-se presente já desde as expedições da Comissão Rondon, na virada do século 19 para o 20, ou da Marcha para o Oeste conclamada por Getúlio Vargas, na década de 1940⁹². Um fio que vai envolver ainda a fundação, em 1942, do Banco de Crédito da Borracha S.A., destinado a elevar a produção por conta da guerra mundial e do bloqueio japonês à borracha asiática, e também a criação da Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA), em 1953, que materializava diretrizes presentes já na Constituição de 1946 para a região.

Quando os militares tomam o poder após o golpe de 1964, portanto, eles dão sequência a um movimento preexistente, mas intensamente escalado, no sentido de uma dita integração territorial, da promoção do “desenvolvimento” do país, bem como sua proteção face a interesses estrangeiros — como pregava o *slogan* “integrar para não entregar”. Um movimento que na Amazônia se fazia, porém, pela intensificação do binômio Estado-empresa privada, como analisou Octavio Ianni (1979, p. 75). As considerações de um dos ideólogos do regime, general Golbery do Couto e Silva⁹³, são

⁹² Em seus marcos, é criada em 1943 a Fundação Brasil Central, por meio da qual se realiza a Expedição Roncador-Xingu, capitaneada pelos irmãos Villas Bôas (1943-1948).

⁹³ Couto e Silva foi idealizador do Serviço Nacional de Informações (SNI), peça-chave da estrutura de repressão dos militares, além de ter exercido também o cargo de ministro-chefe da Casa Civil entre 1974 e 1981.

emblemáticas nesse sentido, quando teoriza a respeito das tarefas candentes do governo para a década de 1960:

A primeira tarefa, pois, visando à integração nacional, há de ser forçosamente a de vitalizar esses três istmos de circulação, de maneira a, de um lado, articular solidamente de norte a sul nossa atual base ecumênica e, de outro lado, consolidar o avanço já esboçado para noroeste, a partir do núcleo central que, geográfica e historicamente, é a verdadeira plataforma de *penetração e conquista do interior*. Somente a seguir, depois de nos havermos debruçado sobre a Hileia amazônica, poderemos pensar em conquistar a grande ilha brasileira de noroeste por uma manobra concêntrica que combine o avanço do sul para o norte, ao longo dos afluentes da margem direita do grande rio, com a penetração pela embocadura do Amazonas e sucessivamente a montante de seus tributários de uma e outra margem — seguindo os mesmos rumos que, em épocas já distantes, com meios muito mais rudimentares e propósitos bem diversos, bandeirantes e missionários esboçaram em seu admirável *desbravamento daquele deserto verde* (Silva, 1981, p. 45-6, grifos meus).

Um dos principais instrumentos concebidos para tal “desbravamento” foi a Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (Sudam), criada pela Lei 5.173/1966, como sucessora da SPVEA. Era a Operação Amazônia que entrava em cena, oferecendo uma generosa cota de incentivos fiscais para se desenvolverem projetos agropecuários na região⁹⁴. Em outras palavras, possibilitava-se ao empresariado majoritariamente do Centro-Sul acesso massivo a financiamentos, com isenções que poderiam chegar a 100% do investimento, muitas vezes até sem efetivamente implementá-los, gerando prejuízos incalculáveis ao erário e impactando de forma profunda povos e comunidades tradicionais que viviam na região (Oliveira, 2005)⁹⁵.

Ao mesmo tempo, consolidava-se a suspensão das políticas de apoio à atividade extrativista, com a quebra, por parte do Banco de Crédito da Amazônia, do monopólio da borracha, vigente desde a Segunda Guerra Mundial, o que comprometeu a cadeia de

⁹⁴ Entre 1967 e 1985, foram aprovados 947 projetos de colaboração financeira pela Sudam, dos quais 581 se destinavam a projetos agropecuários, 40 a agroindustriais, 274 no setor de indústria e 52 no de serviços (Oliveira, 2005, p. 91).

⁹⁵ Outras medidas se sucederam, dentre as quais podemos destacar aqui a fundação do Banco da Amazônia (Basa), em 1966, a partir do Banco de Crédito da Amazônia, e a subsequente criação, em 1967, da Superintendência da Zona Franca de Manaus (Sufrema). Em 1971, temos ainda a instituição do Programa de Redistribuição de Terras e de Estímulo à Agroindústria do Norte e Nordeste, o Proterra, e em 1974, do Polamazônia, ambas iniciativas que reafirmavam o compromisso do governo com a instalação da empresa agropecuária nessas regiões.

aviamento que mantinha a produção⁹⁶. Seu José Nazareno, seringueiro que nasceu e se criou no Iriri, mas também cortou borracha e viveu por muitos anos no Xingu, dá testemunho dos efeitos de tal política no beiradão, nesse período quando os grandes seringalistas do início do século já haviam deixado a área, tendo sido sucedidos por patrões de menor porte. “Em quebrar o monopólio da borracha, aí esses patrões fizeram uma fala pra nós: ‘agora vocês, seringueiros, são os donos do seringal, nós não mandamos mais em nada’”, conta.

O mercado da borracha não desapareceu, porém, do dia pra noite, e no Xingu e Iriri esse extrativismo durou ainda algumas décadas. Contudo, os pequenos e médios seringalistas já não tinham a mesma *condição*, enquanto patrões, de *aviar*, ou *financiar*, no início da safra, e dar *assistência* a seus *fregueses*. “Eram nossos patrões de borracha, mas eles não eram patrões como era anteriormente, era regatão”, explica seu Nazareno. “Eu podia vender pra um aquela borracha, pra eu pagar a mercadoria. Quando outro chegava, eu tinha outra borracha, vendia pro outro, pagava. Eles não financiavam [adiantavam mercadorias e recursos], não, nós comprávamos dentro da nossa produção”. Dessa forma, a borracha foi perdendo gradativamente espaço para outros produtos, como a castanha-do-pará e os couros de animais, além de outras atividades, como o garimpo e, em alguns trechos do beiradão mais próximos às cidades, a pesca comercial.

É nesse quadro que se publica, poucos anos após a união de seu Zé Preto e dona Maria Eunice no beiradão do médio Xingu, o Decreto-lei 1.106 de 1970, que instituía o Programa de Integração Nacional (PIN), alocando recursos para o financiamento de um conjunto de obras de infraestrutura nas regiões Norte e Nordeste, de modo a promover “sua mais rápida integração à economia nacional”. As referidas obras consistiam basicamente na construção de uma extensa malha viária, em projetos de colonização ao longo dessas novas rodovias e em um projeto de irrigação para estados do Nordeste. De fato, diversas áreas dessa região do país vivenciavam, nos últimos anos da década de 1960, mais uma prolongada seca, com as conhecidas consequências da combinação entre o evento climático extremo e concepções problemáticas de políticas públicas. Esse

⁹⁶ O instrumento que suspendeu a exclusividade do Banco de Crédito da Amazônia foi o Decreto 56.490/1965, editado pelo presidente Castello Branco, que dispunha sobre a distribuição e a venda direta de borracha sintética, além de criar um grupo de trabalho para exame da política nacional da borracha, entre outras providências.

contexto propiciou elementos para a justificativa da construção da Transamazônica. Dizia o presidente Médici, em 1970, em discurso em Manaus:

Aquilo que não se pode fazer devido à escassez de capital pode ser feito com um programa integrado de colonização e de desenvolvimento, com um mínimo de recursos econômicos, capaz de gerar rapidamente a riqueza, para complementar, sem inflação, *o esforço necessário à solução dos dois problemas: o do homem sem terras no Nordeste e o da terra sem homens na Amazônia.*

A formulação do final desse discurso tornou-se célebre, como sói acontecer com as sínteses políticas que vendem, falaciosamente, soluções simples para problemas complexos. Uma solução que invisibilizou, desumanizou e abriu caminho para toda sorte de violações de direitos dos ocupantes da Amazônia. Torres (2005), a partir de um exame de manifestações governamentais e materiais veiculados na imprensa da década de 1970, discorre sobre as formas com que se deu a construção e difusão desse discurso, bem como suas múltiplas consequências. O mesmo autor também destaca como, quatro décadas depois, em 2013, técnicos do Ministério de Minas e Energia (MME) mobilizariam novamente mitos de vazio demográfico para justificar a implementação de políticas desenvolvimentistas na região. Dessa vez, a “terra sem povo” seria o Tapajós, onde se planejavam hidrelétricas — e região, segundo os técnicos do MME, composta de “áreas não habitadas”. Sabia-se e sabe-se, porém, que abrigavam uma pluralidade, bem presente, bem vivente e contemporânea, de longevos povos indígenas e comunidades tradicionais (Torres, 2016, p. 3).

Voltando aos primórdios da Transamazônica, a rodovia não estava prevista no Plano Viário de 1967 e encontrava críticas até entre afiliados do regime militar, como o economista e ex-ministro do Planejamento Roberto Campos⁹⁷. Com as obras iniciadas em 1970, sua extensão foi planejada para ser de 5.296 quilômetros, tendo como pontos

⁹⁷ Campos foi ministro do Planejamento entre 1964 e 1967 e teve papel destacado na elaboração do ideário “integrar [a Amazônia] para não entregar [a ditos interesses estrangeiros]”. Sobre a Transamazônica, o economista destaca a falta de planejamento e os custos volumosos: “É algo inquietante que nenhum dos pronunciamentos oficiais sobre a Transamazônica tenha vindo de quem realmente conheça as prioridades econômicas e as condições do solo amazônico” (Campos, 1970, p. 125). Basicamente, a principal crítica de Campos era que faltava dinheiro para concluir estradas já em construção e que havia muita margem para colonização em eixos existentes — em outras palavras, a Transamazônica não era a melhor solução para a integração desejada, —até porque o economista via a integração no eixo norte-sul como muito mais produtiva do que o eixo leste-oeste. Campos avaliava que era no campo “psicossocial” que a estrada mais prometia dividendos, “de que muito precisava a Revolução, até agora injustiçada no julgamento popular”, conclui, referindo-se ao golpe militar de 1964 (Campos, 1970, p. 131).

simultâneos de partida as cidades de Recife (PE) e João Pessoa (PB) e, como ponto final, Cruzeiro do Sul (AC), atravessando oito estados brasileiros das regiões Norte e Nordeste. A Queiroz Galvão, onde se empregou seu Zé Preto, foi uma das diversas empreiteiras a atuar na obra, ao lado de empresas como Mendes Júnior, Camargo Corrêa, EIT, Rabello e Parapanema. Além disso, havia outra rodovia cuja construção imediata se previa no PIN, a BR-163 ou a Cuiabá-Santarém, cujo eixo viria a cruzar de modo perpendicular à Transamazônica, com entroncamento na cidade paraense de Itaituba. Essa via, cujas dinâmicas socioeconômicas marcariam profundamente o oeste do Pará, também traria grandes repercussões no beiradão do Xingu e Iriri.



Imagem 18. Capa de livro editado pela SPVEA, em 1970, em que se inventariam “recursos” da região de influência das estradas planejadas. “Dominada pelo homem e disciplinada pela técnica, essa vasta área poderá se tornar um espaço geográfico economicamente ativo, produzindo em alta escala alimentos e bens industriais, sobretudo bens minerais, com possibilidades seguras de retribuir generosamente os recursos financeiros que lá forem empregados, assim contribuindo, significativa e eficazmente, para a maior grandeza do BRASIL”, diz a autora (Pandolfo, 1970, p. 19, destaque em caixa alta no original).

vida se deteriorar, como descreve Souza (2006, p. 56), resgatando um relatório de 1973 elaborado pela equipe da pastoral da Prelazia do Xingu:

O INCRA não conseguiu cumprir a promessa de uma casa para cada família e muitos tiveram que construir choupanas para abrigarem-se com suas famílias e mais tarde construir suas próprias casas nos lotes. A mesma situação de precariedade era vivenciada na área de saúde, saneamento, estradas, transporte e educação. Os postos de venda da COBAL [Companhia Brasileira de Alimentos], responsável pelo abastecimento das famílias migrantes a um preço mais barato, existiam apenas em algumas agrovilas. O isolamento das famílias que viviam nos lotes dentro dos travessões era angustiante, principalmente no inverno. As queixas incluíam até o correio que nunca entregava as cartas enviadas a amigos e parentes relatando a situação.

De fato, como notou Martins (1984, p. 34), os projetos de colonização que levavam migrantes para se instalar em eixos do Pará e Mato Grosso mostraram-se muito menos focados em fixar essa nova população com condições efetivas de viverem da terra, e mais em esvaziar as tensões nas áreas onde vicejavam conflitos e ascendiam novos movimentos de resistência camponesa. Era a “contrarreforma agrária” da ditadura militar, como caracterizou Ianni (1979), que findou por estender para a região amazônica os conflitos agrários que já eclodiam em zonas de ocupação antiga das regiões Sul, Sudeste e Nordeste.

Além dos camponeses que penavam para ter acesso a terra e condições de cultivá-la (tanto assentados dos projetos oficiais, da chamada “colonização dirigida”, quanto migrantes que acorriam na dita “colonização espontânea”⁹⁹), povos indígenas e comunidades tradicionais foram também impactados pelas transformações transamazônicas. Nas proximidades de Altamira, um dos povos cujo território foi diametralmente rasgado pela BR-230 foram os Arara. Ocupante secular do médio Xingu, esse povo teve toda sua organização social profundamente alterada após a estrada, dado que a situação pós-contato trouxe uma realidade de redução espacial, em especial da área ao norte do leito da rodovia, como registrou Teixeira-Pinto (1998), “com a consequente

⁹⁹ Hébette e Marin consideram esses termos enganosos, por sugerirem que um dos tipos de colonização aconteceria como resultado de políticas de Estado e outro, não. Os autores ressaltam que não há espontaneidade no deslocamento quando as premências no local de origem impulsionam a migração, e que políticas de Estado podem estar associadas a esse movimento, ainda que não na forma de um planejamento explícito de colonização. “Nesse sentido, a colonização espontânea não é menos condicionada pelas políticas governamentais que a dirigida, embora o seja de forma diversa”, concluem (1979, p. 114).

perda da possibilidade de exploração territorial ao modo tradicional, e de aglutinação e concentração demográfica de vários dos antigos subgrupos”.

A maior parte dos indígenas Arara, cujo contato se deu no início dos anos 1980, concentrou-se, assim, nas proximidades do igarapé Laranjal, no que veio a ser reconhecido como a TI Arara, homologada em 1991. Outro grupo do mesmo povo, cujo contato se deu em 1987, restou próximo ao igarapé Cachoeira Seca, em TI homônima, que veio a ser homologada apenas em 2016.

A história do longo processo demarcatório da TI Cachoeira Seca, possivelmente um dos mais longos da história do país, é emblemática das dinâmicas propiciadas pela Transamazônica nessa região. Em 1975, pouco após o fim das obras oficiais da estrada nesse trecho próximo a Altamira, o Incra anunciou tratativas com a Cooperativa Regional Tritícola Serrana Limitada (Cotrijuí), uma cooperativa gaúcha de pequenos agricultores que planejava a implantação de um projeto de colonização privado, para duas mil famílias, em uma área situada entre a rodovia Transamazônica e o rio Iriri. A área em questão era parte integrante das terras tradicionalmente ocupadas pelos Arara da Cachoeira Seca.

O projeto da Cotrijuí acabou não sendo implementado, depois que a Funai interditou uma área de 160 mil hectares em prol dos indígenas, mas ele contribuiu para o processo acelerado de ocupação não indígena do território Arara, intensificado e incentivado pelos interesses da indústria madeireira, que se encontrava em franca ascensão no início da década de 1980. A via central para esse processo de avanço foi a Transiriri, uma estrada vicinal que conectou a Transamazônica à margem esquerda do rio Iriri. Iniciada em 1982, como prolongamento de um travessão já aberto pela Cotrijuí, a via foi consolidada pela madeireira Bannach, para por meio dela escoar o mogno que explorava na região.

Vale notar que a abertura da Transiriri, em uma área já interditada pela Funai, contou com autorização do Incra, atraindo para a área diversas famílias, em um processo iniciado ainda antes da conclusão efetiva da vicinal. Em seu estudo sobre o conflito envolvendo a ocupação não indígena na TI Cachoeira Seca, que se desenrola até hoje, mesmo após a homologação da área, Santos aponta que o Incra alegou desconhecimento da interdição da Funai — um desconhecimento que se mostraria desastroso, pois “penalizou irremediavelmente os Arara que, fragilizados por um processo violento de

contato foram obrigados a conviver com a intrusão descontrolada do seu território e o saqueio promovido pelas madeireiras. E penalizou também os colonos que para lá seguiram em busca de terra desconhecendo tratar-se de um território indígena” (2017, p. 91). Vale notar que há também uma ocupação beiradeira no interior da TI Cachoeira Seca, que também pleiteia respeito a seus direitos territoriais, conforme documentou Santos (2017).

A situação dos colonos da Transamazônica conjugada ao avanço da exploração madeireira e à grilagem, entre outros elementos que emergem nessa região de Altamira e entorno, levarão a uma resposta por parte de movimentos sociais, que veremos mais adiante. Por ora, cabe complementar o quadro traçado até aqui com as dinâmicas que incidiram no beiradão do Xingu e Iriri pelos eixos do sul do Pará, destacadamente em torno da cidade de São Félix do Xingu, já que os interlocutores desta pesquisa movimentam-se no eixo que conecta os dois municípios.

4.3 Os movimentos em São Félix do Xingu

Como dito, o interflúvio do Xingu e Iriri foi atingido em cheio pelos projetos da ditadura militar para a Amazônia, vendo o avanço da fronteira chegar pelos eixos das rodovias previstas no PIN a norte e oeste, mas também alcançado pelo que se passava no sul e sudeste do estado. Embora com diversos pontos em comum, há especificidades nos desenvolvimentos próximos à cidade de São Félix do Xingu em relação às dinâmicas observadas nas áreas mais próximas ao eixo da Transamazônica e da BR-163.

A sede do município de São Félix do Xingu se situa na confluência do rio Xingu e do rio Fresco, a uma equidistância de aproximadamente quinhentos quilômetros de rio da divisa com o Mato Grosso, ao sul, e da sede do município de Altamira, ao norte. É o sexto maior município do Brasil, com uma extensão territorial pouco menor que a de Portugal. Altamira, que ocupa o primeiro posto, é quase duas vezes mais maior que São Félix, o que dá mostras das ordens de grandeza territorial das dinâmicas regionais discutidas aqui.

Quando de sua emancipação como município, em 1961, São Félix do Xingu era uma cidade com cerca de 1.558 mil habitantes, cifra que saltaria, apenas trinta anos depois, para mais de 84 mil, um vertiginoso aumento de 5.291%. Isso também dá uma

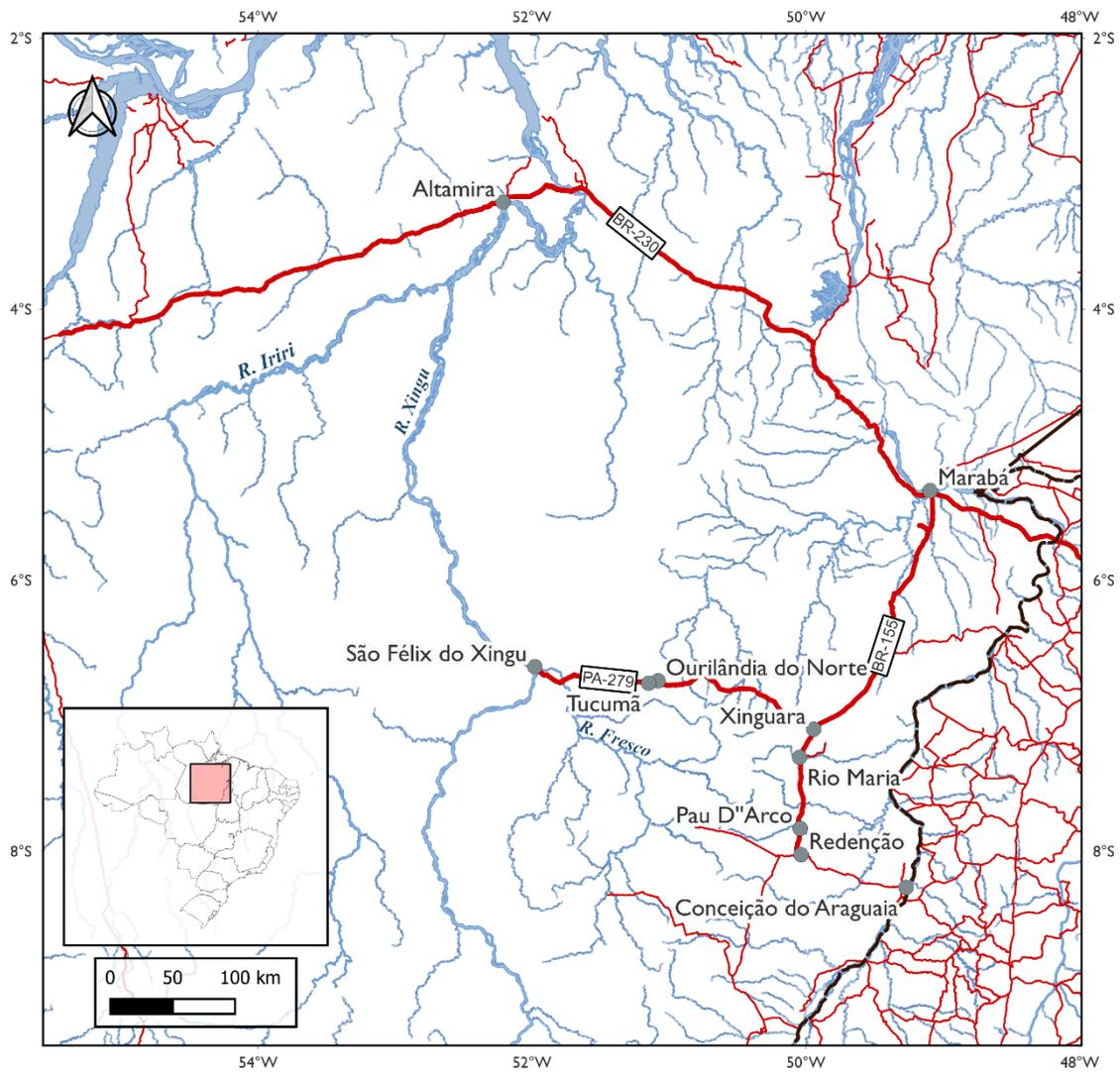
pista sobre a grandeza do impacto que os eventos que se desenvolveram ao longo dessas décadas tiveram na região e seus povos.

O antigo entreposto de borracha, que derivava todo seu movimento dos rios, começou, então, a ver chegarem as reverberações de vias terrestres. Com efeito, o avanço da fronteira em São Félix acompanhou o movimento do sudoeste do Pará, na esteira da construção da Belém-Brasília (BR-010), durante os anos 1950, que promoveu a expansão de polos como as vizinhas Marabá e Conceição do Araguaia. De 1960 em diante, o anúncio da construção de uma rodovia a unir esses polos, a PA-150, caracterizaria a configuração dos territórios que depois dariam origem às cidades de Xinguara e Redenção¹⁰⁰.

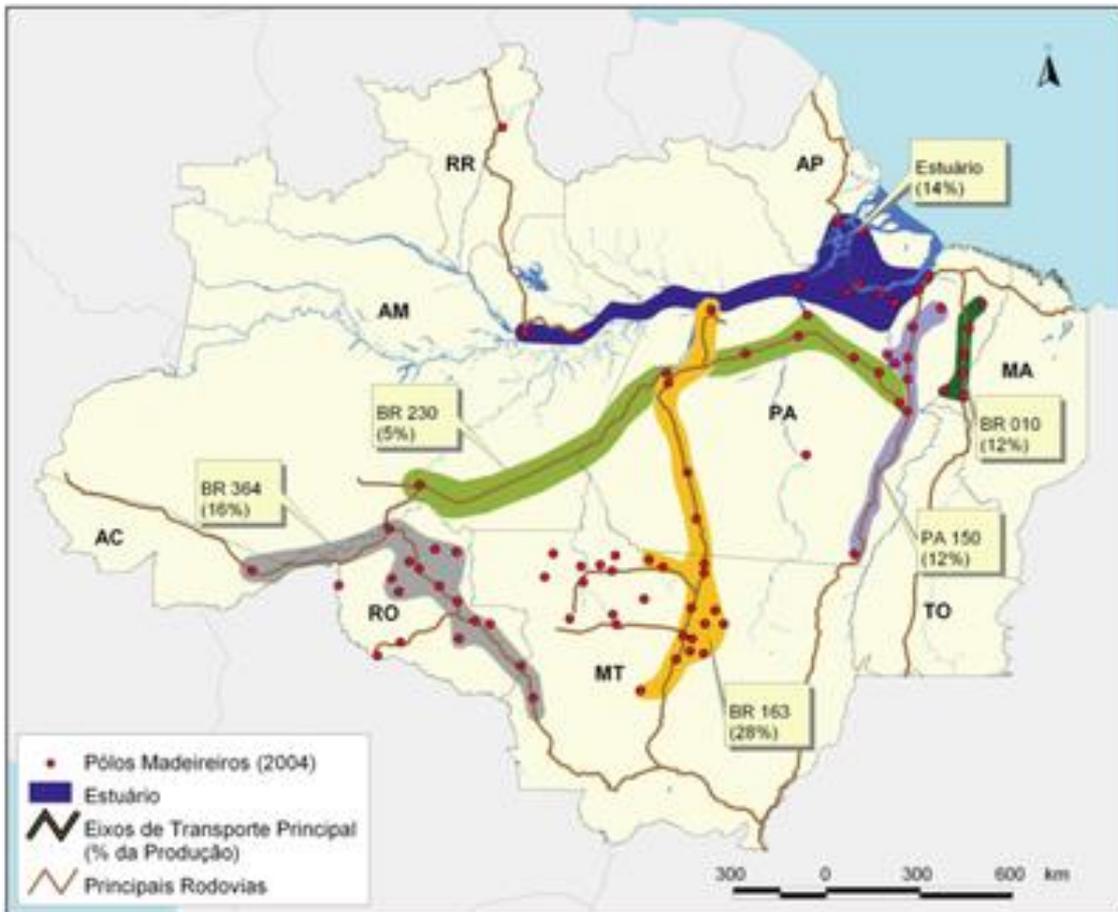
Ao longo da década de 1970, a indústria madeireira deu seus primeiros passos nessa região, bastante focada inicialmente na exploração das valiosas árvores de mogno. Schmink e Wood afirmam que já havia exploração dessa essência na região sul do Pará desde a década de 1960, cuja produção era escoada pelos rios Maria e Araguaia (2012, p. 213). Mas a PA-150 efetivamente propulsaria essa indústria ao prover uma conexão terrestre com o portos de Belém e, conseqüentemente, com os centros do centro e sul do país. No fim da década de 1970, destacam os autores, 69% do que produzia a indústria madeireira de toda a Amazônia provinha do Pará (2012, p. 214).

Cidades começaram a emergir nessa esteira, praticamente fundadas por madeiras, como Pau D'Arco, a partir da atuação da madeireira homônima, ou Rio Maria, criada pela Maginco, a maior exportadora de mogno do Brasil. Schmink e Wood (2012) relatam que as serrarias buscaram dividir terras entre si, mas sem sucesso, pois os lotes não eram demarcados ou legalizados. “Fazendeiros e pequenos agricultores que estavam desmatando a terra indicavam onde o mogno poderia ser encontrado”, explicam os autores sobre o *modus operandi*, e “um mateiro ou explorador localizava, então, as árvores, cobrando uma taxa. A empresa madeireira construía as estradas necessárias para arrastar as toras, geralmente pagando um baixo preço pela madeira em troca de abrir estradas secundárias” (Schmink e Wood, 2012, p. 374-5).

¹⁰⁰ Parte da PA-150 foi federalizada em 2010, tornando-se a BR-155.



Mapa 2. Eixos rodoviários construídos em torno do interflúvio do Xingu e Iriiri, surgidos a partir da década de 1970. Em preto, divisa do estado do Pará com o Maranhão, acompanhando o traçado do rio Araguaia. Elaboração: Juan Doblás, 2022.



Mapa 3. Polos madeireiros em 2004, em estudo do Imazon. Note-se no centro do Pará o ponto que sinaliza a sede municipal de São Félix do Xingu.

Com o rápido exaurimento dos estoques de mogno próximos a esses recém-criados municípios madeireiros, cresceu o movimento de exploração no sentido das matas mais próximas ao Xingu¹⁰¹. Nesse caso, o caminho que propiciou essa exploração foi a PA-279, uma conexão que partia de Xinguara e seguia no sentido leste-oeste, inspirada por um antigo varadouro que conectava o rio Fresco a Conceição do Araguaia e era utilizado para escoar, em tropas de animais, a borracha coletada na região do Xingu. A rodovia estadual teve sua construção iniciada em 1976, mas levaria sete anos para que a ligação rodoviária efetivamente chegasse à cidade de São Félix do Xingu. Seu traçado foi, de partida, cercado de controvérsias e protestos por conta da incidência em territórios indígenas dos Xikrin (Schmink e Wood, 2012, p. 217-22).

¹⁰¹ Vale notar que essa expansão no sentido das matas da bacia do médio Xingu também encontrava caminho no sentido oeste-leste, a partir de localidades conectadas pela BR-163 — destacam-se, nesse sentido, dois distritos de Altamira (Moraes de Almeida e Castelo de Sonhos), bem como os municípios de Novo Progresso e Trairão.

Outra questão associada à PA-279 que merece destaque é sua relação com o Projeto Tucumã. Trata-se de um projeto de colonização privado conduzido pela empresa Andrade Gutierrez nas proximidades de São Félix do Xingu, e que acabaria originando um município de mesmo nome. O Projeto de Colonização Tucumã, como ficou conhecido, foi licitado em 1978 e teve suas obras de infraestrutura iniciadas em 1982, em uma área de quatrocentos mil hectares. A proposta envolvia três mil lotes, de tamanhos diferenciados, em um plano ambicioso que previa mil quilômetros de estradas e diversos equipamentos sociais, como hospitais, aeroporto, rede elétrica e fornecimento de água (Schmink e Wood, 2012, p. 266). A empresa fez uma intensa campanha de atração de interessados nos lotes, com escritórios abertos por todo o centro-sul do país. “Aos compradores interessados era oferecido transporte grátis em caravanas de ônibus para o local da colonização, onde eles eram hospedados em instalações construídas especificamente para os visitantes”, contam Schmink e Wood (2012, p. 268), destacando como o público-alvo do projeto era composto por famílias de agricultores relativamente capitalizadas, muitas vezes após a venda de suas terras na região de origem, no centro-sul do país.

A PA-279, em seu trecho que vai de Xinguara até Tucumã, foi construída pela Andrade Gutierrez no âmbito desse projeto de colonização¹⁰². Em dado momento do processo de implementação, a empresa instalou uma barreira na estrada e começou a controlar o acesso, justificando a ação com o fato de o governo não ter até então efetuado o pagamento pela construção da via. Como ressaltam Schmink e Wood, a guarita era um símbolo do perfil excludente do projeto: “O efeito era excluir não somente os pobres sem-terra, que não podiam comprar lotes no projeto de colonização, mas, na prática, qualquer um que não tivesse capital suficiente para atender aos critérios da companhia” (2012, p. 270). Conflitos começam a se seguir, envolvendo diversos setores, entre garimpeiros e migrantes rejeitados, bem como os próprios órgãos fundiários oficiais, em uma tensão que culminou com o linchamento de um segurança da Andrade Gutierrez. O ano de 1985 marcou o fim do Projeto Tucumã tal como concebido pela empreiteira, que foi indenizada

¹⁰² Em reportagem de uma série produzida para a revista *piauí*, João Moreira Salles (2020) deslinda os bastidores da concepção do Projeto Tucumã, fruto de uma parceria familiar entre o empresário e fundador da construtora, Gabriel Andrade, e sua filha Lian (Marília Andrade), que, juntamente com seu esposo, Manoel Costa, militava junto ao Partido Comunista do Brasil (PCdoB). Em 1981, pouco antes da implementação, o casal deixou o projeto, por divergências nos rumos de sua condução.

por seus investimentos na área em 6,6 bilhões de cruzados (aproximadamente 2,4 milhões de reais).

Ainda na mesma turbulenta década, a divulgação dos mapas do Projeto Radam Brasil, no ano de 1970, apontou reservas minerais importantes na região de São Félix, o que ensejou requisições de lavra. Em 1974, a Mineração Taboca começou a explorar cassiterita na área, exploração que conduz até 1995, para isso abrindo uma estrada que ligava os pontos de extração à vila que abrigava os trabalhadores, conhecida desde então apenas como Vila Taboca — hoje um dos mais importantes distritos de São Félix do Xingu.

É também na atividade minerária que tem origem outro polo destacado de ocupação do município. Trata-se da exploração da Mineração Canopus, do grupo francês Rhodia, cuja mina de cassiterita foi instalada a cerca de quarenta quilômetros do rio Iriri — a ligação entre o ponto e a sede municipal, que ficou conhecida como Estrada da Canopus¹⁰³, modificaria sensivelmente as dinâmicas de ocupação na região de São Félix do Xingu. Um dos aspectos seria a abertura das matas do interflúvio às próprias madeiras.

A década de 1980 concentrou, assim, uma multiplicidade de movimentos intensos na região de São Félix do Xingu, em especial após a conclusão da parte final da PA-279, que selou a conexão viária com a cidade ribeirinha¹⁰⁴. Castro *et al.* explicam que os primeiros assentamentos em São Félix do Xingu surgem como complementos à atividade

¹⁰³ A estrada também é ocasionalmente referida por Transiriri, tal como a via aberta pela Bannach entre Uruará e a vila Maribel. Para evitar confusões, farei referência à via de São Félix apenas como Estrada da Canopus. Vale notar que, em agosto de 2022, organizações que atuam na região soaram o alerta sobre a abertura de uma estrada ilegal na margem esquerda do Iriri que comporia com a Estrada da Canopus para constituir um “corredor logístico do crime”, conectando duas frentes de invasão das florestas da Terra do Meio: uma saindo de Novo Progresso, no eixo da BR-163, e a outra de São Félix do Xingu. A via clandestina, que corta ao meio a Esec da Terra do Meio, põe em xeque a conectividade do Corredor Socioambiental do Xingu, vasta extensão de áreas protegidas contíguas e que totalizam 53 milhões de hectares de floresta tropical nos estados do Pará e Mato Grosso.

¹⁰⁴ Segundo Schmink e Wood, os primeiros praticantes de pesca esportiva teriam aparecido em 1983. “Eles pescaram rio acima e rio abaixo, pegando centenas de quilos de pescado que lotaram caixas de isopor” (2012, p. 372). A atividade se estenderia posteriormente ao rio Iriri, a partir da Estrada da Canopus. Com foco em um público de alto poder aquisitivo, é construída no início de 2000 a Pousada Iriri, pelo empresário Gustavo dos Reis Filho, o Gugu, conhecido por sua atuação como apresentador do programa Pesca & Cia, televisionado na década de 1990 e início de 2000. Para atender aos mais exigentes e endinheirados praticantes da pesca esportiva, a pousada começou a operar entre 2003 e 2004. O local foi embargado após a criação da Esec, mas o embargo, particularmente a partir da década de 2010, tem sido reiteradamente desrespeitado, inclusive com ampliação das instalações. O processo para indenização pelas benfeitorias segue na Justiça.

mineradora, com trabalhadores recrutados por empreiteiros em outras regiões e com a função de alimentar as áreas de mineração com produtos locais, evitando a necessidade de trabalhosos meios de transporte (2002, p. 118).

Uma das dinâmicas que merece destaque, por ter envolvido beiradeiros do médio Xingu, foi o extrativismo de jaborandi. O jaborandi é uma planta arbustiva com histórica e ampla utilização por povos indígenas e comunidades tradicionais, que despertou o interesse da indústria farmacêutica ainda no século 19 por conter pilocarpina, substância utilizada no tratamento de glaucoma. As primeiras investigações de seu uso nesse sentido foram feitas pela companhia alemã Merck, próximo da virada para o século 20. Posteriormente, o jaborandi atraiu empresas do ramo cosmético, que a empregam na fabricação de produtos para evitar a queda de cabelo¹⁰⁵.

A exportação da folha de jaborandi para extração de sais de pilocarpina começou ainda no final do século 19 no Brasil, sendo assumida no início do século 20 por uma firma fundada por imigrantes franceses e estabelecida no Piauí, a Casa Marc Jacob. Mais tarde, a empresa, já sob o nome de PVP S.A., instalou fábrica na cidade piauiense de Parnaíba, palco da primeira extração de pilocarpina em solo brasileiro, em 1960. A partir daí, tem início a exportação do produto beneficiado, em vez da folha *in natura*. Em 1968, duas fábricas de beneficiamento do jaborandi são construídas: uma da própria Merck, em São Luis, no Maranhão, e uma da israelense Plantex e da brasileira Klabin, em Parnaíba, esta última batizada de Vegetex.

Nessas primeiras décadas de operação, segundo Grabher (2015, p. 74), a origem do jaborandi coletado eram principalmente áreas próximas às fábricas de beneficiamento, situadas no noroeste do Piauí e no nordeste do Maranhão. Com o aumento da demanda, em meados dos anos 1980, incorporaram-se como fonte da matéria-prima outras áreas do centro-oeste do Maranhão e, no fim dos anos 1980 e início dos 1990, foi a vez do Pará se somar à equação, primeiramente a região de Carajás e, por fim, a de São Félix do Xingu.

Com base em entrevistas com funcionários da Merck, extrativistas e atravessadores, Grabher relata que o extrativismo pelas áreas do Xingu foi realizado

¹⁰⁵ Há mais de uma espécie vegetal que recebe esse nome, mas aqui enfocamos a espécie *Pilocarpus microphyllus*, que se tornou objeto do extrativismo em questão. Ela ocorre com maior frequência nas regiões de transição entre Amazônia, Cerrado e Caatinga, particularmente em áreas de mata menos fechadas, mais permeáveis à luminosidade. De modo análogo às árvores de castanha-do-pará, o jaborandi ocorre de forma concentrada, em reboleiras ou bolas (Grabher, 2015, p. 57).

principalmente por coletores de fora, uma vez que a mão-de-obra local seria insuficiente para a escala de extração desejada. “No Pará, sempre foi gente de fora”, contou um ex-funcionário. “Barra do Corda era chamada terra das viúvas do jaborandi, que os maridos foram tudo para lá”, completou (Grabher, 2015, p. 76). Um funcionário entrevistado pela pesquisadora diz que São Félix chegou a ter duas mil pessoas mobilizadas em torno do extrativismo da folha.

Nica, jovem beiradeiro do Xingu que não vivenciou o extrativismo, mas ouviu muito de familiares que participaram dessa exploração, corrobora com os registros do estudo, embora ressalve que não eram poucos aqueles que, como seu pai, beiradeiro com ascendentes nascidos na própria região, tomaram parte na coleta: “Só meu pai que morava aqui mesmo na região, já nasceu, os avós dele já nasceram aí no beiradão, mas muita gente era de fora”. Segundo Nica, a partir de relatos de seu pai, o fato de reunir muitas pessoas de lugares distintos, desconhecidas entre si, em uma atividade que gerava ganhos relativamente rápidos e altos, equiparava a extração do jaborandi às dinâmicas de garimpos, com os riscos associados: “O cara tirava duzentos quilos de folha, aí os outro matavam. Que andava de dois, os parceiros na mata”.

Segundo Schmink e Wood, em 1987, a Vegetex ocupava em São Félix um complexo de prédios, que incluía até heliporto, na nova parte da cidade: “Os helicópteros da empresa sobrevoavam seguidamente a cidade, levantando poeira enquanto transportavam sacos com folhas de jaborandi” (2012, p. 392). Vários beiradeiros do Xingu lembram-se das aeronaves e do volume da produção. Lucivaldo, que tinha treze anos na época e trabalhou intensamente na coleta das folhas, é um deles. “Era o movimento de São Félix do Xingu”, conta. Mas a família de Lucivaldo também guarda uma lembrança muito doída desses tempos do jaborandi: seu pai, Luciano, durante a lida com a folha, foi vítima de um ataque fatal de uma onça, até hoje conhecido e lembrado nos mais diversos cantos do beiradão do Xingu e do Iriri.

Segundo Grabher, no auge da produção de jaborandi em São Félix do Xingu, na virada de 1980 para 1990, o arbusto era coletado principalmente em áreas controladas por fazendeiros, ficando a produção em terras indígenas limitada a uma pequena fração. Na década de 2010, a situação já se havia invertido, e a maior parte do extrativismo de jaborandi se dava no interior da TI Kayapó (Grabher, 2015, p. 144). Uma das razões para

isso é que o desmatamento em larga escala feito nas áreas que não são protegidas exauriu os estoques das plantas.

Entre os beiradeiros do Xingu e do Iriri, essa virada da década de 1980 para a de 1990 é lembrada como o período de derrocada efetiva da borracha. “Naquela época, tinha aquele cara que trabalhava, parece que mataram ele... Chico Mendes. Foi nessa época que mataram ele que acabou a época de seringa”, conta um beiradeiro do Xingu, aludindo ao assassinato da liderança acreana, em 1988. Ao mesmo tempo, afirmam, ascendia a atividade madeireira, principalmente em busca do mogno. “Só era mesmo a seringa, a castanha e o gato. Aí depois findou o gato e veio a madeira, o mogno”, conta seu Zé Preto. “Não era pouca, era muita madeireira”, complementa um jovem beiradeiro, destacando também a alta frequência de acidentes entre os trabalhadores do setor, envolvendo queda de árvores, maquinário. Em busca dos grandes estoques de essências situados nas matas densas do interflúvio Xingu-Iriri, os grupos frequentemente disputavam entre si as áreas de exploração. “O madeireiro contratava muito pistoleiro. Aí, pra uma não pegar as madeiras das outras, botava pistoleiro”, conta um beiradeiro.

A atividade tornou a região palco de disputas dos grupos madeireiros, às expensas dos territórios tradicionalmente ocupados por povos indígenas e comunidades ribeirinhas. A TI Kayapó foi um alvo preferencial da máfia do mogno, mas não foi a única. Estudo de 2002 sobre a indústria madeireira na Amazônia apontava que a maior intensidade e gravidade de roubo de madeira, bem como as atividades ilícitas relacionadas, ocorria nos municípios de Redenção, Altamira, São Félix do Xingu e Tucumã, envolvendo as TI Apyterewa, Baú, Trincheira Bacajá, Menkragnoti, Xikrin do Bacajá e Kararaô (Smeraldi, 2002, p. 18).

Ao longo da década de 1990, a expansão da atividade madeireira nas matas do interflúvio Xingu-Iriri e em seu entorno, inclusive o avanço sobre territórios indígenas, chamou a atenção e ensejou uma série de investigações, com operações da Polícia Federal. Esses esforços apontaram que a maior parte dos madeireiros em atuação na região estava de alguma forma ligada a duas pessoas em particular: Osmar Alves Ferreira e Moisés Carvalho Pereira, que se tornaram conhecidos como os “reis do mogno”. A organização ambientalista Greenpeace, que mobilizou recursos para alguns desses estudos investigativos, lavrou várias denúncias e alavancou uma ampla campanha, que, ao lado de outras iniciativas, teve incidência nas políticas públicas do setor. Em 1996, o

governo brasileiro emitiu o Decreto 1.963, que suspendia as autorizações e concessões para exploração de mogno pelo período de dois anos, e que foi sucessivamente renovado em 1998, 2000, 2002 e 2003. A renovação nesse último ano veio acompanhada da criação de uma comissão especial para analisar a questão, que acabou resultando na chamada “moratória do mogno”, o Decreto 4.722/2003, que proibiu o abate da árvore.

O caso da TI Apyterewa, do povo Parakanã, situada na margem do Xingu oposta à do Parna da Serra do Pardo, é emblemático. Torres, Cunha e Guerrero (2022) resgatam o histórico do processo demarcatório dessa TI, bem como os conflitos que até hoje ameaçam os direitos territoriais dos Parakanã, para demonstrar a convergência entre interesses madeireiros, grilagem, desmatamento, invasão de territórios indígenas e paralisação da política de reforma agrária.

O contato com os Parakanã que ocupavam esse território deu-se em meados da década de 1980, quando uma frente de pacificação da Funai foi mobilizada por conta do rápido avanço da fronteira vinda do leste, com intensa exploração madeireira, garimpo e pecuária. Com isso, os indígenas foram deslocados para oeste, no sentido do Xingu, o que acabou propiciando a sedimentação dessa fronteira em áreas de tradicional ocupação indígena. Quando o processo demarcatório da TI Apyterewa se inicia, em 1988, parte importante desse território encontrava-se sob posse de não indígenas, em múltiplas estradas vicinais.

Boa parte das vicinais clandestinas derivava de uma via principal aberta em 1986 e desde então controlada por duas grandes madeireiras que atuavam na região, Perachi e Maginco. Quando os responsáveis por essas empresas se depararam com restrições à sua atividade na TI, ante o avanço do processo demarcatório, sua estratégia de atuação foi, além de abrir fazendas e promover atividades agropecuárias na área, suspender o controle da estrada principal, facilitando um importante afluxo de posseiros. Com isso, os empresários se aproveitavam da existência de expressivos contingentes camponeses sem acesso à terra — portanto, clientes de uma reforma agrária demandada — para revestir de legitimidade social o pleito do segmento contrário à demarcação, que já contava então com respaldo da prefeitura de São Félix do Xingu e do próprio governo do Pará.

Uma decisão do ministro do STF Gilmar Mendes em 2020 abriu significativa brecha para invasores de territórios indígenas quando autorizou que o município de São Félix do Xingu negociasse a redução da TI Apyterewa com a União, apelando à

“conciliação”. O então presidente da Funai, Marcelo Augusto Xavier da Silva, aproveitou para reforçar a narrativa da conciliação, desvirtuando o papel do órgão indigenista e coadunando com a atuação anti-indígena do presidente Jair Bolsonaro.

Com efeito, os pronunciamentos de Bolsonaro, desde sua campanha eleitoral, em 2018, até o fim de seu mandato, têm sido consistentes no sentido de enfraquecer a proteção às TIs. Isso tem uma conexão direta com o que se passa em territórios como a TI Apyterewa ou sua vizinha, Trincheira-Bacajá. Edson, um agricultor que ocupou terras nessa última área de ocupação tradicional do povo Xikrin, em entrevista à *Folha de S.Paulo*, sintetiza essa ligação: “Porque a esperança da gente é que o governo venha a cumprir aquilo que ele sempre vem falando na televisão. Mostrando que ia reduzir as terras dos índios, que ia pegar elas de volta e dividir pro pessoal” (Café da manhã, 2020).

Não de forma surpreendente, portanto, estudo do Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia (Imazon) verificou que a TI Apyterewa figurava, em maio de 2022, em terceiro no *ranking* das terras indígenas mais pressionadas pelo desmatamento — o primeiro lugar ficou com a TI Cachoeira Seca, do povo Arara, de que falamos anteriormente (Imazon, 2022). E o povo Parakanã segue sem conseguir acessar mais de 20% de seu território tradicional, resistindo como possível. Surara Parakanã, uma das lideranças do povo, e de quem já falamos anteriormente, por sua aproximação com o festejo de São Sebastião, assim se manifestou em entrevista de 2020: “Devolvam a TI Apyterewa para o povo Parakanã. Mas que seja o mais rápido possível, porque, se vocês demorarem muito, vocês vão entregar uma terra vazia pra nós, e nós não queremos uma terra vazia” (Café da manhã, 2020).

4.4 Colonos no Xingu e Iriri — algumas trajetórias

Na esteira das estradas abertas pelas madeireiras e mineradoras, verifica-se também um avanço de camponeses em busca de terra. Em Altamira, isso se verificou ao longo da Transamazônica e suas vicinais, dentre as quais, como destacamos, a Transiriri, que incidiu no território do povo indígena Arara. Pelo lado de São Félix do Xingu, um dos principais eixos de avanço foi a Estrada da Canopus, que atravessou o interflúvio Xingu-Iriri, com cerca de 200 quilômetros de extensão.

Desse amplo processo, gostaria de destacar a movimentação de um grupo de famílias, que se autoidentificam como de *colonos* ou *colonhos*, que percorreram esse trajeto e acabaram se instalando na região, muitas delas em áreas que vieram a ser sobrepostas pela unidades de conservação restritivas, em 2005. Embora buscando manter especificidades de seu modo de vida, muitas dessas famílias acabaram também *amansando-se no beiradão*, aprendendo o formato do rio e integrando-se à rede de relações beiradeira.

No caso da Esec da Terra do Meio, encontram-se hoje diversas famílias nessa situação. Um grupo de cerca de sessenta colonos chegou, por volta de 1990, na vicinal do Leão, uma via que parte da Estrada da Canopus, no sentido sul — algumas dessas famílias inclusive vinham do Projeto Tucumã. Outros migrantes atravessaram toda a Estrada da Canopus e vieram a se instalar no beiradão do rio Iriri.

Seu Erotilde Faustino dos Santos e dona Florença Conceição dos Santos são exemplo desse movimento. Seu Erotilde nasceu em 1951 no município de Doverlândia, em Goiás, de pai goiano e mãe mineira, ambos já falecidos. O trabalho da família era na terra, lembra o colono: “Sempre trabalhei na roça, todo o tempo”. O gado fazia parte do cenário de trabalho, também.

Foi também em Doverlândia que Erotilde conheceu sua esposa, dona Florença, nascida em 1952, em Rondonópolis (MT). Sua família, encabeçada pelo pai, baiano de Correntina, e a mãe, matogrossense de Cuiabá, também mexia com roça e “um pouquinho de gado, só”. Florença estudou até o terceiro ano, onde aprendeu a ler e escrever. Foi por intermédio de seu irmão que Florença franquearia os cerca de trezentos quilômetros que separam Rondonópolis de Doverlândia: “Meu irmão tinha terra no Goiás e minha mãe tinha muita vontade de ir pra onde ele estava”. Após a mudança, o casal se conheceu e está junto há 49 anos. Dona Florença é mais precisa: “Nós casamos no dia 8 de setembro de 1973, sábado, às seis e meia da tarde, no civil”.

De Doverlândia, seu Erotilde e dona Florença foram para Nova Xavantina (MT), onde passariam quatro anos antes de tomar o rumo do Pará. No estado, a primeira parada foi no município de Rio Maria, logo trocado por São Félix do Xingu. No processo, em 1985, nasceu o filho Ênio Conceição dos Santos. Eles também tiveram uma menina, que morreu quando tinha um mês de idade. Inicialmente, a família se estabeleceu na sede de São Félix, onde Erotilde trabalhou em uma olaria. “De lá nós arrumamos uma terra, no

Boqueirão, dez alqueires”, explica o colono. Em 1992, Erotilde vendeu a terra para comprar outra, na região do Iriri, onde viria a constituir seu Sítio Terra Preta. Da transação, não ficou papel algum. “Só de boca mesmo, paguei e pronto.”

Quem aporta no Terra Preta se impressiona com as mangueiras frondosas que circundam a casa, entremeadas por inúmeras outras árvores frutíferas. É ali que a família vive, há trinta anos, dedicados ao trabalho na terra, bem como atividades no rio e na floresta. Para se ter uma base, no ano de 2015, Erotilde contava que plantara pouco mais de meio alqueire: “Umas oito linhas, por aí. Sei que milho eu plantei quarenta e poucos litros. E dezenove litros de arroz”. Mandioca também não faltou no Terra Preta, mas o colono relata que seu plantio inspira mais cuidado: “Plantei uma tirinha de mandioca e macaxeira. Na roça, se plantar, os porcos comem tudo. Tem que plantar bem na porta. Tirei uma tira de capim e plantei”. Nessa tirinha, Erotilde cultivou três variedades, duas de mandioca mansa, ou macaxeira — a mandioca-pão e a juriti — e uma braba, a najá.

Raimundo Gomes tem história semelhante. Quando criança, sua família morava em um lugar chamado Santa Teresa, no município de Conceição de Araguaia (PA). “Era no sertão”, explica. Trabalho de roça, sempre, com algum gado do lado. Quando a mãe de Raimundo faleceu, a família trocou o sertão pela beira do rio. “Aí nós mudamos para a beira de um rio por nome Pau d’Arcão. Ficava entre Conceição e esse lugar que minha mãe morreu”. O trabalho seguiu sendo roça e gado (“na época, tinha 250 a 300 cabeças”).

Quando ainda era rapaz, a família se mudou novamente, trocando a beira-rio do Pau d’Arcão por uma colônia na região do Xingu, em São Félix. O trabalho de roça veio junto, mas o gado ficou para trás. “O gado, nós acabamos com ele no Pau d’Arcão. Quando nós chegamos em São Félix, nós não tínhamos mais gado. Tinha uma vaca com um boi, que foi vendido para pagar a passagem do avião pra São Félix”, conta.

Com alguns anos, o Xingu foi preterido, desta vez em função do Iriri. “Vendemos e compramos aqui”, diz Raimundo, aludindo à morada no Castanheira. O papel retido da transação foi um documento simples, de compra e venda. O negócio, feito aproximadamente trinta anos atrás, envolveu somente o pai e Raimundo: “Nós somos muitos irmãos, mas só quem veio foi eu e meu pai”. Dos outros irmãos, conta Raimundo, uns estão em São Félix do Xingu, outros em Conceição e outros ainda na beira do Pau d’Arcão.

Alguns anos atrás, para facilitar o recebimento da aposentadoria e o acesso a cuidados médicos, o pai de Raimundo deixou o Iriri, instalando-se na sede de São Félix. Faleceu em abril de 2015. “Ele ficou muito tempo aqui mais eu. Tava velhinho, aposentou, não podia ficar mais aqui. Tinha que estar na rua pra tirar o dinheiro dele [aposentadoria]. E aí ficou lá, até morrer.”

Raimundo diz que não quis se casar, preferindo “ficar sozinho, mesmo”. Teve, porém, três filhos, dois deles envolvidos em tragédias. A única menina foi estuprada e assassinada em São Félix do Xingu, quando tinha apenas oito anos de idade. Já seu filho mais velho tinha dezessete anos quando foi assassinado na região do Iriri, perseguido por grileiros: “O cara matou e rachou a barriga dele, encheu de pedra e jogou n'água”. O caso vem à tona com frequência no relato de outros moradores da região, para ilustrar a violência do período. O filho mais novo, único vivo e hoje com 28 anos, mora em São Félix do Xingu e não vem ao Iriri “nem a passeio”. “Ele diz que não vem pra cá porque fica lembrando do irmão dele, que mataram aqui, que fizeram uma covardia dessas com o irmão dele”, lamenta Raimundo.

Se sua morada é a de um homem só, o trabalho de Raimundo no beiradão é bastante diversificado. Cultiva sua roça (“Ano passado não botei roça, não, porque adoeci, tive que ir pra São Félix operar, aí não botei roça. Ano retrasado eu botei”), de milho e mandioca (as citadas juriti e pão, bem como a braba najazão). Quebra castanha com outros colonos que moram próximos. No último ano, a parceria foi com Zé Carlos e a dupla tirou pouco mais de cinquenta caixas, divididas meio a meio. A produção é vendida para o regatão Manoel da Cachoeirinha.

Sobre outras modalidades de extrativismo, Raimundo relata ter visto de perto o trabalho de gateiros, embora ele mesmo não tenha participado da atividade: “Peguei, vi muito, só que era novinho. Nunca cheguei caçar, mariscar gato, não”. E, quando questionado se já cortou seringa, sua resposta foi: “*Ainda não*”.

Saindo do Iriri e indo para o Xingu, ao norte da vila velha de São Sebastião, abaixo da boca do igarapé do Pontal, encontram-se duas ocupações de colonos, os casais formados por Joana de Souza e João Alves de Souza, e Elói José e Neuza Teixeira. Elói e João são irmãos, originários de Balsas, no Maranhão. Elói já havia migrado, encontrando trabalho em fazendas na cidade de Tucumã. Ali teria feito os contatos que o levariam, no início dos anos 2000, a trabalhar para os grileiros que se instalavam no

igarapé do Pontal e arredores, situando uma ocupação na margem esquerda do Xingu. Na sequência, teria enviado o recado a João, que ali se estabeleceu com sua esposa Joana, em 2001. Elói, então viúvo, conheceu no próprio beiradão dona Neuza, beiradeira nascida em São Félix do Xingu, e com quem veio a estabelecer uma união estável.

A ocupação dos dois irmãos é contígua, e suas áreas de roça, compartilhadas. Ambos declaravam possuir em meados da década de 2010, juntos, em torno de 70 cabeças de gado, distribuídas em áreas de pastos antigos, sem manutenção. Além da roça, do gado e de pequenas criações, dona Neuza costuma comprar eventualmente a produção de castanha dos beiradeiros, além de manter um entreposto comercial que abastece de gêneros diversos a própria vila de São Sebastião, bem como aldeias indígenas da TI Apyterewa, no Xingu.

O trabalho familiar na terra parece ser o critério preconizado para a legitimidade do pleito dos colonos. Reivindicar terras em outras bases, para um colono, seria equivocado, inclusive estrategicamente, como me disse um senhor no Iriri, certa vez. “Porque tem gente que fica dizendo ‘eu não sou colono, não, eu sou fazendeiro’. Gente, não tem nada a ver ser um peão e o dono do avião. Mas o cara quer crescer no abrir a boca... É o contrário, não resolve nada”.

4.5 Fazendas e a grilagem

Entre as décadas de 1990 e 2000, chega o *tempo em que todo mundo achava que era dono*, como me foi referido por vários beiradeiros. Em outras palavras, com o avanço da exploração madeireira (e muitas vezes de forma articulada a ela), avança também o movimento de apropriação ilícita de grandes porções de terras pública na região do interflúvio Xingu-Iriri, a chamada grilagem. E junto com ela a abertura de fazendas.

“Aí depois que descobriram que tinha madeira, muita madeira aí dentro, aí virou inferno”, conta um beiradeiro. “Depois da madeira vieram as fazendas, o pai lá vendo as roças tudo destruída por causa de pasto... Ainda falava pro cara: ‘ou você sai ou você morre’.” Um vizinho confirma: “A madeireira ia embora, fazia a estrada e ia embora, não fazia questão com a gente, não. Agora, os fazendeiros... fazendeiro tirava que era pra derribar a mata toda. Isso aqui, não era pra nós estarmos mais aqui. Era pra ter, ó [faz um gesto que expressa a ideia de sair]”.

Um estudo do Banco Mundial, conduzido em 2001, assinalava o crescimento da grilagem na região de São Félix do Xingu, indicando sua relação próxima com a atividade pecuária: “Ainda que os fazendeiros que possuem mais de 90% de propriedades não tenham terras tituladas, as propriedades são reconhecidas e consolidadas pela pecuária” (Castro *et al.*, 2002, p. 55). E assim, a partir desse período, São Félix do Xingu vai se reconfigurando profundamente por esse novo padrão de ocupação, que levaria a posições de destaque em vários *rankings*. Entre 2000 e 2010, tratou-se do quarto município que mais cresceu no Brasil, a uma taxa de 164%. Já em 2010, apenas São Félix do Xingu contabilizava 2.022.366 cabeças, ou seja, mais de 10% do rebanho paraense e quase 1% do rebanho nacional. Em 2020, a posição se mantinha, com a estimativa de 2,4 milhões de cabeças de gado para o município.

Alguns *rankings* da primeira década do século 21 eram particularmente alarmantes. Em 2010, São Félix também tinha o maior desmatamento acumulado entre os municípios da bacia do Xingu — 16.965 km² (Villas-Bôas, 2012, p. 49). De acordo com o *Atlas da Questão Agrária Brasileira* (Girardi, 2008), os municípios com maior índice de violência contra a pessoa do campo no período 1996-2006 foram São Félix do Xingu e Santana do Araguaia. Somente em 2001, a CPT identificou 45 casos envolvendo 2.416 trabalhadores em condição análoga à de escravo; um ano depois, esse número saltou para 147 casos, envolvendo 5.559 trabalhadores. O município de São Félix do Xingu liderava o *ranking* dessas estatísticas (Greenpeace, 2003). Além de tudo, a concentração fundiária acaba “empurrando” camponeses que, em busca de terra para viver, pressionam as terras indígenas e unidades de conservação. “Os fazendeiros entraram aí dizendo que não tinha dono e foram entrando. Virou a mata todinha aí de fazenda”, conta um ribeirinho. Escada *et al.* (2005, p. 16), em estudo de 2004, detalharam o *modus operandi* observado entre as ocupações do Xingu:

O processo inicia com a conversão da cobertura florestal para implantação de pastagem que, com o tempo, segue dois caminhos, de acordo com o manejo empregado: a) a pastagem degrada devido à superlotação [e] é recuperada através da mecanização do solo e da intensificação do manejo, como o pastejo rotacionado. Como resultado, é ampliado o tempo de utilização da pastagem possibilitando a intensificação da produção, evitando ou reduzindo a necessidade de aquisição de novas áreas e desmatamento; b) a pastagem vai se degradando por superlotação de gado, o estoque florestal esgota-se e o produtor é impelido a adquirir e/ ou arrendar novas terras. O resultado é

a expansão do desmatamento para áreas mais remotas, com grande disponibilidade de terras a preço baixo, como a região do Iriri.

Sobre a distinção entre grilagens e fazendas, Torres (2008b, p. 13) elucida:

No caso do que denominamos grilagem, o interesse econômico consiste na comercialização da terra e não na sua exploração. Em diversos casos, há grupos que controlam imensas porções, explorando apenas uma pequena parcela. Nesses casos, entendemos não se tratar de uma fazenda.

Sem dúvida, se entendermos — como de fato entendemos — a expressão grilagem como “Genericamente, toda a ação ilegal que objetiva a transferência de terras públicas para o patrimônio de terceiros constitui uma grilagem ou grilo”¹⁰⁶, as duas categorias aqui apresentadas como fazenda e grilagem, constituiriam grilagem. Na tentativa de “esquentar” seus títulos, ambos se valem de “laranjas” junto ao órgão competente de regularização fundiária, ambos se valem de crime ambiental para marcar a posse e, muitas vezes, ambos se valem de violência e terror para expulsar da terra pretendida colonos e populações tradicionais.

No Xingu, há relatos sobre grileiros que abordaram ribeirinhos com um verniz de transação, oferecendo dinheiro pela área, e de outros que simplesmente vinham expulsar moradores. *O senhor quer vender ou quer que a viúva venda?*, é a frase mais lembrada para aludir a essas abordagens nada sutis e bem concretas, como diz um beiradeiro: “Aconteceu muito, o cabra ia pra cidade e matavam na cidade mesmo. E a mulher já ia embora, sabia que tinha que vender”. “Eu saí foi quase corrido de lá. Foram vinte e poucos homens pra me matar lá na terra. Aí a mulher ainda falou na minha cara, dentro do fórum, disse: ‘a sua terra tá vendida com você dentro’”, conta um senhor que vivia acima da vila de São Sebastião.

Pensando nas lógicas contrastantes de apropriação da terra, vale atentar para a fala de um beiradeiro: “Nós nunca tivemos área aqui nossa. Nascemos aqui, morávamos, aí os donos vinham aparecendo”. Veja como ela consigna uma permanência à ocupação beiradeira, que se dá em atos fundamentais e diretos com o lugar — nascer, morar. Enquanto isso, os donos *vinham aparecendo*, a relação com a terra é de outra ordem.

Além disso, vale notar a gama de atores que recebe essa consignação contrastiva de *donos*. Isso inclui o seringalista ligado à vila de São Sebastião (“O coronel [Sabá] era o primeiro, que era o dono que apareceu no tempo dos índios brabos”), inclui os

¹⁰⁶ Trata-se de definição encontrada em BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Instituto de Colonização e Reforma Agrária. 1999. **O Livro Branco da Grilagem de Terras no Brasil**. Brasília..

arrendatários que o sucederam, inclui também o fazendeiro que expulsou os moradores da vila de São Sebastião e os do entorno. Embora todos sejam opostos, enquanto *donos*, à ocupação beiradeira, nem todos tinham uma atividade que excluía ou expulsava as famílias beiradeiras do território — essa mútua exclusividade se restringia aos grileiros e fazendeiros. “Eles chegavam aqui e diziam que era deles, que já tinham comprado diz que de outro pra lá. E ia só trocando”, conta. “Aí foi mandando sair, que queria só o povo dele lá. Aí foi tirando nós de lá”, conta Lucivaldo.

Sobre a grilagem, especificamente, uma fala extensa de Jorge ajuda a entender como atuavam os grileiros, suas conexões suprarregionais, a amplitude do impacto dessa atuação, inclusive com desdobramentos indiretos:

Aí ficava a questão de quem é dono. Quando começou a grilagem, o pessoal do Marciano ali na Taboca ficou percebendo que não tinha dono definitivo, não tinha documento, não tinha nada. E já era acostumado com esses problema de grilagem desde lá de Redenção [cidade paraense próxima a São Félix do Xingu], *vinha de lá pra cá só nessa vida*, e a gente não tinha costume. Aí chegaram lá e começaram a ameaçar ele, botaram pistoleiro, chegava ameaçando o pessoal com arma na porta da gente, meio mundo de arma. *Aí foi crescendo. Aí aquele pessoal ia vendendo terra, pegando dinheiro, ajuntando mais um grupo de pessoas pra amedrontar o pessoal. Aí veio foi fazendo isso. Veio de lá pra cá*. Até que chegou aqui. Eles grilaram terra também aqui dentro do Pontal. Eles entraram pros lado dos índios, no meio das duas aldeias, entre a Xingu e a Apyterewa. Botaram umas sacolas lá e botaram umas placas lá dentro. Mandando que os índios fossem embora, que os índios não tinham terra ali. Que os índios tavam ocupando uma terra que não era deles. Eles podiam sair, porque eles iam meter fogo neles lá. E os índios tavam saindo mesmo! Tavam saindo mesmo. Eu acompanhei seis famílias que foram embora lá pra detrás do Belo horizonte pra lá. E lá já era área dos Araweté. Não, nós aqui não quer não, mas era obrigado a aceitar porque os índios tava falando que os grileiro tava entrando. Deixando carta na cabeceira da pista, deixando carta nas picadas. Eles traziam pro enfermeiro ler: não, tá mandando vocês sair. O enfermeiro já estava era querendo cair fora, também, com medo de morrer...

Note-se que o enfermeiro que atendia uma aldeia parakanã já cogitava deixar o posto, o que privaria os indígenas de atendimento e acabaria resultando em um vetor adicional de violação de direitos.

Castro *et al.* situam esse deslocamento da grilagem na direção do rio Iriri em torno de 2001, apontando que, em São Félix e na região da fronteira do Iriri, a pecuária liderava

a demarcação de novas terras, atraindo também as madeireiras para a venda da principal moeda da floresta, o mogno, que é extraído dentro da lógica insumo-produto” (2002, p. 79). Saindo o mogno, prossegue o estudo, toda a floresta “perde valor”, tornando a terra o alvo de exploração.

Seu Passarinho é um que testemunha sobre a circulação de grileiros no Iriri nesse período: “Esse mundo todo era cheio deles. Era com meio mundo de homem que eles traziam, tudo bem armado. Com plano de matar os outros, mesmo”. As ameaças logo chegaram a sua porta: “Ele [o grileiro] não falava de matar, mas falava que era bom sair, que era melhor pra mim. Se não, ficava pior”. Sem a menor dúvida de que a ameaça poderia ser cumprida a qualquer momento, Passarinho deixou a área. “Saí por conta minha, por medo”, diz. “Lá na mata, naquelas distâncias, longe de polícia... Aí eles faziam o que queriam. Eu sempre tenho medo porque eu já vi a persiga, tenho medo que aconteça de novo”.

Valmira também lembra dos tempos da grilagem. “A gente via aquelas pessoas entrar com aquelas armas, entrava armado em casa. E minha mãe pegava e ia esconder meus irmão pra que eles não pudessem fazer mal pra eles, por conta de terra.” E lembra a marca de gênero e idade que havia nessas disputas. “Não, com as mulheres eles não mexiam. Negócio deles era com os homens. Mas às vezes que a gente ia pra roça com a mãe, a gente via eles no caminho, e ele perguntavam se os irmãos tavam em casa. “Eles não estão?” E nós: “não, não estão”. Eles: “Ah, porque a gente queria conversar com eles”. Mas na verdade não era uma conversa. Porque eles viam criança, e sabe que criança fala tudo.” Dona Zefa corrobora. Quando lhe perguntei como conseguiu ficar, ante toda a pistolagem que me relatava, disse: “Rapaz, eu fiquei aqui como uma santa. Meus meninos abriram fora tudo, que era pra morrer tudinho dos meus meninos homem. Meu marido já tinha morrido. Eles saíram pra não morrer. Eu tenho menino morando em Minas, tenho menino morando aqui, tenho menino em Altamira. Pra não morrer.”

Praticamente ninguém escapava ao assédio pesado e o fogo cruzado das disputas entre os grileiros. Seu Zé Preto lembra de ter visto “agrimensor com tanto medo da grilação [...] [que] não acertou nem o rumo de cortar a terra mais. Aí quando chegou no mato a turma botaram a arma em riba dele. Aí largaram aparelho tudo lá no mato”. Quem resistia, contam, encontrava a morte, ou escapava pela sorte. “Igual eles fizeram ali no A.”, diz um ribeirinho, aludindo a uma ocupação abaixo do igarapé do Pontal. “Ele não

queria sair da terra. Foram lá de noite, deram rajada de tiro, acabaram com a casa do cara, de tiro”. Outros acabaram encontrando fim mais trágico: “De outra vez eles mataram um pai de família também lá num assentamento, lá... Mataram gente demais.”

Outra marca do período, presente em praticamente todos os depoimentos, é como a degradação ambiental andava junto com a invasão das áreas de ocupação dos beiradeiros. “Só faltava a gente morrer na fumaça esses tempo aí”, conta um jovem beiradeiro, sobre os meses de verão, que concentram as queimadas com fins de desmatamento. No interior do igarapé do Pontal, moradores destacam diversas colocações cujas matas foram largamente desmatadas para a formação de fazendas.

Foi nesse contexto que se deu, em 2004, a expulsão da vila de São Sebastião do Xingu, que mencionamos no primeiro capítulo. A área onde se situa o povoamento era controlada pela família Bitar desde o início do século 20, voltada à produção de borracha e castanha. Em 1989, em sintonia com as transformações que se operavam na região, os Bitar abriram outra empresa, com sede na cidade de São Félix do Xingu, dedicada especificamente à extração de madeiras nobres oriundas da antiga área do seringal. Os beiradeiros da vila se lembram principalmente de Tadeu Bitar como o herdeiro mais presente nesse período, inclusive à frente dos negócios com a madeira. Em 2001, as terras foram vendidas pela família Bitar a um fazendeiro que, por sua vez, as transacionou com a Agropecuária Umuarama Limitada, controlada por Luiz Pereira Martins, mais conhecido como Luiz Pires.

Pires é figura historicamente notória em diversas denúncias de exploração de trabalho escravo na região, desde a década de 1990 — sempre alegando, porém, que não tinha responsabilidade pelos ilícitos. Em 1997, um fazenda sua em São Félix foi desapropriada — o argumento principal foi a improdutividade, mas o resgate de 220 trabalhadores flagrados em situação análoga à de trabalho escravo era mencionado no processo. A desapropriação, porém, foi extremamente lucrativa para o fazendeiro, que recebeu 2,5 milhões de reais de indenização por uma área que adquirira por cem mil. Em multas ambientais, foram 31 milhões de reais de infrações lavradas em seu nome entre 2007 e 2011 — já em nome de sua empresa, a Agropecuária Umuarama, foram mais sete

milhões em autuações por desmatamento, em 2011 e 2012, todas no município de São Félix do Xingu (Castilho, 2020)¹⁰⁷.

É, então, com Luiz Pires, ao lado de outros que se apresentaram como sócios do empresário maranhense, que as famílias de São Sebastião lembram de interagir. Na constituição de sua “Fazenda Pesqueiro Xingu”, como intitulou oficialmente o imóvel cuja sede se instalaria em um promontório ao lado da vila, Pires logo manifestou o intento de não dividir a área com o povoamento beiradeiro. Jorge, que era quem da vila mais tinha contato com o fazendeiro, pois lhe prestava alguns serviços de roçagem ou como piloto (“Naquela época, o serviço que tinha era eles mesmos”) contava que o argumento apresentado ainda apelava ao conforto dos próprios moradores: “Ele dizia: ‘Não, porque eu vou colocar criação, aí vai vir convidado de fora, que eu sempre trago. E minhas criação vão aperrear vocês’”. Mas que não se preocupassem, afirmava, pois Pires haveria de “conceder” outra área para restabelecimento de São Sebastião do Xingu.

Quando ouviram que Luiz Pires ia “ajeitar” outro lugar para a vila, uma vez que não queria as famílias no local onde estavam, a revolta foi grande e as mulheres, em particular, foram para a linha de frente. Jorge contava que dona Edilberta e sua mãe, dona Elisa, falaram ao fazendeiro: “mas seu Luiz, nós moramos aqui há tantos anos, nós não temos o direito de ficar no lugarzinho que nós queremos, que nós gostamos?”. O apelo não prosperava, contam, e só ouviam as mesmas justificativas. “Botei barra pesada”, confirmava dona Edilberta. “Eu não saio daqui porque eu nasci aqui, me criei, e não é o governo que tá me tirando, não.” Seu filho assente: “Foi luta, as velhas não queriam sair, não. Saíram com os olhos saindo água. Nasceu, bem dizer se criou lá, com muitos anos que viviam lá... Mas o homem queria que desocupasse”. Dona Edilberta contou que, no final, o apelo à prudência operou o convencimento: “[me diziam]: ‘vambora pra lá, a gente não caça confusão, que hoje a gente não sabe se é ou se não é...’”.

Jorge dizia que havia sido um dos que atuou nesse convencimento, de que no final que era melhor aceitar a mudança de local do que arriscar perder tudo. Contava também da busca por um novo local, da qual participou, e que acabou recaindo no ponto atual:

¹⁰⁷ Em 2016, o empresário se tornou réu em acusação de corrupção que envolvia o ex-governador do Tocantins, Marcelo Miranda, seu pai, Brito Miranda, seu irmão Brito Júnior, suspeitos de integrar, entre 2003 e 2012, uma associação criminosa especializada em fraudar licitações e em lavagem de dinheiro (Affonso *et al.*, 2016).

uma área livre de pedras e com um porto razoável o mais próxima da vila antiga possível. O beiradeiro me disse que ainda solicitou a oficialização do reconhecimento dos direitos da comunidade, mas sem sucesso: “Aí quando eu falei, olha, seu Luiz, eu quero isso aí documentado. Aí ele disse: ‘ah, mas a gente já fez documento em cima dessa área, tem que desmembrar ela, aí tem que fazer outro documento, aí vocês têm que fazer um lá no fórum, vai ser difícil...’”.

Corria o ano de 2004 quando os moradores de São Sebastião do Xingu deixaram a vila velha para se situar onde ela permanece desde então. Como vimos no Capítulo 1, uma vez estipulada a remoção da vila para o novo lugar, os pretensos proprietários eliminaram qualquer sinal do antigo povoamento de São Sebastião do Xingu. “O cemitério que tinha, ele passou o trator por cima do cemitério, onde tinha a irmã dele [aponta para um vizinho] enterrada”, disse-me Jorge, enquanto olhava para o ponto da vila antiga de São Sebastião onde se situava o cemitério. “Uma irmã minha. Cunhado dele. E mais um bocado de gente lá, acabou com tudo. Já pensou, você ter um irmão seu enterrado, uma mãe, uma pessoa assim da gente, e passarem com trator em cima? Aí isso tudo revolta, né?”. Maria Antônia, filha de Jorge, relatou algo semelhante: “Coração doía de ver as máquinas derrubando as coisas que eu plantei. Tanta fruta dando, pra derrubar daquele jeito...”.

Dona Edilberta relatava que uma das primeiras providências depois da remoção e da vinda pra vila nova foi justamente o plantio de frutíferas: “Aqui não tinha nada, nem murici. Aí eu cheguei aqui e comecei a plantar aí. ‘Planta ao menos uma manga, pros seus filhos comerem’ [dizia aos vizinhos]. Esse plantava ali. Esse ali plantava prali, plantava limão. Todo mundo plantando”. Mas a dor da saída e as diferenças do local inviabilizaram a permanência das matriarcas no beiradão. “Ah, se fosse lá [no local da vila velha], acho que ainda hoje as velhas estavam lá. Que lá era praia, era plano igual aqui. As velhas não aguentavam essas ladeira. A idade, né? E sofria de pressão... Mas se fosse lá, ainda hoje tava lá”, avalia Lucivaldo. “A vida lá era boa, a gente vivia descansado, na terrinha da gente”, relembra a mãe de Jorge, dona Elisa. “Quando a gente saiu de lá, a saudade veio comigo. Porque nasci, os filhos todos nasceram lá”, lamentava dona Edilberta.

Em fevereiro de 2005, durante uma estadia do fazendeiro, Jorge estava ao lado dele quando chegou a notícia da morte de Dorothy Stang. Ele estava bebendo, conta Jorge, e disse: “Aquela mulher acabou com nós. Hoje aqui criou uma reserva e nós não podemos

fazer mais nada. E talvez nós vamos até sair daqui”. O primeiro que saiu foi ele, pontuou Jorge, e acrescentou:

Quando veio na hora do despejo, o que saiu foi ele. A Polícia Federal veio com avião, com balsa, com carro, moto, chegou lá, o que despejaram foi ele. Aí perguntei pro delegado, ele disse: “foi com vocês que aconteceu isso, isso e isso [destruição da vila velha]?” Pediu pra levar no local, aí falou: “esse homem é um criminoso”.

Lucivaldo acredita que, se Luiz Pires ainda estivesse na área, a nova vila de São Sebastião não teria vida longa. “Deixou, mas ia tirar de novo. Ele botou nós aqui, mas quando ele fosse derribar, que ele ia derribar isso aqui tudo, que nós íamos ficar dentro da fazenda, ele ia tornar a tirar nós. Ia sair de novo, deslocalizar de novo. Ia ficar todo o tempo nessa luta.”

4.6 CR Almeida: o grilo de milhões de hectares

Dentre os numerosos casos de apropriações fundiárias ilícitas no interflúvio do Xingu e Iriri, um deles se destaca pela amplitude e notoriedade. Em 1984, um conjunto de concessões de seringais ligado à família de Ernesto Accioly, no beiradão do Xingu e Iriri, que somavam cerca de cinquenta mil hectares, transmutou-se, por meio de uma fraude cartorial, na Fazenda Curuá, um imóvel de aproximadamente 4,7 milhões de hectares, registrado em nome da empresa Incenxil adquirido em 1995 pelo empresário Cecílio do Rego Almeida (1930-2008).

Nascido em 1930, em Óbidos, no Pará, Cecílio se mudou ainda criança com a família para o Paraná, onde cursou engenharia e fundou sua empresa, CR Almeida, em 1957. Nas décadas seguintes, a companhia cresceu, multiplicando sua participação em obras públicas, destacadamente a construção de estradas, mas também hidrelétricas. Em 1992, o já bilionário Cecílio entrava no *ranking* da revista estadunidense *Forbes* como um dos homens mais ricos do mundo.

A notícia da constituição do maior latifúndio grilado do Brasil, de extensão maior que a do estado do Rio de Janeiro, ganhou os jornais. O órgão fundiário estadual acusou a fraude para obtenção ilícita de terras públicas e entrou, em 1996, com ação judicial para cancelamento do registro do imóvel. Em 1999, a Assembleia Legislativa do Pará, por conta desse e de outros notórios casos, realizou uma Comissão Parlamentar de Inquérito

(CPI) estadual sobre grilagem — que seria replicada, em 2001, no Congresso Federal, conduzida no âmbito da Câmara dos Deputados.

Enquanto brigava na justiça, Cecílio buscava afirmar seu domínio não apenas no plano judicial, mas também no chão. Estudo do Instituto de Pesquisa Ambiental na Amazônia (Ipam, 2006, p. 27-8) lembra que policiais militares que circulavam pelo beiradão chegaram a constar da folha de pagamentos do empresário — uma indicação explícita da relação bastante difundida de cumplicidade das forças de segurança oficiais com a defesa de patrimônios tornados privados a partir de fraudes e esbulhos. No beiradão, muitos se lembram dessa presença policial na forma de milícia privada da CR Almeida, que mantinha sua principal base na localidade chamada Entre Rios, antigo seringal estabelecido pela família Meirelles no território Xipaya — hoje integrante da TI Xipaya. Em 2011, a Justiça Federal cancelou a matrícula fraudulenta da CR Almeida.

Memórias sobre a CR Almeida são atravessadas por sentimentos contraditórios — vários relatos apontam que a empresa, ao mesmo tempo em que afirmava seu domínio inquestionável sobre a área, mantinha uma postura assistencialista em relação aos beiradeiros, com distribuição de cestas básicas e outros apoios do gênero. Há, contudo, famílias que relatam confrontos e tentativas de expulsão. De modo geral, porém, mesmo entre quem relata ter recebido algum benefício da empresa, é frequente a desconfiança sobre o que seriam os próximos passos da CR Almeida caso ela não tivesse sido afastada da região.

4.7 A resposta dos movimentos sociais

Enquanto se descortinava esse cenário de avanço da fronteira, a resistência de camponeses e povos da floresta também crescia. Na década de 1980, começa a ganhar força um conjunto de movimentos sociais que buscava, desde 1970, assegurar a garantia de políticas públicas voltadas aos colonos da região da Transamazônica, mobilizados em grande parte pela ação pastoral da igreja católica¹⁰⁸. Vimos como, já em 1973, a Prelazia

¹⁰⁸ Enfoquei o contexto da Transamazônica por sua ligação mais direta com o tema da tese, mas para uma reflexão sobre as transformações no movimento social de luta pela terra no sul e sudeste paraense, abrangendo a região de São Félix do Xingu da década de 1970 aos dias de hoje, ver Rolemberg (2022).

do Xingu havia assessorado os colonos da Transamazônica a redigir e divulgar um relatório das dificuldades vivenciadas — algo que o Inca considerou subversivo.

Nos anos seguintes, particularmente a partir da década de 1980, como registra Souza (2006), a igreja católica investiu no fortalecimento das CEBs nos travessões e vicinais. No beiradão do Xingu e Iriri, destaca-se a atuação do padre Ângelo Pansa, que circulou nos cursos médios dos rios conjugando as obrigações religiosas com a defesa dos direitos territoriais de ribeirinhos ante o avanço de madeireiros e grileiros. Além disso, em seus relatórios, encontramos um levantamento das ocupações ribeirinhas (Imagem 20).

No mesmo relatório, o religioso traçava ainda o seguinte diagnóstico acerca da situação no beiradão do Xingu, Iriri e Curuá:

Especialmente para os grupos indígenas e para os moradores das beiras dos rios permanece a situação de precariedade frente à contínua penetração e invasão de firmas mineradoras e madeireiras. Além destas firmas, os antigos patrões e seringalistas estão sendo outra ameaça, pois estão reivindicando a propriedade de todas as terras que receberam em arrendamento, e vendendo os direitos de exploração de borracha e castanha para as firmas mineradoras e madeireiras.

Outra dificuldade enfrentada pelos moradores é a total falta de assistência sanitária, escolar e de transportes. Os moradores estão faltando de tudo que lhes é necessário e que eles mesmos não podem produzir. De outro lado, comerciantes e regatões aproveitam da situação de necessidade em que estes moradores se encontram, para arrancar deles suas produções a baixo preço, e oferecendo mercadorias a preços impossíveis. A situação de insegurança dos moradores se torna ainda mais grave devido à falta quase generalizada de documentos, seja pessoais como de suas posses. (Pansa, 1985, p. 3)

Nesse sentido, Pansa municiou as famílias com um registro de suas ocupações, ao mesmo tempo em que empreendeu tratativas com os órgãos fundiários para que tais posses fossem legitimadas. Ainda que este último objetivo não tenha sido atingido, o levantamento de Pansa foi importante no processo de afirmação dos direitos territoriais ribeirinhos, e muitas famílias ainda guardam os registros elaborados pelo padre.

PRELAZIA DO XINGU - ÁREA PASTORAL DOS RIOS - POPULAÇÃO RIBEIRINHA

R I O	X I N G U	I R I R I	C U R U Á
População total	702	1.307	222
homens casados / viúvos	87 / 6	194 / 8	32 / 2
mulheres casadas / viúvas	87 / 8	194 / 6	32 / 0
filhos maiores homens	143	135	21
filhas maiores mulheres	89	124	15
filhos menores entre 15 e 18 anos	23	82	10
filhos menores entre 10 e 15 anos	67	141	31
filhos menores entre 5 e 10 anos	86	228	38
filhos menores de 5 anos	106	195	40
adultos nasc. los antes de 1920	6	15	5
adultos nasc. dos entre 1920/1930	29	49	6
adultos nasc. dos entre 1930/1940	39	50	16
adultos nasc. dos entre 1940/1950	41	99	15
adultos nascidos entre 1950/1960	48	114	18
adultos nascidos entre 1960/1967	25	53	6
adultos com Registro Civil	38	65	16
adultos cor. Batistério	133	277	31
adultos cor. Identidade	8	24	7
adultos cor. Profissional	9	55	6
adultos (homens) com Reservista	2	6	2
adultos com Título Eleitor	8	16	4
filhos maiores com Registro Civil	17	26	7
filhos maiores com Batistério	181	21	25
filhos maiores (hom) com Reservista	2	2	7
filhos menores com Registro Civil	11	11	9
filhos menores com Batistério	227	545	89
filhos em idade escolar sem escola	176	451	80
população sem Registro Civil	636	1.184	190
população sem Batistério	151	271	92
famílias sem Casamento Civil	96	194	31
famílias sem Casamento Religioso	42	36	23
famílias com Casamento Civil	4	20	6
famílias com Casamento Religioso	58	136	22
famílias com Casm. Civil e Relig.	1	8	0
POPULAÇÃO TOTAL DOS RIOS	2.231	Casados ou viúvos: Hom. 1329 Mulh. 327	
		solteiros: Hom 299 Mulh. 228	
		menores de 18 anos 1.047	
Com Registro Civil de Nascimento: adultos 15% menores 3%			
Com Carteira de Identidade: adultos 3.3%			
Com Carteira Profissional: adultos 1.3%			
Com Título de Eleitor: adultos 2.4%			
com Carteira de Reservista: adultos homens 1.5%			
Com Certidão de Batismo: adultos 7.2% menores 8.2%			
Famílias com Casamento Civil: 8.8% Com Casamento Religioso: 5.3%			
Famílias com Casamento Civil e Religioso: 2.7%			
Adultos com direito à Aposentadoria: 4% Recebendo a Aposentadoria: 11.5%			
Analfabetos: 9.2%			
Assistência médica e escolar: inexistente.			
margem de erro: 3%			

Altamira, 31 de Dezembro de 1985

E. Ângelo Pansa

Imagem 20. Recenseamento da população dos rios Xingu, Iriri e Curuá realizado em 1985 pelo padre Ângelo Pansa, da Prelazia do Xingu. Fonte: Panda (1985).

Em Altamira e no eixo da Transamazônica, destaca-se a atuação clerical durante a repressão, em 1983, ao movimento de canavieiros da empresa Pacal, que reivindicavam o pagamento de seus salários. Após bloquearem a Transamazônica, foram reprimidos pela polícia militar com bombas de gás e efeito moral, com a prisão de ativistas, inclusive do bispo Dom Erwin Krautler. O religioso chegara a Altamira em 1965 e sucedera seu tio,

Dom Eurico Krautler, que atuava na região desde a instituição da Prelazia, em 1934. Dom Erwin relatou a Lacerda que a mobilização dos canavieiros, que findou com o atendimento de suas reivindicações, teria sido um marco na mobilização da Transamazônica (Lacerda, 2012, p. 104-5).

Lacerda aponta que a virada na década de 1980 para a de 1990 trouxe mudanças à mobilização social em torno de Altamira, com multiplicação de associações e formas mais institucionalizadas de ação (2012, p. 110). Em 1985, Dom Erwin Krautler assumiu, por exemplo, a presidência do Conselho Indigenista Missionário (Cimi). Pouco após a Constituinte de 1987, foi criado em Altamira o Movimento pela Sobrevivência na Transamazônica (MPST) — o termo que nomeia o movimento está ligado às condições de extrema vulnerabilidade acarretadas pelas más condições da estrada no inverno, que deixavam muitas pessoas sem acesso a saúde (Imagem 21). Era um momento de “regionalização” da luta, como afirma Souza em depoimento a Lacerda, ou seja, de agregar as diversas organizações do território (associações, sindicatos, igreja) em torno da defesa da vida digna na Transamazônica. Cabe lembrar também que, naquele momento, os conflitos na região também eram acirrados pela perspectiva de construção do complexo hidrelétrico de Kararaô, no rio Xingu, precursor de Belo Monte.

Na década de 1990, o MPST muda seu nome para Movimento pelo Desenvolvimento da Transamazônica e do Xingu (MDTX), deslocando a ênfase da sobrevivência para o desenvolvimento, acompanhando o rumo dos debates. Esse período marca a institucionalização das ONGs, a busca de captação de recursos e centralização das organizações com esse fim. Foi criada, nesse contexto, a Fundação Viver, Produzir, Preservar (FVPP), em 1991. E nesse mesmo ano, em parte na esteira da campanha da fraternidade de 1991, cujo tema era “Homem e mulher, imagem de Deus”, mas como resultado de reflexões sobre violência doméstica e congêneres, também nasce o Movimento de Mulheres Trabalhadoras de Altamira do Campo e da Cidade, embora ele não tenha feito parte desse movimento de institucionalização, ressalva Lacerda. A primeira presidente do movimento, fundado em 8 de março de 1991, foi Antônia Melo¹⁰⁹, que teria crescente destaque no ativismo por direitos na região até hoje.

¹⁰⁹ Lacerda (2012) aborda com profundidade como a série de assassinatos de crianças e adolescentes que se observou em Altamira entre 1989 e 1993, que circulou na imprensa nacional como “o caso dos meninos emasculados de Altamira”, mobilizou um amplo coletivo que, por meio do ativismo local, associou os crimes ao contexto de desassistência às crianças de Altamira, marcando o movimento social da

A ação da igreja católica vai, assim, fortalecer a realização de debates sobre ecologia, educação ambiental popular, no seio das CEBs. Ainda no início da década, tem lugar a Eco-1992, que contribui para a intersecção das pautas. O I Encontro de Povos Indígenas, realizado em 1989 em Altamira, em que se denunciavam as consequências da implantação do complexo hidrelétrico de Kararaô, que depois se materializou como Belo Monte, foi um marco para essa intersecção (Imagem 22). Os colonos assentados nos projetos de colonização da Transamazônica, que primeiramente se encontravam à margem do debate, manifestaram sua condição perante os setores conservacionistas envolvidos na denúncia de Belo Monte, enquanto grupo diferenciado das dinâmicas predatórias envolventes. Vem daí, afirma Souza, a expressão “viver, produzir, preservar” que nomearia a fundação, um sinal da incorporação da pauta ambiental pelo movimento da transamazônica. Ou seja, havia uma crítica ao movimento ambientalista por não diferenciar pequenos de grandes, invisibilizando o sofrimento e as pautas das famílias de colonos. Pouco a pouco, pauta-se a importância dos agricultores da Transamazônica serem vistos também como “povos da floresta”. Note-se que, nesse mesmo ano de 1989, Altamira também abriga o I Encontro Nacional dos Atingidos por Barragens. Segundo Souza:

O discurso que buscou equilibrar desenvolvimento e meio ambiente chegou à Transamazônica no final dos anos 80, influenciado pelo movimento ambientalista internacional, em especial pelas decisões da ECO92. A Igreja Católica do Xingu foi a principal disseminadora desse discurso na região; seu trabalho histórico com as populações indígenas do Xingu e sua influência junto às organizações de agricultores, através das CEB, foram fatores decisivos para que ela desempenhasse esse papel, apoiada por pesquisadores e estudantes das universidades públicas, instituições de pesquisa, ONG internacionais e o movimento social dos agricultores familiares. (Souza, 2006, p. 133)

O I Encontro dos Povos Indígenas de 1989 selou a aliança entre o movimento ambientalista, ascendente então no país, e o movimento indígena. A igreja teve papel fundamental na construção do encontro. Ao mesmo tempo, Altamira testemunhou a emergência do movimento em prol das barragens, o Movimento Pró-Kararaô, ou Moprok, que se organizava e buscava angariar adeptos, como a União Democrática Ruralista (UDR). Ao mesmo tempo ainda, foi realizado um encontro de pequenos agricultores da

Transamazônica e forjando lideranças proeminentes, como a própria Antônia Melo, fundadora do Movimento Xingu Vivo para Sempre, fundamental nos embates envolvendo a UHE Belo Monte.

Transamazônica sobre a barragem, que aprovou um documento final criticando o modo de planejamento do projeto hidrelétrico, mas não o projeto em si. No fim do evento, criou-se a Comissão Regional dos Atingidos pelo Complexo do Xingu (Cracohx).

Como Souza aponta, o MDTX passou a ser uma espécie de fórum para as questões mais gerais (2006, p. 18), chegando a reunir mais de cem entidades regionais. A Fetagri da Transamazônica chegou em 1997, colocando-se como a representação dos STTRs. Souza denomina o conjunto dessas organizações — MDTX, FVPP, Fetagri — como “movimento social dos agricultores da Transamazônica e Xingu”. Embora o segmento dos agricultores e agricultoras seja a espinha dorsal do movimento, ele também é composto, lembra a autora, por outros sujeitos, como professores, artistas, ribeirinhos, comerciantes, pequenos empresários, pesquisadores, pastorais sociais católicas e trabalhadores urbanos. O movimento abrangia mais de dez municípios — uma área mais ou menos coincidente com a da Prelazia do Xingu. Ao mesmo tempo, nas décadas de 1970 e 1980, têm tiveram os processos demarcatórios de um mosaico de terras indígenas na região do Xingu e Iriri (Tabela 1)¹¹⁰.

Tabela 1. Terras indígenas na região do médio Xingu, por ordem de início do processo demarcatório

Terra Indígena	Povo	Início demarcação	Homologação
Kararaô	Mebêngôkre Kayapó	1971	1998
Arara	Arara	1978	1991
Xipayá	Xipayá	1984	2012
Kuruaya	Kuruaya	1985	2006
Cachoeira Seca	Arara	1985	2016
Koatinemo	Asurini do Xingu	1986	1996
Apyterewa	Parakanã	1986	2007
Araweté	Araweté	1987	1996
Trincheira-Bacajá	Mebêngôkre Kayapó e Xikrin	1989	1996
Ituna-Itatá	Isolados do Igarapé Ipiaçava	2011	está só interditada
Baú	Mebêngôkre Kayapó Mekrãgnoti e Isolados Pu'ró	1977/1990	2008

Fonte: elaborado pela autora com dados compilados na plataforma *Povos Indígenas no Brasil*, do ISA.

¹¹⁰ Para mais informações sobre a situação de ameaça aos territórios tradicionalmente ocupados por povos indígenas da região, bem como acerca das resistências e atuações políticas, cf. material reunido pelo Centro Ecumênico de Documentação e Informação (1990), organização que posteriormente deu origem ao Instituto Socioambiental.



Imagem 21. Manifestação do MDTX em Brasília, na década de 1990. Fonte: Fundação Viver, Produzir, Preservar (2006, p. 16).

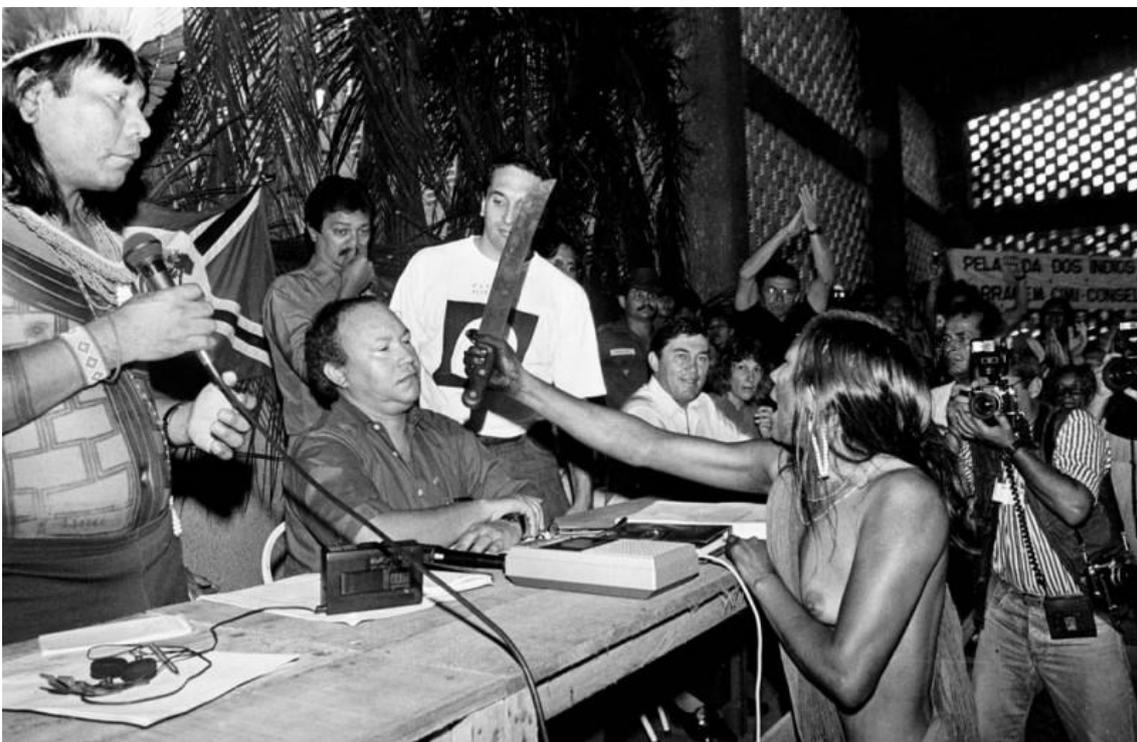


Imagem 22. Tuíre Kayapó protesta diante de diretor da Eletronorte, durante I Encontro dos Povos Indígenas do Xingu, realizado em Altamira, em 1989. Foto: Paulo Jares.

Até aqui, este capítulo teve como objetivo contextualizar as transformações pelas quais passou o beiradão da Terra do Meio e as dinâmicas que levaram à proposta de criação de unidades de conservação. Compreender as rupturas e continuidades que essa intervenção estatal teve só é minimamente possível se entendermos as rupturas e continuidades anteriores em relação ao tempo dos seringais e o sistema das colocações.

Nesse sentido, vimos como uma série de atividades econômicas aparecem nesse período de mudanças, a partir das décadas de 1950 e 1960, mas de forma inscrita no sistema de aviação existente, compondo com a lógica de diversificação do modo de vida beiradeiro. Foi o caso da comercialização de couro de animais, do garimpo, da pesca de peixe fresco. A própria chegada dos motores de popa e a multiplicação do radioamador são elementos que intensificaram dinâmicas externas, mas também fortaleceram a rede de relações beiradeira. Assim como a chegada das famílias de colonos, que vêm a compor com essa rede de relações.

No campo das rupturas, temos, destacadamente, as expropriações operadas pelos madeireiros e grileiros, bem como a devastação ambiental de áreas que possibilitavam extrativismo. Descortina-se, assim, um êxodo do beiradão que é multifatorial — falta de direitos de saúde e educação, grilagem, fragilização do acesso a escoamento de produção e mercadorias.

É nesse cenário que se inscreve a criação, a partir da década de 2000, de um mosaico de unidades de conservação ambiental, abarcando uma extensiva área e marcando uma nova era no beiradão, tanto com efeitos positivos quanto, no caso das áreas restritivas, com impactos também negativos. Esse é o tema do próximo capítulo.

FARTURA









4



5











LEGENDAS

1. Beiradeiro quebrando castanha em pique situado no Xingu, interior do Parna da Serra do Pardo. Por Natalia Guerrero, 2020.
2. Farinha de mandioca sendo torrada em forno beiradeiro no Xingu. Por Natalia Guerrero, 2020.
3. Dona Raimunda Gomes prepara mingau de banana da terra em sua localidade no rio Iriri. Por Natalia Guerrero, 2018.
4. Cacho de açaí recém colhido na vila de São Sebastião do Xingu. Por Natalia Guerrero, 2017.
5. Cacho de babaçu na vila de São Sebastião do Xingu. Por Natalia Guerrero, 2014.
6. Peixes preparados para o almoço em casa beiradeira da vila de São Sebastião do Xingu. Por Natalia Guerrero, 2017.
6. Milho colhido nas Limeiras, no alto Iriri, interior da Esec da Terra do Meio. Por Natalia Guerrero, 2016.
7. Jirau de casa beiradeira no rio Iriri, interior da Esec da Terra do Meio. Por Natalia Guerrero, 2016.
8. Porca parida na vila de São Sebastião do Xingu. Por Natalia Guerrero, 2014.
9. Criações de família beiradeira do alto Iriri. Por Natalia Guerrero, 2018.
10. Peixe assando em palha de bananeira na vila de São Sebastião do Xingu. Natalia Guerrero, 2017.



Imagem 23. Placa do Parna da Serra do Pardo, defronte o rio Xingu. Por Natalia Guerrero, 2014.

5 *QUEM VAI TIRAR VOCÊS É A FOME*

No fim da década de 1990, quando a grilagem e a exploração de madeira e minérios se intensificavam de forma alarmante no interflúvio Xingu-Iriri, os movimentos sociais da Transamazônica e do Xingu começaram a buscar convergências de pautas envolvendo direitos sociais na região, abarcando também a questão ambiental. Aliado a isso, temos nessa década um cenário particularmente profícuo para o ambientalismo brasileiro, na esteira da redemocratização, com a realização da Eco-1992, no Rio de Janeiro, e à luz de importantes alianças socioambientais com povos e comunidades tradicionais. Na região do Xingu e Iriri, essas convergências se refletem no crescente espaço para a proposta de criação de um mosaico de unidades de conservação na região. A ideia é que a destinação dessas florestas, situadas no centro de um cinturão de terras indígenas já demarcadas ou em processo de demarcação na bacia do Xingu, contribuísse para compor um extenso corredor de áreas protegidas ao longo desse rio, com cerca de 28 milhões de hectares, desde suas cabeceiras, no Mato Grosso, até as proximidades da sede de Altamira, no Pará.

Um dos primeiros eventos de movimentos sociais da Transamazônica e Xingu a trazer o mosaico como pauta, como lembra Souza (2006), foi um encontro promovido em 1999, em Altamira, pelos sindicatos de trabalhadores e trabalhadoras rurais da região. Na proposta, o mosaico se constituiria principalmente a partir da destinação das áreas griladas pela empresa CR Almeida, que seguia afirmando seu domínio na região, inclusive com a presença de prepostos armados. E, como vimos no capítulo anterior, ainda levaria mais de dez anos para que a Justiça Federal afinal reconhecesse a fraude, cancelando a matrícula do imóvel e oficializando a situação da área como composta de terras devolutas.

Segundo Souza, ao propor a criação do mosaico de conservação ambiental, as organizações dos agricultores manifestavam sua preocupação com o avanço da atividade predatória das madeireiras, bem como “com os conflitos existentes entre essas empresas e as populações indígenas e ribeirinhas e principalmente, com o futuro da agricultura familiar na região, já que todas as áreas públicas estavam sendo griladas e desmatadas e o governo não se manifestava sobre o assunto” (2006, p. 102).

No mesmo ano de 1999, um conjunto de instituições ligadas à pauta ambiental, de âmbito público e privado, se mobilizava para traçar o “estado da arte do conhecimento sobre a situação socioambiental da Amazônia brasileira na virada do milênio” (Capobianco, 2001). Dentre os vários eixos do trabalho, um deles foi o de identificar áreas prioritárias para conservação, ao mesmo tempo apontando possíveis destinações. Nesse contexto, a região do médio Xingu figura composta de áreas classificadas como de importância para a conservação ambiental, para as quais se indicava, principalmente, a criação de unidades de conservação de proteção integral e uso sustentável. Em apenas um dos polígonos, correspondente de forma aproximada ao curso médio do rio Iriri, do rio Curuá e do Riozinho do Anfrísio, o estudo recomenda a realização de estudos antropológicos, voltados para a identificação de povos *indígenas* — comunidades tradicionais não indígenas não são mencionadas.

Em 2002, o Ministério do Meio Ambiente (MMA), por meio da Secretaria de Coordenação da Amazônia (SCA) e com apoio da Secretaria de Ciência, Tecnologia e Meio Ambiente do Estado do estado do Pará (Sectam), demandou ao ISA a coordenação de estudos preliminares para formulação de uma proposta técnica de implantação de um mosaico de unidades de conservação no Médio Xingu.

Os estudos mobilizaram uma ampla equipe, que trabalhou durante anos em um material que envolveu desde a análise de dados secundários, no campo ecológico e socioeconômico, até levantamentos de campo, feitos a partir de reuniões preparatórias feitas com uma seleção de atores regionais¹¹¹. A proposta foi concluída e entregue em 2003, e contempla o horizonte de se criar um corredor ecológico ao longo da calha do rio Xingu, abarcando áreas tanto do bioma Amazônico como do Cerrado.

A primeira área do mosaico a sair do papel foi a Resex Riozinho do Anfrísio, em 2004, ao longo do rio de mesmo nome, região em que se registrava alta frequência de roubo de madeira no território tradicional de ocupação ribeirinha (Grileiros, 2004). As

¹¹¹ Os autores afirmam terem se reunido com os seguintes órgãos ou pessoas: “Funai (DF e Altamira); Iterpa (Belém, Altamira e São Félix do Xingu); INCRA (Belém e Altamira); Funasa (Altamira e São Félix do Xingu); IBGE (Altamira); Cimi; Incenxil/C.R. Almeida; as lideranças indígenas Luís Xipaya e Joaquim Curuaya; CPT (São Félix do Xingu), Sindicato dos Trabalhadores Rurais (São Félix do Xingu); Bioamazônia: Assessoria e Consultoria Ambiental e ONG SOS Natureza” (Instituto Socioambiental, 2003, p. 44).

outras duas Resex, do Rio Iriri e do Rio Xingu, seriam criadas em 2006 e 2008, respectivamente, constituindo as principais áreas de uso sustentável do mosaico.

No meio desse período, em 2005, durante a comoção gerada pelo assassinato da missionária estadunidense Dorothy Stang, em Anapu (PA), o governo prontamente se voltou aos estudos do mosaico e decretou, em 17 de fevereiro de 2005 (apenas cinco dias após o assassinato de Stang), a criação de duas unidades de conservação de proteção integral — a Esec da Terra do Meio e o Parna da Serra do Pardo, totalizando quase quatro milhões de hectares de áreas protegidas.

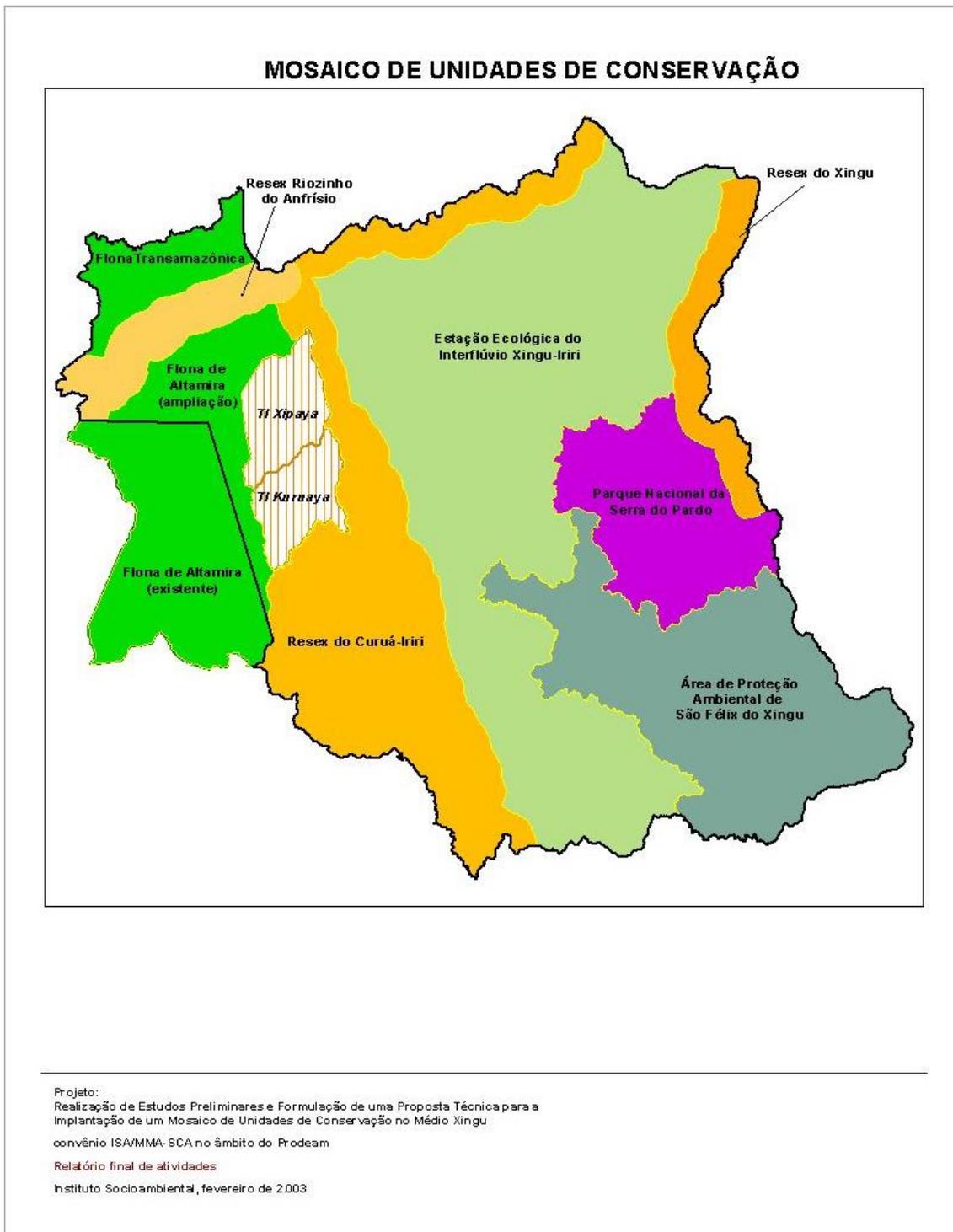
Embora a criação de áreas de proteção integral já estivesse prevista no estudos elaborados pelo ISA, as unidades decretadas pelo governo em 2005 apresentaram diferenças significativas em relação ao projeto original. Se a diferença de tamanho não foi grande, considerando-se as dimensões totais das UCs, a alteração dos limites teve efeitos drásticos. Um deles foi a inclusão do território ocupado por famílias camponesas no perímetro de duas UCs que não admitem, em tese, a presença de populações humanas em seu interior. O parque foi criado com 445.407,99 ha de extensão, 216 mil hectares a menos do que o previsto, ao passo que a estação ecológica se estendeu sobre 3.373.133,89 hectares, 485 mil a mais do que se propunha.

Os estudos coordenados pelo ISA em 2003 haviam sido muito claros no registro da ocupação no Xingu e Iriri, propondo, em ambos os casos, a criação de reservas extrativistas nessas áreas. Note-se que, embora ainda se tratasse de UCs, essa modalidade ia ao encontro de uma forma de ocupação marcada por relações de parentesco, compadrio e vicinalidade, com áreas de uso comum e uma série de normas regidas pelo costume.

O processo de criação do Parna e da Esec (Brasil, 2004)¹¹² contém o relatório técnico de uma vistoria em campo, realizada em 2004 por dois analistas ambientais do Ibama (Brito e Cavallini, 2004), que resulta na corroboração da proposta do estudo do ISA de 2003. Os autores do relatório destacam que essa proposta de limites “possibilita a proteção integral da margem dos rios Xingu e Iriri *em locais onde não existem [sic] ocupação tradicional*” (fls 288, grifos meus). Com efeito, ao longo de todo o processo de

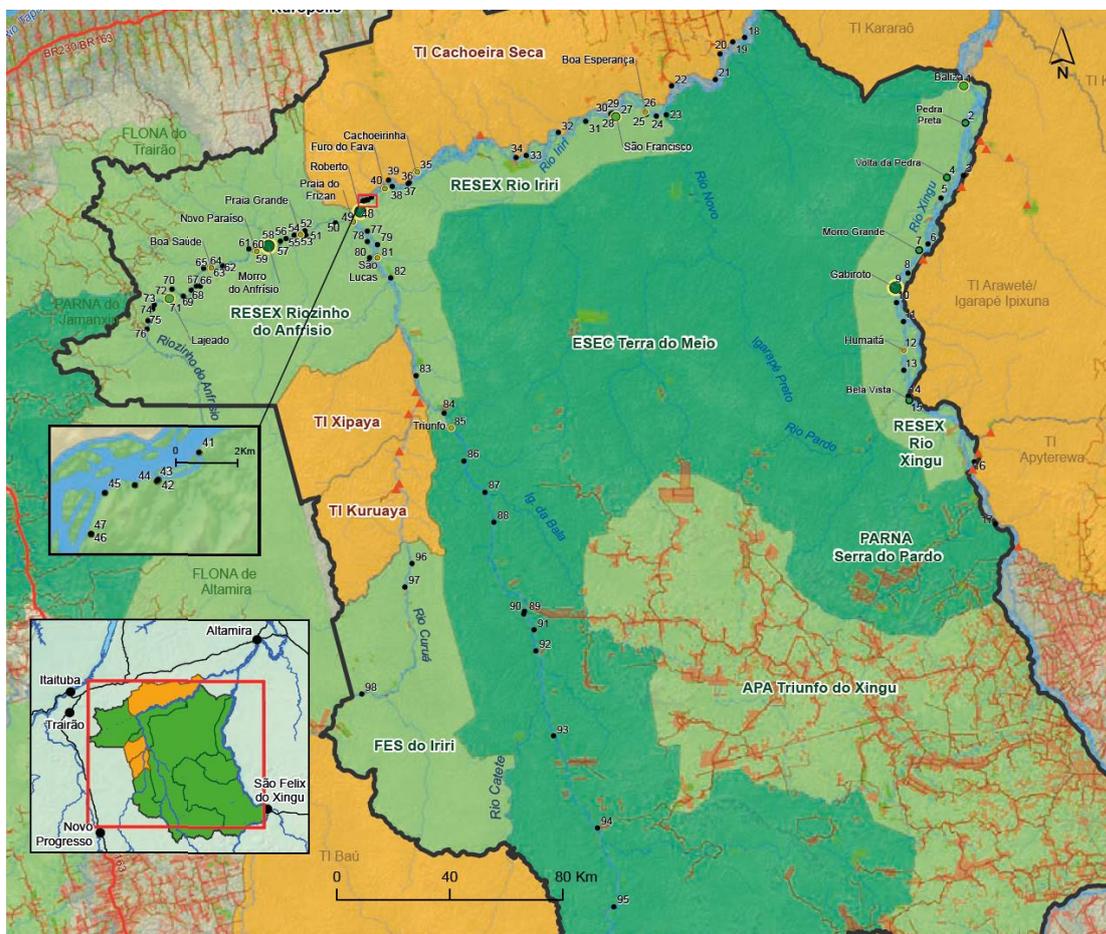
¹¹² Há um único processo de criação para as duas áreas, já que uma das possibilidades primeiramente cogitadas era a de que se criasse apenas uma unidade de conservação de proteção integral conectando do Xingu ao Iriri. É somente ao final do processo que se delineia e concretiza a proposta de duas unidades de conservação de categorias distintas, um parque nacional e uma estação ecológica.

criação, há reiteradas menções à faixa de dez ou de quinze quilômetros que seria excluída das áreas de proteção integral e vocacionada ao uso sustentável pelas famílias ribeirinhas, na forma de Resex.



Mapa 4. Mosaico previsto nos estudos coordenados pelo ISA, em 2003, em que se observa a proposta das Resex previstas no rio Iriri e Xingu, cujas áreas originais foram parcialmente abarcadas pela Esec e pelo Parna. Fonte: Instituto Socioambiental (2003).

apropriadores de terras públicas, que teria pressionado para deixar suas fazendas de fora das unidades de conservação de proteção integral, incidindo apenas na Área de Proteção Ambiental (APA) Triunfo do Xingu, uma modalidade de unidade de conservação de uso sustentável que admite propriedades particulares e diversos tipos de exploração econômica.



Mapa 6. Localidades beiradeiras nos rios Xingu, Iriri e Riozinho do Anfrísio, em 2017. Fonte: Villas-Bôas, Andrade e Postigo (2017, p. 10-11).

5.1 A criação das unidades de conservação como condição da permanência

É preciso registrar que a decretação das unidades de conservação no Xingu e Iriri teve um primeiro condão de barrar, efetivamente, a grilagem. Uma das razões, como aponta Torres (2008b), é que a mera destinação das terras devolutas na forma de unidades de conservação teve o efeito imediato de retirar essas áreas do mercado. Isso tornava inviável que elas fossem destacadas do patrimônio público para integrar ilegalmente o patrimônio privado, impossibilitando, portanto, a grilagem. Com isso, caiu bruscamente

o desmatamento com função especulativa — aliás, o tipo de desmatamento que caracteriza a história recente dessa região, como bem demonstram Torres, Doblas e Alarcon (2017).

Se a decretação em si tinha esse efeito colateral positivo frente a novas grilagens, havia a questão de como se lidar com os detentores ilegais já instalados. Nesse sentido, o combate à grilagem e a devastação a ela associada contou com um operativo em outras frentes. A principal delas foi uma ação muito efetiva do MPF em Altamira, no sentido de produzir, com a ajuda de perícias, um extenso levantamento fundiário que investigou as cadeias dominiais dos imóveis do interflúvio Xingu-Iriri¹¹³. Isso permitiu identificar não apenas os títulos com sinais de grilagem, mas evidenciar como essas fraudes se viabilizaram, muitas das vezes, com apoio de pessoas ligadas aos cartórios de Altamira e São Félix do Xingu, ensejando afastamentos no âmbito desses estabelecimentos.

A seguir, o MPF, com base em informações de autos de infração lavrados pelo Ibama na área em questão, instaurou ações civis públicas (ACPs) por dano ambiental contra a maioria absoluta das ocupações de terra incompatíveis com as unidades de conservação do interflúvio Xingu-Iriri. Pautado por elas, o MPF logrou obter decisões liminares com mandatos de desocupação para essas apropriações, que foram efetivados em grandes operações conduzidas pelos órgãos ambientais em 2008¹¹⁴. Vale dizer como isso teve um ineditismo acentuado, pensando no cenário amazônico em que extensas unidades de conservação convivem por vezes há décadas com grilagens em seu interior.

Entre as famílias beiradeiras que vivenciaram esse processo, também figura algo praticamente consensual nas narrativas sobre a criação das áreas de proteção integral, que é uma afirmação desse ato enquanto garantia de uma condição de permanência dos beiradeiros. Essa permanência adviria tanto do freio à expulsão direta, via pistolagem,

¹¹³ O procurador da República em exercício nesse período era Marco Antonio Delfino de Almeida, que depois de sua passagem por Altamira teve destacada atuação junto aos povos indígenas do Mato Grosso do Sul, para onde se encaminhou.

¹¹⁴ Em junho de 2008, foram deflagradas duas operações, quase em sequência. A Operação Esperança serviu ao cumprimento de diversos mandados de desocupação em imóveis que se situavam no interior de unidades de conservação. Na sequência, a Operação Boi Pirata, que contou com vaqueiros, policiais militares, servidores do ICMBio e do Ibama e até um destacamento do Exército, teve como objetivo principal a retirada de mais de três mil cabeças de gado ilegal de uma fazenda no rio Iriri, que foi deslocado por terra para o município de São Félix do Xingu. Uma vez ali, foi posto a leilão em uma parceria com a Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) — leilão, aliás, que sofreu boicotes pelos fazendeiros da região. Diante da apreensão, diversos outros detentores findaram por retirar seu gado também, o que elevou o total de reses removidas para trinta mil.

quanto indireta, via massivo desmatamento e degradação de áreas vitais para a reprodução de seu modo de vida.

“Isso aí foi uma coisa muito boa, porque do jeito que estava, essa florestona que nós estamos aqui dentro hoje em dia, do jeito que os fazendeiros iam levando, hoje em dia não tinha mais”, relatou-me um beiradeiro do Iriri. No Xingu, nas áreas ao sul da vila de São Sebastião, o cenário não era diferente, segundo um jovem me confidenciou: “eles falavam que emendava, [o movimento de derrubada] passava por esse sertão todinho, ia ser só uma fazenda só”¹¹⁵.

Desse ponto de vista, a criação das unidades de proteção integral é interpretada em uma chave positiva no que tange a situações de violência e a impactos ambientais. “Única coisa que o Ibama fez foi isso aí, a gente agradece, mesmo. Se não fosse o Ibama, não teria mais morador, não”, relata um senhor que vive no interior da Esec. No Xingu, beiradeiros ligados ao Parna têm a mesma avaliação, e ainda pontuam que, caso as fazendas houvessem se estabelecido por completo, haveria uma série de pioras ligadas à dinâmica climática. “E temporalzão desses [referindo-se às chuvas de janeiro], nesse tempo aí, acabava com tudo”, disse um jovem, complementado pelo pai: “Ia dar seca. Só sequeiro”.

É preciso reconhecer, evidentemente, uma relação anterior nessa equação, que é a contribuição dessas comunidades tradicionais à conservação desses territórios, e que contribui, por sua vez, para que eles possam ser candidatos à criação de unidades de conservação. Esse reconhecimento seria uma premissa fundamental para que, na própria concepção do mosaico, atenção total fosse dada a essas ocupações e a essas famílias, de modo que pudessem ter seus direitos respeitados e que se desse continuidade a suas contribuições. Em outras palavras, que a ação conservacionista estivesse, de partida, estreitamente articulada com as comunidades envolvidas.

Dona Zefa também é da opinião de que a *reserva* barrou a grilagem, mas ressalva¹¹⁶: “Se não fosse ela, ninguém morava aqui, não. Tô te falando. Só que o pessoal

¹¹⁵ Percepção semelhante foi registrada por Cardoso entre os Pataxó da TI de Barra Velha — “Se não tivesse o parque, essas fazendas já tinham desmatado tudo”, disse um indígena (Cardoso, 2016, p. 298); em sentido análogo, uma liderança pataxó disse ao antropólogo que “se não fosse o Parque, tudo estaria nas mãos dos fazendeiros, tudo destruído e nós extintos” (2016, p. 218).

¹¹⁶ Note-se que o termo *reserva* é empregado com alguma frequência, tanto no médio Xingu como no alto Iriri, para se referir às áreas de proteção integral, o que por vezes pode produzir ruídos, considerando que

acha ruim porque, do jeito que eles prometeram, é ruim mesmo. Pra ficar tantos tempos e ir embora. Sair de qualquer maneira. E como é que a pessoa vai sair sem direito a nadinha, gente?”.

5.2 Criação das unidades de conservação restritivas como fonte de violações de direito

Embora, como visto, a criação das unidades de conservação na Terra do Meio, inclusive as de proteção integral, tenha colateralmente contribuído para o combate à grilagem, a sobreposição dessas áreas a territórios tradicionalmente ocupados ensejou um processo de violações de direitos das famílias — beiradeiras, indígenas e camponesas — envolvidas. Tais violações marcaram e têm marcado diversas etapas desse processo, da concepção a sua implementação.

“A gente foi enganado nessa parte aí”, disse-me Jorge Lima a respeito das interlocuções com o Estado prévias à criação do Parna da Serra do Pardo. “Eles falaram assim: vocês aceitam a reserva? Nessa reserva, só não pode ficar o fazendeiro. Vocês podem criar um pouquinho de gado pro consumo de vocês, pode tirar uma madeira e plantar outra, pro consumo de vocês, pode cortar seringa, pode tirar castanha, pode pescar, pode caçar, pode fazer a roça”, relatou o beiradeiro, a respeito de uma reunião de que participou, referente aos processo de consulta para criação da Resex Rio Xingu. “Quando foi com um ano, aí chegou o Ibama, veio uns policiais lá, falando que era um Parna. Ah, vocês nos enganaram! ‘Ah, não fomos nós, foram outros que já não vêm mais pra cá’.”

Foi todo mundo assinar, como aceitando a reserva. Tava com o microfone bem alto para todo mundo ouvir. Quando foi com um ano, chegou aqui: ‘vocês sabiam que hoje aqui é um parque nacional?’ Falamos: ‘Não. Nós assinamos para reserva’. Nós assinamos que estávamos aceitando a reserva, não era o parque.” De fato, das narrativas sobre o processo de criação do parque nacional e da estação ecológica, sobressai frequentemente um sentimento de traição¹¹⁷. Um beiradeiro do Iriri confirma que algo

em ambas as regiões foram, sim, criadas reservas — só que *reservas extrativistas*, justamente uma categoria de unidade de conservação que muitos foram levados a crer que seria criada em seus territórios.

¹¹⁷ Os Pataxó de Barra Velha, cujo território tradicional foi sobreposto pelo Parque Nacional do Monte Pascoal, também empregam esse termo em seus resgastes do processo de criação do parque. Mais especificamente, a sensação de traição vem do fato de terem sido convidados a trabalhar nas atividades de

semelhante se passou por lá, nos trâmites para criação da Esec da Terra do Meio. Segundo ele, foram diversos momentos de encontro com equipes que realizavam levantamentos, censos e diagnósticos na área, inclusive contando com apoio das famílias para coleta de dados. “E a gente não sabia pra que era”, relata. “Ela foi assinada aqui sem nós sabermos de nada, a reserva. Eles podiam ter vindo com a gente no ponto certo, dito: ‘rapaz, isso aqui é reserva, de qualquer maneira vai ser, amanhã ou depois’. Não era mais bem feito? Aí criou com todo mundo dentro.”

Vale salientar como, nas memórias e relatos dos ocupantes tradicionais dessas áreas, figuram com certa indistinção atores variados do processo. É comum ouvir o termo “pessoal da Terra do Meio” para aludir desde às equipes que produziram os estudos de criação do mosaico até os agentes ambientais do Ibama e ICMBio que depois vieram se apresentar, passando inclusive por representantes de organizações da sociedade civil que conduziram reuniões e articulações políticas envolvendo o mosaico.

Também é digna de nota a forma com que as ações do Estado são produzidas e inscritas nessa interlocução. Uma liderança do Xingu relatou que, quando defrontados com uma medida estatal potencialmente contraditória e violadora, a resposta dos agentes teria sido circunscrever a ação a indivíduos específicos (“foram outros, que já não vêm mais pra cá”). Não há um reconhecimento oficial da violência pregressa ou encaminhamento para se sanarem seus efeitos — a única resposta é associar a medida a decisões individuais, oferecendo como solução à denúncia o fato de que aqueles indivíduos não mais ocupam atuam na região.

Em um sentido análogo, quando se avança da etapa de criação das unidades para a de sua implementação, uma frase destacada pelas famílias ligadas ao Parna é muito emblemática: “Não sou eu quem vai tirar vocês, quem vai tirar vocês é a fome”. Essa frase teria sido a marca das primeiras interlocuções com o órgão ambiental no início da implementação efetiva da unidade de conservação, que não ocorreu na sequência do ato de criação, mas principalmente a partir das já citadas operações voltadas a remover o gado das fazendas, entre 2008 e 2009. Considero a frase emblemática pelas diversas operações discursivas que ela embute. A primeira contradição fundamental que ela contém é

demarcação dos limites, para depois da conclusão serem informados de que estavam proibidos de entrar na área (Cf. Carvalho, 1977, 2009; Cardoso, 2016, p. 170).

anunciar algo que é, ao mesmo tempo, ação e não-ação. Ou seja, diz-se que não haverá ação estatal de remoção das famílias, mas que essa remoção de fato acontecerá por meio de um agente abstrato, a “fome”. Mas a fome aqui figura como metonímia do tipo causa pelo efeito, ou seja, ela está aludindo a uma série de medidas que resultariam em uma situação de privação. E quem seriam os autores de tais medidas se não o próprio Estado representado pelo servidor? Portanto, o que está sendo dito é que não haverá uma medida estatal expressamente voltada à remoção das famílias, a exemplo das operações que cumpriram mandados de desocupação na Terra do Meio, mas que haveria, sim, medidas destinadas a inviabilizar as condições mais básicas de permanência das famílias em seu território¹¹⁸.

Nesse sentido, um primeiro alvo das restrições à territorialidade beiradeira das famílias no interior da Esec e do Parna foram as atividades agrícolas. Segundo relatos de beiradeiros do Xingu, dentre as primeiras intervenções, chegou a figurar a tentativa de proibição de qualquer tipo de abertura de áreas. “Que antigamente a gente botava a roça que a gente queria. E ali virava só capoeirão. Depois que tirava o legume, a mandioca, o arroz, essas coisas, aí o matão ficava do mesmo jeito. Que nem hoje a gente olha esse beiradão, só é mato”, explica Lucivaldo. Com a chegada dos primeiros servidores responsáveis pela implementação do parque, a situação mudou. “Não podia nem abrir uma abertura em canto nenhum, falava que era ordem, falava que não podia, era proibido”, disse-me Jorge¹¹⁹.

A ameaça de ser multado por crime ambiental pela abertura de roças também circulava nos primeiros anos de implementação da Esec, no Iriri, como me relatou um colono que vive na margem do rio:

¹¹⁸ Esse tipo de movimento que retira do Estado a posição de agente de expulsão, apenas para recolocá-lo como agente de restrições cujo efeito final é a mesma expulsão, se assemelha muito à *expulsão pelo cansaço* relatada pelos caiçaras da região da Jureia, no litoral de São Paulo, impactados há mais de três décadas por medidas decorrentes da criação da Esec Jureia-Itatins, em 1986. Castro (2017) analisa em pormenor como se constitui esse tipo de violência e suas reverberações junto ao grupo caiçara.

¹¹⁹ O sistema agrícola tradicional beiradeiro, apresentado em maior detalhe em Villas-Bôas, Andrade e Postigo (2017, p. 304-343), envolve a abertura e queima de pequenas áreas para implantação dos cultivos, bem como um sistema de revezamento das áreas cultivadas, com manejo de *capoeiras*, nome que recebem as áreas cultivadas em estágios diversos de regeneração.

Botei uma rocinha, aí ele [Walber Feijó de Oliveira¹²⁰] disse que, se queimasse, na hora que subisse a fumaça, ele me multava. Moço, como é que eu vou comer? Eu vivo é da roça, eu sou colonho desde quando eu nasci, me criei na roça. E agora estou aqui, trabalhando de roça pra mim, que eu vivo dela. [Ele disse:] “Não, mas não pode, não. O senhor tem que sair”. Eu digo, não, não posso sair. Para onde é que eu vou? “Caça um lugar.” Eu digo, não, o governo é que tem que caçar um lugar e dar para nós, colonos. Que nós não temos pra onde ir, ele é que tem a condição de localizar nós num lugar que preste. Ele disse: “Não aceito, não”. E perdi a roça esse ano. Com medo dele. Plantei não, com medo dele.

Sem meios de sustentar proibições tão amplas e expressas para atividades básicas do modo de vida das famílias do Xingu e Iriri, considerando a legislação que respalda o direito de povos e comunidades tradicionais em áreas de proteção integral¹²¹, os órgãos ambientais passaram a operar com um sistema de autorizações específicas envolvendo múltiplos aspectos da vida no beiradão. No caso das roças, tais documentos deveriam ser obtidos por cada família interessada, entregue em mãos pelos gestores do ICMBio, e deveriam conter informações sobre a área e a localização do espaço de cultivo, por vezes sujeita a inspeção da área. Na melhor das hipóteses, quando as coisas “funcionavam” e a autorização era concedida, essa concessão era precedida pela intensa insegurança de não saber se o gestor chegaria em tempo do momento ideal das etapas de abertura da roça — afinal, Altamira fica a mais de duzentos quilômetros de distância. Viajar para Altamira apenas para obter a autorização tornava-se inviável, uma viagem extremamente custosa e demorada de se empreender para as famílias beiradeiras.

Além da roça, a pesca também sempre foi fiscalizada de perto pelos agentes ambientais. Um jovem beiradeiro do Xingu conta que, no início de 2010, foi por diversas vezes abordado quando pescava, e em muitas dessas abordagens teve apetrechos de pesca apreendidos. “Eu pescava de espinhel. Toda semana era espinhel novo que eu tinha que

¹²⁰ Walber Feijó de Oliveira, foi um servidor do Ibama que atuou como chefe-substituto do escritório regional de Altamira entre 2008 e 2009, período durante o qual se fez presente nas ações envolvendo a Esec da Terra do Meio.

¹²¹ Trata-se, principalmente, do artigo 42 da Lei 9.998/2000, que institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (Snuc), que diz em seu § 2º, que “Até que seja possível efetuar o reassentamento de que trata este artigo, serão estabelecidas normas e ações específicas destinadas a compatibilizar a presença das populações tradicionais residentes com os objetivos da unidade, *sem prejuízo dos modos de vida, das fontes de subsistência e dos locais de moradia destas populações*, assegurando-se a sua participação na elaboração das referidas normas e ações” (grifos meus).

comprar. Eles tomavam. Eles não deixavam pescar de espinhel nem malhadeira”, relata¹²².

Vê-se como, pensando nas categorias centrais da territorialidade beiradeira que foram analisadas no Capítulo 3, as unidades de conservação restritivas no Xingu e Iriri incidem de modo a deslocar a *fartura* para a “fome”. Tal como a fartura vai além de seu sentido dicionarizado, de “abundância, em especial de comestíveis ou provisões”, como vimos no Capítulo 3, seu contraponto também vai além escassez de víveres, interseccionando outras dimensões da vida no beiradão.

Isso é particularmente claro no que se refere à caça para consumo. Um casal do Xingu me relatou que um dos primeiros gestores do Parna fiscalizava de perto as práticas cinegéticas da família e, apesar de não proibi-las por completo, impunha reduções de captura e consumo. “Um porco — um porco — era pra nós passarmos uma semana. Comendo um porco!”, disse-me a beiradeira, com indignação. Note-se que a prescrição, além de arbitrária, era absolutamente alheia às dinâmicas e contingências da atividade, pautada em uma lógica urbana de ampla disponibilidade de carne mediante aquisição. Como explica outro morador dessa região do Xingu, no beiradão, a situação é outra: “Se nós éramos dez pessoas, nós podíamos matar um porco. Na hora que acabasse, nós podíamos matar outro. Às vezes, era a hora que a gente ia passar fome, porque matar só um... Os porcos somem pra outro canto, não aproveitou naquele dia, aí pronto.”

“E sem partir com vizinho nenhum. Meu deus do céu!”, completou a senhora beiradeira. “Se a minha menina vem, a gente quer partir o pão. Tudo é dentro de casa. Como é que nós vamos comer um porco sozinho e deixar os outros com fome?” Nesse complemento ao relato, há dois aspectos importantes. Um deles é a sugestão, por parte do gestor, de que eles negassem o consumo de carne por parte de sua filha, que hoje vive na cidade, mas que nasceu e se criou no beiradão. Estava em jogo, para a família, a percepção de que o órgão interferia nos próprios parâmetros sobre os limites da unidade familiar. Além disso, o relato mostra também como o cerceamento das práticas tradicionais

¹²² Espinhel é um apetrecho de pesca constituído por uma extensa corda ao longo da qual se atam cordões de tamanho variado, de modo espaçado e com anzóis em cada ponta. A corda principal é então disposta em um trecho de rio, com dispositivos flutuantes, de modo que os anzóis dos cordões menores possam pender sob a água e capturar os pescados. A malhadeira, por sua vez, consiste em uma rede quadriculada, com espaços de tamanho variado, que também é disposta com dispositivos flutuantes em determinado trecho do rio, em locais que se sabe serem o caminho de certos tipos de peixe. Em ambos os casos, os apetrechos são deixados por certo tempo, após o qual o pescador retorna para verificá-los e fazer a despesca.

reverberavam em cerceamentos à prática do *vizinhar*, a partilha da carne de caça entre um conjunto de casas consideradas próximas¹²³.

Assim, da mesma forma que a fartura se depara com medidas que a contrapõem, a criação das unidades de conservação também vai minar práticas ligadas à categoria da *união*. As prescrições envolvendo a caça são um exemplo, mas há outros, até mais evidentes, como a questão das *visitas*.

Em contextos camponeses, de modo geral, é comum que haja membros ligados a determinada unidade familiar que se deslocam para a cidade, mas mantêm vínculos com a sua família no campo. No Xingu e Iriri, especificamente, vimos como, em especial a partir de meados da década de 1980, os efeitos da segunda crise da borracha se somaram à ausência de políticas públicas de saúde e educação, bem como ao crescimento de dinâmicas expropriatórias, para produzir um êxodo do beiradão, em busca de melhores condições de vida. Outras famílias permaneceram, amargando dificuldades. Nesse quadro, considerando a configuração do beiradão, temos muitas situações de beiradeiros e beiradeiras que se deslocaram para as sedes municipais, mas mantiveram o vínculo com unidades domésticas que permaneceram nos rios. As visitas são, assim, uma das expressões dessa manutenção de vínculos — que podem, inclusive, se transformar em retornos mais permanentes — no capítulo passado, vimos como isso se deu com Naldo e Chica, no Iriri. Após anos de passagem pela cidade ou por outras regiões, os jovens se reencontraram no beiradão e decidiram ali formar e situar sua nova família.

Um beiradeiro do Xingu uma vez me apresentou de forma muito clara como as restrições envolvidas no Parna podem afetar e afetam a rede de relações do beiradão, em especial quando cabe aos próprios membros dessa rede a implementação de proibições. “Já pensou, o filho do N. chega bem aí e o N. não pode dar um prato de comida pra ele porque é proibido?”, ele disse. E complementou:

Igual um cara desses aí, ó [refere-se M., a um jovem beiradeiro que cresceu na região do Parna, mas que após a criação deslocou-se para a sede de São Félix do Xingu]. O que o M. tem? Vive de aluguel, ele não

¹²³ Silva (2019, p. 10) relata processo muito semelhante desencadeado na Flona Tapajós, após o estabelecimento de restrições às roças no interior da unidade de conservação. Como consequência, a prática agrícola foi paulatinamente abandonada, pondo fim a diversos circuitos importantes de sociabilidade e reciprocidade das famílias, dos mutirões das farinhadas à disponibilidade para oferta a parentes e conhecidos. Mapeamentos históricos das roças apontam que algo semelhante se deu na Jureia (Costa *et al.*, 2017).

tem nada. A única coisa que ele tem são os filhos dele. Aí ele chega no lugar nosso. Aqui nós ainda temos o peixe pra comer, nós ainda temos a caça pra matar. Nossa rocinha. Uma banana plantada. Não tem muita coisa, mas tem. Aí um cabra desses chega aqui. “Rapaz, eu tô passando fome na cidade. Tem jeito de eu ficar uns dias aqui?” Aí eu vou — *eu* vou — falar pra ele: “não, não pode, porque na lei não pode, é proibido”. Isso aí que eu acho errado.

Junto ao órgão gestor, então, essa configuração socioterritorial não é devidamente acolhida, ou muitas vezes, sequer compreendida. “Ninguém podia visitar nós. Aí eu disse: ‘tudo pode, mas isso, não’. Viver isolado, sem parente, sem amigo...”, conta dona Neuza, do Xingu. E é fácil entender como a restrição a indignaria. Nascida em 1959 na ilha do Sabão e hoje casada com seu Eloi, colono de Balsas (MA), a beiradeira tem uma conexão muito próxima com seus numerosos irmãos e irmãs, sobrinhos e sobrinhas. Durante as férias escolares, em especial nos dias que sucedem o festejo de São Sebastião, é comum encontrar sua casa cheia, o alarido em torno do fogão à lenha.

No Iriri, os beiradeiros contam que a orientação para visitas envolvendo a Esec era que a pessoa visitante se cadastrasse previamente no escritório do ICMBio em Altamira, onde obteria uma autorização para trinta dias. “Aí pra vir pra cá, tem que assinar lá por trinta dias. Nós moramos longe, nem compensa”, diz Branquinho. Sua esposa, Marlene, conta que conhece muito parente “que chora pra vir pra cá”.

Um aspecto da vida beiradeira impactado primeiramente pelo êxodo, e consolidado pelas restrições das unidades de conservação, foram as associações para o trabalho, trocar dias, encontrar parceiros para o extrativismo. “Ficou mais difícil”, relata um beiradeiro do Iriri. “Agora você vai trabalhar numa casa dessas hoje em dia, às vezes você vai sozinho. Eu mesmo trabalhei na minha ali sozinho. Não achei ninguém.” Vale notar que associações para a construção de casas são uma das práticas mais tradicionais entre os beiradeiros da Terra do Meio.

Sobre as visitas, é importante notar como o órgão se pauta por uma noção urbana de *visita*. Esses momentos de encontro que ocorrem no território passam pela vivência ampla, por uma atualização dessa territorialidade — pescar, andar no mato, frequentar antigas áreas com as quais se vê conectado, comer o que se comia, levar comida. E, eventualmente, viabilizar essa visita com recursos do próprio território — pequenas quantidades de murici para vender na cidade, peixe, castanha etc. Mudanças de plantas são frequentemente partilhadas.

Essa circulação de pessoas e coisas do território é, ademais, de suma importância e diz muito sobre concepções de boa vida no beiradão. Dona Zefa diz que não troca o beiradão pela cidade, mas que frequentemente leva uma parte dele a seus filhos. “Às vezes, os filhos chegam: mãe, a senhora trouxe isso? Mãe, a senhora trouxe aquilo? Ih, mas nós vamos comer! Tudo que a terra dá aqui eu levo pra eles”, conta a senhora beiradeira.

Voltando as restrições do órgão ambiental, outra ameaça relatada por moradores do Xingu ligados ao Parna foi sobre uma possível interdição ao festejo de São Sebastião. “Ele [Marcos Rocha, gestor do ICMBio] disse que, se fosse por ele, não tinha mais festa, não. Que ele estava conseguindo um documento para tirar a festa e o santo daí”, disse-me um rapaz, completando que a medida só não foi implementada porque esse servidor deixou o posto. “Se ele tivesse ficado mais um ano aqui, ele tinha tirado. Porque nós não entendemos da lei, já tava assustado com as ação dele.”

Além disso, gostaria de também abordar como as ações dos órgãos ambientais relativas à gestão do Parna e da Esec impactaram a categoria do *respeito*, que governa muito do acesso e uso de recursos entre as famílias do beiradão, particularmente no que tange às áreas de extrativismo, mas também à mobilidade para escolha de áreas de moradia, para períodos de afastamento e retorno ao beiradão etc.

O acesso às áreas de extrativismo de castanha, tal como a roça, também foi objeto do sistema de autorizações gerido pelo ICMBio. Trata-se também de autorizações temporárias, vigentes somente para o período da safra, devendo ser renovadas anualmente. São em geral emitidas no nome de um beiradeiro — constante do cadastro do órgão — e associado a determinado castanhal, junto ao qual se elencam os nomes de integrantes de sua equipe de trabalho.

Esse tipo de intervenção, em que *regras* se sobrepõem ao *respeito*, é visto como humilhante e fonte de profunda indignação. “Hoje em dia eu tenho que pegar autorização pra entrar dentro do meu castanhal, uma coisa que nunca existiu pra nós. Nós não tínhamos essa regra, nós respeitávamos”, explica-me um jovem do Xingu. “Nunca precisamos de autorização pra trabalhar dentro do que é nosso. Porque meus castanhais vêm do meus avós, passaram para os meus pais, passaram para os meus irmãos, passou pra mim.”

Vale notar que, segundo relatos, quando a empresa CR Almeida afirmava seu domínio sobre as áreas que havia grilado no Xingu, também houve a instituição de um sistema de autorizações envolvendo o extrativismo. Como relata um senhor beiradeiro,

Pra chegar até aqui tinha que ir lá no escritório deles pegar uma autorização por escrito. Eu e meu irmão, se chegasse aqui ia ficar preso. Não pegou autorização, tinha que ir lá no escritório pra eles darem, pra poder vir aqui, tirar castanha. Menina, foi uma humilhação que nós passamos.

Além disso, quando o órgão ambiental se arroga a gestão do acesso e uso dos recursos, sobrescrevendo o sistema baseado no *respeito* com instrumentos de poder inclusive de polícia, ensejam-se outros tipos de conflito envolvendo esses direitos de acesso. Uma beiradeira do Iriri disse-me que, “castanhal não dá briga porque cada qual tem o seu”, porém houve conflitos quando, em uma reunião, “os castanhais dos que não estavam mais aqui, a T. [gestora] foi e liberou pros outros. Eles têm um documento aí, um papel. Aí agora o pessoal quer entrar e fica aquele negócio”. Veja como o órgão realocou direitos de acesso e uso de castanhais a partir de uma ação direcionada ao benefício das famílias residentes, sob a premissa institucional de que não haveria, nessas unidades de conservação, qualquer direito de retorno. Mas como os limites do grupo não são estanques como o cadastro institucional pode fazer crer, esse tipo de intervenção acaba criando conflitos e contribuindo para desestruturar o sistema tradicional de gestão dessas áreas.

5.3 Sair para onde? A proposta das Resex

Outro ponto que sobressai nos relatos é o assombro com um Estado a quem importa muito que os beiradeiros saiam, mas que não encaminha nada sobre o complemento dessa ação: sair para onde? Jorge era um dos que comentava nesse sentido: “Aí tem hora que eles chegam com essa conversa, ‘ah, tem que sair’. Mas tem que sair pra onde? Se nós nascemos e nos criamos aqui nessa área. Tenho filho, tenho neto, tudo filho daqui. Nós vamos pra onde? Nós não temos recurso de sair pra outro canto”. É evidente que está em jogo aqui é sair *com dignidade*. Implícito aí está, portanto, um sentido de *viver bem*, que o beiradão preenche, mas a cidade não. Um jovem beiradeiro do Xingu complementa a análise que fazia Jorge, com mais detalhes sobre a interlocução

com o primeiro servidor designado pelo ICMBio para realizar a gestão do parque, já após as operações de retirada do gado ilegal das fazendas da região:

“Isso aí é porque virou parque, e vocês tem que sair tudinho daí.” “Como é que nós vamos sair daqui, se nós não temos onde morar?” “De qualquer jeito, ou vocês saem ou a polícia tira.” Nessa época, os fazendeiros já estavam saindo. Tinham dado prazo pra tirar o gado, tavam saindo. Tinha fazendeiro mais aí, não. A reunião era só com os ribeirinhos. Aí nós ficamos com medo. Os fazendeiros saindo, e por que é que nós não vamos sair, se nós somos mais fracos? Teve um rapaz que morava aqui que disse: “já que nós vamos sair daqui, então nós vamos fazer o seguinte: vamos montar tudinho numa voadeira e nós vamos morar lá na sua casa. Porque nós não temos lugar pra ir”. Aí a galera apoiou: “nós vamos mesmo!”. Aí ele ficou com medo.

Esse primeiro agente ambiental não passou muito tempo ligado ao Parna, e logo entrou outro em seu lugar. Jorge também comentou que, na época do Marco, se falava: “olha, tem que sair, aqui é um parque, *vocês sabem* que não pode’. Eu não sei! Que eu não tenho costume com parque. Que eu me criei aqui, não tenho costume com parque”. Nica compartilha impressão semelhante sobre o período:

Nós perguntávamos pra ele: rapaz, como é que nós ficamos? Todos os anos que nós morávamos aqui? Nós vamos ficar sem direito, sem nada? “Não, mas terra do governo não tem direito. Vocês são posseiros. *Vocês sabiam* que aqui era do governo.” E ninguém sabia de nada! Que nós sabíamos que era do governo... Nem meu pai, meus avôs que já moravam há muitos tempos aqui [sabiam], nós íamos saber? O governo cria um estatuto, um parque desses, mas ele chega e avisa: “rapaz, aqui virou parque, assim, assim”.

Esse saber remete a como muitos servidores com esse perfil impõem seus atos sobre as comunidades arvorados em saberes (aliás, saberes que não são só saberes, mas *saberes-deveres*) jurídicos e científicos, mas que, tanto aos olhos do direito como dos domínios científicos respectivos, são limitados, desatualizados, questionáveis, em suma. Além disso, também remete ao que muitos juristas da área apontam, que é o contraste entre a criminalização das comunidades, como supostas violadoras da lei, e a naturalização do descumprimento da lei por parte do Estado, que desobedece diretrizes na criação das unidades, deixa de elaborar planos de manejo dentro do prazo (ou, no caso aqui, termos de compromisso). Jorge é incisivo quando comenta: “Tem gente que não conhece a história, chega aqui: ‘ah, vocês têm que sair, porque é um parque, tudo, mas

tem que pensar o que a gente passou. Tem que pensar o que foi que *o governo fez e o que ele não fez*. Esse é o detalhe.”

Quando a interlocução começou a se modificar, em várias ocasiões, o órgão ambiental indicou que a solução para o conflito de sobreposição seria a transferência das famílias beiradeiras do Parna e da Esec para as Resex próximas, a Resex Rio Xingu e Resex Rio Iriri, respectivamente. Analisando-se as respostas dos beiradeiros à proposta, vê-se como ela desconsiderava a conexão das famílias com seu território. “Aqui tem nossos piques de castanha, nós somos conhecidos, nós sabemos onde tem o peixe, sabemos tudo”, explica uma beiradeira do Iriri. No Xingu, a situação é semelhante, com o agravante que, para muitas famílias, o deslocamento para a Resex implicaria maior distância com a sede de São Félix do Xingu, portanto, maiores dificuldades no acesso a mercadorias, direitos e participação na rede de relações estabelecida. “Porque, pra mim, sair daqui, de onde eu conheço... Que aqui eu saio sete horas da manhã, quando der quatro horas da tarde eu estou em São Félix”, disse-me um beiradeiro da vila de São Sebastião, no Xingu. “E lá tem as casas que eu fico lá, tem a minha casa, a casa do meu pai. E lá em Altamira que eu não conheço ninguém?”

5.4 Fiscalizações e abordagens violentas

Vale ressaltar também como a intimidação e a violência marcaram muitas das interações, em particular em contextos de fiscalização, quando equipes dos órgãos ambientais são mobilizadas para determinado encargo. Um dos exemplos mais extremos teria sido o incêndio de uma casa no interior da Esec, em 2008, ordenado pelo servidor do Ibama Walber Feijó de Oliveira, que subsequentemente teria expulsado a família residente¹²⁴.

Seu Passarinho, colono que vive já há mais de três décadas no Iriri, conta um episódio de humilhação perpetrado por esse servidor que o marcou profundamente. Os agentes ambientais estavam na Esec, prestes a retornar a Altamira, quando seu Passarinho foi procurá-lo para falar sobre sua roça: “Aí, quando eles estavam pra sair, eu passei lá. Aí ele abriu minha boroça [mala], derramaram tudo no chão. Aí eu digo, rapaz, o tempo

¹²⁴ Ouvi diversas menções ao episódio, que também foi registrado por Alarcon e Torres (2014, p. 56).

que moro aqui. Não sou ladrão, nunca roubei, toda essa idade. E a minha boroca derramada assim como boroca de ladrão, bandido...”.

Há diversos relatos de abordagens violentas nesses primeiros anos de implementação da Esec e do Parna. Dona Zefa, do Iriri, conta com muita indignação o dia em que, no ano de 2008, hospedou mais de vinte agentes do órgão ambiental em sua casa (“eu tirei o colchão da minha cama, botei lá pra todo mundo dormir, dormi do lado”), ao lado de sua família, para vê-los retornar dali alguns dias para revirar sua casa inteira. “Aí, menina, isso derrubaram tudo”, aponta para o interior da casa. “Faca, os cartuchinho que nós tinha comprado, a espingardinha do seu Evaristo, a minha. Isso arrastaram tudo. Meu motorzinho-serra. Eu disse: gente, esse motor eu comprei com tanto sacrifício... Bateria, gente, minha bateria que é de eu escutar meu radinho aí”. Sua filha Valmira, depois de respirar fundo, complementa o relato. “Eu já era meio crescida, mas fiquei com medo. Nunca tinha visto, aqui, a pessoa chegar assim, todo mundo armado, com revólver nas pernas, aquelas armas no punho, assim, no ponto de atirar em alguém. E de repente, chegar, pousar na tua casa, dormir, jantar, aí pra de repente, eles descem na beira do rio pra escovar os dentes, quando chega, chega transformado pra outra pessoa. É um choque pra qualquer ser humano”.

Rosa, que à época vivia no alto, na localidade de São Sebastião, era ainda criança quando essa equipe de fiscalização percorreu o Iriri, mas se lembra. “Eles só mesmo botaram a arma no pai, cercaram a porta da cozinha. Aí ficou os outros lá fora, lá”, conta. “Só que eles derramaram o que tinha dentro da casa tudo fora. Não levaram, né, porque não acharam nada pra levar. Aí depois foi que eles saíram. Nós tudo criança, só que eu ainda me lembro, ainda.”

Nas Limeiras, Marlene também tem memórias amargas desse episódio da passagem da equipe dos agentes ambientais. “Jantaram, aí depois pediram pra entrar pra olhar. O pai pensava que eles iam anotar o tamanho da casa, né”, conta. “Aí entraram dentro do quarto dele e reviraram tudo. Derrubaram as coisas dele, as roupas dele no chão. Levou a arma, não ficou nenhuma arma pra ele matar nem um bicho. Tudo. Na traição. Tristeza, ó. Até hoje, todo mundo é revoltado com isso...”.

No Xingu, a presença policial ostensiva também foi algo enfatizado: “Sempre com polícia. E a polícia deles não andava mostrando o rosto, não. Era tipo negócio de elite, tem aquela máscara e o óculos. Igual atirador de elite, mesmo. Assustava”.

Sentidos de humilhação e injustiça também são frequentemente referidos em comparação com a omissão dos órgãos ambientais em relação a grileiros e invasores de maior porte. No Iriri, falando sobre o processo histórico de criação das unidades de conservação, um veterano seringueiro conta do avanço da grilagem, seus mecanismos e sua ameaça ao ambiente, para criticar, em sua conclusão: “Aí os grileiros, esses fazendeiros vieram, fizeram essas coisas, o ICMBio e o Ibama vieram e fizeram o quê? Colocaram o castigo em nós, né? O que eles não podiam fazer, eles colocaram em nós”. No Xingu, análises no mesmo sentido: “E dentro aqui de fazendeiro que tem? E nós é quem pagamos o pato. Eles não vão lá”.

5.5 Violações de direitos que ocorrem por omissão

Há, ainda, dimensão de violações de direitos por omissão. Refiro-me aqui, principalmente, à falta de garantia de direitos de saúde e educação no beiradão, que operou como um dos vetores para o êxodo das famílias do beiradão nas décadas de 1980 e 1990, mas que as unidades de conservação vieram a acentuar. Isso porque, enquanto as Resex do entorno tiveram um salto importantíssimo, não só no âmbito da produção extrativista, mas no acesso a cidadania e direitos, com construção de escolas, de postos de saúde, comunicação etc., as famílias do parque nacional da estação foram ficando pra trás, já que o Estado por algum tempo usou a situação fundiária dessas áreas como pretexto para a instalação de equipamentos sociais, como escolas e postos de saúde. A partir de 2013 e 2014, por pressão das famílias, esse quadro apresentou algumas mudanças. Mas ainda há um quadro abaixo do ideal, o que deixa as famílias em situação de vulnerabilidade e propicia caminhos para que grileiros e congêneres, ao suprir eventualmente esse papel do Estado, revistam de legitimidade social suas atividades econômicas incompatíveis com a unidade de conservação.

E a indefinição é outro peso para as famílias, como relata um beiradeiro do Iriri: “Rapaz, a gente se sente ruim. Porque nós estamos, tipo assim, trancados. Esperando uma resposta, e até hoje não vem resposta nenhuma. Só que eu lhe digo assim, isso tem uns dez anos. Dez, não, onze. Dez anos não é poucos dias, não. As meninas, assim, a gente fica só pensando porque hoje a gente tá aqui, amanhã a gente não sabe se eles vão ter essa oportunidade de viver alguma coisa aqui, que a gente vive. Uma hora fala que vai tirar, outra hora não vai. Ninguém sabe, né. É esperar o que vai acontecer...”.

5.6 Resistência: territorialidade, parentesco e política

Entre os interlocutores do rio Xingu, que vivem no interior do parque nacional, observei a família de João e Laura, que alugava uma casa em São Félix do Xingu, onde as crianças frequentavam a escola, mas que passava períodos prolongados na vila de São Sebastião. Quando no beiradão, a família se acomodava na casa da avó de João, que deixou a vila em 2005, após a criação do parque nacional, por questões de saúde. Em 2014, durante as discussões do termo de compromisso, M. era considerado pelo ICMBio um morador que “havia saído”, portanto não constava nos cadastros de moradores e isso o alijava do pleito de permanência do grupo. Quando, na condição de consultora para elaboração do documento, busquei saber como a comunidade entendia essa exclusão por parte do órgão ambiental, a resposta foi: “O João é de fora, mas praticamente ele vive aqui dentro. Ele não mora mais aqui, mas ele é direto aqui mais nós. Então ele tira o sustento dele daqui. Tipo, ele convive mais nós”. Com isso, passamos a discutir gestões para que João fosse reconhecido como morador também nas listas oficiais do ICMBio, ainda que se entendesse que, enquanto não fosse instalada uma escola, a família de João nunca teria como de fato se mudar para o beiradão. O apoio da comunidade foi afirmado a João, porém, com uma condição: que ele construísse uma casa. Mesmo que a casa de sua avó estivesse em condições de uso, e que ela não planejasse deixar a cidade pelas questões de saúde mencionada, e, mais importante, mesmo que a construção de uma casa por alguém fora do cadastro — a quem a comunidade inclusive se propunha apoiar — pudesse ensejar uma multa por crime ambiental, esse passo era visto como um compromisso indispensável para que João efetivamente fosse considerado alguém que retornou. Em outras palavras, alguém plenamente mais nós e, portanto, uma família pela qual o grupo se comprometia a brigar para ter o reconhecimento do Estado. O conflito socioambiental enseja um choque entre o direito costumeiro e as expressões do direito preconizadas pelo Estado (“a regra que está agora não é a mesma que era”). Contudo, os beiradeiros não operam só com a negação do direito do Estado: eles incorporam e reelaboram esse direito à luz do costumeiro, com implicações nas noções de família, circulação e do próprio direito. O caso de Magno é emblemático. Antigo morador que deseja retornar, sua presença efetiva na área não é vetada, mas o apoio da comunidade em âmbito institucional é condicionado à construção de uma casa para sua família, ainda que isso signifique risco de multas ou afins.

Outro caso é o de Marilene, cujo dilema era ter uma filha em idade escolar e não encontrar, na vila, atendimento de educação, por omissão da prefeitura de São Félix do Xingu. Os pais de Marilene vivem hoje na Reserva Extrativista Rio Xingu - a mesma que, nos estudos que deram origem ao mosaico, deveria abarcar toda a ocupação ribeirinha dessa margem esquerda médio Xingu, inclusive a vila de São Sebastião. Nas áreas de proteção integral, como o Parna da Serra do Pardo e a Esec da Terra do Meio, o conflito de sobreposição e a conseqüente situação fundiária indefinida constituíram obstáculos ao atendimento de saúde e educação, fazendo com que muitas famílias acorressem às sedes municipais. Já os moradores da Resex Rio Xingu, assim como das outras duas Resex da Terra do Meio (Rio Iriri e Riozinho do Anfrísio), avançaram significativamente em seus pleitos por saúde e educação nos últimos anos, a partir de amplas articulações. É por isso que S. vislumbra hoje a possibilidade de não deixar seu território para ter esse atendimento, nem que para isso tenha de deixar a filha com os avós. E isso é afirmado enquanto uma forma de resistir a esse processo de expulsão por parte do órgão ambiental: “Mas vão ver o cão na vida deles, porque daqui eu não saio. Lá no Humaitá [localidade no interior da Resex Rio Xingu] vai sair escola. Se meus filhos precisarem de estudar, eles vão para lá, mas daqui para a rua eu não saio. Eu não dou esse gosto a eles! Eu boto meus filhos na casa da mãe e eles estudam. Mando o rancho para eles todo mês, eles estudam lá. Mas daqui para eu sair para a rua, para eu dar esse gosto a eles, não dou, não. Não dou de jeito nenhum. Aqui pode não sair escola, mas eu não saio. Eles estão ferrados comigo”.

Esses episódios remetem à intersecção de parentesco, territorialidade e política. Assim como João, antigos beiradeiros pleiteavam direitos diversos sobre o território, o que também é interpretado diversamente pelo grupo considerado “morador”. Os desentendimentos são comuns a esses moradores que se entendem, não obstante, como todos parentes. Um beiradeiro uma vez assim elogiou os modos de uma comunidade vizinha em relação aos embates com o órgão ambiental: “Todo mundo briga, mas na hora de brigar, tá todo mundo junto”. A observação aponta para o que Comerford caracterizou como “sociabilidade agonística”, ideia de o conflito abre via privilegiada para se identificarem noções associadas à boa “navegação social” (2003, p. 41).

Outro elemento de destaque é o festejo em homenagem a São Sebastião e seu papel na socialidade das famílias do beiradão. Além de palco do circuito de prestações e

contraprestações envolvendo parentes, vizinhos e compadres, gostaria de compreender melhor os significados ligados aos festejos que os inscrevem na dimensão política, em distintas escalas de relação — no interior de uma família, entre famílias, entre o grupo e outras instâncias (o órgão ambiental, por exemplo), tal como demonstrou Perutti (2015: 45-53) entre os quilombolas da Família Magalhães, contíguo ao território Kalunga, em (GO). Esse movimento de não compartimentalização entre política e vivência de parentesco e vizinhança evoca reflexões presentes em Marques (2013), Villela (2015), Carsten (1995) e Vieira (2015).

Neste capítulo, busquei retrazar o caminho que envolveu a criação do mosaico de unidades de conservação na região do médio Xingu e Iriri, desde sua concepção até sua implementação. O foco aqui recaiu na análise das formas pelas quais a criação e implementação unidades de conservação restritivas impactaram a territorialidade beiradeira, muitas vezes conjugando-se com transformações advindas do avanço da fronteira impulsionado pelas políticas da ditadura militar. Vimos como essa intervenção socioespacial comportou contradições, na medida em que logrou deter certas ameaças existenciais ao beiradão, mas, ao mesmo tempo, ensejou outra para um conjunto de famílias. As violações de direitos, como visto, foram diversas, e marcaram particularmente os primeiros anos de implementação do Parna da Serra do Pardo e da Esec da Terra do Meio.

No próximo capítulo, o objetivo é analisar algumas das formas de resistência das famílias, tanto por fora como nos marcos da interlocução com o Estado, especialmente nos processos de elaboração de *termos de compromisso*, tipo de documento previsto na legislação ambiental para esse tipo de situação e que marcaram uma certa mudança na forma com que o ICMBio atuou no Parna da Serra do Pardo e na Esec da Terra do Meio a partir de 2012.

SÃO SEBASTIÃO NO XINGU









4



5



6







9



10













LEGENDAS

1. Andor com a imagem de São Sebastião durante procissão. Por Natalia Guerrero, 2015.
2. Pirotecnia agonística: rojões são a saudação na chegada, mas também disputa por prestígio, durante a chegada de barcos ao festejo de São Sebastião. Por Natalia Guerrero, 2020.
3. Altar da igreja da vila nova de São Sebastião do Xingu. À esquerda do padroeiro, está Nossa Senhora do Carmo e, à direita, São Benedito e Nossa Senhora de Aparecida. Por Natalia Guerrero, 2015.
- 4, 5, e 6. Registros de festejos realizados na vila velha de São Sebastião, entre as décadas de 1980 e 1990. Reprodução de arquivos familiares.
7. Igreja da vila nova de São Sebastião preparada para receber o festejo de 2020. Por Natalia Guerrero, 2020.
8. Devota leva vela durante procissão. Por Natalia Guerrero, 2017.
- 9 e 10. Missa e procissão marcam o último dia do festejo de São Sebastião do Xingu. Por Natalia Guerrero, 2017 e 2015, respectivamente.
11. Pannels nunca param durante os três dias de festejo, garantindo comida farta aos devotos. Por Natalia Guerrero, 2015.
12. Oração da novena. Por Natalia Guerrero, 2015.
13. Torneio de futebol reúne beiradeiros e indígenas Parakanã durante festejo de São Sebastião. Por Natalia Guerrero, 2020.
14. Cruz da igreja de São Sebastião do Xingu recebe velas de devotos durante festejo. Por Natalia Guerrero, 2020.
15. Queda do mastro: momento marca a revelação dos responsáveis pelo festejo do ano seguinte. Por Natalia Guerrero, 2020.
16. Fogos de artifício em chegada de devotos ao festejo de São Sebastião. Por Natalia Guerrero, 2020.



Imagem 24. Hora do almoço em jirau de casa beiradeira no rio Iriri. Por Natalia Guerrero, 2017.

6 SISTEMA ANTIGO, UM PROJETO DE FUTURO

Ao longo dos capítulos anteriores, percorremos o processo pelo qual se constituiu a territorialidade beiradeira nos rios Xingu e Iriri, com ênfase em algumas categorias destacadas. Também vimos como o avanço da fronteira se descortinou nessa região nas últimas décadas, impulsionando uma série de movimentos, dentre os quais o que pautou a criação de um mosaico de unidades de conservação, voltado a barrar o avanço predatório e consolidar um corredor de sociobiodiversidade conectando a maior parte bacia do Xingu. Esse objetivo foi parcialmente atingido, uma vez que a criação de Resex abarcou uma parte significativa do território beiradeiro tradicionalmente ocupado, e a retirada das terras do mercado teve um efeito de contenção da grilagem e, conseqüentemente, do desmatamento a ela associado — ainda que temporário, infelizmente.

Houve, contudo, outras conseqüências acarretadas pelo mosaico, particularmente pela criação das áreas de proteção integral, o Parna da Serra do Pardo e da Esec da Terra do Meio: a sobreposição, parcial ou total, ao território tradicional de diversas famílias beiradeiras. Essa sobreposição, como visto, ensejou ou agravou uma série de violações de direitos, que foram desde a restrição a atividades econômicas até investidas violentas de fiscalização, passando por impactos à sociabilidade e ao acesso a políticas públicas — ou seja, que afetaram a territorialidade beiradeira, em particular nas categorias destacadas no Capítulo 3, da fartura, união e respeito. Esse foi o objeto do Capítulo 5, que se concentrou na atuação do Estado durante a criação do Parna e da Esec, e dos primeiros anos de implementação das unidades, entre 2005 e 2012.

Neste capítulo, gostaria de abordar algumas das formas de resistência das famílias a essas violações de direitos, e como essas formas mobilizam aspectos dessa territorialidade beiradeira. Nesse processo, também analisarei com algum destaque as interlocuções que as famílias do Xingu e Iriri estabelecem, tanto com o Estado quanto com outros aliados, quando o órgão ambiental inicia, a partir de 2013, a elaboração dos chamados *termos de compromisso*, documentos de gestão ligados à compatibilização provisória de ocupações humanas em áreas de proteção integral.

Dessa forma, iniciarei com uma discussão sobre os termos de compromisso, tanto de modo geral quanto o processo de elaboração desses documentos na Terra do Meio

especificamente. Tal análise incluirá e levará em conta um parecer recente da procuradoria especializada junto ao ICMBio, de 2021, que sinaliza mudanças significativas no emprego desse tipo de instrumento. Por fim, abordo algumas das formas de resistência aos vetores de expropriação ensejados pela sobreposição, formas ancoradas na territorialidade beiradeira. Nesse contexto, têm destaque as categorias de *sistema antigo* ou *antigamente*, que entendo serem aqui categorias políticas mobilizadas pelas famílias beiradeiras para aludirem a um projeto de futuro para elas no beiradão.

6.1 Os termos de compromisso¹²⁵

Nas últimas duas décadas, um dos instrumentos que vêm sendo utilizados pelos órgãos ambientais para encaminhar os conflitos — e que também marcaram a interlocução do Estado com as famílias do Xingu e Iriri — são os chamados termos de compromisso, um instrumento previsto na legislação ambiental recente.

Os debates envolvidos na elaboração da Lei 9.985/2000, que instituiu o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (Snuc) e estabeleceu critérios e normas para a criação, implantação e gestão desse tipo de área protegida, foram intensos e permearam boa parte da década de 1990, mobilizando as diversas correntes ambientalistas. E um dos pontos mais intensamente discutidos foi justamente o que envolvia a relação entre áreas ocupadas por grupos humanos diversos e áreas designadas para conservação ambiental em modalidades mais estritas, o que se reflete no que figurou — ou deixou de figurar — na forma final da lei¹²⁶.

Sobre as ausências, a mais marcada é sem dúvidas a do inciso que trazia uma definição de “população tradicional”, entendida como “grupos humanos culturalmente diferenciados, vivendo há, no mínimo, três gerações em um determinado ecossistema, historicamente reproduzindo seu modo de vida, em estreita dependência do meio natural para sua subsistência e utilizando os recursos naturais de forma sustentável”. O inciso foi vetado, com a justificativa de que o conteúdo da disposição era “tão abrangente que nela,

¹²⁵ As reflexões desta seção são uma versão revista e ampliada de artigo publicado no *Anuário Antropológico* (Guerrero, 2020).

¹²⁶ Adriana Ramos historia esse debate, com destaque a propostas envolvendo a questão das sobreposições que não chegaram a figurar na lei (Ramos, 2014, p. 158ss).

com pouco esforço de imaginação, caberia toda a população do Brasil”¹²⁷. Além disso, também foi vetado artigo que previa, no caso de sobreposição de unidade de conservação de proteção integral e área com presença de população tradicional, um dos dois encaminhamentos seguintes: reassentamento ou reclassificação da área ocupada como Resex ou RDS. A justificativa, nesse caso, era de que o primeiro encaminhamento contrariava interesse público, principalmente pelo risco suscitar a ocupação irregular dessas áreas, e o segundo contrariava a Carta Magna de 1988, pois permitia ao Executivo diminuir a proteção ambiental de uma área, prerrogativa constitucional do poder Legislativo.

Sobre os artigos efetivamente presentes na Lei 9.985, tal como afinal promulgada, também é possível vislumbrar aspectos do debate que opunha concepções diversas da relação entre povos e comunidades tradicionais e conservação ambiental. Vemos, por exemplo, o art. 28, que proíbe qualquer atividade ou alteração nas unidades de conservação em desacordo com os seus objetivos ou com seu plano de manejo e regulamentos congêneres, mas estipula que, enquanto o plano de manejo não for elaborado e aprovado, devem se assegurar “às populações tradicionais porventura residentes na área as condições e os meios necessários para a satisfação de suas necessidades materiais, sociais e culturais”. Mas é o art. 42, situado já nas disposições gerais e transitórias da lei, que mais diretamente aborda a questão, afirmando que:

Art. 42. As populações tradicionais residentes em unidades de conservação nas quais sua permanência não seja permitida serão indenizadas ou compensadas pelas benfeitorias existentes e devidamente realocadas pelo Poder Público, em local e condições acordados entre as partes.

§ 1º O Poder Público, por meio do órgão competente, priorizará o reassentamento das populações tradicionais a serem realocadas.

§ 2º Até que seja possível efetuar o reassentamento de que trata este artigo, serão estabelecidas normas e ações específicas destinadas a compatibilizar a presença das populações tradicionais residentes com os objetivos da unidade, sem prejuízo dos modos de vida, das fontes de subsistência e dos locais de moradia destas populações, assegurando-se a sua participação na elaboração das referidas normas e ações.

¹²⁷ Em dissertação de mestrado, dediquei um dos capítulos a uma análise crítica da sociogênese dos termos “população tradicional” e “povos e comunidades tradicionais”, a partir do diálogo com uma série de autores (Guerrero, 2012).

§ 3º Na hipótese prevista no § 2º, as normas regulando o prazo de permanência e suas condições serão estabelecidas em regulamento.

Vê-se, assim, que o Snuc institui como solução para os conflitos envolvendo a sobreposição de unidades a territórios tradicionalmente ocupados a remoção das comunidades das áreas de proteção. Desde a promulgação da lei, esse vetor de expropriação contido na formulação do art. 42 tem sido objeto de críticas oriundas de diversos setores — das próprias comunidades tradicionais, de socioambientalistas e de juristas. Um desses críticos, o defensor público e estudioso do tema Andrew Toshio Harayama, avalia como “trágica” a possibilidade de remoção de moradores tradicionais, afirmando se tratar o art. 42 de dispositivo, “se interpretado literalmente, manifestamente inconstitucional, ainda que previstas medidas compensatórias, porque nada seria capaz de reparar a expulsão de comunidade tradicional de seu território ancestral, constituindo tal medida ato etnocida” (2018, p. 124). Juliana Santilli (2014) coaduna com essa posição em artigo no qual resgata e comenta todos os termos de compromisso e acordos de gestão vigentes até 2014, concluindo pela necessidade de uma releitura do art. 42 que implicasse “o reconhecimento, aos povos e comunidades tradicionais, dos mesmos direitos que já são assegurados constitucionalmente aos povos indígenas e quilombolas”, dentre os quais o de serem consultados sobre medidas legislativas e administrativas que os afetem diretamente (Santillo, 2014, p. 430).

Mais adiante, veremos como um parecer da procuradoria especializada junto ao ICMBio encampará algumas dessas críticas, sinalizando mudanças consideráveis na forma de interpretação do art. 42 do Snuc. Por ora, contudo, seguiremos no resgate das balizas institucionais que guiaram os órgãos ambientais nos casos de sobreposição territorial, de modo a melhor contextualizar processos ocorridos no Xingu e Iriri.

Assim, embora o art. 42 já previsse normas e ações destinadas a “compatibilizar a presença das populações tradicionais residentes com os objetivos da unidade”, foi só com o Decreto 4.340/2002 que efetivamente se regulamentaram tais normas e ações. É nesse ato administrativo que aparece a figura do termo de compromisso, no art. 39: “enquanto não forem reassentadas, as condições de permanência das populações tradicionais em Unidade de Conservação de Proteção Integral serão reguladas por *termo de compromisso*, negociado entre o órgão executor e as populações, ouvido o conselho da unidade de conservação” (grifo meu). De caráter a princípio transitório, portanto, na

medida em que feito para viger enquanto o reassentamento das populações em questão não se concretiza, esse instrumento deve “indicar as áreas ocupadas, as limitações necessárias para assegurar a conservação da natureza e os deveres do órgão executor referentes ao processo indenizatório, assegurados o acesso das populações às suas fontes de subsistência e a conservação dos seus modos de vida”. O Decreto 4.340/2002 estipulava, ainda, que o termo de compromisso deveria ser assinado no máximo após um ano da criação da unidade de conservação — e, para aquelas já criadas, esse prazo máximo era de dois anos, contados da publicação do decreto.

Findo o prazo previsto em decreto, em 2004, nenhum termo de compromisso havia tido sequer seu processo iniciado. Virginia Talbot, servidora do ICMBio e pesquisadora, dedicou dissertação de mestrado ao modo pelo qual esse tipo de documento foi tratado no âmbito dos órgãos ambientais. Com base em entrevistas com servidores dos órgãos ambientais, a pesquisadora relata que, a despeito da iniciativa de alguns gestores de unidades de conservação, havia uma orientação geral para que não se desse prosseguimento aos trâmites para construção e assinatura desse tipo de documento (2016, p. 87). Note-se que essa orientação, que violava as estipulações do Decreto 4.340/2002, não foi registrada formalmente, circulando em caráter extraoficial.

Nos primeiros cinco anos após a promulgação do decreto, em 2002, apenas dois termos de compromisso foram assinados, ambos no estado do Amapá. Trata-se dos casos de sobreposição na Rebio do Lago do Piratuba, envolvendo a comunidade tradicional do Sucuriju, em 2006¹²⁸; e o termo do Parna do Cabo Orange, firmado com pescadores da

¹²⁸ O primeiro dos termos de compromisso teve entre seus documentos de base um diagnóstico do uso dos lagos pela vila de Sucuriju, produzido pelo antropólogo Carlos Sautchuk, que depois veio a trabalhar aspectos desse uso em sua pesquisa de doutorado (Sautchuk, 2007). Destaco o comentário etnográfico que o autor faz sobre como os *laguistas*, como se denominam os moradores de Sucuriju que pescam no lagos, convergiram com servidores do órgão ambiental e pesquisadores na proibição do uso das redes para pesca do pirarucu no referido documento, a partir de motivações diferentes: “foi uma decisão estimulada pela intervenção de funcionários e pesquisadores, concretizada pelos instrumentos de regulação criados através da presença do Estado e em convergência com as preocupações conservacionistas e referentes à produtividade pesqueira — mas que partiu de razões afetas às interações particulares ao lago, que passa pela ‘competição’ entre os laguistas e se estabelece enquanto forma de relação com o pirarucu e com os *donos*” (Sautchuk, 2007, p. 231). Para uma avaliação dos efeitos do termo de compromisso assinado na Rebio do Piratuba do ponto de vista da gestão da unidade de conservação, cf. Pinha *et al.* (2015). Também vale destacar o termo de compromisso assinado pelos quilombolas da região do Jalapão, em 2012, cujo território foi sobreposto pela Esec Serra Geral do Tocantins, por seu pioneirismo em relação ao uso do fogo, marco de uma relação diferenciada com esse tipo de prática. Para mais sobre esse termo de compromisso e, principalmente, sobre as transformações técnicas e políticas do chamado manejo integrado do fogo, ver Fagundes (2019).

região, em 2007. A partir desse ano, os termos de compromisso deixam o âmbito do Ibama e passam a ser escopo de atuação do recém-instituído ICMBio.

Talbot sinaliza que a criação do instituto, e o processo de reconfiguração com isso deflagrado, teria aberto brechas para a retomada de agendas consideradas “esquecidas”, dentre as quais a dos termos de compromisso. No entanto, prossegue a autora, havia significativa hesitação entre servidores em conduzir negociações do tipo, dada a sensação de falta de “modelos e orientações”, ocasionando atrasos por conta de elevadas necessidades de revisão técnica e jurídica (Talbot, 2006, p. 101). Isso motivou a realização de um seminário interno voltado especificamente ao tema, em 2012, após o qual o ICMBio editou a Instrução Normativa (IN) 26/2012, que estabelece diretrizes e traz um roteiro para elaboração, implementação e monitoramento de termos de compromisso, definidos como:

instrumento de gestão e mediação de conflitos, de caráter transitório, a ser firmado entre o Instituto Chico Mendes e populações tradicionais residentes em unidades de conservação onde a sua presença não seja admitida ou esteja em desacordo com os instrumentos de gestão, visando garantir a conservação da biodiversidade e as características socioeconômicas e culturais dos grupos sociais envolvidos.

O seminário e a edição da IN 26, em 2012, expressaram a mobilização de setores do ICMBio de alguma forma afinados com a defesa de direitos de comunidades tradicionais impactadas por unidades de conservação restritivas. Contraditoriamente, o período que se seguiu foi marcado pelo baixíssimo número de termos assinados ou renovados, bem como por outros eventos que sugeriam extrema aridez para a agenda, como destaca Talbot (2016).

Um elemento digno de nota é que, nos marcos da mobilização para o seminário e embasamento da IN 26/2012, houve uma iniciativa no âmbito do ICMBio de identificar e mapear os conflitos de sobreposição envolvendo as UCs federais, dimensionando demandas por termos de compromisso. Essa ampla e qualificada sistematização foi concluída ainda em 2012, mas o documento como tal não foi publicado e fontes do órgão confirmaram-me que isso se deveu ao desacordo de integrantes de altas fileiras do ICMBio com a política dos termos de compromisso.

O exemplo mais explícito a validar essa hipótese foi o que se passou no Parna de Aparados da Serra, em Santa Catarina, quando um termo já assinado pelo presidente do

ICMBio em 2013 foi na sequência revogado, lançando por terra uma negociação de anos com as comunidades quilombolas da região (Santilli, 2013). Logo após, o revés chegaria para os pescadores artesanais da Esec Tamoios, no Rio de Janeiro. Ali, os termos foram assinados em 2014, com festividades e publicidade em vários âmbitos, mas, em abril de 2015, o então presidente do ICMBio compareceu a uma reunião do Conselho Consultivo da unidade e teria informado, segundo Chada (2015, p. 783), “que a direção do ICMBio errou, que o TAC [sic] era muito permissivo, comprometedor para o instituto e inviável para assinatura”. A decisão só foi revertida em 2017, possibilitando afinal a assinatura do termo.

O conteúdo do levantamento cuja publicação teria sido vetada em 2012 veio parcialmente a público em 2015, em artigo individualmente assinado pelos servidores envolvidos em sua elaboração (Madeira *et al.*, 2015). Segundo esse trabalho, que já mencionamos na introdução, entre as unidades de conservação de proteção integral com algum tipo de conflito de sobreposição, foram identificadas 53 demandas pela implementação de termos de compromisso. Até 2015, porém, apenas oito instrumentos encontravam-se em implementação. Um dos problemas é que, muitas vezes, os setores contrários à assinatura dos termos travam a tramitação dos processos sem, contudo, ter a prática transparente de registrar seus argumentos em pareceres, notas, memorandos. Isso foi apontado também pelos entrevistados de Talbot:

Segundo entrevistados, em geral o processo paralisa em determinado setor por haver discordância em relação tanto a questões específicas quanto à celebração do Termo de Compromisso como um todo, *e os servidores responsáveis pelos setores não desejam manifestar por escrito as razões da(s) discordância(s), ou por postura ideológica ou por não haver justificativa técnica que impeça o andamento do processo.* Obviamente não é obrigatória a concordância de um servidor aos termos do processo, mas é indispensável que sua posição seja manifestada por escrito e assim o processo possa seguir seu curso natural na instituição. (2016, p. 74-75, grifos meus).

De 2017 a 2018, após o golpe que resultou no *impeachment* de Dilma e em meio a um contexto político atravessado por indefinições, a agenda dos termos de compromisso acabou encontrando espaço para avanços, embora ainda aquém da demanda. Dez termos foram assinados nesse período, inclusive com as famílias do Parna da Serra do Pardo, no Xingu, e da Esec da Terra do Meio, no Iriri. No total, encontram-se atualmente vigentes vinte termos envolvendo indígenas, quilombolas, comunidades tradicionais e agricultores

familiares que tiveram todo ou parte de seu território sobrepostos por unidades de conservação.

Há contradições importantes que cercam o termo de compromisso. Uma delas é a distinção instaurada pelo órgão ambiental entre “moradores”, ou “residentes”, e “usuários” (ou “residentes do entorno”) das unidades de conservação, com frequência prevendo termos em separado para esses grupos. Talbot (2016, p. 103) lembra o quanto essa possibilidade já foi considerada um avanço interno do órgão em relação a uma interpretação mais restritiva, que só considerava como interlocutor desse tipo de negociação os grupos cuja residência se situasse no interior das unidades. Enquanto divisão estanque, essa distinção instaura uma dicotomia frequentemente alheia à territorialidade de muitos grupos, incluindo das famílias do beiradão do Xingu e do Iriri.

Dessa forma, tal como o Snuc, os termos de compromisso são, assim, instrumentos atravessados por contradições, refletindo disputas de força entre visões diversas e, por vezes, opostas, de se conceber a relação entre povos e comunidades tradicionais e conservação ambiental¹²⁹. Por um lado, são uma resposta do Estado à luta concreta de coletivos impactados por essa situação, muitos deles batalhando contra diversas formas de invisibilidade, especialmente aqueles que não são respaldados por instrumentos constitucionais explícitos, como indígenas e quilombolas. Por outro, justamente por serem uma resposta do Estado, os termos de compromisso trazem em seu desenho uma configuração de polos opostos em disputa, sem remover, assim, certos vetores problemáticos de expropriação desses grupos.

É em balizas semelhantes que o manual de atuação do MPF estabelece sua posição em relação aos termos de compromisso. Para o órgão, a IN 26/2012 é problemática, pois ignora o princípio da consulta livre, prévia e informada previsto na Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT): “Embora preveja a formulação dos termos de compromisso de forma participativa, não condiciona o reassentamento das populações tradicionais ao consentimento prévio e informado dos grupos interessados” (Brasil, 2014, p. 22). Um caminho possível, para o MPF, seria afastar a transitoriedade do instrumento,

¹²⁹ Barretto Filho, ao longo de sua análise da criação de unidades de conservação de proteção integral na Amazônia durante o regime militar, nos lembra o quanto as normas e os conceitos presentes em disposições normativas e planos governamentais da área “resultam de lutas históricas específicas entre diferentes projetos e concepções, representando sempre uma cristalização provisória da correlação de forças entre os agentes que as produziram” (Barretto Filho, 2001, p. 18).

de modo a “alargar” a definição de termo de compromisso, de maneira a abranger outros arranjos possíveis, “como o Plano de Uso Tradicional, que considera o planejamento participativo do uso da terra como parâmetro para a regulamentação de atividades passíveis de realização” (Brasil, 2014, p. 30)¹³⁰.

6.2 ICMBio, sobreposições e o parecer da AGU de 2021

Em 2021, a agenda dos termos de compromisso é surpreendida com uma novidade. Trata-se de parecer da procuradoria federal especializada junto ao ICMBio acerca da compatibilização de atividades de populações tradicionais com os objetivos de unidades de conservação de proteção integral. O documento, em seus próprios termos, busca “apontar uma mudança de paradigma em como devem ser tratados os conflitos gerados pela sobreposição dessas Unidades de Conservação com territórios tradicionais, a partir de uma releitura daquele marco normativo [art. 42 do Snuc], passando por um filtro constitucional e convencional e interpretação sistemática em relação ao ordenamento jurídico vigente” (p. 1).

O parecer parte de informação técnica realizada por servidores do ICMBio ligados à Coordenação Geral de Gestão de Conflitos (Cogecot), justamente o setor responsável pelo levantamento mencionado na seção anterior. A nota técnica produzida resgata esse material, trazendo um panorama sobre as chamadas *interfaces*, ou sobreposições territoriais, envolvendo unidades de conservação federais, inclusive em relação à demanda e implementação de termos de compromisso.

Na sequência, o parecer dedica uma seção a cada tipo de interface — indígenas, quilombolas e o conjunto das demais comunidades tradicionais. Sobre estas últimas, ressalta que a própria designação “comunidades tradicionais” constitui categoria ampla, diversa e dinâmica, consignando importância a estudos antropológicos que realizem “a

¹³⁰ Esse caminho está há algum tempo em curso, por exemplo, na região da Jureia, onde importantes movimentos têm sido traçados por caiçaras que se viram impactados pela criação da Esec Jureia-Itatins, em 1986 (Castro, 2017). Tal embate, que já leva três décadas, resultou na emergência de uma identidade e de uma agência política (Monteiro, 2002). Nesse caso, os caiçaras não só estabeleceram alianças com setores da academia e da Justiça, mas têm, eles mesmos, buscado levar suas práticas e regimes de conhecimento para esses âmbitos, pautando seu pleito territorial ante investidas constantes da Fundação Florestal, órgão ambiental do governo de São Paulo. O Plano de Uso Tradicional que apresentaram à Fundação, em 2018, contendo um projeto de governança territorial com objetivo de garantir a presença das famílias tradicionais em seus territórios de origem, é uma expressão dessa forma de atuação política (União dos Moradores da Jureia, 2018).

caracterização do modo de vida tradicional das comunidades, a identificação de saberes que promovam, a conservação ambiental e a compatibilidade das atividades desenvolvidas com a adequada proteção à preservação ambiental” (p. 8).

Com efeito, o parecer acolhe e incorpora diversas ponderações mobilizadas de forma reiterada por juristas, acadêmicos e representantes de povos e comunidades tradicionais nesse debate, principalmente uma releitura do artigo 42 do Snuc que, nos termos do próprio parecer, “passe por um filtro constitucional e convencional e uma interpretação sistemática em relação ao ordenamento jurídico vigente” (p. 10). Em outras palavras, uma interpretação em consonância com princípios da Constituição de 1988 de dignidade, autonomia, mínimo existencial (entendido “como piso, e não como teto”) e reconhecimento, bem como direitos territoriais respaldados pela Convenção 169 da OIT. Uma leitura, ainda, que leve em conta a legislação infraconstitucional brasileira que, segundo os procuradores da AGU, aponta

uma mudança de paradigma em como devem ser tratados os conflitos gerados pela implantação de Unidades de Conservação de Proteção Integral em territórios tradicionais. Cumpre abandonar a postura, no geral, passiva de outrora — ressalvados os exitosos casos relatados, que fecha os olhos para o problema e agrava a invisibilidade dos povos e comunidades tradicionais em prol da integridade de um regime de proteção integral abstrato. Passa-se a enfrentar em concreto a sobreposição de políticas públicas de igual modo garantidas constitucionalmente, de forma resolutiva, dinâmica e dialógica.

Em suas últimas seções, o parecer se debruça, então, nos mecanismos concretos que poderiam efetivar essa dita mudança de paradigmas. Um deles seria uma mudança nos próprios termos de compromisso, que “passe a considerar a possibilidade de manutenção permanente das populações tradicionais inerentes à diversidade biocultural afeta à unidade de conservação” (p. 20), o que poderia se concretizar por meio de um prazo de vigência indeterminado, não condicionado a qualquer tipo de solução mais permanente.

Outra possibilidade, vista com bons olhos pelos procuradores da AGU, seria a utilização de contratos de concessão de direito real de uso (CCDRU) nos casos de sobreposição. Trata-se de um instrumento jurídico pelo qual o ICMBio concede a associações representativas das comunidades tradicionais o direito real de uso sobre áreas

públicas das quais detenha a dominialidade no interior de unidade de conservação. Por ser “juridicamente mais robusto”, explicam os procuradores, a CCDRU:

poderia melhor selar uma verdadeira aliança em prol de salvaguardar e promover os direitos das comunidades tradicionais inerentes ou inatos [sic] às unidades de proteção integral, cujos modos de fazer, viver e criar são fundamentais para a conservação da biodiversidade em uma determinada área geográfica revestida de especial importância ambiental, ou seja, formaliza uma dupla proteção (p. 20).

O parecer indica, ainda, outro meio, que não seria excludente em relação ao do termo de compromisso ou à CCDRU, que seria a incorporação, no plano de manejo da unidade de conservação, de um zoneamento administrativo específico voltado aos territórios tradicionalmente ocupados em questão. Os acordos de gestão também são mencionados como mais um tipo de instrumento de “conciliação/conformação” possível de ser empregado nas situações de sobreposição. Preconiza-se, adicionalmente, a criação de uma câmara técnica no âmbito dos conselhos consultivos das unidades de conservação em questão, para que constitua um espaço de discussão das medidas. Por fim, o parecer menciona também a desafetação parcial e a recategorização — meios que os procuradores acreditam que devam ser os últimos empregados, após esgotadas as possibilidades de compatibilização propiciadas pelos anteriores.

Em sua seção de conclusão, os procuradores da AGU recomendam:

- (1) a reavaliação dos termos de compromisso até então celebrados com populações tradicionais inerentes, sob a lógica da transitoriedade (regime de transição), sem que se frustrate a confiança legítima depositada nos atos administrativos já praticados; e
- (2) a conformação no plano de manejo, em zoneamento específico, da gestão e do manejo dos recursos naturais do espaço territorial em regime de dupla afetação - ou dupla proteção.

O parecer em questão foi acolhido pelo procurador-chefe da PFE junto ao ICMBio, Dilermando Gomes de Alencar, em manifestação de 8 de novembro de 2021 (Despacho 635/2021/GABINETE/PFE-ICMBIO/PGF/AGU). Em seu contundente despacho, Alencar destaca que o parecer em questão constitui uma “ruptura” com as práticas do instituto até o momento:

Nesse sentido, e até para fins de demonstrar a ruptura, penso que o Parecer ora aprovado também nos faz alguns comentários sem o dizer: a) “olha como a gente, enquanto Instituto, armou uma interpretação do

SNUC para nos blindar das populações tradicionais; b) olha como se preferiu a lavratura dos autos de infração em massa em face das populações em detrimento da busca de soluções equilibradas e consensuais; c) olha como, sob o argumento de máxima proteção ambiental, não se pensou na violação a direitos dessas populações. Eu penso, pois, que se trata de um grito. Mas há o direito ao grito. Nessa perspectiva, eu não gostaria que o presente trabalho fosse lido impunemente, ele deve gerar no leitor uma crítica interior (quem sabe um mal estar) e um desejo de fazer de um outro modo. E, para que isso ocorra, algo na lógica institucional precisa ruir.

Nesse sentido, as proposições jurídicas elencadas pelo procurador em seu despacho são:

- o artigo 42 precisa ser interpretado em conformidade com a Constituição e, nesse sentido, as populações reconhecidamente tradicionais apenas serão reassentadas, caso assim o queiram;
- não sendo o desejo dos tradicionais o reassentamento, o ICMBio deve proceder a um estudo que culmine em medidas práticas de compatibilidade, aí incluídos os usos diretos;
- os instrumentos jurídicos que contemplem a compatibilização deverão possuir natureza perene;
- os termos de compromisso apenas devem ser utilizados de forma absolutamente excepcional devendo haver, em cada caso, um processo simultâneo com vistas a determinar medidas e instrumentos com caráter perene;
- não se admite a prorrogação do termo de compromisso, por ausência de previsão legal e por se tratar de instrumento precário. Para os fins de incidência dessa regra, deverá ser observado um prazo de transição, conforme modulação a ser definida no âmbito do Comitê Gestor;
- populações tradicionais apenas usuárias também devem ser beneficiadas com instrumentos de gestão e compatibilidade;
- o acesso aos sítios considerados sagrados deve ser compreendido como uso direto possível exigindo-se o respectivo regramento.

Alencar afirma ainda que espera que a aprovação do parecer em caráter vinculante faça com que a discussão sobre a pertinência da compatibilização das comunidades tradicionais em UCs perca força, permitindo se fortalecerem os esforços centrados na operacionalização da compatibilização. “O foco muda”, afirma o procurador-chefe, “o avanço em termos de segurança jurídica se apresenta como possível e um novo cenário se desenha” (p. 3).

Reconheço a clareza e a contundência do parecer e, principalmente, do despacho que o aprovou e dali derivou proposições jurídicas. Vejo que ele acolhe argumentações mobilizadas por juristas, cientistas e representantes de povos e comunidades tradicionais. Se algo, apenas o parágrafo 44 do parecer me chama a atenção quando fala de um divisor a separar “populações tradicionais *inerentes* à diversidade biocultural afeta à unidade de conservação das populações tradicionais residentes que não precisam e não dependem de um espaço necessário e inamovível para sua identidade ser afirmada” (p. 9-10, grifo meu). A autoria da concepção da distinção é atribuída ao procurador da AGU Marcelo Kokke, e pauta a questão central de toda a manifestação jurídica em tela, que é uma reinterpretação do art. 42 do Snuc. Nesse cenário, o artigo e suas menções a reassentamento só se aplicariam ao segundo grupo de populações, que não teriam um vínculo territorial. Minha preocupação, nesse caso, é que o termo “inerente” de alguma forma reponha uma substancialização da noção de povos e comunidades tradicionais, e que se reabra aqui margem para arbitrariedades a partir de análises unilaterais e limitadas de grupos concretos, com base nessa reposição¹³¹.

6.3 Termos de compromisso no Xingu e Iriri

Vimos no capítulo anterior como os relatos das famílias do Xingu e Iriri caracterizaram a atuação dos órgãos ambientais nos primeiros anos após a criação do Parna da Serra do Pardo e da Esec da Terra do Meio, marcada por uma ênfase em ações de fiscalização ambiental junto a beiradeiros e colonos, das quais emergem memórias de abordagens violentas. Embora violências e violações em eventuais abordagens de fiscalização também figurem em relatos das famílias nos anos que seguem, beiradeiros assinalam uma mudança na postura do órgão com a mudança no quadro de servidores¹³²

¹³¹ O próprio parecer, em outro momento, destaca que a definição jurídica de povos e comunidades tradicionais constante da Política Nacional de Desenvolvimento de Povos e Comunidades Tradicionais (instituída pelo Decreto 6.040/2007) seria composta de elementos “subjetivos” (autorreconhecimento) e “objetivos” (formas próprias de organização social, ocupação e utilização tradicional de territórios e recursos naturais como condição para reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição). A presença desses critérios, dizem os procuradores, “é necessária para a caracterização de tais populações como tradicionais, sob pena de banalização dos conceitos e extensão indevida da tutela conferida” (p. 7). Por isso, jogam peso na realização de estudos antropológicos que possam aferir esses critérios.

¹³² Embora haja uma mudança na interlocução, o passivo da violência marca essa relação, que permanece assimétrica, como já indicaram Alarcon e Torres (2014, p. 56-7). Uma jovem do Iriri sintetiza bem essa ideia, quando lembra de uma abordagem particularmente traumática e violenta que aconteceu antes de 2011,

— o que se dá em 2011, no caso da Esec, com a chegada de Tathiana Chaves de Souza, e em 2013, no caso do Parna, com a entrada de Leidiane Diniz Brusnelo. Note-se que, em 2012, também são finalmente criados os conselhos consultivos das duas unidades de conservação. E é no bojo dessas mudanças que se dá início à elaboração de termos de compromisso com os povos e comunidades tradicionais ligados a ambas as áreas¹³³.

Ambos os processos envolveram algum tipo de consultoria especializada para realização de diagnósticos da situação das famílias no Xingu e Iriri. No caso da Esec da Terra do Meio, essa consultoria foi coordenada pelo cientista social Mauricio Torres, sob contrato da Associação dos Moradores da Resex Riozinho do Anfrísio, e resultou no livro, em coautoria com a antropóloga Daniela Fernandes Alarcon, “*Não tem essa lei no mundo, rapaz!*”: *A Estação Ecológica da Terra do Meio e a resistência dos beiradeiros do alto rio Iriri* (Alarcon, Torres, 2014). O material contém não apenas uma caracterização da situação das famílias no alto Iriri, como também traz um relato das intensas reuniões realizadas em 2013 em torno da minuta propriamente do documento, concluída nesse ano e submetida a tramitação no órgão¹³⁴.

No caso do Parna da Serra do Pardo, fui a consultora contratada pelo ICMBio para coordenar a realização de um diagnóstico socioeconômico e um mapeamento de usos, que contou com apoio do ISA, resultando no relatório *Nem na unha, nem na fome: resistência camponesa às margens do Xingu*¹³⁵. Também realizamos oficinas, com o intuito de formalizar uma proposta da comunidade de minuta de documento, que foi concluída e submetida à tramitação nas coordenações e diretorias do ICMBio em 2015.

Vale notar que, em 2018, o ICMBio contratou o ISA para um trabalho semelhante de diagnóstico de termo de compromisso, mas voltado especificamente às chamadas

quando servidores ambientais vasculharam a casa de sua mãe, apreendendo até facas de cozinha, caracterizadas como armas brancas: “Mas foi só essa vez, também. Depois disso, aí eles já vieram mais pra conversar, tudo. *Mas sempre quando a gente via eles chegar, a gente já ficava com medo...*”.

¹³³ No Sistema Eletrônico de Informações (SEI) do governo federal, trata-se dos processos 02070.003074/2012-41 (Esec da Terra do Meio) e 02070.002530/2015-89 (Parna da Serra do Pardo).

¹³⁴ Para uma análise desse processo com foco na perspectiva da gestão, à luz dos preceitos da ecologia política, cf. Mello (2017).

¹³⁵ Destaco a participação de Camila Bonassio e Juan Doblás na coleta de dados e produção de mapas temáticos da ocupação beiradeira e de colonos no Xingu.

famílias “usuárias” das unidades de conservação¹³⁶. Nesse trabalho, participei com contribuições acerca do Xingu.

Em relação à Esec, na esteira do processo de elaboração do termo de compromisso, a Procuradora da República no município de Altamira Thais Santi instaurou em 2013 Inquérito Civil Público com o objetivo de avaliar a demanda das famílias de permanecerem no local, “não obstante a afetação da área como unidade de conservação de proteção integral”. A questão do MPF é que a obrigatoriedade de que constasse no termo uma cláusula de saída, pactuando condições para o reassentamento, violava os direitos das famílias, na medida em que acaba condicionando direitos previstos no termo de compromisso a uma concordância das famílias em deixarem seus locais. Em ata de reunião realizada em 2014, entre ICMBio e MPF, relata-se da seguinte forma a posição do MPF:

Com relação aos ribeirinhos, o MPF afirmou a necessidade de pactuação de um Termo de Compromisso que estabeleça as condições de permanência respeitando a participação livre e efetiva das comunidades tradicionais na construção da solução definitiva, em respeito às normas que garantem o seu modo de vida e o direito de participar das decisões que os afetam. [...] Nesse cenário, seria absolutamente prematuro falar em pactuação de condições de saída com os ribeirinhos, primeiro porque é extremamente difícil, no contexto atual, que se encontre um local para reassentamento e, ademais, porque não houve espaço de diálogo livre com a comunidade, tendo o próprio MPF presenciado a manifestação dos moradores no sentido de que não estavam dispostos a sair da ESEC. *Portanto, o Termo de Compromisso não poderia contemplar a cláusula das condições de saída, pactuada sem a liberdade necessária dos envolvidos, jamais atingida no contexto atual em que dependem dos Termos de Compromisso para ter acesso a políticas essenciais e são informados de que o Termo de Compromisso depende da pactuação das condições de saída.* (ICMBio, 2012, fls. 274, grifos meus)

¹³⁶ Esse contrato estava voltado principalmente às famílias de povos e comunidades tradicionais ligados à Esec da Terra do Meio, visto que o termo de compromisso do Parna da Serra do Pardo contemplava tanto moradores como usuários. No entanto, ao longo das oficinas, seu Edimilson, veterano beiradeiro do Xingu, em uma visita, junto com sua esposa Elisa, a sua antiga colocação de seringa, no rumo das cabeceiras do rio Pardo. Nesse percurso, é possível entender alguns aspectos extremamente relevantes para a discussão. A extensão do território tradicionalmente ocupado é ilustrada pela distância entre a atual casa de seu Edimilson, às margens do Xingu, e sua antiga morada, em uma das colocações mais remotas do rio Pardo. Além disso, esse curso d’água marca a divisa entre a Resex Rio Xingu, o Parna da Serra do Pardo e a Esec da Terra do Meio (cf. Mapa 5). Desse modo, a antiga colocação de seu Edimilson encontra-se no interior da estação ecológica, e o filme mostra como nesse percurso também ficaram castanhais — estes ainda em uso por parte de famílias beiradeiras.

Com base nisso, o MPF solicitou a elaboração de laudo pericial, coordenado pelo antropólogo Mauro William Barbosa de Almeida e, de forma adjunta, por mim, cujos trabalhos culminaram na recomendação “de que a existência de comunidades de moradores com baixíssimo impacto ambiental seja reconhecida na Estação Ecológica da Terra do Meio, sujeita a regras de uso consensuadas que assegurem para o futuro a continuidade do modo de uso tradicional” (Almeida *et al.*, 2018, p. 29).

Após quase uma década de espera, e pela pressão conjunta das famílias beiradeiras, do MPF, de pesquisadores e organizações da sociedade civil, os termos de compromissos de moradores da Esec e de moradores e usuários do Parna foram assinados, no apagar das luzes de 2018. Embora difiram em alguns pontos, os documentos, de um lado, efetivamente registram o reconhecimento da presença das famílias e de certos direitos sobre um território tradicionalmente ocupado, principalmente às atividades consorciadas de agricultura e extrativismo. De outro, padecem das limitações já mencionadas na seção anterior, como, por exemplo, impedimentos às formas dinâmicas e tradicionais de gestão do território. Os termos não respaldam, por exemplo, o retorno de famílias ou a atividade da caça de subsistência. No caso da Esec, o termo ainda submete certos aspectos do modo de vida tradicional ao juízo do órgão ambiental, como a construção de moradias em caso de novas unidades familiares. Por fim, ambos estão inscritos em um período delimitado de vigência, de cinco anos, que finda no já próximo final de 2023. Ainda que os textos reafirmem a participação das famílias na construção dessa solução, a fixação de uma vigência pode lançar novamente os grupos em uma situação de vulnerabilidade, ainda mais tendo em vista as dinâmicas recentes da grilagem e do desmatamento, que veremos na seção seguinte.

6.4 O contexto regional recente

“Sonhei que eles voltavam pra tirar a gente daqui”, disse-me recentemente uma beiradeira do Xingu. A ameaça de expulsão que invadia a subjetividade de minha amiga não era, dessa vez, oriunda de agentes armados do órgão ambiental que tanto marcou nossas conversas em minhas primeiras estadias em campo. Provinha, isso sim, das perspectivas de retorno da grilagem que expulsou muitas famílias entre as décadas de 1990 e 2000.

Em meados da década de 2010 — cerca de dez anos após a criação da maioria das unidades de conservação do mosaico da Terra do Meio — a contenção da grilagem efetivada pela criação das unidades de conservação, que vimos no capítulo anterior, começa a se modificar. Estudo de Doblás (2015) já apontava um recrudescimento das pressões sobre as áreas protegidas, inclusive nas terras indígenas, notadamente especulação fundiária, pecuária e extração de madeira. Dentre os fatores responsáveis por essa tendência, Doblás identifica fatores externos e internos: “externos, como as políticas governamentais voltadas ao agronegócio em prejuízo de aspectos socioambientais, e fatores internos, como o aumento da demanda de terra e madeira ligada à implantação da usina hidrelétrica (UHE) Belo Monte e ao asfaltamento da BR-163, entre outros” (2015, p. 10).

Com efeito, a máfia da exploração ilegal de madeira terá um papel cada vez mais importante no modo como a grilagem vai se reinventar para voltar a avançar sobre a região e sobre o território de povos e comunidades tradicionais na Terra do Meio. A pesquisa de Torres *et al.* sobre as conexões entre grilagem e desmatamento no sudoeste paraense, publicada no início de 2017, vai demonstrar como a exploração madeireira é a continuidade da apropriação privada e ilegal das terras que vieram a se tornar unidades de conservação (2017, p. 185), chamando a atenção, em sua conclusão, para o fato de que

Trata-se de uma atividade que, apesar dos impactos causados, não é contabilizada oficialmente como desmatamento propriamente dito. Se, em termos de dano ambiental, a diferença não é tão relevante, em termos políticos, é bastante substancial: se houve redução na curva de desmatamento na região do oeste paraense após 2004, isso se deve, em boa parte, à alteração do crime ambiental praticado, em função da mudança do status fundiário das áreas para a condição de UCs, e a um detalhe técnico, o fato de o saqueio madeireiro não ser computado na coluna intitulada “desmatamento”. Isso rendeu injustos elogios à gestão ambiental brasileira da gestão Marina Silva no MMA e, no mínimo, poupou de críticas mais severas as gestões que se sucederam. Frise-se que, para a compreensão adequada do quadro aqui descrito, é inescapável atentar para a atuação das madeireiras no financiamento de campanhas eleitorais (Torres, 2016). Se o Estado se omite, o faz para favorecer interesses com os quais firmou alianças (2017, p. 185).

Os resultados dos estudos de Doblás (2015) e Torres *et al.* (2017) deixam claro que, já desde o mandato de Dilma Rousseff, a especulação e o saque na Terra do Meio encontravam não apenas brechas e omissões, mas, em alguns casos, efetivos estímulos,

como a UHE Belo Monte e sua reverberação na invasão de terras indígenas e unidades de conservação para extração de madeira. Para além das políticas públicas, há que se destacar também a força crescente do discurso antiambiental, que vinha ao longo dessa década ganhando mais e mais representantes no Congresso, de que testemunha a votação do Código Florestal, em 2012 (Souza *et al.*, 2019).

De 2016 em diante, com o golpe que constituiu o impeachment de Rousseff, esse quadro se aprofundou. Coletânea de Futada *et al.* (2019) sobre o estado das áreas protegidas na Amazônia, com dados consolidados até 2017, mostra como unidades de conservação e terras indígenas na região do médio Xingu figuravam com destaque em diversos índices: pressão, abertura de estradas não oficiais, degradação, desmatamento. Sobre este último, nos marcos desse estudo, Martins *et al.* (2019) registram, por exemplo, que a taxa anual média de desmatamento entre 2015 e 2017 foi de 7.015 km², 35% acima da mais baixa taxa registrada desde que o sistema do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe) começou a operar, em 1988. Em sua análise, pontuam que, entre os fatores que contribuíram para o aumento do desmatamento, estão:

- i) as mudanças no novo Código Florestal em 2012, com uma série de concessões e fragilização das leis ambientais (Araújo *et al.*, 2017);
- ii) a redução nas operações de comando e controle; e
- iii) o baixo cumprimento dos acordos de Desmatamento Zero dos setores da pecuária e da soja” (Martins *et al.*, 2019, p. 4).

Dentre as áreas que mais sofrem pressão na Amazônia — por pressão, os autores entendem “a detecção de imóveis rurais com desmatamento acima de 20% de sua área situados dentro de APs [áreas protegidas] que admitem propriedades em seu interior; e quando detectamos um imóvel dentro da área de uma AP que não admite esses imóveis” (Martins *et al.*, 2019, p. 2) — quatro situam-se no interflúvio do Xingu e Iriri ou seu entorno, como se vê na Imagem 25.

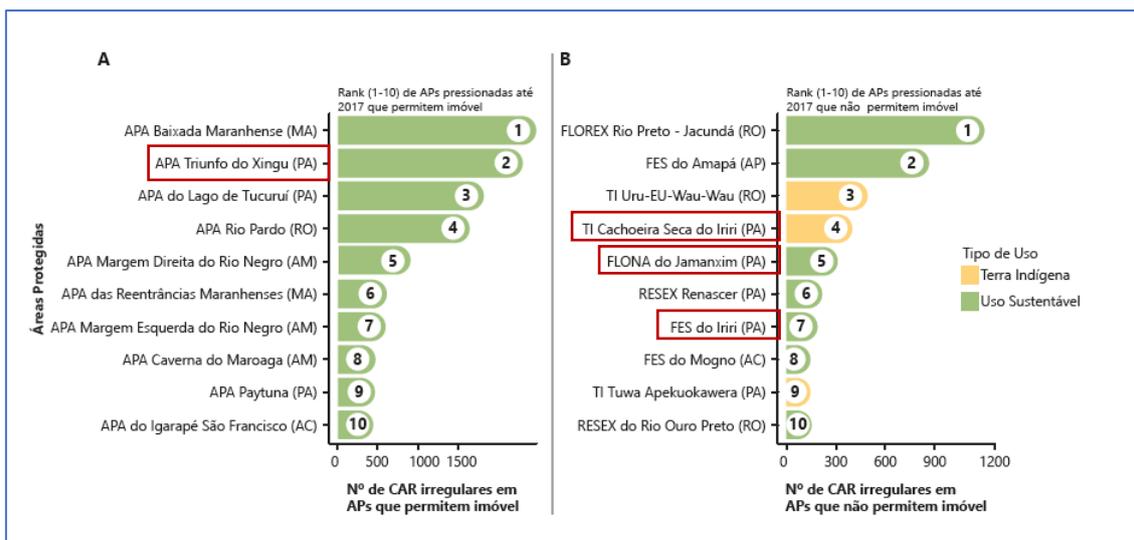


Imagem 25. Áreas protegidas na Amazônia sob pressão, divididas entre as que permitem imóveis privados em seu interior (A) e as que não permitem (B), com destaque em vermelho para as que se situam na região do médio Xingu e Iiriri. Fonte: Martins *et al.* (2019), com destaque meu.

Com a eleição de Jair Bolsonaro, em 2018, tais dinâmicas agravam-se, assentadas em uma série de elementos — desde a retórica do presidente, passando por projetos de lei e medidas provisórias, até a flexibilização e desmonte das políticas ambientais e indigenistas. Para Barretto Filho, em uma análise que acompanho, há continuidades e rupturas no governo de Bolsonaro, configurando uma “combinação peculiar” (2020, p. 5). De um lado, “a reativação de concepções geopolíticas autoritárias baseadas em preceitos de ‘segurança nacional’ e uma visão militarista de soberania, fundada na noção de ‘fronteira viva’, ou vivificada pelas já referidas atividades econômicas neoextrativistas convencionais”, justapostas a um desbloqueio completo dos vetores que historicamente caracterizaram a economia de fronteira, desbloqueio promovido “por meio tanto de posicionamentos públicos, quanto de medidas governamentais” (Barretto Filho, 2020, p. 5-6).

Não seria possível, evidentemente, buscar dar conta aqui de todos os elementos desse desmonte — a notória “boiada” —, tamanha é sua extensão¹³⁷. Mas vale destacar algumas de suas reverberações na região do Xingu.

¹³⁷ Vale, porém, destacar dossiê realizado pela Associação Nacional dos Servidores da Carreira de Especialista em Meio Ambiente (Ascema), com uma extensa retrospectiva sobre os ataques ao meio ambiente e aos trabalhadores da área ambiental (Ascema, 2020), bem como a ação de improbidade administrativa movida em julho de 2020 pelo MPF contra o Ministro de Estado do Meio Ambiente, Ricardo Salles, por desestruturação normativa (quando decisões assinadas por Salles teriam contribuído para enfraquecer o arcabouço de leis ambientais); desestruturação dos órgãos de transparência e participação (como no episódio do esvaziamento de conselhos consultivos); desestruturação orçamentária; e

O Xingu e seus povos e comunidades tradicionais estão dentre as áreas mais afetadas. Em 2019, primeiro ano de mandato de Bolsonaro, explodiu a invasão de unidades de conservação e terras indígenas no Xingu por grileiros, madeireiros e garimpeiros, e, com ela, os índices de desmatamento (Harari, 2019). Em 2020, a pandemia não colocou freio ao saque, antes propiciou sua intensificação e trouxe uma camada a mais de ataques aos povos da região, com a multiplicação dos casos de Covid-19 entre indígenas dessas áreas (Harari, 2020).

Em outro plano, relatório do ISA sobre a agenda socioambiental no Congresso chamou a atenção para as tentativas de enfraquecer o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (Snuc) no Congresso, no Judiciário e nos governos:

As propostas com esse objetivo visam: 1) redução da extensão de unidades específicas, em geral estimulada pela ocupação irregular; 2) recategorização de áreas para reduzir a proteção e permitir atividades antes proibidas; e 3) instituição de mecanismos que condicionem a formalização das UCs à sua regularização fundiária, em alguns casos sob pena de anulação do decreto de criação da unidade (Santilli et al., 2020, p. 50).

Nesse sentido, no Xingu e Iriri, um ano após a criação do parque nacional da estação ecológica, ambos já eram objeto de um projeto de lei (PL) para desafetação de áreas (PL 6.479/2006). Torres, comentando esse processo, analisa cada um dos polígonos implicados para concluir que o projeto “alega defender interesses de ‘moradores tradicionais’ quando, na verdade, defende avidamente o interesse de pessoas autuadas por crimes ambientais e acusadas pelo Ministério Público Federal por grilagem de terras” (2008b, p. 154)¹³⁸.

desestruturação fiscalizatória, que diz respeito ao desmonte de órgãos de fiscalização ambiental, como o Ibama e o ICMBio (MPF pede..., 2020).

¹³⁸ Embora não componha o mosaico da Terra do Meio, a proximidade e os atores envolvidos tornam relevante o caso da Floresta Nacional (Flona) Jamanxim, criada em 2006. O trabalho já mencionado de Torres *et al.* (2017) mostra como se constituiu, com base na política de “fato consumado”, a campanha pela redução dessa área protegida, situada no interflúvio do Xingu e Tapajós: “Segundo estudos do Imazon, a Flona Jamanxim é a terceira UC mais desmatada na Amazônia e a desafetação e/ou recategorização dessa unidade aprofundará ainda mais o desmatamento (Araújo et al., 2016). E, note-se, o desmatamento ocorreu, essencialmente, depois da criação da UC, de modo que sua desafetação ou recategorização para uma APA seria um verdadeiro prêmio ao desmatador e mais uma prova de que o que vale é o fato consumado — havendo invasão de terra pública e crime ambiental, o autor termina recompensado com a terra” (2017, p. 114).

Vale, ainda, comentar sobre como a grilagem avança não só no chão, mas no plano ideológico. Vejamos um exemplo. Em 21 de setembro de 2020, deu-se o primeiro dia da audiência pública convocada pelo ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Luís Roberto Barroso para debater a captação e o emprego de recursos ligados ao Fundo Nacional sobre Mudança do Clima¹³⁹. No fim da tarde, o último a tomar a palavra foi o integrante dos conselhos da Área de Proteção Ambiental (APA) Triunfo do Xingu e da Esec da Terra do Meio.

“Eu estou no meio e estou na Terra do Meio”, inicia o empresário, que afirma querer tratar ali de “todas as questões sociais empíricas” que vive. Segue-se uma apresentação arrebatada e profusamente ilustrada: “É muito difícil falar de tudo que a gente sente, do coração, de quem mora lá dentro, que tá todo dia vendo aquela dificuldade, vendo seus amigos, pessoas morrerem, como muitos ribeirinhos morreram abandonados quando foram criadas as Unidades de conservação lá na Terra do Meio”.

Com efeito, parece ali haver uma convergência profunda com outros trabalhos e sujeitos que atuam na defesa de direitos territoriais desses grupos. Não fosse, porém, a distorção do toque neoliberal: para o conselheiro, só existem, de um lado, o Estado e ONGs ambientalistas, de cujo conluio nasce o “imperialismo ecológico” que enseja os “problemas da Amazônia e do povo da Amazônia”, e, de outro lado, representantes de diversas “culturas” que figuram como massacradas e desprovidas de poder. Os grandes interesses econômicos, convenientemente, não são assim identificados. Não há classes, que dirá luta de classes. Nessa distorção, irmana-se o fazendeiro e o peão. O garimpeiro iguala-se ao dono do garimpo. Afinal, pergunta, “como é que você vai punir um desmatador, um garimpeiro, um pescador, um madeireiro se não tem plano de gestão [na unidade de conservação]?”. Argumentações como as de Norkey ignoram os comuns e propugnam o direito ao autogoverno das comunidades por meio de uma privatização do acesso à terra — que, pela experiência histórica, quanto mais individualizada e absoluta, mais vem a ameaçar essas próprias comunidades.

¹³⁹ Barroso é relator da Ação de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) 708, ajuizada pelo Partido Socialista Brasileiro (PSB), o Partido Socialismo e Liberdade (PSOL), o Partido dos Trabalhadores (PT) e a Rede Sustentabilidade, denunciando omissão do governo federal em relação ao Fundo Clima e a diversas ações e omissões na área ambiental.

Além disso, embora se coloque como grande defensor da diversidade cultural e crítico ao que vê como um colonialismo interno, seu resgate histórico, que passa pelos projetos do governo militar de “integração” da Amazônia, deixa entrever o mesmo racismo que perpassava as políticas de então, quando afirma que uma delas é uma cultura *produtiva*, deixando implícito que o que vinha antes não era.

Por que o governo militar na época não pegou o pessoal de Belém, que tinha acho que quase um milhão de habitantes na região metropolitana, e pegou e levou pra Marabá? Porque ele não queria aquela cultura pra desenvolver a Amazônia. Ele queria a cultura do gaúcho. Ele foi buscar pra levar pra Tucumã, uma cidade que eu estudei e morei lá, que eu moro na Amazônia há trinta anos, quando meu pai foi pra Serra Pelada ser garimpeiro. Ele trouxe essa cultura, ele foi no Rio Grande do Sul, a cinco mil quilômetros, levar gaúcho, paranaense para a Amazônia, com o intuito que aqueles gaúchos fizessem aquela cultura produtiva ser implementada na Amazônia.

Por fim, é importante lembrar que a grilagem e congêneres representam uma ameaça existencial aos direitos territoriais, mas uma de suas vias de atuação é comparecer onde o Estado se omitiu. Isso pode significar, por exemplo, custear uma escola voltada à famílias beiradeiras historicamente privadas do acesso a esse direito. Ou prover remoções médicas. Nesse sentido, compreender a dinâmica da grilagem e atividades correlatas é importante para compreender as perspectivas para a luta por direitos territoriais.

6.5 Daqui pra frente, como era antigamente

“Uma combinação de como era antigamente, não tem melhor. Acho que o presidente do ICMBio vai entender esse lado, de ficar como era antigamente”. O comentário-proposta foi enunciado por um senhor beiradeiro do Xingu, em 2017, durante uma oficina voltada a subsidiar a elaboração do termo de compromisso envolvendo as famílias da Resex Rio Xingu, muitas das quais tiveram áreas de extrativismo sobrepostas tanto pelo parque quanto pela estação ecológica. Nas várias localidades, essa ideia retornava quase sem variação: “A conversa certa é como antigamente”; “Tem que ser como era antigamente”; “Se ficar que nem antigamente, fica bom”; “Porque antigamente, antes de virar parque, todo mundo respeitava”; “Ficar hoje, daqui pra frente, como era antigamente”.

O conteúdo dessa noção era, nesses espaços, preenchido por uma série de elementos de um direito costumeiro e sua projeção no espaço. Em outras palavras, uma série de normas, princípios éticos e outras balizas do que se considera uma boa navegação social implicadas nas formas de relação com o território. Abertura de áreas de extrativismo, formas de transmissão de direitos de acesso e uso, conexões com os domínios do parentesco, vizinhança e compadrio — esses foram algumas das questões em torno das quais foi se preenchendo a noção de *antigamente*.

Meu argumento aqui é que não se deve tomar o corpo dessas descrições como um decalque, mais ou menos acurado, de um arranjo institucional situado em um período homogêneo e genérico anterior à criação das unidades de conservação restritivas. Como Furuie (2020) demonstrou, nesse passado genérico o direito costumeiro também era atravessado eventualmente pelo *carrancismo*, noção que sintetiza a arbitrariedade, a violência e a humilhação, geralmente ligada aos grandes seringalistas cujo domínio marcou o estabelecimento dos seringais e a própria constituição do beiradão.

Dessa forma, quando as famílias beiradeiras afirmam, em quase uníssono, que sua proposta para o conflito de sobreposição é se referenciar em *antigamente*, o que está na pauta não é um exercício de tradução, feito de uma perspectiva externa, que elenque da melhor, mais densa, mais etnograficamente amparada forma o que era feito antes da criação das unidades de conservação. O que está em jogo nesse *antigamente*, creio, é um projeto de futuro, tecido a partir de uma elaboração contemporânea baseada em uma experiência conjunta de reflexão política. Em outras palavras, algo que Klaas Woortmann já sintetizava, quando afirmava que “A tradição não é o passado que sobrevive no presente, mas o passado que, no presente, constrói as possibilidades de futuro” (1990, p. 17).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os objetivos deste trabalho se construíram no fio de incitações. No convite, por exemplo, de dona Edilberta, para deslindar os romances entranhados em *seu lugar*, na vila *beiradeira* onde nasceu, onde aprendeu a pegar menino e apreciar os poderes de São Sebastião. Um dos eixos desta tese foi, assim, o de dar vida a esse romance, combater a invisibilidade que cerca as marcas das relações antigas e complexas entre seres os mais diversos — humanos e não humanos. De entender que há nessa história uma mútua transformação, exemplarmente expressa na ideia de *amansamento*, que dá lugar a uma modo de vida distintivo, uma territorialidade específica.

Essa territorialidade, por sua vez, é marcada por algumas categorias, que busquei apresentar: *união*, *fartura* e *respeito*. Antes que condições inerentes a esse modo de vida, tais categorias apontam para valores, para ideais de vida que se buscam concretizar, mas que são frequentemente impactados ao longo da história beiradeira no Xingu e Iriri. Isso porque, em contraste com noções estereotipadas que caracterizam as famílias beiradeiras sob o signo do isolamento, sua história mostra algo bastante diferente, de envolvimento com fluxos e dinâmicas locais, regionais, nacionais e internacionais. Fluxos dentre os quais o que resultou na criação das unidades de conservação restritivas sobre esses territórios tradicionalmente ocupados.

Nesse ponto, voltei-me ao chamado de Jorge, que trago como epígrafe desta tese: antes de implementar políticas, há que se pensar o que o governo fez — e o que ele não fez. “Esse é o detalhe”, me disse. Foi com esse espírito de mapear ações e omissões que a segunda metade desta tese se constrói, de modo a fazer do detalhe o primeiro plano. Contribuir, em suma, para deslindar a forma com que políticas ambientais foram implementadas nesses territórios, de que modo se relacionaram com as famílias beiradeiras e de quais maneiras esse conflituoso encontro pode iluminar não apenas a reflexão acadêmica sobre conservação e comunidades tradicionais, mas também o campo das políticas aí implicadas.

Por fim, é impossível elaborar uma conclusão que recapitule os objetivos e os limites desta tese sem uma alusão ao contexto em que é escrita. Sem pensar, por exemplo, que este texto começa a ser redigido em um 5 de setembro de 2022 tragicamente irônico, em que a celebração do dia da Amazônia é marcada pelos anúncios da explosão nos

índices de queimadas e desmatamento na região, bem como dos índices de violência contra povos e comunidades tradicionais¹⁴⁰. Impossível não pensar, porém, como esta escrita termina nos primeiros dias de novembro, após o pleito presidencial que derrotou Jair Bolsonaro e elegeu Lula para seu terceiro mandato. Dias aliviados em que esboçamos, com ousadia, o uso do pretérito perfeito para falar dessas violências, na esperança de que, no esforço de reconstrução, elas se tornem passado e outros caminhos sejam abertos.

No entanto, para que essa abertura de caminhos se assemelhe mais à libertação dos rios do que ao corte de estradas na floresta, convém que a história e a memória, pautadas pelos povos e comunidades delas portadores, estejam presentes em cada passo do processo. Que as marcas se tornem marcos de novas políticas territoriais que olhem para esses territórios por inteiro, todos os seus seres. Concepções que visibilizem os lugares e seus romances e permitam florescer as terras vestidas de projetos de futuro.

¹⁴⁰ O mais recente relatório do Conselho Indigenista Missionário (Cimi) sobre violência contra os povos indígenas no Brasil registrou 305 ocorrências de invasões a territórios indígenas em 2021, quase o triplo do que foi computado em 2018, antes da eleição de Jair Bolsonaro. Além disso, sinaliza que essas violências não só aumentaram, como desenvolveram “estabilidade e uma estrutura orgânica própria, que existe e funciona com a convivência e graças à omissão, também sistemática, do Estado” (Conselho Indigenista Missionário, 2022, p. 93). Quilombolas, camponeses e outros povos e comunidades tradicionais também foram alvo de crescentes ameaças e pressões, denunciadas por movimentos sociais e entidades da área.

EU SEI PELO FORMATO DO RIO





2



3

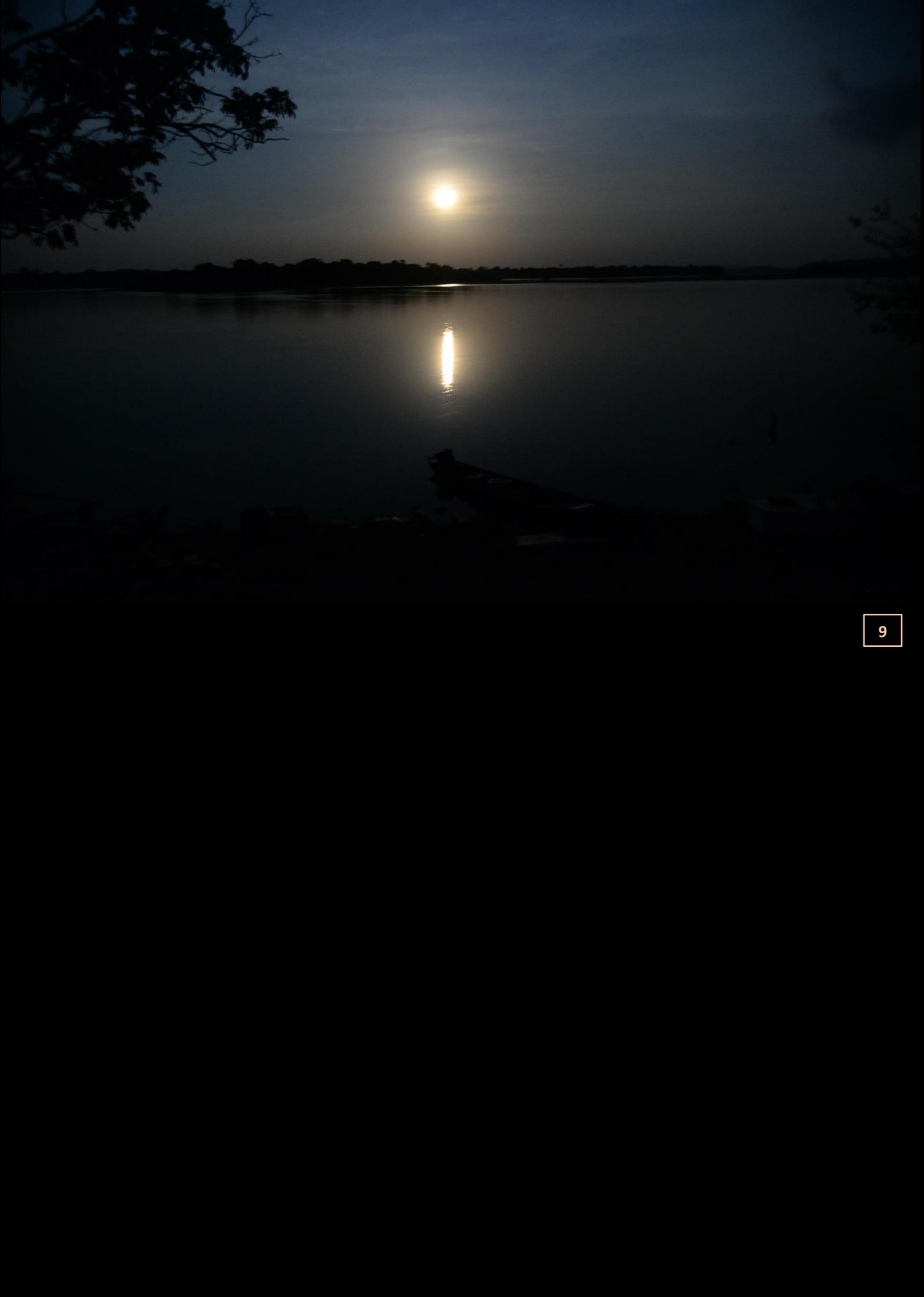














LEGENDAS

- 1. Embarcação no porto da vila de São Sebastião do Xingu, durante festejo tradicional. Por Natalia Guerrero, 2020.**
- 2. e 3. Paisagens do médio Xingu. Por Natalia Guerrero, 2014.**
- 4. Chuva em canoa no rio Xingu. Por Natalia Guerrero, 2017.**
- 5. Crianças banhando na localidade Triunfo, no rio Iriri. Por Natalia Guerrero, 2018.**
- 6. Canoa de rabeta percorre trecho do médio Xingu. Por Natalia Guerrero, 201X.**
- 7. Arco-íris visto da localidade Praia da Gaivota. Por Natalia Guerrero, 2020.**
- 8. Porto da vila de São Sebastião do Xingu, durante festejo tradicional. Por Natalia Guerrero, 2017.**
- 9. Luar em localidade beiradeira do rio Xingu. Por Natalia Guerrero, 2017.**
- 10. Irmãs na proa de canoa, no rio Xingu. Por Natalia Guerrero, 2020.**

REFERÊNCIAS

- A MAÇONARIA e a pobreza. 1918. **Estado do Pará**, Belém, n. 2.773, p. 1, 15 dez.
- ADALBERTO, Príncipe da Prússia. 2002 [1847]. **Brasil: Amazonas-Xingu**. Belo Horizonte: Itatiaia. (Reconquista do Brasil, 34).
- AFFONSO, Julia; MACEDO, Fausto; COUTINHO, Mateus. 2016. Governador do Tocantins pediu propina de R\$ 19 mi e ganhou fazenda, aponta Reis do Gado. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 6 dez.
- AGRÁRIO Cavalcante. 1896. **Diário de Notícias**, Belém, p. 1, 25 mar.
- ALARCON, Daniela F.; TORRES, Mauricio. 2014. “**Não tem essa lei no mundo, rapaz!**”: A Estação Ecológica da Terra do Meio e a resistência dos beiradeiros do alto rio Iriri. Altamira: Amora/Amomex/Amoreri/Aerim.
- ALMEIDA, Alfredo Wagner B. A. 1989. Terras de preto, terras de santo, terras de índio: uso comum e conflito. **Cadernos do Naea**, n. 10.
- ALMEIDA, Alfredo Wagner B. A. 2008. **Terra de quilombo, terras indígenas, “babaçuais livres”, “castanhais do povo”, faxinais e fundos de pasto**: terras tradicionalmente ocupadas. Manaus: PGSCA-UFAM.
- ALMEIDA, Mauro William Barbosa de. 2022. Caipora e outros conflitos ontológicos. In: _____. **Caipora e outros conflitos ontológicos**. São Paulo: Ubu. p. 133-174.
- ALMEIDA, Mauro William Barbosa de. 2012. As colocações: forma social, sistema tecnológico, unidade de recursos naturais. **Mediações - Revista de Ciências Sociais**, v. 17, n. 1, p. 121-152.
- ALMEIDA, Mauro William Barbosa de. 1993. **Rubber tappers of the upper Juruá river, Brasil**: the making of a forest peasantry. Tese (Doutorado em Antropologia Social) — University of Cambridge, Cambridge.
- ALMEIDA, Mauro William Barbosa de; GUERRERO, Natalia R.; FRANCESCO, Ana de; POSTIGO, Augusto; ROCHA, Bruna Cigaran; NEPOMUCENO, Ítala; DOBLAS, Juan; CUNHA, Manuela Carneiro da; SALZAR, Marcelo; AMARAL, Márcio; TORRES, Mauricio; SANTOS, Raquel Rodrigues dos; SCOLES, Ricardo; REZENDE, Roberto Sanches; HONORATO, Vinicius; BALÉE, William. 2018. Laudo pericial sobre a situação das famílias residentes no interior da Estação Ecológica da Terra do Meio. Solicitado pela Procuradoria da República no Município de Altamira, no interesse dos PAs nº 1.23.003.000080/2013-46.
- ANDRADE, Maristela de Paula. 2008. **Terra de índio**: identidade étnica e conflito em terras de uso comum. 2a. ed. São Luís: Edufma. (Humanidades, 3).
- ANTUNES, André P.; SHEPARD JUNIOR, Glenn H.; VENTICINQUE, Eduardo M. 2014. O comércio internacional de peles silvestres na Amazônia brasileira no século XX. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi**, Belém, v. 9, n. 2, p. 487-518, maio-ago.
- AO PARTIDO Democrata. 1896. **Folha do Norte**, Belém, 15 out.

- ARAMBURU, Mikel. 1994. Aviamento, modernidade e pós-modernidade no interior amazônico. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, n. 25, p. 82-98.
- ARNAULT, Renan P. P. 2016. **Altamira indígena em Belo Monte**: experiências Xipaya e Kuruaya em transformação. São Paulo. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) — Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.
- ARRUDA, Lucybeth Camargo; POSTIGO, Augusto de Arruda; MARTÍNEZ, Diego Amoedo. 2020. As colocações na RESEX do Iriri como sistema agrícola tradicional: estradas, piques, roças e a casa. Trabalho apresentado no encontro de pesquisa “Agricultura, saberes e alternativas: limites e possibilidades de mundos entrelaçados”, realizado em outubro de 2020 na Unicamp, em Campinas. Mimeo.
- ARRUTI, José Maurício. 2013. Sobre políticas de reconhecimento e sobreposições territoriais. **Ruris**, Campinas, v. 7, n. 2, p. 7-12.
- AS NOVAS autoridades policiais. 1885. **O Liberal do Pará**, Belém, p. 1, 11 out.
- ASCEMA NACIONAL — Associação Nacional dos Servidores da Carreira de Especialista em Meio Ambiente e do PECMA. 2020. [Carta ao Papa Francisco]. Brasília, 27 ago. Disponível em: http://www.ascemanacional.org.br/wp-content/uploads/2020/09/Carta-ao-Papa-Francisco-e-Dossie%CC%82-Governo-Bolsonaro-Agosto_2020-1.pdf. Acessível em: 21 out. 2022.
- ATOS oficiais. 1884. **Diário de Belém**, Belém, p. 2, 14 maio.
- ATTENTADO a propriedade. 1887. **O Liberal do Pará**, Belém, p. 2.
- BALÉE, William. 2006. The Research Program of Historical Ecology. **Annual Review of Anthropology**, v. 35, p. 75-98.
- BALÉE, William; OLIVEIRA, Vinicius Honorato de; SANTOS, Raquel R.; AMARAL, Márcio; ROCHA, Bruna C.; GUERRERO, Natalia R.; SCHWARTZMAN, Stephan; TORRES, Mauricio; PEZZUTI, Juarez. 2020. Ancient Transformation, Current Conservation: Traditional Forest Management on the Iriri River, Brazilian Amazonia. **Human Ecology**, v. 48, n. 1, pp. 1-15.
- BARRETTO FILHO, Henyo Trindade. 2001. Da nação ao planeta através da natureza: uma abordagem antropológica das unidades de conservação de proteção integral na Amazônia brasileira. Tese (Doutorado em Antropologia Social) — Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.
- BARRETTO FILHO, Henyo Trindade. 2004. Notas para uma história social das áreas de proteção integral no Brasileiro. *In*: RICARDO, Fany (org.). **Terras Indígenas & Unidades de Conservação da natureza**: o desafio das sobreposições. São Paulo: Instituto Socioambiental. p. 53-63.
- BARRETTO FILHO, Henyo Trindade. 2020. Bolsonaro, Meio Ambiente, Povos e Terras Indígenas e de Comunidades Tradicionais. **Cadernos de Campo**, São Paulo, v. 29, n. 2.
- BARROS, Carlos Augusto; LOPES, Siméia de Nazaré. 2008. Nas rotas do Xingu e do Tapajós: desertores, remeiros e regatões no Grão Pará do pós-Cabanagem. *In*: SOUZA, César; CARDOZO, Alírio. **Histórias do Xingu**: fronteiras, espaços e territorialidades (Séc. XVII - XXI). Belém: Edufpa. p. 159-188.

- BETTENDORF, João Felipe. 1910. Chronica da missão dos padres da Companhia de Jesus no estado do Maranhão. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**, Tomo LXXII (Parte I), p. 277-580.
- BEZERRA NETO, José Maia. 2008. De Porto de Moz a Ponte Seca: gente, espaço e tempo no Xingu oitocentista. *In*: SOUZA, César M. de; CARDOZO, Alírio. **Histórias do Xingu: fronteiras, espaços e territorialidades** (Séc. XVII - XXI). Belém: Edufpa. p. 97-120.
- BOGÉA UMBUZEIRO, Antônio Ubirajara. 2020. **História e iconografia do vale do Xingu**. 2. ed. rev. ampl. Altamira: [s. n.].
- BRANFORD, Sue; GUERRERO, Natalia R. 2009. Ignored Amazon stewards seek land rights. **EcoAméricas**, Beverly, 1º abr. 2009. Disponível em: <https://www.ecoamericas.com/issues/article/2009/4/7B47B825-2AA6-4F15-9213-E99015BCE735>. Acesso em: 10 mar. 2021.
- BRASIL. Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio. Diretoria Geral de Estatística. 1927. **Relação dos proprietários dos estabelecimentos rurais recenseados no Estado do Pará**. Rio de Janeiro: Typ. da Estatística.
- BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. 2004. Processo 02001.006771.2004.68. Criação da Estação Ecológica da Terra do Meio e do Parque Nacional da Serra do Pardo.
- BRASIL. Ministério Público Federal. 4ª e 6ª Câmaras de Coordenação e Revisão. 2015. Carta do Seminário Convergências entre a Garantia de Direitos Fundamentais e a Conservação Ambiental. Belo Horizonte.
- BRASIL. Ministério Público Federal. 6ª Câmara de Coordenação e Revisão. 2014. **Territórios de povos e comunidades tradicionais e as unidades de conservação de proteção integral: alternativas para o assecuramento de direitos socioambientais**. Brasília. (Manual de Atuação, 1).
- BRITO, Bernardo; CAVALLINI, Marcelo. 2004. Proposta de criação de unidade de conservação de proteção integral na região da Terra do Meio - Pará. Resultado da vistoria em campo. Relatório técnico. S/l: Ibama. *In*: BRASIL, Ministério do Meio Ambiente. Processo 02001.006771.2004.68. Criação da Estação Ecológica da Terra do Meio e do Parque Nacional da Serra do Pardo, 2004. fls. 270—297.
- CAFÉ DA MANHÃ: As novas invasões de terras indígenas no Xingu. Entrevistadores: Maurício Meireles e Bruno Boghossian. Entrevistado: Fabiano Maisonave. São Paulo: Folha de S.Paulo, 8 set. 2020. **Podcast**. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/podcasts/2020/09/a-terra-indigena-ocupada-por-agricultores-no-para-ouca-podcast.shtml>. Acesso em: 18 fev. 2021.
- CAMPOS, Américo; ABREU, Lindolpho. 1909. **O município de Souzel**. Belém: Typ. de livraria escolar.
- CAMPOS, ROBERTO DE OLIVEIRA. 1970. La rage de vouloir conclure. *In*: MORAIS, Fernando; GONTIJO, Ricardo; CAMPOS, Roberto de Oliveira. **Transamazônica**. São Paulo: Brasiliense. p. 103-135.
- CAPOBIANCO, João Paulo. 2001. **Biodiversidade na Amazônia brasileira: avaliação e ações prioritárias para a conservação, uso sustentável e repartição de benefícios**. São Paulo: Estação Liberdade; Instituto Socioambiental.

- CARDOSO, Thiago M. 2016. **Paisagens em transe**: uma etnografia sobre poética e cosmopolítica dos lugares habitados pelos Pataxó no Monte Pascoal. Tese (Doutorado em Antropologia Social) — Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.
- CARDOZO, Alírio. 2008. História como espetáculo: a Missão da Companhia de Jesus nas águas do Xingu. 1636. *In*: SOUZA, César M.; CARDOZO, Alírio. **Histórias do Xingu**: fronteiras, espaços e territorialidades (Séc. XVII - XXI). Belém: Edufpa. p. 17-34.
- CARNEY, Judith A.; VOEKS, Robert A. 2003. Landscape legacies of the African diaspora in Brazil. **Progress in Human Geography**, v. 27, n. 2, p. 139-152.
- CARSTEN, Janet. 1995. The Substance of Kinship and the Heat of the Hearth: Feeding, Personhood, and Relatedness among Malays in Pulau Langkawi. **American Ethnologist**, v. 22, n. 2, May.
- CARVALHO, Maria do Rosário. 1977. **Os Pataxó de Barra Velha**: seu subsistema econômico. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais, concentração em Antropologia) — Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Federal da Bahia, Salvador.
- CARVALHO, Maria do Rosário. 2009. O Monte Pascoal, os índios Pataxó e a luta pelo reconhecimento étnico. **Cadernos CRH**, v. 22, n. 57, p. 507-521.
- CASTELO BRANCO, José Moreira Brandão. 1956. Nos vales do Xingu e Tapajós. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**, v. 231, p. 3-137.
- CASTILHO, Alceu. 2020. Hilux dada por ex-governador liga desembargador do Tocantins a desmatadores no Pará. **De olho nos ruralistas**, São Paulo, 8 jun.
- CASTRO, Edna Ramos; MONTEIRO, Raimunda; CASTRO, Carlos Potiara (org.). 2002. Atores e relações sociais em novas fronteiras na Amazônia. Novo Progresso, Castelo de Sonhos e São Félix do Xingu. Belém. Relatório técnico.
- CASTRO, Rodrigo Ribeiro. 2017. **Expulsão por cansaço e resistências**: etnografia das relações de poder no conflito territorial da Juréia (SP). Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) — Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas.
- CENTRO ECUMÊNICO DE DOCUMENTAÇÃO E INFORMAÇÃO. 1990. Sudeste do Pará. *In*: _____. **Povos Indígenas no Brasil 1987/88/89/90**. São Paulo.
- CHADA, Sylvia de S. 2015. Termo de compromisso entre pescadores de Tarituba e Estação Ecológica de Tamoios: relato de percurso. *In*: SEMINÁRIO BRASILEIRO SOBRE ÁREAS PROTEGIDAS E INCLUSÃO SOCIAL, 7; ENCONTRO LATINO AMERICANO SOBRE ÁREAS PROTEGIDAS E INCLUSÃO SOCIAL, 2. **Anais...** Florianópolis, p. 77—785.
- CHAMBOULEYRON, Rafael. 2008. O sertão dos Taconhapé. Cravos, índios e guerras no Xingu seiscentista. *In*: SOUZA, César M.; CARDOZO, Alírio. **Histórias do Xingu**: fronteiras, espaços e territorialidades (Séc. XVII - XXI). Belém: Edufpa. p. 51-75.
- CHAVES, Maria Anunciada. [19??]. Orlando Bitar. *In*: BITAR, Simão. **Guillaumet ou a vida de Orlando Bitar**. Belém: Falangola.

- CHAYANOV, Alexander. 1974. **La organización de la unidad económica campesina**. Buenos Aires: Nueva Visión.
- CLEMENT, Charles R.; DENEVAN, William; HECKENBERGER, Michael; JUNQUEIRA, André B.; NEVES, Eduardo; TEIXEIRA, Wenceslau G.; WOODS, William I. 2015. The domestication of Amazonia before European conquest. **Proceedings B. of the Royal Society**, v. 282, n. 1812.
- COMERFORD, John C. 2003. **Como uma família**: sociabilidade, territórios de parentesco e sindicalismo rural. Rio de Janeiro: Relume Dumará; Núcleo de Antropologia da Política.
- CONSELHO INDIGENISTA MISSIONÁRIO. 2022. **Violência contra os povos indígenas no Brasil**: dados de 2019. Brasília, DF.
- CORONEL Ernesto Accioly da Silva. 1923. **A Reforma**, Tarauacá, n. 260, p. 1, 15 jul.
- CORRÊA, Mariza. 2003. **Antropólogas & Antropologia**. Belo Horizonte: Editora da UFMG. p. 91-104.
- CORREIA, Cloude de Souza. 2002. **Do Carrancismo ao Parque Nacional Grande Sertão Veredas**: (des)organização fundiária e territorialidades. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) — Universidade de Brasília, Brasília.
- COSTA, Celiane de Oliveira; FRANÇA, Helena; CARNEIRO, Anderson do Prado; CARNEIRO, Heber do Prado; FORTES, José Mario de Souza; PRADO, Marcos Venicius de Souza; PRADO, Pedro Sardinha do; LOPES, Aline Santos; DUARTE, Diogo; SANTOS, Bruno Dias dos; ADAMS, Cristina; TAMBOSI, Leandro Reverberi. 2017. Dinâmica espacial da agricultura itinerante Caiçara (1962-2011) no Parque Estadual do Prelado, SP. Dinâmica espacial da agricultura itinerante Caiçara (1962-2011) no Parque Estadual do Prelado. *In*: ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM MEIO-AMBIENTE, 8. **Anais...** São Paulo: Annpas.
- COSTA, Francisco Pereira. 2014. **Para a chuva não beber o leite**. Soldados da borracha: imigração, trabalho e justiças na Amazônia, 1940-1945. Tese (Doutorado em História) — Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.
- COSTA, João Batista de Almeida. 2020. Conflitos ambientais no sertão roseano: A atualização do carrancismo contra veredeiros e quilombolas em Minas Gerais. **Anuário Antropológico**, Brasília, v. 45, n. 3.
- COSTA, João Batista de Almeida. 2020. Conflitos ambientais no sertão roseano: a atualização do carrancismo contra veredeiros e quilombolas em Minas Gerais. **Anuário Antropológico**, v. 45, n. 3, p. 287-303.
- COUDREAU, Henri. 1897. **Voyage au Xingú**. Paris: A. Lahure.
- COUDREAU, Henri. 1977 [1897]. **Viagem ao Xingu**. Belo Horizonte: Itatiaia. (Reconquista do Brasil, 49).
- CRUZ, Afonso Alves da. Afonso Alves da Cruz. *In*: MILANEZ, Felipe (org.). **Memórias sertanistas**: cem anos de indigenismo no Brasil. São Paulo: Edições Sesc, 2015. pp. 113-138.

- CUNHA, Cândido Neto da. 2009. “Pintou uma chance legal”: o Programa “Terra Legal” no interior dos projetos integrados de colonização e do Polígono Desapropriado de Altamira, no Pará. **Agrária**, São Paulo, n. 10/11, p. 20-56.
- CUNHA, Manuela Carneiro da. 2019. Antidomestication in the Amazon: Swidden and its foes. **Journal of Ethnographic Theory**, v. 9, n. 1, p. 126-136.
- CUNHA, Manuela Carneiro da; ALMEIDA, Mauro William Barbosa de. 2002. **Enciclopédia da Floresta**. São Paulo: Companhia das Letras.
- CUNHA, Marly Solange Carvalho da. 2008. **“Matutos” ou astutos? Oligarquia e coronelismo no Pará republicano (1897-1909)**. Dissertação (Mestrado em História Social da Amazônia) — Universidade Federal do Pará, Belém.
- DENEVAN, William M. 1992. The pristine myth: the landscape of the Americas in 1492. **Annals of the Association of American Geographers**, v. 82, n. 3, p. 369-385, Sep.
- DEUS, Eduardo Di. 2017. **A dança das facas: trabalho e técnica em seringais paulistas**. Tese (Doutorado em Antropologia Social) — Instituto de Ciências Sociais, Universidade de Brasília, Brasília.
- DEU-SE no mez passado no Pará... 1889. **Cidade do Rio**, Rio de Janeiro, n. 75, p. 1, 3 abr.
- DIAS, Carla de Jesus. 2004. **Na floresta onde vivem brabos e mansos: economia simbólica de acesso à natureza praticada na Reserva Extrativista do Alto Juruá — Acre**. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) — Instituto de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas.
- DIEGUES, Antônio Carlos S.; LOPES, Alessandra; JESUS, Ana Francisca de; PEREIRA, Bárbara Elisa; YAGUIU, Silvia. 2011. **Povos/comunidades tradicionais e áreas protegidas no Brasil: conflitos e direitos**. São Paulo: Nupaub.
- DIEGUES, Antônio Carlos S.; VIANNA, Lucila P. (org.). 1995. **Conflitos entre populações humanas e unidades de conservação e Mata Atlântica**. São Paulo: Nupaub.
- DOBLAS, Juan. 2015. **Rotas do saque: violações e ameaças à integridade territorial da Terra do Meio (PA)**. São Paulo: Instituto Socioambiental.
- DOBLAS, Juan; GUERRERO, Natalia R.; TORRES, Mauricio. 2011. Inconsistências nos processos desapropriatórios conduzidos pela Norte Energia S. A. na região de Volta Grande do rio Xingu. Relatório técnico. Produto encaminhado no interesse do Procedimento Administrativo 01/2011, da Defensoria Pública do Estado do Pará no município de Altamira. Altamira, out.
- DUPLA ‘SS’ — São Sebastião. [S. l.: s. n.], 2016. 1 vídeo (3 min 6 seg). Publicado pelo canal Dupla SS. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=UleKctLSf58>. Acesso em: 4 maio 2022.
- EDITAES. 1883. **O Liberal do Pará**, Belém, p. 2, 18 maio.
- EMPERAIRE, Laure (org.). 2021. **Gerar, cuidar e manter a diversidade biológica**. São Paulo: SBPC. (Povos Tradicionais e Biodiversidade no Brasil: Contribuições dos povos indígenas, quilombolas e comunidades tradicionais para a biodiversidade, políticas e ameaças, parte II, seção 7).

- ERICKSON, Clark L. 2008. Amazonia: The Historical Ecology of a Domesticated Landscape. *In*: SILVERMAN, Helaine; ISBELL, William. **Handbook of South American Archaeology**. New York: Springer.
- ESCADADA, Maria I. S.; VIEIRA, Ima C. G.; KAMPEL, Silvana A.; ARAÚJO, Roberto; VEIGA, Jonas Bastos da; AGUIAR, Ana Paula D.; VEIGA, Iran; OLIVEIRA, Miriam; PEREIRA, Jorge Luis G.; CARNEIRO FILHO, Arnaldo; FEARNSSIDE, Phillip; VENTURIERI, Adriano; CARRIELO, Felix; THALES, Marcelo; CARNEIRO, Tiago S. G.; MONTEIRO, Antonio M. V.; CÂMARA, Gilberto. 2005 Processos de ocupação nas novas fronteiras da Amazônia (o interflúvio do Xingu/Iriri). **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 19, n. 54, p. 9-23.
- EXPEDIENTE do Governo. 1889. **O Liberal do Pará**, Belém, p. 1, 4 ago.
- FAGUNDES, Guilherme Moura. 2019. **Fogos gerais**: Transformações tecnopolíticas na conservação do cerrado (Jalapão, TO). Tese (Doutorado em Antropologia Social) — Universidade de Brasília, Brasília.
- FAGUNDES, Guilherme Moura. 2022. **Sociedade contra a Plantation**: uma ressemantização ecológica dos quilombos [posfácio]. *In*: FERDINAND, Malcom. **Uma ecologia decolonial**: pensar a partir do mundo caribenho. Trad. Letícia Mei. São Paulo: Ubu. p. 311-316.
- FARIA, Eliane da Silva Sousa. 2016. **Viagem etno-histórica e arqueológica ao médio Xingu**: Memória e História Indígena na Amazônia. Tese (Doutorado em Antropologia) — Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Pará, Belém.
- FAUSTO, Carlos. 2001. **Inimigos fiéis**: história, guerra e xamanismo na Amazônia. São Paulo: Edusp.
- FAUSTO, Carlos. 2004. Parakanã. *In*: INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL. **Povos Indígenas no Brasil**. São Paulo.
- FAUSTO, Carlos; NEVES, Eduardo. 2018. Was there ever a Neolithic in the Neotropics? Plant familiarisation and biodiversity in the Amazon. **Antiquity**, v. 92, n. 366, p. 1604-1618.
- FERDINAND, Malcom. 2022. **Uma ecologia decolonial**: pensar a partir do mundo caribenho. Trad. Letícia Mei. São Paulo: Ubu.
- FERRETTI, F. 2017b. Tropicality, the unruly Atlantic and social utopias: the French explorer Henri Coudreau (1859-1899). **Singapore Journal of Tropical Geography**, v. 38, n. 3, p. 332-349.
- FERRETTI, Federico. 2017a. Imperial ambivalences. Histories of lady travellers and the french explorer Octavie Renard-Coudreau (1867-1938). **Geografiska Annaler, Series B: Human Geography**, v. 99, n. 3, p. 238-255.
- FIGUEIRA, Luis. 1927 [1637]. Memorial sobre as terras, e gentes do Maranhão, e Grão-Pará, e Rio das Amazonas. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**, Rio de Janeiro, v. 148, tomo 94, p. 425-432.
- FRANCESCO, Ana Alves de. 2021. **Terror e resistência no Xingu**. São Paulo: Instituto Socioambiental.

- FRANCESCO, Ana Alves de; FREITAS, Alexandra; BAITELLO, Clara; GRAÇA, Denise da Silva. 2017. História de ocupação do beiradão no médio rio Xingu. *In*: MAGALHÃES, Sônia Barbosa; CARNEIRO DA CUNHA, Manuela (org.). **A expulsão de ribeirinhos em Belo Monte: relatório da SBPC**. São Paulo: SBPC. p. 41-66.
- FUNDAÇÃO VIVER, PRODUZIR, PRESERVAR. 2006. **A História do Movimento pelo Desenvolvimento da Transamazônica e Xingu**. Ministério do Meio Ambiente: Brasília, DF.
- FURQUIM, Laura Pereira. 2020. O acúmulo das diferenças: nota arqueológica sobre a relação entre sócio e biodiversidade na Amazônia antiga. *In*: OLIVEIRA, Joana Cabra; AMOROSO, Marta; LIMA, Ana Gabriela Morim de; SHIRATORI, Karen; MARRAS, Stelio; EMPERAIRE, Laure (org.). **Vozes vegetais: diversidade, resistências e histórias da floresta**. São Paulo: Ubu; IRD. p. 109-124.
- FURUIE, Vinicius de Aguiar. 2020. **Argonauts of the Amazon: river trade and rights in the Xingu Basin**. Ph. D. Dissertation, Princeton University, Princeton N.J.
- FUTADA, Silvia, SOUZA, Carlos; ALENCAR, Ane. 2019. **O estado das áreas protegidas na Amazônia brasileira: oportunidades em áreas protegidas**. São Paulo: Instituto Socioambiental; Belém: Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia; Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia.
- GALLOIS, Dominique. 2004. Terras ocupadas? Territórios? Territorialidades? *In*: RICARDO, Fany (org.). **Terras Indígenas & Unidades de Conservação da natureza: o desafio das sobreposições**. São Paulo: Instituto Socioambiental. p. 37-41.
- GALVÃO Eduardo. 1976. 2. ed. **Santos e visagens: um estudo da vida religiosa de Itá, Baixo Amazonas**. São Paulo: Companhia Editora Nacional. (Brasiliana, 284).
- GARCIA JR, Afrânio Raúl; HEREDIA, Beatriz Alásia. 2009. Campesinato, família e diversidade de explorações agrícolas no Brasil. *In*: GODOI, Emília Pietrafesa; MENEZES, Marilda Aparecida; MARIN, Rosa Acevedo (org.). **Diversidade do campesinato: expressões e categorias. Estratégias de reprodução social**. v. 2. São Paulo: Editora da Unesp; Brasília, DF: NEAD. p. 213-244.
- GIRARDI, Eduardo P. 2008. **Atlas da Questão Agrária Brasileira e Cartografia Geográfica Crítica**. Presidente Prudente: Unesp/Nera.
- GODOI, Emilia Pietrafesa de. Territorialidade. 2014. *In*: SANSONE, L.; FURTADO, C. A. (org.). **Dicionário crítico das ciências sociais dos países de fala oficial portuguesa**. Salvador: Edufba. p. 443-452.
- GRABHER, Cristina. 2015. **A governança e a sustentabilidade do extrativismo de jaborandi na Amazônia e transição para o Cerrado e Caatinga**. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural) — Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.
- GRAVES acontecimentos no Alto Xingu. 1912. **Estado do Pará**, Belém, n. 325, p. 1, 29 fev.
- GREENPEACE. 2003. **Estado de conflito: uma investigação sobre grileiros, madeireiros e fronteiras sem lei do estado do Pará, na Amazônia**. São Paulo.

- GRILEIROS aterrorizam comunidades ribeirinhas da Terra do Meio (PA). **Notícias Socioambientais**, 04 set. 2004. Disponível em: <<http://siteantigo.socioambiental.org/nsa/detalhe?id=1912>>. Acesso em: 04 dez. 2014.
- GRÜNEWALD, Rodrigo de Azeredo (org). **Toré: regime encantado do índio do Nordeste**. Recife: Fundaj: Editora Massangana, 2005. p. 71-98.
- GUEDES, André Dumans. 2011. **O trecho, as mães, os papéis**. Tese (Doutorado em Antropologia Social) — Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.
- GUERRERO, Natalia R. 2008. **O clamor de um beiradão**. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Comunicação Social — Habilitação em Jornalismo) — Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo.
- GUERRERO, Natalia R. 2012. **Em terra vestida: contradições de um processo de territorialização camponesa na Resex Quilombo do Frechal (MA)**. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) — Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.
- GUERRERO, Natalia R. 2020. Em termos alheios: contradições da implementação de termos de compromisso em territórios tradicionalmente ocupados. **Anuário Antropológico**, Brasília, v. 45, n. 1, p. 97-116.
- GUERRERO, Natalia R.; DOBLAS, Juan; TORRES, Mauricio. 2011. **Via de direito, via de favor: relatório resultante de estudo sobre demanda, viabilidade, potenciais benefícios e impactos advindos da reabertura de estrada na Resex Riozinho do Anfrísio (PA)**. São Paulo: Instituto Socioambiental.
- GUERRERO, Natalia R.; FURUIE, Vinicius A. 2009. O preço do “desenvolvimento”: (mau) exemplo na Amazônia brasileira. **Revista Biodiversidad**, Montevideu, 23 jun.
- GUILLEN, Isabel Cristina Martins. 1999. **Errantes da selva: histórias da migração nordestina para a Amazônia**. Tese (Doutorado em História) — Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas.
- HARARI, Isabel. 2017. Madeireiros avançam sobre o Riozinho do Anfrísio. **Notícias Socioambientais**, 22 dez.. Disponível em: <https://www.socioambiental.org/pt-br/noticias-socioambientais/madeireiros-avancam-sobre-o-riozinho-do-anfrisio>. Acesso em: 10 mar. 2021.
- HARARI, Isabel. 2019. Xingu concentra as cinco Terras Indígenas mais desmatadas da Amazônia. **Notícias Socioambientais**, 9 dez. Disponível em: <https://www.socioambiental.org/pt-br/blog/blog-do-xingu/xingu-concentra-as-cinco-terras-indigenas-mais-desmatadas-da-amazonia>. Acesso em: 25 out. 2020.
- HARARI, Isabel. 2020. Floresta roubada: invasões ameaçam Terras Indígenas no Xingu. **Notícias Socioambientais**, 6 out. Disponível em: <https://www.socioambiental.org/pt-br/noticias-socioambientais/floresta-roubada-invasoes-ameacam-terras-indigenas-no-xingu>. Acesso em: 25 out. 2020.
- HARAYAMA, Andrew Toshio. 2018. **Unidades de Conservação em Territórios Quilombolas: conflitos socioambientais e atuação da defensoria pública**. Belo Horizonte: Letramento.
- HARRIS, Mark. 2010. **Rebelião na Amazônia**. Cambridge: Cambridge University Press.

- HÉBETTE, Jean; MARIN, Rosa Acevedo. 1979. **Colonização para quem?** Belém: Núcleo de Altos Estudos Amazônicos.
- HERIARTE, Mauricio. 1874 [1662]. **Descrição do Estado do Maranhão, Pará, Corupá e Rio das Amazonas.** Viena: edição do autor.
- HUMBOLDT, Alexander von. 1849. Introduction. *In*: PRINCE ADALBERT OF PRUSSIA. **Travels of his Royal highness Prince Adalbert of Prussia, in the South of Europe and in Brazil, with a voyage up the Amazon and the Xingu.** Londres: David Bogue.
- IANNI, Octavio. 1979. **Ditadura e agricultura: o desenvolvimento do capitalismo na Amazônia: 1964-1978.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. (Retratos do Brasil, v. 131).
- ICMBio, 2012
- IMPORTAÇÃO. 1914. **Estado do Pará,** Belém, p. 5, 29 maio.
- ÍNDIOS do alto Xingu. 1887. **Cearense,** Fortaleza, n. 230, p. 1, 13 out.
- INGOLD, TIM. 2000. Temporality of the landscape. *In*: _____. **The perception of the environment.** Essays in livelihood, dwelling and skill, Londres, Routledge.
- INSTITUTO DE PESQUISA AMBIENTAL NA AMAZÔNIA. 2006. **A grilagem de terras públicas na Amazônia brasileira.** Brasília, DF: Ministério do Meio Ambiente, 2006. (Estudos, 8).
- INSTITUTO DO HOMEM E MEIO AMBIENTE DA AMAZÔNIA — Imazon. 2022. **Ameaça e pressão de desmatamento em áreas protegidas: SAD de janeiro a março 2022.** Belém.
- INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL — Iphan. 2010. **Dossiê das Festividades de São Sebastião na Mesorregião do Marajó.** Belém.
- INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL — Iphan. 2019. **Sistema Agrícola Tradicional do Rio Negro.** Brasília. (Dossiê Iphan, 19).
- JACKSON, Joe. 2009. **The Thief at the End of the World: Rubber, Power, and the Seeds of Empire.** Londres: Penguin.
- JUSTIÇA anula fraude de empresas que levou à grilagem de 563 mil hectares de terra ocupada por povos tradicionais no PA. 2022. **G1,** Belém, 10 jan.
- KAYE, Richard A. 1996. Losing His Religion: Saint Sebastian as Contemporary Gay Martyr. *In*: HORNE, Peter; LEWIS, Reina (org.). **Outlooks: Gay and Lesbian Visual Cultures.** p. 86-105.
- KELLY, Arlene. 1984. **Family, Church, and Crown: a Social and Demographic History of the Lower Xingu Valley and the Municipality of Gurupa, 1623-1889.** Dissertation. University of Florida, Gainesville.
- KOCH, Alexander; BRIERLEY, Chris; MASLIN, Mark; LEWIS, Simon. 2019. Earth system impacts of the European arrival and Great Dying in the Americas after 1492. **Quaternary Science Reviews,** v. 207, p. 13-36, Mar.
- KRÄUTLER, Erich. 1997. **Menschen am Xingu.** Eine documentarische Autobiographie. Viena: Böhlau.

- KRAUTLER, Eurico. 1971. **Sangue nas pedras**. Rio de Janeiro: Edições Paulinas.
- KRAUTLER, Eurico. 1953. **O Xingu: encanto ou terror?** Belém: S.n.
- KRAUTLER, Eurico. 1978. **A moringa quebrada**. Curitiba: Edições Rosário.
- LACERDA, Franciane Gama. 2006. **Migrantes cearenses no Pará: faces da sobrevivência (1889-1916)**. Tese (Doutorado em História Social) — Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.
- LACERDA, Paula Mendes. 2012. **O caso dos meninos emasculados de Altamira**. Tese (Doutorado em Antropologia Social) — Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.
- LEVIS, Carolina; COSTA, Flávia R. C.; BONGERS, Frans; PEÑA-CLAROS, Marielos; CLEMENT, Charles R.; JUNQUEIRA, André B.; NEVES, Eduardo G. *et al.* 2017. Persistent effects of pre-Columbian plant domestication on Amazonian forest composition. **Science**, v. 355, n. 6328, p. 925-931, Mar.
- LEVIS, Carolina; FLORES, Bernardo M.; MOREIRA, Priscila A.; LUIZE, Bruno G.; ALVES, Rubana P.; FRANCO-MORAES, Juliano; LINS, Juliana; KONINGS, Evelien; PEÑA-CLAROS, Marielos; BONGERS, Frans; COSTA, Flávia R. C.; CLEMENT, Charles R. 2018. How People Domesticated Amazonian Forests. **Frontiers in Ecology and Evolution**, v. 5, jan.
- LIMA FILHO, Petrônio Medeiros; CARDOSO, Luis Fernando Cardoso e; ALENCAR, Edna. 2018. Festas de santo, território e alianças políticas entre comunidades quilombolas de Salvaterra, Marajó, Pará, Brasil. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi**, Belém, v. 13, n. 1, p. 109-128, jan.-abr.
- LIMA, Ramon Neves de; FRANÇA, Jardel Silva. 2020. “Milagre da Flecha”: Devoção a São Sebastião em Xapuri — AC. **Das Amazônias**, Rio Branco, v. 3, n. 2, p. 103-112, ago.-dez.
- LIMA, Tânia Stolze. Yudjá. 2001. *In*: INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL. **Povos Indígenas no Brasil**. São Paulo.
- LOURES, Rosamaria S. P. 2017. **Governo Karodaybi: O movimento Ipereğ Ayũ e a resistência Munduruku**. Dissertação (Mestrado em Ciências Ambientais) — Universidade Federal do Oeste do Pará, Santarém.
- MACEDO, Eric S. 2016. **Altamira: Ensaio histórico-maquínico sobre a colonização** Tese (Doutorado em Antropologia Social) — Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.
- MADEIRA, João Augusto; ABIRACHED, Carlos Felipe de Andrade; FRANCIS, Poliana de Almeida; CASTRO, Daniel de Miranda Pinto de; BARBANTI, Olympio; CAVALLINI, Marcelo Meirelles; MELO, Mônica Martins de. 2015. Interfaces e sobreposições entre unidades de conservação e territórios de povos e comunidades tradicionais: dimensionando o desafio. *In*: SEMINÁRIO BRASILEIRO SOBRE ÁREAS PROTEGIDAS E INCLUSÃO SOCIAL, 7; ENCONTRO LATINO AMERICANO SOBRE ÁREAS PROTEGIDAS E INCLUSÃO SOCIAL, 2. **Anais...** Florianópolis. p. 617-626.
- MARIN, Rosa Acevedo. 2010. Visão histórica da região do rio Xingu: economia e diversidade étnica. **Papers do Naea**, v. 276, p. 4-22, dez.

- MARQUES, Ana Cláudia. 2013. Founders, ancestors, and enemies: memory, family, time, and space in the Pernambuco *sertão*. **Journal of the Royal Anthropological Institute**, v. 19, n. 4, p. 716-733.
- MARTINS, Heron; NUNES, Sâmia; SOUZA JR., Carlos. 2019. CAR em Áreas Protegidas. *In*: FUTADA, Silvia; SOUZA, C., & ALENCAR, A. **O estado das áreas protegidas na Amazônia brasileira: oportunidades em áreas protegidas**. São Paulo; Belém: Instituto Socioambiental; Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia; Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia.
- MARTINS, José de Souza. 1980. **Expropriação e violência: a questão política no campo**. São Paulo: Hucitec.
- MARTINS, José de Souza. 1984. **A militarização da questão agrária do Brasil**. Petrópolis: Vozes.
- MEDAETS, Chantal. 2020. **“Tu garante?”: aprendizagem às margens do Tapajós**. Porto Alegre: Editora da UFRGS.
- MEIRA, Márcio Augusto Freitas de. 2017. **A persistência do aviamento: colonialismo e história indígena no noroeste amazônico**. Tese (Doutorado em Memória Social) — Centro de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.
- MELLO, Dalila. S. 2017. **O drama do gestor: um estudo sobre gestão de áreas protegidas a partir da Estação Ecológica da Terra do Meio**. Amazônia, Brasil. Tese (Doutorado em Meio Ambiente) — Universidade Estadual do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.
- MENGALI, Padre Jeferson. 2018. **São Sebastião**. São Paulo: Planeta.
- MIRANDA, Gabriela Alves. 2013. **Doutores da Batalha da Borracha: os médicos do Serviço Especial de Mobilização de Trabalhadores para Amazônia (Semta) e o recrutamento de trabalhadores para os seringais em tempo de guerra (1942-1943)**. Dissertação (Mestrado em História das Ciências e da Saúde) — Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro.
- MONTEIRO, Allan R. Arantes. 2002. **Depois do meio ambiente: mudança social em uma unidade de conservação ambiental**. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) — Instituto de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas.
- MOREIRA, Edma Silva; HÉBETTE, Jean. 2009. Metamorfoses de um campesinato nos Baixo Amazonas e Baixo Xingu paraenses. *In*: GODOI, Emilia de Pietrafesa; MENEZES, Marilda Aparecida; MARIN, Rosa Acevedo (org.). **Diversidade do campesinato: expressões e categorias. Construções identitárias e sociabilidades**, v. 1. São Paulo: Editora Unesp. p. 187-206.
- MPF pede afastamento de Ricardo Salles do Ministério do Meio Ambiente por improbidade administrativa. 2020. **Sala de imprensa**, Brasília, DF, 6 jul.
- MÜLLER, Regina Polo. 2002. Asurini do Xingu. *In*: INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL. **Povos Indígenas no Brasil**. São Paulo.
- MUNIZ, Tiago. S. A. 2019. Materiais e fluxos na Amazônia Colonial: evidências da presença de africanos escravizados no Sítio Aldeia (Santarém, Pará). *Revista de Arqueologia*, v. 32, n. 2, p. 16-35.

- NEPOMUCENO, Ítala. 2017. **Conflitos territoriais entre comunidades tradicionais e concessões florestais**: um estudo de caso a partir da Floresta Nacional de Saracá-Taquera, Oriximiná, Pará. Dissertação (Mestrado em Recursos Naturais da Amazônia) — Universidade Federal do Oeste do Pará, Santarém.
- NEVES, Eduardo Góes. 2006. **Arqueologia da Amazônia**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- NEVES, Eduardo Góes. 2020. Castanha, pinhão e pequi ou a alma antiga dos bosques do Brasil. *In*: OLIVEIRA, Joana Cabra; AMOROSO, Marta; LIMA, Ana Gabriela Morim de; SHIRATORI, Karen; MARRAS, Stelio; EMPERAIRE, Laure (org.). **Vozes vegetais**: diversidade, resistências e histórias da floresta. São Paulo: Ubu; IRD. p. 109-124.
- NIMUENDAJÚ, Curt. 1948. Tribes of the Lower and Middle Xingú Rivers. *In*: STEWARD, Julian H. (ed.) **Handbook of South American Indians** Vol. 3: The tropical forest tribes. Washington: Government Publishing Office.
- NIMUENDAJÚ, Curt. 2004. **In Pursuit of a Past Amazon**. Archaeological Researches in the Brazilian Guyana and in the Amazon Region. Gotemburgo: Världskulturmuseet. (Etnologiska Studier, 45).
- NOMEAÇÕES policiaes. 1883. **A Constituição**, Belém, p. 2, 3 nov.
- NOTICIARIO. 1882. **O Liberal do Pará**, Belém, p. 1, 6 jan.
- NUNES, André C. 2003. **A batalha do Riozinho do Anfrísio**: uma história de índios, seringueiros e outros brasileiros. Marituba: Edição do autor.
- O CASO de Souzel. 1898. **O Pará**, Belém, p. 3, 10 maio.
- O MUNICÍPIO de Altamira. 1940. **Folha do Norte**, Belém, n. 16.939, p. 36, 1º jan.
- O MUNICÍPIO de Altamira. 1940. **Folha do Norte**, Belém, p. 36, 1º jan.
- ÓBITO. 1884. **A Constituição**, Belém, p. 2, 4 fev.
- OLIVEIRA FILHO, João Pacheco de. 1987. Elementos para uma sociologia dos viajantes. *In*: _____. **Sociedades Indígenas & Indigenismo no Brasil**. Rio de Janeiro: UFRJ; Marco Zero. p. 84-148.
- OLIVEIRA FILHO, João Pacheco de. 2016. A conquista do vale amazônico: fronteira, mercado internacional e modalidades de trabalho compulsório. *In*: _____. **O nascimento do Brasil e outros ensaios**: “Pacificação”, Regime Tutelar e Formação de Alteridades. Rio de Janeiro: Contra Capa. p. 117-160.
- OLIVEIRA, Adélia Engrácia de. 1970. Os índios Juruna do alto Xingu. **Dédalo**, v. 6, n. 11/12, p. 6-291.
- OLIVEIRA, Arioaldo U. 2005. BR-163 Cuiabá-Santarém: geopolítica, grilagem, violência e mundialização. *In*: TORRES, Mauricio (org.). **Amazônia revelada: os descaminhos ao longo da BR-163**. Brasília: CNPq. p. 67-183.
- OLIVEIRA, Joana Cabra; AMOROSO, Marta; LIMA, Ana Gabriela Morim de; SHIRATORI, Karen; MARRAS, Stelio; EMPERAIRE, Laure (org.). 2020. **Vozes vegetais**: diversidade, resistências e histórias da floresta. São Paulo: Ubu; IRD.
- PANDOLFO, Clara. 1970. **A Transamazônica e a Cuiabá-Santarém**: visão geral das possibilidades econômicas apresentadas pelas áreas de influência dessas rodovias.

Belém: Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia.

- PANSA, Ângelo P. 1985. **A realidade humana e ambiental das populações ribeirinhas dos rios Xingu, Iriri e Curuá na Prefeitura de Altamira (Estado do Pará)**. Altamira: Prelazia do Xingu.
- PARÁ. 1862. [Relatório](#) apresentado à Assembleia Legislativa da Província do Pará na Primeira Sessão da XIII Legislatura pelo Exmo. SENR. Presidente da Província Dr. Francisco Carlos de Araújo Brusque em 1º de setembro de 1862.
- PARENTE, Izabel Cavalcanti Ibiapina. 2018. **O Amazonismo e as Representações sobre os Seringueiros e a Natureza Amazônica**. Tese (Doutorado em Antropologia Social) — Instituto de Ciências Sociais, Universidade de Brasília, Brasília.
- PATRÍCIO, Marlinda Melo. 2003a. Xipaya. *In*: INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL. **Povos Indígenas no Brasil**. São Paulo.
- PATRÍCIO, Marlinda Melo. 2003b. Kuruaya. *In*: INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL. **Povos Indígenas no Brasil**. São Paulo.
- PEREIRA, Fernanda Souza. 2021. **As margens da ficção: narrativas orais do povo beradeiro do Médio Xingu**. Dissertação (Mestrado em Teoria e História Literária) — Instituto de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas.
- PERUTTI, Daniela. 2015. **Tecer amizade, habitar o deserto: uma etnografia do quilombo da Família Magalhães**. Tese (Doutorado em Antropologia Social) — Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.
- PETSCHLIES, Erik. 2018. Karl von den Steinen's ethnography in the context of the Brazilian Empire. **Sociologia & Antropologia**, v. 8, n. 2, May/Aug., p. 543-569.
- PEZZUTI, Juarez; CARNEIRO, Cristiane; MANTOVANELLI, Thais; GARZÓN, Biviany. 2018. **Xingu, o rio que pulsa em nós: monitoramento independente para registro de impactos da UHE Belo Monte no território e no modo de vida do povo Juruna (Yudjá) da Volta Grande do Xingu**. São Paulo: Instituto Socioambiental.
- PINHA, Patricia Ribeiro Salgado; LA NOCE, Eduardo Marques; CROSSA, Marcelo; AMORAS, Aldebaro da Silva. 2015. Acordos para Conservação da Reserva Biológica do Lago Piratuba. **Biodiversidade Brasileira**, Brasília, v. 5, n. 1, p. 32-58.
- PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. 2003. **Geografando, nos varadouros do mundo: da territorialidade seringalista (o seringal) à territorialidade seringueira (a Reserva Extrativista)**. Brasília: Ibama.
- POSTIGO, Augusto de Arruda. 2010. **A terra vista do alto, usos e percepções acerca do espaço entre os moradores do Rio Bagé, Acre**. Tese (Doutorado em Antropologia Social) — Instituto de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas.
- POSTIGO, Augusto; REZENDE, Roberto. 2017. O aviamento e o modo de vida beiradeira. *In*: VILLAS-BÔAS, André; GUERRERO, Natalia Ribas; JUNQUEIRA, Rodrigo Gravina Prates; POSTIGO, Augusto (org.). **Xingu: histórias dos produtos da floresta**. São Paulo: Instituto Socioambiental. pp. 235-260.

- RAMOS, Adriana. 2014. Políticas públicas para áreas protegidas no Brasil. *In*: BENSUSAN, Nurit; PRATES, Ana Paula (org.). **A diversidade cabe na unidade? Áreas protegidas no Brasil**. Brasília: IEB. p. 152-165.
- REZENDE, Roberto Sanches. 2010. **Das colocações à vila**. Processos de urbanização no Alto Rio Tejo, Acre. Tese (Doutorado em Antropologia Social) — Instituto de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas.
- RIBEIRO, José Simplício. 1915. Protesto. **O município**, ano 6, n. 223, p. 4. 13 jun.
- RICARDO, Fany (org.). 2004. **Terras Indígenas & Unidades de Conservação da natureza: o desafio das sobreposições**. São Paulo: Instituto Socioambiental.
- RICARDO, Fany; MACEDO, Valéria. 2004. Apresentação. *In*: RICARDO, Fany (org.). 2004. **Terras Indígenas & Unidades de Conservação da natureza: o desafio das sobreposições**. São Paulo: Instituto Socioambiental. p. 7-10.
- RIO Iriri. 1885. **Diário de Belém**, Belém, p. 3, 22 ago.
- RIO PARDO. 2018. Direção: Otávio Almeida. Produção: Instituto Socioambiental. 1 vídeo (13 min 51 seg), son., color. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=TgAGhKNN1GI>. Acesso em: 21 out. 2022.
- ROCHA, Bruna Cigaran da. 2017. **Ipi Ocemumuge: A Regional Archaeology of the Upper Tapajós River**. Thesis (PhD in Archeology) — Institute of Archaeology, University College London.
- ROLEMBERG, Igor. 2022. Mobilização social, reforma agrária e seus impasses no sul e sudeste paraense. *In*: BELTRÃO, Jane Felipe; LACERDA, Paula Mendes (org.). **Violências versus resistências: desigualdades de longa duração na Amazônia brasileira**. Brasília: ABA. p. 219-250.
- ROOSEVELT, Anna C.; COSTA, Marcondes L. *et al.* 1996. Paleoindian Cave Dwellers in the Amazon: The Peopling of the Americas. **Science**, v. 272, p. 373-384, 19 abr.
- SALLES, João Moreira. 2020. Arrabalde. Parte I: A floresta difícil. **piauí**, Rio de Janeiro, nov. Disponível em: <https://piaui.folha.uol.com.br/a-floresta-dificil/>. Acesso em: 21 out. 2022.
- SAMPAIO, Aldo César Figueira. 2002. **O trabalho de Sísifo: Crédito a comerciantes e reprodução do sistema de aviamento (1914-1919/1943-1952)**. Dissertação (Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento) — Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, Belém.
- SANTILLI, Juliana. 2014. Áreas protegidas e direitos de povos e comunidades tradicionais. *In*: BENSUSAN, Nurit; PRATES, Ana Paula (org.). **A diversidade cabe na unidade? Áreas protegidas no Brasil**. Brasília: IEB. p. 398-434.
- SANTILLI, Márcio. 2013. Confiança traída. **Correio Braziliense**, Brasília, 6 jun.
- SANTILLI, Márcio; GUETTA, Maurício; BENSUSAN, Nurit. 2020. **Agenda socioambiental no Congresso**. Brasília, DF: Instituto Socioambiental.
- SANTOS, Kerlley Diane Silva dos. 2017. **“Eu não quero o lugar dos outros”**: Conflitos e direitos na Terra Indígena Cachoeira Seca. Dissertação (Mestrado em Recursos Naturais da Amazônia) — Universidade Federal do Oeste do Pará, Santarém.

- SANTOS, Raquel Rodrigues dos. 2021. **Extrativistas, direitos de propriedade e sustentabilidade do extrativismo da castanha-do-brasil (*Bertholletia excelsa*) no rio Iriri (Amazônia Oriental, Brasil)**. Tese (Doutorado em Ecologia Aplicada) — Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz, Universidade de São Paulo, Piracicaba.
- SANTOS, Roberto. 1980. **História Econômica da Amazônia: 1800-1920**. São Paulo: T.A. Queiroz.
- SAUTCHUK, Carlos. 2007. **O arpão e o anzol: técnica e pessoa no estuário do Amazonas (Vila do Sucuriju, Amapá)**. Tese (Doutorado em Antropologia) — Instituto de Ciências Sociais, Universidade de Brasília, Brasília.
- SCHADEN, Egon. 1956. Karl von den Steinen e a exploração científica do Brasil. **Revista de Antropologia**, São Paulo, v. 4, n. 2, p. 117-128.
- SCHMINK, Marianne; WOOD, Charles H. 2012. **Conflitos e a formação da Amazônia**. Trad. de Noemi Miyasaka Porro e Raimundo Moura. Belém: Editora da UFPA.
- SERÁ multa? 1911. **Estado do Pará**, Belém, p. 2, 24 abr.
- SHANIN, Teodor. 2008. Lições camponesas. In: PAULINO, Eliane Tomiasi; FABRINI, João Edmilson (org.). **Campesinato e territórios em disputa**. São Paulo: Expressão Popular, 2008. p. 23-48.
- SHOCK, Myrtle P.; MORAES, Claide de Paula. 2019. A floresta é o domus: a importância das evidências arqueobotânicas e arqueológicas das ocupações humanas amazônicas na transição Pleistoceno/Holoceno. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi - Ciências Humanas**, v. 14, p. 263-89.
- SILVA, Ana Tereza Reis da. 2019. Áreas protegidas, populações tradicionais da Amazônia e novos arranjos conservacionistas. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 34, n. 99, p. 1-21.
- SILVA, Golbery do Couto e. 1981. **Conjuntura política nacional: o poder executivo & geopolítica do Brasil**. 3. ed. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora.
- SMERALDI, Roberto. 2002. **Legalidade predatória: o novo quadro da exploração madeireira na Amazônia**. São Paulo: Amigos da Terra — Amazônia Brasileira.
- SNETHLAGE, Emília. 2002 [1912]. **A Travessia entre o Xingu e o Tapajós**. Manaus: Governo do Estado do Amazonas. (Documentos da Amazônia, 98).
- SNETHLAGE, Emilie; MAYR, Max. 1912. **Iriri – Curuá – Jamanchim**. Petermanns Geographische Mitteilungen, I, quadro 41.
- SOUZA, Ana Paula Santos. 2006. **O Desenvolvimento Socioambiental na Transamazônica: A trajetória de um discurso a muitas vozes**. Dissertação (Mestrado em Agricultras Amazônicas) — Núcleo de Estudos Integrados de Agricultura Familiar, Universidade Federal do Pará, Belém.
- SOUZA, César Martins de; SERRA NETO, Itamar Zuqueto. 2008. De migrantes nordestinos a seringueiros no Xingu: história, memória e literatura em “A batalha do Riozinho do Anfrísio”. In: SOUZA, César M.; CARDOZO, Alírio. **Histórias do Xingu: fronteiras, espaços e territorialidades (Séc. XVII - XXI)**. Belém: Edufpa. p. 215-234.

- SOUZA, Oswaldo Braga; OVIEDO, Antonio; Moreira, Tiago. 2019. Invasores produzem maior desmatamento em Terras Indígenas em 11 anos. **Notícias Socioambientais**, 13 dez. Disponível em: <https://www.socioambiental.org/pt-br/noticias-socioambientais/invasores-produzem-maior-desmatamento-em-terras-indigenas-em-11-anos>. Acesso em: 25 out. 2020.
- STEINEN, Karl von den. 1888. O rio Xingú. **Revista da Sociedade de Geographia do Rio de Janeiro**, Rio de Janeiro, v. 3, tomo IV, p. 189-212.
- STEINEN, Karl von den. 1942. **Brasil central**: expedição em 1884, para a exploração do Rio Xingu. São Paulo: Nacional.
- TALBOT, Virgínia. 2016. **Termos de Compromisso**: histórico e perspectivas como estratégia para a gestão de conflitos em unidades de conservação federais. Dissertação (Mestrado Profissional em Biodiversidade em Unidades de Conservação) — Instituto de Pesquisa Jardim Botânico do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.
- TEIXEIRA-PINTO, Márnio. 1998. Arara. *In*: INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL. **Povos Indígenas no Brasil**. São Paulo.
- TEIXEIRA-PINTO, Márnio. 1998. Arara. *In*: INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL. **Povos Indígenas no Brasil**. São Paulo. Disponível em: https://pib.socioambiental.org/pt/Povo:Arara#Fontes_de_informa.C3.A7.C3.A3o. Acesso em: 21 out. 2022.
- TORRES, Maria Augusta Rodrigues. 2021. **De seringueiro a ribeirão**: um estudo de caso sobre a reprodução do modo de vida beiradeiro na comunidade Bela Vista, Reserva Extrativista Rio Xingu. Dissertação (Mestrado em Geografia) — Universidade Federal do Pará, Altamira.
- TORRES, Mauricio. 2005. Fronteira, um eco sem fim. *In*: TORRES, Mauricio. (org.). **Amazônia revelada**: os descaminhos ao longo da BR-163. Brasília: CNPq. p. 271-319.
- TORRES, Mauricio. 2008a. **A beiradeira e o grilador**: ocupação e conflito no Oeste do Pará. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) — Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.
- TORRES, Mauricio. 2008b. A polifonia da terra: conflitos de uso da terra na Esec Terra do Meio nas proximidades da estada da Canopus e em parte das margens do rio Iriri. Laudo pericial solicitado pela Procuradoria da República no Município de Altamira, no interesse dos PAs nº 1.23.003.000424/2008-50 e nº 1.23.003.000693/2008-16. Altamira.
- TORRES, Mauricio. 2011. A despensa viva: um banco de germoplasma nos roçados da floresta. **Geografia em Questão**, São Paulo, v. 4, n. 2, pp. 113-138.
- TORRES, Mauricio. 2014. O escriba e o narrador: a memória e a luta pela terra dos ribeirinhos do Alto Tapajós. **Tempo social, Revista de Sociologia da USP**, São Paulo, v. 26, n. 1, p. 233-257.
- TORRES, Mauricio. 2016. Um rio de muita gente. *In*: ALARCON, Daniela Fernandes; MILLIKAN, Brent; TORRES, Mauricio. **Ocekadi**: hidrelétricas, conflitos socioambientais e resistência na bacia do Tapajós. Brasília, DF: Santarém, International Rivers: Programa de Antropologia e Arqueologia da Universidade Federal do Oeste do Pará. p. 1-28.

- TORRES, Mauricio; CUNHA, Cândido; GUERRERO, Natalia Ribas. 2022. Grilagem, desmatamento e o avanço sobre terras indígenas na Amazônia. *In*: RAUBER, Marcelo Artur; ALARCON, Daniela Fernandes; ZUCARELLI, Marcos Cristiano; SOUZA LIMA, Antonio Carlos de; OLIVEIRA, Bruno Pacheco de (org.). **Agronegócio e desconstrução de direitos territoriais de indígenas**: ação política e efeitos sociais das formas contemporâneas de exploração agrária. Rio de Janeiro: Laced; Mórula.
- TORRES, Mauricio; DOBLAS, Juan; ALARCON, Daniela Fernandes. 2017. **Dono é quem desmata**: Conexões entre grilagem e desmatamento no sudoeste paraense. São Paulo: Urutu-branco; Altamira: Instituto Agrônomo da Amazônia.
- TORRES, Mauricio; FIGUEIREDO, Wilsea. 2005. Yellowstone Paroara: uma discussão sobre o papel das Unidades de Conservação e o exemplo do Parque Nacional da Amazônia. *In*: TORRES, Mauricio (org.). **Amazônia revelada**: os descaminhos ao longo da BR-163. Brasília: CNPq. p. 321-398.
- UMBUZEIRO, Antônio Ubirajara Bogéa; UMBUZEIRO, Ubirajara Marques. 2012. **Altamira e sua história**. 4 ed. rev. e ampliada. Belém: Ponto Press.
- UNIÃO DOS MORADORES DA JUREIA; ASSOCIAÇÃO DOS JOVENS DA Jureia. 2018. Plano de uso tradicional caiçara das comunidades tradicionais da Juréia-SP — Grajaúna, Rio Verde, Praia do Uma, Praia da Juréia, Rio Comprido e Cachoeira do Guilherme. [S. l.]
- VAPOR do sul. 1882. **O Liberal do Pará**, Belém, p. 3, 6 out.
- VENTURA NETO, Raul da Silva. 2017. **A (trans)formação socioespacial da Amazônia**: Floresta, Rentismo e Periferia. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Econômico) — Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas.
- VERSWIJVER, Gustaaf. 2002. Kayapó. *In*: INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL. **Povos Indígenas no Brasil**. São Paulo.
- VIANNA, Catarina Morawska. 2015. A Trilha de Papéis da Usina Hidrelétrica de Belo Monte: tecnologias de cálculo e a obliteração da perspectiva dos povos impactados. **Revista Antropológicas**, v. 25, n. 2, p. 22-40.
- VIEIRA, Renata Carolina Corrêa. 2020. Em busca de um conceito: o uso estratégico da categoria “povos e comunidades tradicionais” na luta por direitos socioambientais. **Revista InSURgência**, Brasília, v. 5, n. 1, ano 5, p. 48-81.
- VIEIRA, Suzane Alencar. 2015. **Resistência e Pirraça na Malhada**: Cosmopolíticas Quilombolas no Alto Sertão do Caeté. Tese (Doutorado em Antropologia Social) — Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.
- VILLAS-BÔAS, André (org.). 2012. **De olho na bacia do Xingu**. São Paulo: Instituto Socioambiental. (Cartô Brasil Socioambiental, 5).
- VILLAS-BÔAS, André; ANDRADE, Anna Maria; POSTIGO, Augusto (org.). 2017. **Terra do Meio/Xingu**: os saberes e as práticas dos beiradeiros do rio Iriri e Riozinho do Anfrísio no Pará. São Paulo: Instituto Socioambiental.
- VILLELA, Jorge M. 2015. Os vivos, os mortos e a política no sertão de Pernambuco. **Revista de História**, v. 173, p. 329-358.

- VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. 2003. Araweté. *In*: INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL. **Povos Indígenas no Brasil**. São Paulo.
- VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo; ANDRADE, Lúcia M. M. 1988. Os povos indígenas do médio Xingu. *In*: SANTOS, Leinad Ayer O.; ANDRADE Lúcia M. M. As hidrelétricas do Xingu e os povos indígenas. São Paulo: Comissão Pró-Índio de São Paulo. p. 135-146.
- WEINSTEIN, Barbara. 1993. **A borracha na Amazônia**: expansão e decadência (1850-1920). São Paulo: Hucitec.
- WOLFF, Cristina Scheibe. 1999. **Mulheres da Floresta**: uma história. Alto Juruá, Acre (1890-1945). São Paulo: Hucitec.
- WOORTMANN, Ellen; WOORTMANN, Klaas. 1997. **O trabalho da terra**: a lógica e a simbólica da lavoura camponesa. Brasília: Editora da UnB.
- WOORTMANN, Klaas. 1990. Com parente não se neguecia: o campesinato como ordem moral. **Anuário Antropológico**, Brasília, DF, v. 12, n. 1, p. 11-73.

Outros materiais

Também foi utilizado o acervo digitalizado da *Brasiliana Iconográfica* para a consulta às litogravuras de 1847 baseadas em desenhos do Príncipe Adalberto da Prússia, feitos durante suas viagens pela Amazônia. Disponível em: <https://www.brasilianaiconografica.art.br/obras/@relId/18087>. Acesso em 21 out. 2022.